

JOSÉ PEDRO KUNHAVALIK

NEY BRAGA: TRAJETÓRIA POLÍTICA E BASES DO PODER

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política. Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Profº Dr. Ricardo Virgolino da Silva.

**FLORIANÓPOLIS
DEZEMBRO/ 1999**

JOSÉ PEDRO KUNHAVALIK

NEY BRAGA: TRAJETÓRIA POLÍTICA E BASES DO PODER

Dissertação apresentada à banca examinadora
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Mestre em Sociologia Política. Pós-Graduação
em Sociologia Política, Universidade Federal de
Santa Catarina.

Orientador: Profº Dr. Ricardo Virgilino da Silva.

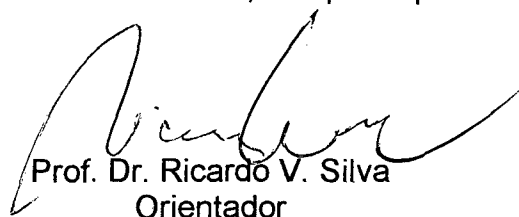
**FLORIANÓPOLIS
DEZEMBRO/ 1999**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA


Ney Braga: Trajetória Política e Bases de Poder

José Pedro Kunhavalik

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:



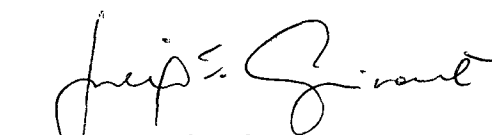
Prof. Dr. Ricardo V. Silva
Orientador



Prof. Dr. Ary Cesar Minella
Membro



Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto
Membro



Prof. Dr.ª Júlia Silvia Guivant
Coordenadora

Florianópolis, dezembro de 1999.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, os agradecimentos que me proponho a fazer se voltam particularmente para aquelas pessoas que estiveram presentes ou tenham contribuído de alguma forma para a realização deste trabalho.

Agradeço às instituições nas quais realizei trabalhos de pesquisa, especialmente à Biblioteca Pública do Paraná, com particular atenção ao Setor Paranaense, cujos funcionários sempre me atenderam com dedicação.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, pelo apoio e acolhida.

Aos colegas do mestrado, que juntos partilhamos angústias (como da falta ou demora das bolsas); partilhamos alegrias, dúvidas, discussões (sempre valiosas) e solidariedade.

Aos professores Erni J. Seibel e Marli Auras que participaram de minha qualificação, tecendo críticas e sugestões.

Aos professores Maria Tarcisa S. Bega e Francisco B. B. Magalhães Filho, pela leitura dos textos e considerações.

Ao professor Ricardo Costa de Oliveira, pela sugestão do tema e pelo incentivo.

Ao Renato A. Carneiro Jr., Isabel e Sérgio Braga pelas considerações.

Ao meu orientador, Ricardo Virgilino da Silva, pelas considerações, estímulo à pesquisa e pela amizade.

Aos amigos e amigas que partilharam muitos momentos desta caminhada: Getúlio, Gisele, Lê, Méri, Nádia, Salvina, Duda, Clarice e Ivani.

À minha família, pelo apoio, estímulo e compreensão.

Este trabalho não seria possível sem a ajuda do CNPq, do qual fui bolsista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO PRIMEIRO	
O SURGIMENTO POLÍTICO DE NEY BRAGA	
1.1 A formação de Ney Braga e sua passagem pelo Exército.....	8
1.2 Ney Braga ingressa na política.....	12
1.3 A articulação política para disputar a prefeitura	21
1.4 A campanha para a prefeitura.....	28
CAPÍTULO SEGUNDO	
DA AUTONOMIZAÇÃO POLÍTICA ÀS RELAÇÕES COM JOÃO GOULART	
2.1 O ingresso de Ney Braga no Partido Democrata Cristão.....	32
2.2 A campanha para o governo do Estado.....	44
2.3 A gestão no governo do Estado.....	60
2.4 A formação do neyismo.....	79
2.5 Ney Braga e a crise da renúncia de Jânio Quadros.....	82
2.6 A postura de Ney Braga diante do governo João Goulart.....	86
CAPÍTULO TERCEIRO	
AS FLUTUAÇÕES DO PODER POLÍTICO DE NEY BRAGA NO REGIME MILITAR	
3.1 O caminho do golpe de Estado.....	96
3.2 A sucessão de Ney Braga no governo do Estado.....	113
3.3 A organização da Arena no Paraná.....	124
3.4 O embate político com Paulo Pimentel e a fragilidade política durante o governo Costa e Silva e parte do governo Médici.....	127
3.5 O fortalecimento político de Ney Braga com Geisel na presidência.....	149
3.6 Ney Braga no Ministério da Educação.....	163
3.7 O controle da Arena Paranaense e a indicação para o governo estadual....	167
CAPÍTULO QUARTO	
O DECLÍNIO POLÍTICO DE NEY BRAGA E O DESTINO DO NEYISMO	
4.1 A formação do PDS e a derrota nas eleições de 1982.....	179
4.2 A formação da Frente Liberal.....	195
4.3 Perfil de membros do neyismo	200
CONCLUSÃO	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	221
FONTES DOCUMENTAIS	224

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo reconstituir a trajetória política de Ney Braga, procurando compreender as bases de poder explicativas de sua longa permanência na política. O militar Ney Braga tomou-se uma das maiores expressões do cenário político contemporâneo paranaense. Entra na política nos anos 1950, quando foi prefeito de Curitiba, mantendo-se na cena política durante a democracia populista. Apóia o golpe de Estado de 1964, consolidando seu poder político, e mantém seu exercício político no decorrer do regime autoritário, com alguns momentos de fragilização, quando do governo de Costa e Silva e parte do governo Médici (ambos ligados ao grupo da ala dura do exército). O processo de abertura política vai marcar o declínio político de Ney Braga.

Os fatores determinantes na construção das bases de poder de Ney Braga são: sua habilidade político-eleitoral e político-partidária (intra e inter-partidário); seu vínculo com o cristianismo e, particularmente, com as relações que estabelece com a hierarquia católica; a formação de um grupo político, de perfil essencialmente tecnocrático, que ocupa postos relevantes no aparelho de Estado Regional, mas também a nível Federal, além de ocuparem postos em partidos políticos; seu vínculo com o desenvolvimentismo e com as relações que estabelece com o meio empresarial; e as relações que Ney Braga estabelece com os militares, particularmente com o grupo militar da ala castelista.

INTRODUÇÃO

Na história política paranaense podem ser destacados alguns períodos em que certas forças políticas tiveram um domínio prolongado. É o caso da oligarquia dos Camargo e dos Munhoz da Rocha, vinculados à fração politicamente dominante no Estado, a da indústria e comércio do mate. Juntos, governaram o Paraná desde 1916 até a “Revolução de 30”, que os afastou do poder, período em que também ocorre a decadência da economia ervateira paranaense. A partir de 1932, começa outro longo período em que o poder no Paraná é exercido por Manoel Ribas. Sua interventoria vai de 1932 a 1934, tomando-se em seguida governador do Estado, de 1935 a 1937, voltando a ser interventor no período que vai entre 1937 a 1945. Governando com a fração burguesa ligada aos proprietários de terra e comerciantes dos Campos Gerais, Manoel Ribas constituiu uma estrutura de poder que iria assegurar a permanência daquelas forças políticas a partir do processo de redemocratização, no PSD (Partido Social Democrático) (MAGALHÃES FILHO, 1999: 99 e 106) . O empresário Moysés Lupion, herdeiro político de Manoel Ribas, um continuador destas forças políticas que então já incorporara segmentos da burguesia industrial, particularmente do setor madeireiro (Op. Cit.: 106), governa o Paraná por duas gestões: de março de 1947 a janeiro de 1951; e de janeiro de 1956 a janeiro de 1961. Bento Munhoz da Rocha Neto, herdeiro político do Partido Republicano e da oligarquia dos Camargo/Munhoz da Rocha, governou o Paraná por apenas uma gestão, entre janeiro de 1951 e abril de 1955. Bento Munhoz era vinculado à fração da burguesia industrial, comercial e financeira que fora destituída do poder com a “Revolução de 1930” e que após o processo de redemocratização, passou a se expressar politicamente na UDN (União Democrática Nacional), mas também, em menor número, no PR (Op. Cit.: 106).

O militar Ney Braga é levado à política pelo seu cunhado e governador do Estado, Bento Munhoz. Este será diretamente responsável pela vitória de Ney Braga para a prefeitura de Curitiba, em 1954. Posteriormente, Ney Braga rompe com seu patrono político, buscando uma independência política, mas mantém-se vinculado à mesma fração burguesa. Passa a ser uma das mais importantes expressões políticas desta fração burguesa. Ney Braga terá um longo período de domínio político no Paraná, inclusive com eventuais influências a nível nacional, embora tenha tido momentos de enfraquecimento político durante os governos militares denominados de linha dura. Ney Braga foi Prefeito de Curitiba, Deputado Federal, Governador do Estado por duas gestões (1961-1965 e 1979-1982), Presidente do PDC (Partido Democrata Cristão) a nível nacional, Senador e Ministro em dois governos militares, de Castelo Branco e de Geisel. No decorrer de sua atuação política, Ney Braga constitui um grupo político, a partir do qual ocupará postos importantes no aparelho de Estado, tanto na esfera estadual, quanto na federal. Membros do neyismo também ocupam postos relevantes em partidos políticos. Os espaços ocupados tanto no aparelho de Estado, quanto em partidos políticos, seja pelo próprio Ney Braga, seja por membros do neyismo, certamente contribui para que Ney Braga possa exercer uma forte influência política por um período tão prolongado.

O objetivo central deste trabalho é o de analisar a trajetória política de Ney Braga visando a compreensão das bases de poder explicativas de sua longa permanência na política. Procura-se compreender o processo político paranaense contemporâneo em face da conjuntura nacional. No exame desta trajetória política, privilegia-se a discussão em torno dos conflitos entre as elites políticas paranaenses, basicamente em seu aspecto político. Portanto, a realização de uma investigação mais focada na participação de setores populares requer um outro

trabalho, o mesmo ocorrendo no que se refere a uma investigação mais voltada para a questão dos fundamentos econômicos. Este estudo sobre a trajetória política de Ney Braga pretende ser uma contribuição para o entendimento da política paranaense contemporânea, ainda pouco estudada.

Desde o período em que começou a governar o Paraná, em sua primeira gestão, a partir de 1961, Ney Braga tornou-se uma das principais lideranças das elites políticas paranaenses. Passou a ser, a nível regional, o político mais influente das forças conservadoras paranaenses. Cabe aqui uma breve referência ao conceito de elite. A teoria clássica das elites tem como conceito central a “minoría politicamente ativa”. Os homens que assumiriam o controle sobre o processo de tomada de decisões políticas em qualquer sociedade humana e em diferentes épocas históricas. Dessa forma, a dominação política da maioria pela minoria de homens politicamente ativos seria um fenômeno universal. Essa minoria social tende sempre a ser dominante por ser mais organizada que a maioria. Esta se caracterizaria, “no plano da ação coletiva, pela irracionalidade; por isso, ela é incapaz, no plano político, de identificar os seus verdadeiros interesses e de agir racionalmente na defesa dos mesmos” (SAES, 1994:10).

Para a teoria política marxista - que também sustenta que as decisões políticas mais fundamentais são tomadas por uma minoria social - , a existência destas minorias dominantes é vista como um fato histórico, que se relaciona à sociedade de classes. Esta teoria estabelece uma correlação “entre dominação econômica de classe e exercício de poder político” (Op. Cit.: 9). A Teoria das Elites nega a existência desta correlação. Esta teoria considera que possa haver a coincidência entre domínio econômico e domínio político, mas não que esses poderes tenham “um caráter *cumulativo* na sociedade contemporânea” (Op. Cit.:10).

A Teoria das Elites é crítica da noção de representação política, nega que na esfera política a minoria dominante represente interesses de classe. Para Saes, a Teoria das Elites se preocuparia em definir quem toma as decisões políticas, não analisando o conteúdo de tais decisões, o que também exigiria investigar uma possível ligação entre tais conteúdos e interesses de grupos. Portanto, o poder político poderia estar sendo efetivamente exercido por aqueles grupos sociais que tivessem seus interesses atendidos pelas decisões políticas. A análise da Teoria das Elites seria marcada então por um formalismo.

É parte integrante da tradição teórica marxista, “a tese segundo a qual, nas sociedades de classe, o exercício do poder econômico leva ao exercício, num momento cronologicamente posterior, do poder político” (Op. Cit.: 16-17). Esta tese é criticada pela Teoria das Elites. No entanto, Saes considera que esta é uma versão mais economicista, mas que é possível outra versão para esta tese, no interior da teoria política marxista. Esta tese estaria presente em Poulantzas, em seu livro “Poder Político e Classes Sociais” e em Etienne Balibar, “Os Conceitos Fundamentais do Materialismo Histórico”. Segundo esta tese, “no funcionamento das sociedades de classe (em geral) e da sociedade capitalista (em particular), estabelece-se uma relação da *causação recíproca* entre poder econômico e poder político, não havendo portanto nesse terreno específico - o da *reprodução* das sociedades de classe - um poder determinante e um poder subordinado” (Op. Cit.: 17). Isso implica em dizer que a classe economicamente dominante é também a classe politicamente dominante. Cada uma sendo condição de reprodução da outra.

Saes afirma que para haver a manutenção da dominação política capitalista, “não é necessário que a classe dominante ocupe *diretamente* - isto é, sem intermediários e através dos seus próprios membros - o topo do aparelho de Estado. Por isso, é possível a emergência, em certas conjunturas ou períodos, de uma *classe detentora do aparelho de*

Estado, distinta da classe dominante (por exemplo, a pequena burguesia ou a classe média) (Op. Cit.: 17)". Isso não significa que esta classe detentora do aparelho de Estado seja a classe politicamente dominante. "Só é dominante a classe social cujo interesse político geral é garantido pelo Estado; e só nesse caso se pode dizer que uma classe social detém o poder político e o poder de Estado" (Op. Cit.: 18).

Para manter a dominação política capitalista, a classe dominante não precisa necessariamente organizar partidos políticos e ter seus partidos preponderando no sistema partidário. É possível então o surgimento de uma classe reinante, que seja distinta da classe dominante. A classe reinante é aquela que teria um predomínio no cenário político, que exerceria o poder político, mas não significando, com isso, que ela fosse a "elite detentora do poder político, separado este do poder econômico exercido pelas classes proprietárias" (Op.Cit.: 18).

Wright Mills, em seu livro "A Imaginação Sociológica", aponta a importância de se estabelecer uma articulação entre a biografia e a história. Considera que todo indivíduo, ao viver uma biografia, no interior de uma sequência histórica, contribui para o condicionamento da sociedade em que vive e para o seu devir histórico. Por outro lado, o indivíduo também é condicionado por esta sociedade e pelo seu processo histórico. Entende que a utilização da imaginação sociológica "*se fundamenta sempre na necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período no qual sua qualidade e seu ser se manifestam*" (MILLS, 1965: 14).

Assim, a ação individual é de suma importância para a compreensão do desenvolvimento do processo histórico, sobretudo quando se trata de história política. Isso não significa que a ação individual possa ser compreendida fazendo-se abstração dos interesses e valores das classes e grupos sociais em conflito na sociedade, mas sim que nem toda ação individual eficaz politicamente pode ser

reduzida a tais interesses e valores. A autonomia e eficácia da ação individual aparece mais claramente quando observamos o comportamento de determinados indivíduos que ocupam posições estratégicas no âmbito das instituições políticas. Tais indivíduos podem ser qualificados como representantes de uma elite política, não no sentido que lhe atribui a teoria clássica das elites, ou seja, como um conjunto de indivíduos dotados organicamente de capacidades superiores às da grande maioria da população, mas como agentes políticos que, pela posição institucional que ocupam, são capazes de produzirem decisões que têm impacto sobre uma determinada comunidade. Evidentemente, na maioria dos casos, a ação de tais indivíduos far-se-á em consonância com interesses e valores das classes dominantes, sem que, no entanto, ocorra a supressão de uma base de interesse próprio das elites que consiste na sua perpetuação em posições institucionais de mando.

Neste trabalho há um esforço em procurar compreender a trajetória política de Ney Braga, no contexto político paranaense e inclusive nacional. Examinar a trajetória política de Ney Braga é um recurso para se estudar a política paranaense contemporânea, para discutir conflitos e conciliações nas elites políticas paranaenses, tendo em vista que Ney Braga é o personagem central neste cenário político. Seria impossível discorrer sobre a política paranaense nas últimas décadas, sem considerar a participação política de Ney Braga.

Além desta introdução, este trabalho conta com mais quatro capítulos e uma seção de conclusão. No primeiro capítulo, fazemos referência à formação de Ney Braga, principalmente sua formação militar, sua passagem pelo exército. Discute-se ainda seu ingresso na política, a partir de seus vínculos com a família Munhoz da Rocha; as articulações e a campanha para a prefeitura de Curitiba, assim como se trata da gestão de Ney Braga frente à prefeitura.

No segundo capítulo, discute-se o ingresso de Ney Braga no PDC e a sua autonomização política frente ao seu patrono político, Bento Munhoz da Rocha Neto. Trata-se também de sua campanha para o governo do Estado e de sua primeira gestão no governo do Paraná, momento em que se deu início à implementação do projeto de desenvolvimento do Paraná, com a criação da CODEPAR. Faz-se uma referência à formação de seu grupo político, o neyismo, e discute-se a posição de Ney Braga no período de crise da renúncia de Jânio Quadros e a sua relação com o governo de João Goulart.

No terceiro capítulo, analisamos como o político e militar Ney Braga, ligado a Castelo Branco e a Geisel, apóia o golpe de Estado de 1964. Discutimos também sua ida para o Ministério de Castelo Branco e seu comando na formação da Arena no Paraná. Trata-se do embate político com Paulo Pimentel e da fragilidade política de Ney Braga durante os governos da linha dura. E ainda, de seu posterior fortalecimento político com a ida de Geisel para a presidência da República, quando passa a ocupar o Ministério da Educação, enfocando posteriormente, o seu retorno ao governo do Paraná.

No quarto e último capítulo, discute-se a participação de Ney Braga na formação do PDS, e o seu declínio político marcado pelas eleições de 1982. Trata-se ainda de sua participação na formação da Frente Liberal e do destino de alguns membros de seu grupo político.

Na conclusão procuraremos apresentar, sinteticamente, os momentos mais decisivos da longa trajetória política de Ney Braga.

CAPÍTULO PRIMEIRO

O SURGIMENTO POLÍTICO DE NEY BRAGA

1.1 A FORMAÇÃO DE NEY BRAGA E SUA PASSAGEM PELO EXÉRCITO

Os avós maternos de Ney Braga eram José Aminthas Costa Barros, pertencente à família de Pedro Costa Barros, que foi Presidente do Ceará, e Maria Eufrásia Faria de Barros. O avô José Aminthas estudou na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1889. No Rio Grande do Norte foi Promotor Público e Juiz Municipal nas Comarcas de Nova Cruz e Macayba. Mudou-se para a cidade da Lapa-Pr. onde tornou-se Juiz Municipal e, posteriormente, exerceu a advocacia. Seus avós paternos eram Manoel Antônio da Cunha Braga e Maria Vitória Lacerda Braga. O avô materno de Ney Braga, José Aminthas Costa Barros, participou da resistência do “cerco da Lapa”¹, lutando ao lado dos Legalistas (Pica-paus), que defendiam o governo central. Liderado pelo general Gomes Carneiro, José Aminthas comandou um batalhão de civis, vindo a falecer no combate, em fevereiro de 1894. De acordo com Ney Braga, a família

¹ No período da Revolução Federalista (1893-1894), os revolucionários, vindos do Rio Grande do Sul, avançam pelo Paraná, com o objetivo de chegar à Capital Federal e derrubar o Presidente Floriano Peixoto. Em janeiro de 1894, as cidades de Paranaguá e de Tijucas caem nas mãos dos Federalistas (Maragatos). Em Curitiba, as tropas legalistas (5º Distrito Militar no Paraná), deixam a cidade, enquanto que o presidente do Estado transfere a sede do governo para Castro. Curitiba foi então ocupada pelos Federalistas, que instalaram na cidade um governo provisório. Assim, com a queda de Paranaguá e de Tijucas e a ocupação de Curitiba, o único ponto de resistência das forças legalistas no Paraná era a Lapa. No dia 17 de janeiro, as tropas federalistas começam o cerco sobre a cidade, contando com cerca de 3.000 soldados. As forças legalistas presentes na cidade, eram lideradas pelo Coronel Gomes Carneiro, enviado pelo Presidente Marechal Floriano. Na noite de 06 de fevereiro, os federalistas invadem a cidade. No dia 07 o Coronel Carneiro é ferido com gravidade. O juiz José Aminthas da Costa Barros, (avô de Ney Braga) legalista que participava da defesa da cidade, é morto no dia 7. Várias lideranças legalistas são mortas, e o Coronel Carneiro morre no dia 09. No dia 11 de fevereiro, sitiada e já sem condições de resistência, ocorre a rendição da cidade e das forças legalistas. Os 26 dias do cerco da Lapa permitem que Floriano Peixoto consolide a defesa legalista na divisa entre Paraná e São Paulo.

Braga era partidária dos Federalistas (Maragatos), enquanto que a família Lacerda era partidária dos Legalistas (Pica-paus). Porém isso não impediu a união de seus avós paternos. Um Braga e uma Lacerda, que tiveram que conviver com este conflito entre as duas famílias (BRAGA, 1996: 14).

Os pais de Ney Braga, Antônio Lacerda Braga e Semíramis Costa Barros, casaram-se em 1915 e tiveram seis filhos. O pai de Ney Braga trabalhou na padaria de um parente na cidade da Lapa, ficando sócio, posteriormente, de um cine-teatro da cidade, o Elite Cinema. Nos anos 1930 o interventor Manoel Ribas, que era amigo de seu pai, *“aconselhou-o a juntar um grupo de lapianos para constituir uma pequena firma, que foi incumbida de construir o primeiro trecho, de poucos quilômetros, da estrada do Cerne, logo após a colônia de Santa Felicidade”* (BRAGA, 1996: 15). De acordo com Ney Braga, mais tarde quando ele tornou-se governador do Estado, seu pai, Antônio Lacerda Braga, vendeu sua empresa por acreditar ser anti-ético manter uma empresa que tinha relações com o Estado, numa situação em que seu filho era governador.

Ney Aminthas de Barros Braga nasceu na Lapa-Pr., em 25 de julho de 1917. Aos cinco anos iniciou seus estudos na Lapa, em uma escola de freiras, o Colégio São José. Aos seis anos foi transferido para uma escola pública, o Grupo Escolar Manoel Pedro. Estudou na cidade de Castro, onde terminou o primário e viveu com parentes. Posteriormente foi para Curitiba, cidade em que cursou o ginásio, no internato do Ginásio Paranaense. O internato era dirigido pelos padres lazaristas, que lhe concederam uma bolsa de estudos, conseguida por intermédio de um cunhado de seu pai, Caetano Munhoz da Rocha, que era casado com uma irmã de Antônio de Lacerda Braga, e que foi Presidente do Estado do Paraná. Encerrado o

(PANORAMA, 1969, Fev., nº 198: 48-55) (BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M., 1969) (COSTA, 1994: 7-12).

ginásio, Ney Braga foi para o Rio de Janeiro estudar na Escola Militar do Realengo, iniciando o curso em 1935 e concluindo-o em 1937. Na escolha da Arma, optou pela Artilharia. Em seguida foi para Curitiba, como Aspirante a Oficial, passando a servir no 9º Regimento de Artilharia Montada, que posteriormente seria transformado no 3º Regimento de Artilharia Montada (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, Mar., Dia 15: 4). Em 1938 foi transferido para o Rio Grande do Sul, servindo na cidade de Santo Ângelo (BRAGA, 1996). Em dezembro de 1938 foi promovido a segundo-tenente e em dezembro de 1940 foi promovido a primeiro-tenente (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 437).

Neste período Ney Braga casou-se com Maria José Munhoz da Rocha, filha do ex-Presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha. Em 1940 retorna à Curitiba. No Regimento de Artilharia Montada, lecionou Topografia e Técnica de Tiro de Artilharia. Além disso foi oficial de Educação Física do Regimento. É também nesta época que Ney Braga foi Diretor de Atletismo do Clube Atlético Paranaense e também Diretor de Atletismo do Círculo Militar. Em 1944 foi transferido para a cidade de Itu-SP, onde serviu no 4º Regimento de Artilharia Montada, comandando uma bateria do Regimento, que enviaria um contingente para a guerra. Continuou a ser instrutor de Topografia e Técnica de Tiro para oficiais. Nesse período faleceu seu sogro e, em pouco tempo faleceu sua esposa, sendo por isso transferido para Curitiba e não embarcando para a Itália. Em Curitiba serviu no 3º Regimento de Artilharia Montada. Ney Braga diz que neste momento o então Major Henrique Geisel o levou para o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva). Afirma que no "3º RAM também fui instrutor de vários estagiários que haviam cursado o CPOR muitos anos antes. Mais que instruendos tornaram-se amigos meus. Todos engenheiros, donos de grandes firmas e cargos elevados no Estado e na União." (BRAGA, 1996: 40).

Em dezembro de 1944 Ney Braga foi promovido a capitão (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 437). Por influência do Major Henrique Geisel, Ney Braga resolveu ir ao Rio de Janeiro para fazer o curso na Escola do Estado Maior. Perguntado se o curso de Estado Maior foi importante para a sua vida política, Ney Braga diz que: *“Mais do que importante: foi fundamental. Durante três anos fiz um curso de Brasil e conheci figuras do Exército que depois se tornariam personalidades nacionais”*. (Op. Cit.: 40). Seu Diretor de Ensino foi o então coronel Castelo Branco. Sobre Castelo, Ney Braga diz que *“Era um grande professor e amigo, exemplo de soldado e cidadão. Mais tarde pude mais ainda comprovar suas virtudes de grande patriota. Não conheci maior”* (Op. Cit.: 41). Em 1948 Ney Braga concluiu seu curso na Escola do Estado Maior, tendo obtido a segunda colocação em uma turma de cento e vinte e nove oficiais. Concluído o curso, que durou três anos, foi servir no quartel general da 5ª Região Militar, onde havia realizado seus estágios. Lembra que um destes estágios se referia ao estudo de geografia humana da região Oeste do Paraná e de Santa Catarina. Ao retornar a Curitiba, Ney Braga volta a se casar. Afirma que *“Nesse período recebi vários convites para integrar comissões do Exército no exterior e também para ingressar no corpo de professores da Escola do Estado Maior. Não aceitei.”* (Op. Cit.: 41). Em 1950 Ney Braga volta a servir no 3º Regimento de Artilharia Montada. Em setembro de 1951 Ney Braga foi promovido a major (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 437). Devido à sua participação nas atividades esportivas do Exército, passou a integrar o Conselho Regional de Desportos do Paraná. Em 1952 Ney Braga recebeu a condecoração de Cavaleiro da Ordem do Mérito Militar (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, Mar., Dia 15: 4).

1.2 NEY BRAGA INGRESSA NA POLÍTICA

Em dezembro de 1952 Ney Braga faz seu ingresso na política, ao ser convidado pelo governador Bento Munhoz (ex-cunhado de Ney Braga, irmão de sua primeira mulher), para ocupar a Chefia de Polícia do Estado - cargo equivalente atualmente ao de Secretário de Segurança. Ney Braga considera que seu interesse pela política foi despertado por Bento Munhoz. Afirma que *“Na campanha do Bento Munhoz da Rocha, eu era oficial do Exército e servia em Curitiba. Eu era capitão. Eu participei, como ouvinte, de alguns comícios. E me empolgou. Bento era um excelente orador, um homem de capacidade, de carisma... e eu o segui, me empolguei e senti que tinha uma certa vocação para a vida pública”* (CORREIO DE NOTÍCIAS, Caderno Bomdomingo, 1987, Set., Dia 27: 3).

No período em que Ney Braga assumiu a Chefia de Polícia do Estado, o cenário paranaense era marcado por fortes tensões sociais no campo, tendo em vista que o processo de ocupação das regiões Norte e Oeste/Sudoeste ainda não estava completo, e havia muitos conflitos. Estes eram significativos e permeados por muita violência. A postura política do governo Bento Munhoz em relação à ocupação das terras nestas regiões é contraditória. No discurso do governo defende-se a posição dos camponeses que ocupavam as terras e nelas constituíam lavouras. Bento Munhoz, que substituiu no governo seu maior adversário, Moisés Lupion², constatou, desde o início de seu governo, irregularidades cometidas pelo governo anterior, no que diz respeito à ocupação de terras.

² Moisés Lupion candidatou-se às eleições ao governo do Estado de 1947. Venceu as eleições e governou o Paraná de março de 1947 a janeiro de 1951. Esse período é marcado por sucessivos conflitos de terra, principalmente na região Oeste/Sudoeste do Estado. Era vinculado à CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial), empresa de colonização, que esteve envolvida em conflitos com posseiros. Em 1954 foi eleito Senador pelo Paraná, sempre pelo PSD. Em 1955 foi novamente candidato ao governo do Paraná, recebendo apoio do PDC e do PTN. Voltou a governar o Paraná, de janeiro de 1956 a janeiro de 1961. Também voltou a

Mas antes de prosseguirmos nesta discussão, vejamos alguns traços que diferenciam Lupion de Bento Munhoz. Moisés Lupion era um empresário ligado à indústria e ao comércio de madeira, e ingressou no PSD em 1946, tomando-se o Presidente Regional do Partido. Lupion é o herdeiro político do interventor Manoel Ribas. A interventoria deste no Paraná se estendeu de 1932 a 1934, depois foi governador entre 1935 e 1937, voltando em seguida a ser interventor, até 1945. Durante todo este período de seu governo, Manoel Ribas estabeleceu uma relação entre o poder do Estado e as forças econômicas dominantes tradicionais. Com o fim do Estado Novo, cria-se o PSD³ paranaense, tendo por base aqueles setores dominantes, ou seja, comerciantes e proprietários rurais (KUNHAVALIK, 1995: 49). A organização do PSD no Paraná, basicamente não difere da organização feita em outros Estados. De acordo com Lucia Hippolito, *“Nos Estados, o PSD começou a ser organizado sob a liderança dos interventores, reunindo prefeitos (todos nomeados pelo interventor), membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos etc.”* (HIPPOLITO, 1985: 121).

Ao comentar sobre a ocupação do poder no pós-1930, Magalhães Filho afirma:

“Assumindo o poder no vazio criado pela derrubada da oligarquia dos Camargo e dos Munhoz da Rocha, os proprietários

presidir o PSD regional de 1956 a 1960. Os conflitos de terra aumentaram durante seu segundo governo, chegando ao ponto da revolta dos camponeses, que tomaram algumas cidades de assalto, como Francisco Beltrão, buscando defender seus direitos. Eles se voltaram contra os poderes constituídos, municipais e estaduais, recebendo o apoio do exército. Após o término de seu mandato, refugiou-se na Argentina, visto ser acusado e processado por corrupção. Em 1962 foi eleito deputado federal pelo PSD. Em 1964 teve seus direitos políticos cassados.

³ O General Tourinho, líder do PSP paranaense, ao comentar sobre a organização do PSD no Paraná, afirma que o PSD já havia sido organizado por Manoel Ribas em 1932, 1933, *“organizado à base do interior, dos grandes figurões do interior, dos coronéis do interior...”* Diz ainda que após a redemocratização de 1945, o PSD é reorganizado pelo Secretário do Interior e Justiça de Manoel Ribas, Fernando Flores, que compõe o partido com comerciantes, criadores de gado, etc (KUNHAVALIK, 1995: 49).

de terra dos Campos Gerais, aproveitando-se da posição privilegiada que a conjuntura propiciava, favoreceram-se dos benefícios que podiam auferir dessa situação, ampliando sua base política a partir de suas posições nos aparelhos do estado. Essa *simbiose* facilitou-lhes a ocupação de novos espaços políticos, a incorporação ou cooptação de apoios de outros atores sociais, e a consolidação no poder, processo grandemente facilitado pelo início da expansão da economia cafeeira e pelas transformações ocorridas na economia brasileira (que explicam a *modernização* iniciada por Ribas). Com o retomo dos processos eleitorais, após 1945, essa situação foi aproveitada para a criação da *máquina* política, de base *rural*, que vencia eleições. O peso de sua influência pode ser aquilatado pelo fato de *as outras forças* (com a importante exceção do PR, revitalizado por Munhoz da Rocha) apoiarem, em 1947, o candidato do PSD a governador” (MAGALHÃES FILHO, 1999: 126).

Lupion é o candidato do PSD ao governo do Estado nas eleições de 1947, recebendo o apoio de partidos como o PTB e a UDN, além dos comunistas e dos integralistas. Seu concorrente nestas eleições seria Bento Munhoz da Rocha Neto, pertencente a “...*uma família da classe dominante paranaense, proprietária de engenhos de mate e ligada ao comércio exportador deste produto*” (KUNHAVALIK, 1995: 14). Bento Munhoz é herdeiro do velho Partido Republicano, e se vincula ao PR por razões familiares, visto que seu pai, Caetano Munhoz da Rocha, além de outros cargos que ocupou durante a República Velha, foi 1º Vice-Presidente do Estado e, posteriormente, Presidente do Estado por dois mandatos, de 1920 a 1928. Era Senador da República quando foi afastado pela “Revolução de 30”. Além disso, o sogro de Bento Munhoz, Affonso Alves de Camargo, foi Presidente do Estado do Paraná entre 1916 e 1920 e novamente entre 1928 e 1930, também pelo Partido Republicano. Ou seja, as ligações de Bento Munhoz com o Partido Republicano eram muito fortes. Apesar disso, Bento Munhoz tem uma “*postura política modernizante de um homem burguês*” (Op. Cit.: 1). Seu perfil político e intelectual era muito mais de um udenista do que de um homem do velho Partido Republicano.

Mesmo assim, a UDN apóia Lupion nas eleições ao governo do Estado de 1947, embora tivesse apoiado Bento Munhoz para um Congresso que iria elaborar a Constituição de 1946 (KUNHAVALIK, 1995).

Verificadas as irregularidades cometidas na gestão de Lupion, no tocante à ocupação de terras, o governador Bento Munhoz fechou provisoriamente o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, visto a constatação do comprometimento deste órgão nas irregularidades observadas. O governo Bento Munhoz constituiu uma comissão que seria responsável para elaborar estudos e propostas para resolver os problemas ligados à ocupação das terras. Na primeira mensagem enviada à Assembléia Legislativa, o governo afirma que o Departamento de Geografia, Terras e Colonização se converteu em um *“...balcão de vendas de terras, com o exclusivo interesse e benefício imediato de inúmeros intermediários ligados estritamente ao Governo e do qual não compartilharam os verdadeiros interessados, os ocupantes das terras...”* (MENSAGEM, 1951: 61)⁴. O Departamento de Geografia, Terras e Colonização concentrou todas as tarefas relativas à ocupação de terras no Estado. Este órgão foi desmembrado da Secretaria da Agricultura, recebendo autonomia administrativa e financeira e tornou-se subordinado diretamente ao governador (KUNHAVALIK, 1995: 65-66).

De acordo com Íria Z. Gomes, o governo Federal cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), na região Oeste/Sudoeste do Estado, que tinha o propósito de assentar pequenos agricultores e de povoar a fronteira. A CANGO passou a organizar, naquela região (precisamente nas Glebas Missões e Chopim), os assentamentos de colonos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O trabalho de assentamento promovido pela CANGO foi sendo interrompido a partir da instalação, na região, da CITLA (Companhia Imobiliária Clevelândia Industrial e

Territorial Ltda), ligada a Moisés Lupion. Embora a CITLA tenha se instalado efetivamente em 1951, sua presença já era verificada anteriormente. O projeto inicial era o de instalar uma grande indústria de celulose na região, sendo que o projeto de assentamento de colonos seria um objetivo secundário. No entanto, o que se verifica, é que *“Efetivamente, quando a CITLA se instala na região, tenta implantar um modelo de colonização em que a venda da terra constitui a atividade principal. Trata-se, portanto, de um projeto capitalista cujo objetivo básico é o lucro e que contrasta significativamente com o projeto da CANGO (GOMES, 1986: 44). Embora estas terras fossem devolutas, a CITLA usou diferentes artifícios, mesmo ilegais e violentos, para tentar se apoderar das terras, criando um clima de intranquilidade e de revolta na região (GOMES, 1986: 38-68). A postura do governo Bento Munhoz na região foi a de procurar restringir as atividades ilegais e as arbitrariedades, provocadas principalmente pela CITLA, Companhia que era ligada ao grupo econômico de Moisés Lupion, adversário político de Bento Munhoz. A situação agrava-se no período em que Lupion volta a governar o Paraná, quando em 1957 haverá a revolta camponesa⁵.*

⁴ Citado por Kunhavalik (1995: 65-66).

⁵ Em outubro de 1957, cerca de 6.000 colonos ocuparam o município de Francisco Beltrão, na região Sudoeste do Estado, se revoltando contra as ações ilegais das companhias de terra e contra a crescente violência por parte da polícia e dos jagunços das próprias companhias. Os colonos ocuparam a rádio local, tomando-a um centro de operações, assim como tomaram a delegacia e a prefeitura da cidade. O prefeito e o delegado fugiram; o Juiz de Direito foi colocado em prisão domiciliar, e o Promotor Público ficou sob a custódia do Exército, até o momento em que recebesse autorização para deixar a cidade. O Exército cuidou da retirada dos jagunços e dos funcionários das companhias. No dia seguinte, 11 de outubro, os colonos ocuparam e destruíram os escritórios das companhias. Papéis e notas promissórias, que tinham sido assinadas sob coação, foram espalhados, rasgados e pisados na principal avenida da cidade. O Chefe de Polícia do Estado, que se deslocou para Francisco Beltrão, foi detido pelos colonos, até que ele concordasse com as reivindicações. Dentre elas estava a destituição do delegado de polícia. Outras localidades foram ocupadas, como a cidade de Pato Branco (GOMES, 1986).

Já na região Norte do Estado, mais precisamente na região de Porecatú⁶, a postura que o governo Bento Munhoz assume é diferenciada. A partir de 1942, o Governo do Paraná fez um loteamento na região, compreendendo cerca de 120 mil hectares de terras devolutas (FOLHA DE LONDRINA, 1985, Jul., Dia 14: 1). Estas terras, que pertenciam ao Estado, foram sendo ocupadas por posseiros, que construíram suas casas e plantaram suas lavouras, embora não tivessem o título daquelas terras. Os conflitos na região tem início na primeira gestão de Moisés Lupion no governo do Estado, visto que o governo passou a comercializar aquelas terras com fazendeiros. Além disso, observou-se na região a presença de grileiros (FOLHA DE LONDRINA, 1985, Jul., Dia 16: 13). No Decreto Lei n. 491, de março de 1951, que trata das terras de Porecatú, Jaguapitã e Arapongas, o governo decreta que:

“ Art. 1º- Ficam declaradas de utilidade pública e de interesse social, para o fim de desapropriação (...) as terras situadas nos municípios de Porecatú, Jaguapitã e Arapongas, constantes de Títulos expedidos pela administração anterior, com flagrante violação do art. 85 da Constituição Estadual. Art. 2º - As terras a serem desapropriadas destinam-se aos sítiantes que, embóra sem título hábil, nelas estejam estabelecidos com cultura efetiva e morada habitual, há mais de ano e dia. (...)” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO n. 11, de 15/03/1951).⁷

Embora reconheça o direito dos posseiros na região, o governo Bento Munhoz age de forma a reprimir os posseiros, em benefício dos fazendeiros. Por um lado, o governo propôs aos fazendeiros que pagassem indenizações aos posseiros dos benefícios que estes haviam feito nas terras. Por outro lado, garantiu aos

⁶ O denominado Conflito de Porecatú é tratado indiretamente na tese de doutorado de Osvaldo Heller da Silva: SILVA, Osvaldo Heller da. Communistes et Anticomunistes: L'enjeu du Syndicalisme Agricole Dans L'état du Paraná de 1945 a la fin des Annees 70. Paris, 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

posseiros que eles seriam assentados na região de Campo Mourão. Acontece que nem os fazendeiros tiveram interesse em pagar qualquer indenização, e nem os posseiros aceitaram entregar as terras em que haviam feito o desmatamento, cultivado a terra e construído suas casas. Os camponenses decidiram lutar pelos seus direitos. O Partido Comunista enviou alguns de seus membros para apoiar o movimento, passando mesmo a liderá-lo. Por seu lado, o governo constituiu uma comissão para tratar da questão. No entanto, dentre os membros desta comissão, havia fazendeiros e integralistas. Os posseiros eram denominados de intrusos, seja por aquela comissão, seja pelos fazendeiros, seja pelo aparelho de repressão do Estado. O movimento dos posseiros - que se deu em fins de 1951, portanto, antes de Ney Braga assumir a Chefia de Polícia - fez um abaixo assinado com 1500 assinaturas, em que constavam suas reivindicações (FOLHA DE LONDRINA, 1985, Jul., Dia 19: 11). Bento Munhoz, anti-comunista, tratou de reprimir tal movimento, que era liderado pelo Partido Comunista. Para tal, buscou em São Paulo o delegado Eduardo Lousada Rocha, que já havia combatido a Quinta coluna (KUNHAVALIK, 1995, 68-72).

No decorrer da gestão de Ney Braga na Chefia de Polícia, foi criada a Escola de Polícia para a formação de agentes e escrivães; foi organizada a Rádio Patrulha de Curitiba e de Londrina e aumentado o efetivo da Guarda Civil; e foi reaparelhada a Polícia Técnica e estruturado o Conselho Estadual de Trânsito. Outras medidas se referem à reforma dos estabelecimentos penais; à criação de uma sala de imprensa na Polícia e à criação de estágios para estudantes de Direito nas diversas repartições da Polícia Civil, o que possibilitou a formação, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, do Curso de Assistência e Prática Judiciária (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, Mar., Dia 15: 4). Os relatos sobre a atuação de Ney

⁷ Citado por Kunhavalik (1995:69).

Braga frente à Chefatura de Polícia mostram uma postura rigorosa, mas norteada pela conciliação e pelo diálogo. Ney Braga diz que era orientação do governo Bento Munhoz procurar resolver os conflitos através do diálogo. Ney Braga, em diferentes entrevistas, se reporta a esta postura. Afirma que:

“... tive grandes companheiros na Polícia Civil e na Militar. Eu me sentia muito bem na convivência com eles e eles me davam uma cobertura muito sólida, amiga. Eu me recordo no interior do Estado, nós éramos chamados à noite ... tiroteios ... nós participávamos, eu ia junto com eles. Quantas vezes estivemos em Ivaiporã, Cascavel, Francisco Beltrão, Pato Branco... para apaziguar, conversar.” (CORREIO DE NOTÍCIAS, Caderno Bomdomingo, 1987, Set., Dia 27: 3).

Até nos acertos políticos Ney Braga se refere a esta sua postura de diálogo. Diz que o governador, ao nomear autoridades no interior, por ser apoiado por outros partidos, devia conversar com estes partidos. Após se referir à sua participação em conversas desta natureza, afirma que *“Eu me habituei, então, a fazer política mais de composição, mais de conversação”* (CORREIO DE NOTÍCIAS, Caderno Bomdomingo, 1987, Set., Dia 27: 3). Em seu livro de memórias, se referindo aos conflitos de terras, quando chefe de polícia, diz que *“Logo que assumi, ocorreram alguns violentos conflitos de terras em Cascavel. Fui para essa região e fiquei lá por alguns dias, conversando com posseiros e com proprietários, para evitar novos tiroteios”* (BRAGA, 1996: 45). Como vimos anteriormente, o conflito de terras ocorria por várias partes da região Oeste/Sudoeste.

Ney Braga manteve também um bom relacionamento com os motoristas de taxi de Curitiba da época, ao demonstrar certo rigor relativo à segurança da categoria. Conquistou a simpatia da categoria, como afirma o jornalista Luiz Geraldo Mazza. Já com os estudantes, a relação parece ter sido contraditória. Ney Braga,

em diversas entrevistas afirma que sua relação com os estudantes era muito boa. Diz que *“Eu recebia os estudantes, conversava com eles sobre os problemas deles, que procurava resolver”* (CORREIO DE NOTÍCIAS, Caderno Bomdomingo, 1987, Set., Dia 27: 3). Conta que os estudantes, certa vez, programaram uma passeata. Embora Ney Braga diz ter autorizado a passeata, outras autoridades não a queriam. Assim, foi até a Casa dos Estudantes e se dirigiu aos estudantes afirmando que ele não proibiria a passeata mas se esta viesse a se realizar ele não mais seria o Chefe de Polícia. A partir desta posição, segundo ele, os estudantes não realizaram a passeata e ele permaneceu no cargo. Numa reportagem sobre Ney Braga, realizada pela revista Manchete em 1974, afirma-se que Ney Braga, no posto de Chefe de Polícia, *“... teve de reprimir, com os meios de sempre, os movimentos estudantis que eclodiam na capital do Paraná. Ao deixar o cargo ingrato, recebeu, da União Estadual dos Estudantes, o título de Paranaense Número Um”* (MANCHETE, 1974, Jun., n. 1158: 128). Num texto sobre Ney Braga, o jornalista Luiz Geraldo Mazza, ao se referir à relação de Ney Braga com os estudantes neste período, afirma que:

“... apesar da época tensa, que precederia a tragédia de Getúlio Vargas, de intensa participação ideológica e movimentos de rua, com a UPE e a UNE engajadíssimas, Ney o chefe de polícia, foi homenageado por toda a comunidade universitária, Richa à frente, que ele levaria primeiro como funcionário fantasma na prefeitura e depois como seu chefe de gabinete no Palácio Iguazu, para em seguida lançá-lo como postulante à deputação federal.” (CORREIO DE NOTÍCIAS, Caderno Bomdomingo 1987, Set., Dia 27: 19).

José Richa, a quem nos referiremos posteriormente, foi membro do Neyismo, mas se afastará de Ney Braga após o Golpe de Estado de 1964. José Richa colaborou na campanha de Ney Braga à prefeitura.

1.3 A ARTICULAÇÃO POLÍTICA PARA DISPUTAR A PREFEITURA

Apesar das contradições, o que se verifica é que Ney Braga consegue construir uma imagem positiva junto à opinião pública, mesmo porque, no exercício da chefatura de polícia, ele demonstra preocupação com a sua imagem, a qual vai se refletir nas eleições para a prefeitura. Verifica-se que Ney Braga vinha preparando o terreno para a sua candidatura à prefeitura. A legislação que trata da sucessão para prefeito da capital havia sido alterada em 1952, através da aprovação, pela Assembléia Legislativa, de uma emenda à Constituição, pois até então cabia ao governador a indicação do prefeito. Alterada a legislação, com o apoio do governador Bento Munhoz, o cargo de prefeito deveria ser ocupado a partir de eleições diretas. Esta havia sido marcada pelo Tribunal Regional Eleitoral para 18 de outubro de 1953. Mas, tendo em vista que neste ano o Paraná estaria comemorando o seu primeiro centenário de emancipação política, as eleições foram prorrogadas, pela Assembléia Legislativa, para o ano seguinte, medida que contou com o apoio do governador Bento Munhoz. Além disso, embora as eleições tivessem sido marcadas para outubro de 1953, a vigoração da autonomia da Capital só se daria a partir de 1954. Desta forma, o procurador do TRE entrou com recurso junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Este determinou que as eleições se realizassem em 1954 (GAZETA DO POVO, 1953, Ago., Dia 18: 1).

O então prefeito de Curitiba, José Luiz Guerra Rêgo, do Partido Republicano, que fora indicado por Bento Munhoz, em maio de 1953, - tendo em vista a morte do prefeito Erasto Gaertner, da União Democrática Nacional - decidiu pedir exoneração do cargo em março de 1954, visando a sua candidatura para a prefeitura. A exoneração de Guerra Rêgo cria um impasse, pois, segundo a

interpretação do Presidente da Câmara Municipal, Roberto Barrozo Filho, quem deveria completar o mandato de Guerra Rêgo deveria ser o próprio Presidente da Câmara Municipal. Portanto, segundo esta interpretação, já não cabia qualquer indicação por parte do governador. Como o pai do Presidente da Câmara Municipal, Roberto Barrozo, pretendia disputar a prefeitura nas eleições de outubro, seu filho, Roberto Barrozo Filho, não quis assumir a prefeitura. A indicação recaiu sobre Augusto Toaldo Túlio, do PSD, que foi empossado pela Câmara Municipal. No entanto, no mesmo dia, 31 de março de 1954, o governador Bento Munhoz nomeia o prefeito da Capital, Emani Santiago de Oliveira, do Partido Republicano, empossando-o no dia 1º de abril. Desta forma, Curitiba estava com dois prefeitos. Mas ainda no dia 1º de abril, a Câmara de Vereadores, com dez votos favoráveis e cinco contrários, aprovou a indicação do governador, dando posse a Emani Santiago de Oliveira, do Partido Republicano. Note-se que Roberto Barrozo foi Secretário do Interior e Justiça do governo Bento Munhoz, no ano de 1951 e, posteriormente, de abril de 1952 até janeiro de 1953 (KUNHAVALIK, 1995: 55-56). Esta disputa travada por Bento Munhoz, defendendo a sua indicação, será importante para o embate eleitoral de outubro, tendo em vista o apoio que o prefeito indicado, Emani Santiago de Oliveira, dará à candidatura de Ney Braga.

O candidato do Partido Republicano para disputar a prefeitura, quando esta estava marcada para 1953, era Paulo Affonso Alves de Camargo, escolhido em junho de 1953. Em 11 de maio de 1954, Paulo Camargo endereçou uma carta ao Diretório Municipal do PR renunciando à sua candidatura, visando facilitar entendimentos com outros partidos (O ESTADO DO PARANÁ, 1954, Maio, Dia 12: 4). O Partido Republicano, em uma de suas sessões, tendo na presidência Marins Camargo, tendia a escolher José Luiz Guerra Rêgo para ser o candidato do Partido à prefeitura (O DIA, 1954, Jun., Dia 1º: 4). Este deixou a prefeitura, como vimos, e

começou a fazer a campanha. No entanto, outra candidatura estava sendo gestada, que era a de Ney Braga, Chefe de Polícia. Com este propósito, Ney Braga, que até então não se filiara a qualquer partido, deixa a Chefatura de Polícia em 1º de abril de 1954. Note-se que Ney Braga saiu no dia 1º de abril, enquanto Guerra Rêgo deixou o governo no dia 31 de março. Ambos saíram para disputar a prefeitura. No Partido Republicano ocorre um conflito provocado pelo lançamento das duas candidaturas. Bento Munhoz defendia a candidatura de Ney Braga⁸, enquanto que Marins Camargo (que foi Vice-Presidente do Paraná entre 1924 e 1928, período do segundo mandato de Caetano Munhoz da Rocha - pai de Bento - como Presidente do Paraná), tio de Bento Munhoz e sogro de Guerra Rêgo, defendia a candidatura deste último. A princípio, nenhum dos dois quis desistir da candidatura (O DIA, 1954, Abr., Dia 25: 4).

Mas estas candidaturas já vinham sendo gestadas há algum tempo. Em uma reportagem do jornal Diário do Paraná, afirma-se que o nome de Ney Braga para a

⁸ No entanto, antes de se definir pelo nome de Ney Braga, o governador Bento Munhoz havia convidado o prefeito de Curitiba, Erasto Gaertner, que precisou recusar o convite devido ao seu estado de saúde. Vejamos o depoimento de Bento Munhoz sobre a questão, feito em carta pública dirigida a Ney Braga em fevereiro de 1965:

“Devo confessar que não me lembraria de seu nome, se o estado de saúde de Erasto Gaertner lhe tivesse permitido a candidatura. Ele não a aceitou depois de um dramático encontro em minha casa, na véspera de ir ao Rio a serviço da prefeitura, em viagem de duração de poucos dias, quando, entretanto, se cumpriria o prazo de desincompatibilização fixado pelo Tribunal Eleitoral, para que o prefeito nomeado e em exercício se pudesse candidatar à eleição do mesmo cargo. Foi dramático o encontro porque só então Erasto, que tanto havia convivido comigo em cinco anos de Câmara Federal, como em minha agitada campanha de Governador e, depois, como meu primeiro Secretário de Fazenda, me revelou plena consciência da gravidade de seu estado de saúde. Nêsse encontro, Erasto, abrindo-se comigo, me confessou, numa dolorosa e exata previsão do futuro, que só tinha vida para poucos meses.

Só a morte impediu a candidatura de Erasto Gaertner à Prefeitura da Capital e, mais tarde, à minha sucessão no Govêmo, pois na conjuntura política da época, apenas seu nome congregaria forças partidárias suficientes para conduzir novamente à vitória nosso núcleo de 50. (...)

Pensei, então, em Você e em Ivo Arzúa, que já tinha se desincumbido magnificamente das missões atribuídas por meu Governo. Fixei-me em Você que era um nome mais conhecido por sua atuação na chefia de Polícia e tive que vencer, para impôr sua candidatura, as resistências opostas por interesses partidários de várias ordens” (CORREIO DO PARANÁ, 1965, Fev., Dia 21: 3).

candidatura começou a ser cogitado em fins de 1953, tendo em vista a sua popularidade (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, Mar., Dia 15: 4). Ney Braga diz que no final de dezembro de 1953 fora convidado para ser candidato. Na mesma página, antes dessa afirmação, ele nos revela o nome de três vereadores que vieram convidá-lo para assumir a candidatura. Afirma que

“Um dia, recebi a visita de três vereadores aqui em minha casa. Eram o Myltho Anselmo, o “Carioca” (Menezes Calda) e o Stival, de Santa Felicidade. Vieram me convidar para ser candidato à Prefeitura. Creio que foi Ernani Santiago de Oliveira, prefeito nomeado pelo Bento, quem soprou no ouvido deles meu nome. Cada um era de um partido. Naquele tempo não precisava ter partido para ser candidato. Eu não era filiado a nenhum. Pensei muito, conversei com a Nice e com o Bento, que me apoiaram” (BRAGA, 1996: 50).

Em 6 de maio de 1954, treze vereadores e mais um suplente, de diferentes partidos, lançaram um manifesto defendendo a candidatura de Ney Braga. Assinam o manifesto os seguintes vereadores: Menotti Caprilhone, Sebastião Darcanchy, Jurandyr Azevedo e Silva, Washington Mansur, Dilo Dodoy, Arlindo Ribas de Oliveira, Edward de Menezes Caldas, Boanerges Marquesi Sobrinho, Antonio Giacomassi, Mario Afonso A. de Camargo, Myltho Anselmo da Silva, Dorgelo Biasetto (suplente), João Stival, Angelo Burbello (O ESTADO DO PARANÁ, 1954, Maio, Dia 12: 1). Neste manifesto os vereadores solicitam a seus respectivos partidos que façam uma opção pela candidatura de Ney Braga (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, Mar., Dia 15: 4).

Ney Braga e Bento Munhoz articulam junto a outros partidos o apoio à candidatura Ney. A UDN era um partido que estava coligado com o governo Bento Munhoz. Embora a UDN já tivesse se decidido pela candidatura de Manoel Aranha, alguns integrantes do partido procuraram miná-la, no intuito de apoiar Ney Braga.

Foi o caso de Francisco de Paula Soares Neto, Secretário da Fazenda do governo Bento Munhoz entre março de 1954 a abril de 1955 (O DIA, 1954, Jun. Dia10: 4). Inclusive, dentre os vereadores que fizeram o manifesto defendendo a candidatura Ney Braga, encontram-se os da UDN. Bento Munhoz da Rocha Neto, embora ligado ao Partido Republicano, por razões familiares, tinha um perfil udenista. Numa Convenção Regional da União Democrática Nacional, realizada em 03 de abril de 1955, Bento Munhoz foi escolhido Presidente de Honra do Partido (KUNHAVALIK, 1995: 42).

Tendo em vista a postura de Guerra Rêgo de disputar a prefeitura pelo Partido Republicano, Bento Munhoz, de acordo com o General Luiz Carlos Pereira Tourinho, em entrevista⁹, irá procurá-lo visando lançar a candidatura de Ney Braga pelo PSP (Partido Social Progressista). Bento Munhoz lhe afirmara que prometera a Ney Braga que ele seria o candidato a prefeito, mas que Guerra Rêgo havia tomado conta do Diretório Municipal do Partido Republicano e queria sair candidato. Desta forma, Bento Munhoz ficou impossibilitado de lançar a candidatura de Ney Braga, pois Guerra Rêgo tinha a maioria dentro do Diretório Municipal. Embora o então Major Tourinho fosse Presidente Regional do PSP, ele ficou de reunir o Diretório Municipal e colocar a proposta da candidatura Ney Braga. Afirma que houve uma certa luta dentro do PSP e que os integrantes queriam que Ney Braga assinasse um compromisso partidário. O Major Tourinho os convenceu de que isso não se fazia necessário, e a candidatura de Ney Braga foi aprovada. Assim, Ney Braga é lançado candidato pelo PSP, tendo o apoio do governo do Estado e também da prefeitura, fragilizando a possível candidatura de Guerra Rêgo pelo Partido Republicano.

⁹ Entrevista concedida ao autor em novembro de 1995.

Deve-se observar que o PSP não havia apoiado a candidatura de Bento Munhoz ao governo do Estado em 1950, mas também não se posicionara contra, tendo em vista que o então Presidente do Partido, Coronel Plínio Alves Monteiro Tourinho, tinha sido líder da “Revolução de 30” no Paraná, contra as famílias Munhoz da Rocha e Camargo, do Partido Republicano. Com a morte do Coronel Monteiro Tourinho, o PSP passou a ser liderado pelo seu filho, o então Major Luiz Carlos Pereira Tourinho. Este foi convidado por Bento Munhoz para ser Diretor do DER (Departamento de Estradas de Rodagem). Tourinho aceita o convite de Bento Munhoz e leva consigo o apoio do PSP ao governo de Bento Munhoz, apoio relevante, visto que na Assembléia Legislativa havia um certo equilíbrio entre as forças políticas que apoiavam o governo e as forças ligadas a Lupion, do PSD (KUNHAVALIK, 1995: 50-51). Desta forma, a candidatura de Ney Braga é lançada pelo PSP. Por outro lado, fragilizada a candidatura de Guerra Rêgo (que não se candidata por nenhum outro partido e que, de acordo com Ney Braga, foi integrante de seu comitê eleitoral (BRAGA, 1986: 64)), o Partido Republicano vai optar em também oficializar a candidatura de Ney Braga. Isto se dá em encontro do Diretório Municipal do Partido Republicano, realizado em 08 de junho (O DIA, 1954, Jun., Dia 09: 4). Esta decisão mostra a força política de Bento Munhoz no interior do Partido Republicano, derrotando inclusive seu tio, Marins Camargo. Fato importante a se destacar é que, embora decidido o apoio destes partidos, Ney Braga não se filia a nenhum deles, mesmo porque, segundo o General Tourinho, ele não gostava de nenhum dos dois. O apoio do Major Tourinho, em particular, foi importante para a vitória de Ney Braga, visto que ele foi o candidato à Câmara Federal mais votado naquelas eleições, recebendo cerca de 33 mil votos. O General Tourinho, em entrevista, considera que se na época ele tivesse apoiado o principal concorrente de Ney Braga, Wallace Thadeu de Mello e Silva (PST – Partido Social Trabalhista),

este ganharia as eleições. Como se verá posteriormente, o PSP, ao lançar a candidatura de Ney Braga em 1954, esperava que nas eleições para a prefeitura de 1958, este, juntamente com o Partido Republicano, apoiariam a candidatura do Major Tourinho à prefeitura nas eleições de 1958. Vencidas as eleições por Ney Braga, Tourinho afirma que sequer fora convidado para a posse.

Além do apoio do Major Tourinho, deve-se destacar o relevante apoio que Ney Braga recebeu do governador Bento Munhoz, assim como o apoio de políticos de outros partidos. Além disso, é importante o apoio do prefeito de Curitiba, Emani Santiago de Oliveira. Sobre este apoio, Ney Braga afirma que o Santiago *“me ajudou muito nessa eleição”* (Op. Cit.: 64). O próprio General Tourinho diz que Bento Munhoz havia colocado o Emani Santiago de Oliveira na prefeitura para que este fizesse a campanha de Ney Braga.

Os candidatos que concorreram nas eleições para a prefeitura de Curitiba, foram: Ney Braga (PSP/PR), que obteve 18.327 votos, totalizando 28,7% do total de votos; Wallace Thadeu de Mello e Silva (PST), que teve 11.576 votos, representando 18% do total dos votos; Alfredo Pinheiro Júnior (PSD), com 11.070 votos (17,2%); Estevan Ribeiro de Souza Neto (PTB), com 8.007 votos (12,5%); Amâncio Moro (PL – Partido Libertador), com 5.213 votos (8,1%); João Cid de Macedo Portugal (PDC), com 4.567 votos (7,1%); Roberto Barroso (PTN – Partido Trabalhista Nacional), com 1.307 votos (2%); e, finalmente, Manoel de Freitas Valle Aranha (UDN), com 1.101 votos (1,7%) (PAZ, 1990: 85). Deve-se observar que o candidato da UDN acabou concorrendo, mesmo com o esvaziamento promovido por integrantes do partido. Importante destacar o grande número de partidos que concorreram nestas eleições, sem que houvessem coligações, com exceção do PR e PSP. Este amplo leque de partidos disputando as eleições, assim como o

esvaziamento de certos candidatos, facilita a eleição de Ney Braga, que não conseguiu uma votação muito substancial.

1.4 A CAMPANHA PARA A PREFEITURA

A passagem de Ney Braga pela Chefatura de Polícia lhe possibilitou ampliar suas relações, indicando que no decorrer de sua gestão naquela chefatura, já tinha o propósito de concorrer a outros cargos públicos. Afirma que *“O trabalho de chefe de polícia em todos os setores (...) ampliou o conhecimento do povo sobre a minha pessoa.”* (Op. Cit.: 49). Declara que este conhecimento começou antes, desde seu relacionamento com os soldados que comandava, passando depois pela polícia civil e militar. *“Os soldados e os policiais eram para mim companheiros e irmãos.”* (Op. Cit.: 49). Sua afirmação é clara no sentido de que estas relações lhe foram úteis nas eleições: *“Isso serviu para minhas futuras eleições”* (Op. Cit.: 49). Devem ser destacadas também suas relações com o mundo do esporte e com os motoristas de táxi da cidade. Diz que *“Durante a Chefatura, tive mais contato com esse pessoal (do esporte). Ia ao jogo de futebol, a solenidades no Atlético, no D. Pedro II, na Sociedade Água Verde, no Clube Literário do Portão e em vários outros clubes de bairro, mas nunca havia pensado em ser candidato”* (Op. Cit.: 49-50). Quanto ao apoio dos funcionários da prefeitura, o próprio Ney Braga declara que recebera o apoio de parte daquele funcionalismo. Dois candidatos encontraram maior apoio no funcionalismo municipal, que eram o próprio Ney Braga e, por outro lado, seu mais forte concorrente, Wallace Tadeu de Mello e Silva. Afirma que *“Se Wallace tinha maioria no funcionalismo público, em compensação os motoristas de praça quase todos me ajudaram”* (Op. Cit.: 64).

Curitiba contava na época com uma população próxima de 200.000 habitantes e a campanha era feita por todos os bairros da cidade. Ney Braga afirma que visitava as lojas, armazéns, casas e botequins. A campanha também era feita através do rádio. Ney Braga diz que usou muito as emissoras de rádio, citando a PRB 2, a Guairacá e a Marumbi. Fala de inúmeras famílias e amigos que o ajudaram na campanha, como a família Madalosso em Santa Felicidade e seu amigo Elói Fabris, que tinha um ponto de táxi na praça Tiradentes (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1987, Set., Dia 27: 3).

Desta forma, verifica-se que todas estas amizades conquistadas, seja no exército, na polícia, no esporte, etc. contribuíram para a sua campanha eleitoral, visto que muitos se tornaram cabos eleitorais.

Um outro aspecto que deve ser destacado na campanha de Ney Braga se refere ao apoio da Igreja Católica. E este apoio da Igreja vem, em parte, por intermédio do governador Bento Munhoz. De família tradicional católica, Bento Munhoz era um reconhecido intelectual católico. Dentre outros representantes do meio intelectual católico paranaense, Bento Munhoz foi um dos sócios fundadores do Círculo de Estudos Bandeirantes, instituição idealizada em 1929 pelo padre Luiz Gonzaga Miele. Bento Munhoz foi quatro vezes presidente do Círculo. Além disso Bento Munhoz era integrante de um grupo de intelectuais católicos que combatia o nazismo, o fascismo e o comunismo. Este grupo era uma corrente de apoio, no Paraná, ao CENTRO DOM VITAL e à revista A ORDEM (KUNHAVALIK, 1995:19-35). O governo de Bento Munhoz dá apoio financeiro a instituições educacionais católicas, como auxílio à Sociedade Literária Padre Antonio Vieira, destinado à construção do Instituto Educacional Nossa Senhora Medianeira, e auxílio à Sociedade Paranaense de Cultura, entidade que mantém a Universidade Católica do Paraná, em formação. O governo concede uma subvenção anual àquela

instituição (KUNHAVALIK, 1995: 86-87). Se em parte havia o apoio do clero à candidatura de João Cid de Macedo Portugal, do PDC, este apoio passou a ser dado à candidatura de Ney Braga. João Cid afirma que recebia o apoio do clero, mas que posteriormente os padres que lhe apoiavam passaram a recomendar Ney Braga. João Cid dá alguns exemplos da postura do clero: Afirma que em Uberaba o padre lhe garantiu que o bairro todo estava com ele. Posteriormente o padre lhe confessou que, enquanto o PDC e seu candidato estavam no seu coração, o candidato do governo estava em seu bolso, tendo em vista que a capela que João Cid prometera construir, se eleito, já estava sendo construída pelo governo. João Cid afirma que *"Assim me abandonaram as paróquias de Campo Comprido e outras tantas, uma a uma em troca de favores do governo"* (PORTUGAL, 1995: 138-139).

Sendo assim, entendemos que não só o ingresso de Ney Braga no cenário político paranaense se deve à atuação política de Bento Munhoz, mas que também a primeira fase da carreira política de Ney Braga - desde o trabalho frente à Chefatura de Polícia, passando pela definição da candidatura, até a gestão na prefeitura - é fortemente devedora do decisivo apoio do então governador.

Ney Braga declara que, ao assumir a prefeitura de Curitiba, não tinha nenhum programa de governo, mas apenas algumas idéias que foram se consolidando no decorrer da campanha (Op. Cit.: 69). Na Câmara Municipal, que era presidida por Aristides Simão, Ney Braga afirma não ter tido qualquer problema para aprovar seus projetos. Diz que o Presidente da Câmara Municipal o apoiou muito (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC, 1990: 8).

Em sua gestão criou o Departamento de Planejamento e Urbanismo para cuidar do planejamento da cidade. Este Departamento, chefiado por Mário de Mari, era integrado, dentre outros, por Saul Raiz e Rischbieter que tomar-se-ão

importantes membros do neyismo. Procurou o urbanista Prestes Maia que por alguns meses assessorou a prefeitura. Realizou-se trabalhos como a canalização de rios e a pavimentação de ruas. O plano de pavimentação procurou estar de acordo com o uso das linhas do transporte coletivo. A *“responsabilidade era do Departamento de Rodovias Municipais, chefiado pelo dr. Dario Lopes dos Santos, auxiliado pelo companheiro Eloy Fabris, que também abria e pavimentava estradas municipais”* (Op. Cit.: 77). No setor de transporte coletivo, procurou-se substituir os lotações de propriedades individuais, que transportavam poucas pessoas, por ônibus. Ney Braga formou uma comissão encarregada de estudar um plano de transporte coletivo, presidida pelo coronel Alípio Ayres de Carvalho. Não tendo interesse em que o transporte coletivo fosse realizado pela prefeitura, Ney Braga convocou alguns empresários, proprietários de ônibus, que disputavam o mercado com os proprietários dos lotações, afim de que aqueles operadores pudessem constituir empresas e substituir os lotações. Dentre estes empresários, Ney Braga cita Erondy Silvério, Alfredo Gulin, Luís Martini, Bortolo Pellanda Netto, Orlando Bertoldi, Ermínio Brunatto Filho, e Geronasso. Foram instalados telefones automáticos na cidade; foi construída uma rodoviária, assim como o Mercado Municipal. Curitiba recebeu, em 1957, o título de “Os Dez Municípios Brasileiros de Maior Progresso”, ficando em primeiro lugar. Era uma promoção do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, Mar., Dia 15: 4).

CAPÍTULO SEGUNDO

DA AUTONOMIZAÇÃO POLÍTICA ÀS RELAÇÕES COM JOÃO GOULART

2.1 O INGRESSO DE NEY BRAGA NO PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

Como vimos anteriormente, Ney Braga, embora tenha disputado as eleições de 1954 para a prefeitura, pelo PSP e pelo PR, não havia se filiado a nenhum partido. É importante fazermos aqui a seguinte questão: Por que Ney Braga vai ingressar no PDC e não no Partido Republicano, partido de seu patrono político, Bento Munhoz da Rocha Neto, o qual fora o principal responsável pela sua vitória na eleição para a prefeitura? Vejamos inicialmente o contexto de alguns partidos políticos no momento em que o então prefeito de Curitiba - que pretendia disputar uma vaga à Câmara Federal nas eleições de 1958 - deveria definir sua posição partidária. Em 1957 o Partido Republicano passa por uma séria crise, chegando a ter o desligamento de alguns de seus membros e inclusive um rompimento, em julho de 1957, de deputados com o Partido. Dentre estes deputados estavam: Lauro Portugal Tavares (Dep. Federal), Chafic Cury (Dep. Estadual), Amaury de Oliveira Silva (Dep. Estadual), João Xavier Viana (Dep. Estadual), Paulo Camargo (Dep. Estadual), e Nilson Batista Ribas (Dep. Estadual). A grande parte da bancada do PR na Assembléia Legislativa entrou em conflito com o próprio Partido. O centro dos problemas por que passava o PR se referia a Lopes Munhoz. Este era ligado ao PSD, mas havia rompido com Lupion e passara a apoiar a candidatura de Bento Munhoz nas eleições de 1950 e de Mário Barros em 1955. Já em 1957, Lopes Munhoz, que era o líder do PR na Assembléia Legislativa, volta a se aproximar de Lupion. Na última eleição para a Mesa da Assembléia, Lopes Munhoz seguiu uma linha contrária àquela adotada pelo Partido Republicano. Lopes é acusado por

membros do PR de ser anti-udenista e de apoiar Moisés Lupion (O ESTADO DO PARANÁ, 1957, Ago., Dia 21: 4-10-16) (O ESTADO DO PARANÁ, 1957, Nov., Dia 09: 4). O Partido Republicano apresenta, neste momento, estas duas posições opostas, uma que se aproxima do PSD e outra contrária, que é a mais forte. Ney Braga, embora não estivesse ligado formalmente ao PR, saiu em defesa dos deputados que romperam com o Partido, tendo em vista, segundo Ney Braga, que aqueles estavam defendendo a coerência política do Partido Republicano, ou seja, de oposição ao PSD e ao Lupionismo. A posição de Ney Braga diverge daquela adota pelo presidente do Partido, Marins Camargo (O ESTADO DO PARANÁ, 1957, Jul., Dia 07: 3-4). Realizada a Convenção Regional do Partido Republicano em novembro de 1957, decidiu-se pelo afastamento, por 15 votos contra 7, de Lopes Munhoz do Partido. Em poucos dias alguns deputados que haviam rompido com o PR, voltam a representá-lo na Assembléia Legislativa, sob a liderança de Amaury Silva (O ESTADO DO PARANÁ, 1957, Nov., Dias 10 e 14: 4).

Bento Munhoz acompanhou a crise no PR apoiando seus amigos que defendiam a manutenção de oposição ao PSD, cogitando inclusive de ingressar na UDN. Analisando a situação, em entrevista, Bento Munhoz considera que uma ala do PR tendia a seguir a orientação nacional que era pela aproximação com o governo, ou seja, com o PSD de Moisés Lupion. Bento Munhoz mostra-se contrário à posição do Diretório Nacional do PR que apóia o Governo Federal e que quer o apoio do PR local ao governo do PSD (TRIBUNA DO PARANÁ, 1957, Dez., Dia 4: 6). A nível nacional, o Partido Republicano apoiara a candidatura de Juscelino Kubitschek para presidente, ou seja, unindo-se ao PTB e ao PSD. E este apoio continuou durante o governo de Juscelino, até as eleições seguintes, quando o PR iria apoiar a candidatura de Jânio Quadros. Tendo em vista este apoio a Juscelino, o PR nacional procura influenciar a aproximação regional com o PSD. No entanto, a

maior parte do PR paranaense é anti-lupionista, anti-PSD, a começar por uma de suas principais lideranças, Bento Munhoz.

Em setembro e outubro de 1957, discute-se na UDN a possibilidade de convidar o ex-governador Bento Munhoz e, inclusive Ney Braga, para ingressarem no Partido. No entanto, a possibilidade de ingresso de Bento Munhoz na UDN não seria aceita de forma muito pacífica por todos. Setores da UDN vetaram o seu nome tendo em vista acreditarem que Bento não teve muito interesse pela candidatura de Othon Mader (UDN) ao governo do Estado em 1955, eleição em que o PR apoiou o PTB (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1957, Set., Dia 15:6). Bento Munhoz confirma que houve conversações com a UDN (O ESTADO DO PARANÁ, 1957, Out., Dia 9:4). Mas resolveu esperar pelo desfecho da crise no PR, que resultou na vitória de sua posição e de seus amigos. Sendo assim, decidiu permanecer no PR e se candidatar a deputado federal em coligação com a UDN (TRIBUNA DO PARANÁ, 1957, Dez., Dia 4: 6).

Mas esta crise no Partido Republicano não foi o fato mais importante que pesou na recusa de Ney Braga em ingressar no Partido. Outros motivos devem ter tido um peso mais relevante, como é o caso do conflito criado em torno da definição de sua possível candidatura à Câmara Federal. No PR Ney Braga recebeu espaço apenas para disputar uma vaga na Assembléia Legislativa e não à Câmara Federal, como era de seu interesse. Ney Braga teria rompido com Bento Munhoz pois este queria que seu ex-cunhado fosse candidato a deputado estadual (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 437). Sobre a definição de sua candidatura, Ney Braga, em sua biografia, faz as seguintes afirmações:

“Eu não pensava em ser candidato em nível federal, mas sim estadual, porque o Bento Munhoz da Rocha é que seria candidato à Câmara Federal.

Queria ser estadual porque se fosse federal atrapalharia a eleição de alguns amigos. Adverti claramente: 'Hoje, a Lapa é do Bento mas se eu for candidato a Lapa vem comigo'. Quer dizer, eu não podia deixar de entrar em algumas cidades, o que perturbaria(sic) pessoas amigas. Mas eles insistiram. Lembro que estava num carro com o João Xavier Viana, Paulo Camargo e Bento. Eles insistiram para eu sair candidato a deputado federal. Da mesma forma pensava o dr. Marins Camargo, líder do PR, a quem eu respeitava muito." (BRAGA, 1996: 88).

Os fatos que surgem no relato que Ney Braga faz acima se dão num contexto em que ele já era integrante do PDC. E o que se verifica na pesquisa realizada em jornais da época, é que quando Ney Braga ingressa no PDC, ele o faz como candidato a deputado federal, decisão tomada antes mesmo de entrar para o partido.

O Partido Social Progressista também atravessava um momento de crise, tendo em vista a divisão em que se encontravam seus quadros. Havia um setor do PSP, mais ligado à liderança de Adhemar de Barros, que tendia a se aproximar do PSD e de Moysés Lupion, enquanto que outros quadros estavam mais ligados à liderança de Luiz Carlos Pereira Tourinho, que mantinha uma postura mais crítica a Lupion. Após as eleições para o governo do Estado de 1955, o PSP passa a aderir ao governo Lupion, apoiando-o na Assembléia Legislativa e inclusive mantendo quadros no Secretariado. Esta adesão dividiu o Partido nas duas alas apontadas acima.

Vejam agora a situação do Partido Democrata Cristão. De acordo com João Cid de Macedo Portugal - que foi candidato à prefeitura de Curitiba pelo PDC em 1954 - em 1953 o então Presidente Nacional do Partido e Deputado Federal Monsenhor Arruda Câmara, havia indicado no Paraná o Major Jayme Maria Sobrinho para organizar o PDC no Paraná. Este Major da Polícia Militar era Ajudante de Ordem do governador Bento Munhoz. Por outro lado, Jânio Quadros,

que fora eleito prefeito de São Paulo em março de 1953, enviara seu pai, Gabriel Quadros, para articular a formação e organização do PDC visando a eleição para a prefeitura de Curitiba, prevista para outubro de 1953. Gabriel Quadros procurou Clotário de Macedo Portugal Filho para que este pudesse organizar o Partido e prepará-lo para a eleição. Juntamente com o Major Jayme Maria Sobrinho, Clotário instalou, em Curitiba, no mês de maio de 1953 o Diretório Municipal do PDC (PORTUGAL, 1995: 131-134). Na eleição que acabou se realizando em 1954, o candidato do PDC, João Cid, havia recebido a promessa de Moysés Lupion de que o PSD acabaria apoiando a sua candidatura, o que acabou não ocorrendo.

Nas eleições de 1955, quando o PDC regional era presidido por Clotário Portugal, este procurou articular o nome de José Munhoz de Mello, então presidente do Tribunal de Justiça, para ser o candidato do Partido ao Governo do Estado. Por outro lado, André Franco Montoro veio a Curitiba tentar articular o apoio do PDC regional à candidatura de Oton Maeder, estabelecendo uma coligação com a UDN, seguindo a mesma linha da esfera nacional. Com a coligação entre PSD e PTB em torno da candidatura de Juscelino Kubitschek para a presidência da República, Juarez Távora aceita o convite do PDC para também ser candidato. A candidatura de Juarez Távora recebe também o apoio do PSB, do PL e da UDN. Por isso a tentativa de Montoro de articular o apoio do PDC paranaense à candidatura da UDN. Montoro contava com o apoio do então Vice-Presidente do PDC regional, professor Joaquim de Mattos Barreto (PORTUGAL, 1995: 141). Barreto foi Secretário de Educação e Cultura e Diretor da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural no governo de Bento Munhoz (O ESTADO DO PARANÁ, 1957, Set., Dia 10: 4). Tendo em vista a desistência de José Munhoz de Mello de levar seu nome à convenção, esta acabou definindo o apoio a uma outra candidatura, a de Moysés Lupion, do PSD, recusando a proposta de Franco Montoro, de apoiar o

candidato da UDN. Com a vitória de Moysés Lupion, o PDC participou de seu governo (PORTUGAL, 1995: 141).

O então prefeito Ney Braga recebeu propostas de ingresso em diferentes partidos, incluindo a possibilidade de ser candidato a deputado federal (O ESTADO DO PARANÁ, 1957, Set., Dia 13: 4). No entanto, Ney Braga acabou por ingressar no PDC, buscando a sua independência política em relação a Bento Munhoz. Seu ingresso no partido foi acompanhado por outros nomes, os quais Ney Braga levou para o PDC. Afirma que : *“Então fez-se a reestruturação do PDC, ingressando no partido Affonso Camargo, Oscar Alves, Jucundino Furtado, eu e todo o nosso pessoal. Além desses companheiros vários outros se filiaram e disputaram a eleição de 1958”* (BRAGA, 1996: 86).

O PDC no Paraná foi reestruturado no segundo semestre de 1957, quando o lupionista Clotário Portugal foi substituído na presidência pelo professor Joaquim de Mattos Barreto, opositor de Lupion (O ESTADO DO PARANÁ, 1957, Nov., Dia 5: 4). A partir daí o PDC deixou de apoiar o governo Lupion. Reestruturado o Partido e assumindo um perfil anti-lupionista, o PDC poderia facilitar o projeto político de Ney Braga. Quando este ingressa no PDC, já tinha o propósito de alçar vôos mais altos em curto período de tempo, pois além de estar decidido a lançar sua candidatura para deputado federal, já visava a sua candidatura ao governo do Estado de 1960. Em entrevista concedida ao IPARDES, Norton Macedo, assessor de Ney Braga, comenta a entrada deste no PDC. Perguntado se a vivência no PDC havia sido uma opção partidária, ou uma possibilidade para garantir uma vaga de candidato, e se Ney Braga era um homem de partido, Norton Macedo afirma que: *“Talvez quando ele se candidatou a deputado tivesse sido uma opção por um partido que lhe desse legenda. Os líderes da UDN na época não tinham mais vínculos com ele e não quiseram que ele fosse candidato numa chapa que uniria a UDN, o PR e o PDC, então ele emancipou-se (...) e*

formou o PDC". Em seguida, perguntado se a entrada de Ney Braga no PDC estava relacionada ao rompimento dele com Bento Munhoz, diz que: *"De certa forma sim, porque na hora que faltou espaço para ele no grupo do professor Bento, um grupo também multipartidário, porque eram as oposições coligadas, ele optou pela busca de nova legenda e optou pelo PDC. Naquele momento, talvez tenha sido uma opção para garantir o início ou a continuidade de sua carreira. Mas depois não, depois ele (...) passou a ser um homem de partido* (IPARDES - SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 230). Em suas memórias, Ney Braga revela, como vimos, que algumas lideranças do Partido Republicano insistiram para que ele saísse candidato a deputado federal (BRAGA, 1996: 88). No entanto, em outro momento de suas memórias deixa claro que havia divergências em torno da definição de sua candidatura à Câmara Federal.

"É bom lembrar que não havia muito espaço para mim antes de ser deputado federal. Quando conversava com o pessoal da UDN ou do PR recebia sempre o conselho: candidate-se à Assembléia Legislativa. Os companheiros prometiam todo o apoio para o deputado estadual e nem queriam ouvir falar no 'deputado federal Ney Braga'. Se com os aliados da UDN era assim, com alguns do Partido Republicano também era. O grande nome do PR era Bento Munhoz da Rocha e, apesar de nossas ligações pessoais, o entendimento entre nós estava difícil em virtude de eu ter lançado a candidatura de Aristides Simão à prefeitura de Curitiba.

Por isso foi importante a criação de uma legenda nova no Paraná, o PDC, que viabilizou a minha candidatura" (BRAGA, 1996: 92-93)

Isso nos revela que o aspecto mais relevante do afastamento de Ney Braga em relação a Bento Munhoz, seu patrono político, foi a necessidade de se emancipar politicamente para seguir um caminho próprio. Este rompimento de Ney Braga com o grupo de Bento Munhoz é visto como uma traição. Fausto Castilho, um intelectual ligado a Bento Munhoz, afirma em entrevista que Ney Braga surpreendeu a Bento Munhoz ao formar um grupo com o Mattos Barreto. Entende que a traição

de Ney *“Começa no momento em que ele, vamos dizer, faz uma surpresa organizando esse grupo, anuncia essa coisa e se filia ao pessoal de São Paulo.”* Para Castilho, Ney Braga *“resolve montar este esquema que o beneficiou durante vinte e tantos anos”* (IPARDES – SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 47). O rompimento entre Ney Braga e Bento Munhoz vai se tornar mais explícito nas eleições para o governo do Estado de 1960, como se verá. No jornal *“O Estado do Paraná”*, órgão que apoiava o prefeito Ney Braga, o possível ingresso deste no PDC é justificado do seguinte modo: *“O programa dessa agremiação, a sua linha de coerência no panorama político nacional, o alto valor moral de seus dirigentes e a sua absoluta independência foram os motivos que orientaram a decisão do prefeito Ney Braga de se filiar ao PDC”* (O ESTADO DO PARANÁ, 1957, Out., Dia 3: 4).

No início de novembro Ney Braga confirma seu ingresso no PDC. Em entrevista ao jornal *“O Estado de São Paulo”*, afirmou que foi convidado a ingressar no PDC pelo líder pedecista de São Paulo, deputado André Franco Montoro e também pelo professor Joaquim de Mattos Barreto, então presidente do PDC no Paraná. Nesta mesma entrevista Ney Braga disse que o PDC lançaria seu próprio candidato à prefeitura de Curitiba. Além disso confirmou que seria candidato a deputado federal nas eleições de 1958, e revelou o seu interesse em disputar as eleições para o governo do Estado de 1960. Desde já ele se mostra favorável à candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1957, Nov., Dia 10: 7).

Nas eleições para o governo do Estado de 1950 as oposições a Lupion conseguiram formar um bloco em torno da candidatura de Bento Munhoz. Mas já nas eleições de 1955 esta coligação estava desfeita e as oposições lançaram três candidatos ao governo, quais sejam: Mário B. Barros pelo PTB-PR, Othon Mader pela UDN e Luiz Carlos Pereira Tourinho pelo PSP (IPARDES, 1989: 136). Na

discussão feita acima sobre os partidos políticos pode-se notar algumas diferenças importantes entre as agremiações. Deve-se destacar o fortalecimento do PTB no Paraná, que acompanha o fortalecimento do partido a nível nacional. Isso se dá a partir do governo Juscelino, em que o PTB passa a controlar o Ministério do Trabalho, que tinha sob seu controle os institutos de previdência social, além das delegacias regionais do trabalho; e, por pouco tempo, o Ministério da Agricultura e suas autarquias. O desenvolvimento industrial e o incremento da urbanização também beneficiam o PTB. De acordo com Magalhães o PTB no Paraná apresentaria três faces. Uma mais presente no Norte do Estado, com o controle pelo partido da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, influenciando agricultores e comerciantes; outra com o trabalhismo, ligada principalmente aos ferroviários e uma terceira no Sudoeste, com pequenos proprietários e posseiros, grande parte de origem gaúcha. Aponta ainda a existência de uma certa proximidade entre o PTB e o PRP (Partido de Representação Popular), de caráter integralista. O integralismo no Paraná, principalmente em Curitiba seria mais urbano, e muitos ficam no PTB (IPARDES – SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 127-128).

Em 1958, nas eleições para a prefeitura de Curitiba, o Partido Social Progressista esperava obter o apoio do Partido Republicano e de Ney Braga à candidatura do Major Luiz Carlos Pereira Tourinho, tendo em vista o apoio que o PSP havia dado a Ney Braga nas eleições de 1954, inclusive concedendo a legenda para que este fosse candidato. Em setembro e outubro de 1957, o PSP e a UDN fecham um acordo para as eleições de 1958. O PSP se compromete a apoiar a candidatura de Paula Soares (UDN) ao Senado, enquanto a UDN se compromete com a candidatura do Major Luiz Carlos Pereira Tourinho à prefeitura de Curitiba (O ESTADO DO PARANÁ, 1957, Set., Dia 28: 2 e 4/ Out., Dia 4: 2 e Dia 5: 4).

Houve discussões entre a UDN, o PSP, o PR, o PDC e o PL em torno das eleições e da escolha dos candidatos, mas estas conversações não resultaram em acordo. A UDN não abriu mão do acordo com o PSP e este manteve o acordo com a UDN, apesar da divisão do partido, provocada por Adhemar de Barros que fez um manifesto de apoio ao PSD, além de se posicionar contra o acordo do PSP com a UDN. Além disso, Adhemar de Barros saiu suplente ao Senado na chapa de Munhoz de Mello, candidato do PSD (O ESTADO DO PARANÁ, 1958, Jul., Dia 11: 4). O Major Tourinho rompeu com o líder Adhemar de Barros e manteve o acordo com a UDN (O ESTADO DO PARANÁ, 1958, Jul., Dia 15: 4). O Partido Republicano estava dividido e formalmente não apoiou nenhum candidato. Na Convenção Municipal deste partido, realizada em junho de 1958, Tourinho obteve 8 votos e Wallace 10 votos. No entanto, decide-se não apoiar o candidato que receber o apoio do PSD. Wallace Tadeu foi quem recebeu o apoio do PSD. O Partido Republicano acabou apoiando a candidatura Paula Soares para o Senado e formando a Frente Democrática com a UDN, com candidatos para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Federal. Tourinho também acabou por receber o apoio informal de setores do PR à sua candidatura (O ESTADO DO PARANÁ, 1958, Out., Dia 07: 4).

Embora Ney Braga mantivesse discussões com outros partidos, demonstrava, desde quando entrou no PDC, o desejo de lançar candidatura própria para a prefeitura. Fez declarações neste sentido em novembro de 1957 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1957, Nov., Dia 10: 7). Em maio de 1958 voltou a declarar que o PDC teria candidato próprio à prefeitura (O ESTADO DO PARANÁ, 1958, Mai., Dia 07: 4). Em suas memórias, afirma que, em reunião na casa do secretário de Governo de Bento Munhoz, Felizardo Gomes da Costa, que contou com a presença, dentre outros, de João Xavier Viana, Lacerda Werneck, Lauro Portugal Tavares e Paulo Camargo, decidiu-se pelo apoio à candidatura do Major Tourinho. Este

deveria se comprometer, na próxima eleição para o governo do Estado, a apoiar um candidato escolhido por consenso entre Bento Munhoz, Adolfo de Oliveira Franco e Ney Braga. No entanto, no dia seguinte Ney Braga teria recebido um comunicado do PR em que o partido se negava a apoiar o Major Tourinho, tendo em vista a “Revolução de 30”¹. Desta forma, Ney Braga comunicou ao Major que também não poderia apoiá-lo (BRAGA, 1996: 88).

Desenvolveram-se ainda discussões entre o PDC e o PR em torno de uma candidatura comum. Ney Braga tentou articular a candidatura de Adeodato Volpi, ligado à UDN. No entanto, de acordo com Volpi, a UDN, que tinha um acordo com o PSP, se recusou a liberá-lo para sair candidato pelo PDC (O ESTADO DO PARANÁ, 1958, Jun., Dia 03: 4). Ney Braga afirma que *“Uma nova tentativa de entendimento entre os dois partidos debateu a possibilidade da candidatura de Adeodato Volpi. Os republicanos achavam que Adeodato era um candidato muito próximo de mim.. Outra vez a reunião entre o PR e o PDC terminou sem candidato”* (BRAGA, 1996: 88). Em junho, após o PDC ter definido seu candidato, Volpi solicitou desligamento da UDN (O ESTADO DO PARANÁ, 1958, Jun., Dia 4: 4). Ney Braga decide então pela candidatura de Aristides Simão, do Partido Liberal, que era presidente da Câmara Municipal e apoiava o prefeito Ney Braga. A Convenção Municipal do PDC, realizada em 30 de maio aprovou a candidatura de Aristides Simão. Em 14 de junho realizou-se a Convenção Regional do PDC, homologando aquela candidatura. Também foi decidido que o partido deveria se empenhar na candidatura de Ney Braga e divulgar a sua candidatura ao governo do Estado (O ESTADO DO

¹ O pai do General Tourinho, Coronel Plínio Alves Monteiro Tourinho, foi o líder da “Revolução de 30” no Paraná (KUNHAVALIK, 1995: 50). Como líder revolucionário, mandou prender Marins Camargo, irmão de Affonso Camargo, o então Presidente do Paraná. Affonso Camargo só não foi preso, porque tinha deixado (refugiou-se em um Convento) Curitiba. Marins Camargo foi solto poucos dias depois (BRAGA, 1996: 102). Não se pode esquecer que Marins Camargo era o Presidente do PR, neste momento em que se discute a sucessão de Ney Braga.

PARANÁ, 1958, Jun., Dia 15: 4). Ney Braga afirma que conversou com Bento Munhoz e outros líderes do PR sobre a candidatura de Simão, mas estes estariam preocupados com a coligação PR/UDN. Diz que um representante daquele grupo foi até a Convenção do PDC e informou a Ney Braga que eles não apoiariam a sua candidatura à Câmara Federal caso o PDC lançasse o Aristides Simão (BRAGA, 1996: 89).

Ney Braga não conseguiu eleger o seu sucessor na prefeitura. Apesar de sua popularidade como prefeito, Felipe Aristides Simão (PL/PDC) foi o segundo colocado nas eleições, obtendo 27,5% dos votos, perdendo para o candidato do PTB, Iberê de Mattos, que ficou com 33,4% dos votos. O Major Tourinho (PSP/UDN) obteve 17,2% dos votos e Wallace Thadeu (PSD/PST) ficou com 11,9% (PAZ, 1990: 85). Mas a popularidade que Ney Braga conquistou com a sua gestão na prefeitura, reforçada com o prêmio que obteve², possibilitou-lhe uma ampla votação para a Câmara Federal nas eleições de 1958. Obteve 57.099 votos e teve fortes concorrentes, tais como: Jânio Quadros que concorreu pelo PTB e obteve a maior votação no Estado, com 78.810 votos; Plínio Salgado, ex-líder da Ação Integralista Brasileira, eleito pelo PRP (Partido de Representação Popular), com 50.628 votos (COSTA, 1995: 582). Bento Munhoz, também candidato à Câmara Federal pelo Partido Republicano, recebeu 17.200 votos.

2.2 A CAMPANHA PARA O GOVERNO DO ESTADO

Ney Braga havia se licenciado da prefeitura no dia 19 de julho de 1958 para concorrer à Câmara Federal e fora substituído no cargo pelo vereador Elias Karam (UDN), vice-presidente da Câmara Municipal, tendo em vista que o presidente, Aristides Simão, estava em licença (O ESTADO DO PARANÁ, 1958, Jul., Dia 20: 4). Ney Braga reassume o cargo em 13 de outubro (O ESTADO DO PARANÁ, 1958, Out., Dia 14: 4). Após as eleições de 03 de outubro, Ney Braga volta a confirmar sua disposição em disputar as eleições para o governo do Estado. Em entrevista à Rádio Record de São Paulo, Ney Braga fala de seu interesse na candidatura ao governo, de preferência vinculada ao esquema da candidatura de Jânio Quadros à presidência da República (O ESTADO DO PARANÁ, 1958, Out., Dia 09: 4). Em novembro esteve reunido com o chefe da Casa Civil do Governo Jânio Quadros, Quintanilha Ribeiro, possivelmente em busca de apoio à sua candidatura ao governo. Na ocasião, volta a manifestar apoio à candidatura de Jânio Quadros. Com relação à tentativa de Ney Braga em procurar obter o apoio de Jânio Quadros, ele afirma que *“Uma das minhas primeiras ações de campanha foi viajar a São Paulo para buscar o apoio dele. Nosso encontro foi na casa de Abreu Sodré. Jânio deu-me um grande abraço e disse: ‘las ganhar sem mim, vais ganhar comigo’.* Foi a declaração mais afirmativa que obtive dele” (BRAGA, 1996: 128).

A campanha de Ney Braga ao governo do Estado tem início no segundo semestre de 1959. Em outubro deste ano haveria eleições para a Câmara Municipal de Curitiba e eleições municipais no interior do Estado. O maior vitorioso nestas eleições realizadas no interior foi o PTB que cresceu bastante, inclusive ganhando

² Promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Curitiba recebeu, em 1957, o título de “Curitiba um dos 10 municípios de maior progresso do Brasil”. O prêmio foi entregue pelo presidente Juscelino Kubitschek.

espaço do PSD. Em Londrina o candidato da coligação entre UDN e PTB, Milton Menezes (UDN), foi o vitorioso (O ESTADO DO PARANÁ, 1959, Out., Dia 07: 4). A presença do PDC no interior era praticamente inexistente. O PTB ganhou a eleição para a prefeitura de Curitiba com Iberê de Mattos em 1958; venceu a eleição para a prefeitura de Londrina, coligado com a UDN; foi o maior vitorioso nas eleições municipais pelo interior do Estado e, além disso, venceu a eleição para o Senado, com Abilon de Souza Naves (Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil), uma das principais lideranças petebistas no Estado. Ao comentar sobre o crescimento do PTB no Paraná, Magalhães considera que um aspecto importante que explica o crescimento do PTB no Estado, se refere à composição social de seu eleitorado:

“... esse partido incorporava três segmentos socialmente diferenciados e geograficamente afastados: um primeiro, mais antigo, representava principalmente operários e assalariados urbanos, com base nos portos, nas cidades onde se localizavam as bases operacionais da estrada de ferro ou se concentravam indústrias, no que estamos chamando de Paraná *tradicional*; um outro fortalecia-se, cada vez mais, no norte do Estado, principalmente entre as camadas ligadas à economia cafeeira, em parte devido à influência da longa permanência de membros do partido no comando de órgãos estratégicos do Ministério da Agricultura e do banco do Brasil; um terceiro, mais recente, formado principalmente por pequenos produtores, crescia nas regiões do oeste e sudoeste do Estado, com a colonização gaúcha, que trazia consigo a vinculação política de seu estado de origem. Esse último consolidara-se com os grandes conflitos de terras ocorridos no segundo governo Lupion, que haviam levado o governo federal a promover uma intervenção branca no Sudoeste” (MAGALHÃES FILHO, 1999: 108-109).

Esta força eleitoral do PTB certamente iria repercutir nas eleições para o governo do Estado que se realizariam em 1960. O Senador Souza Naves, candidato do PTB ao governo, é considerado um candidato muito forte, praticamente imbatível. O próprio Ney Braga, falando de seu adversário, disse que “*Naves era*

popular em todo o Estado, emocionava o povo, demonstrava sentimento humano quando falava de pobreza. Isso é fundamental para o homem público que almeja vencer uma eleição majoritária. Porque se você não tiver emoção, se o povo não sentir sinceridade em você, não vota. O Naves era assim” (BRAGA, 1996: 115).

Em maio de 1959 Ney Braga foi escolhido para a presidência do Diretório Municipal do PDC, tendo como 1º vice-presidente Affonso Alves de Camargo Netto. Joaquim de Mattos Barreto continuava presidente do Diretório Regional (O ESTADO DO PARANÁ, 1959, Mai., Dia 22: 4). Na Convenção Regional do partido, realizada em 31 de maio, o PDC definiu a candidatura de Ney Braga ao governo do Estado, assim como decidiu apoiar, na Convenção Nacional do PDC, a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República (O ESTADO DO PARANÁ, 1959, Jun., Dia 03: 4). Em 24 de junho, o então deputado federal Ney Braga viajou à Roma para, em nome do PDC, se encontrar com Jânio Quadros. Levava consigo uma carta de princípios do PDC com vistas às eleições de 1960. O PDC desejava que Jânio saísse candidato pelo partido. Na Convenção Nacional do PDC, foram homologadas as candidaturas de Jânio Quadros à presidência e de Fernando Ferrari para a vice-presidência. Ney Braga foi encarregado de fazer um discurso no encerramento da Convenção, em saudação a Jânio Quadros.

O candidato do PTB, Souza Naves, principal adversário de Ney Braga, falece em 12 de dezembro de 1959. Mesmo assim o PTB mantém a disposição de disputar as eleições com candidato próprio, recusando o convite de partidos como a UDN, o PR e o PSP para se coligarem e escolherem um candidato comum. O PTB aceitaria a coligação, desde que o candidato saísse do partido, tendo em vista que o PTB era o maior partido dentre os opositores a Lupion. Bento Munhoz defendia que deveria haver uma candidatura única das oposições com vistas a derrotar o Lupionismo. No entanto, não houve acordo. Dois nomes são colocados como pré-candidatos do

PTB. Renato Costa Lima, presidente do IBC e com boa posição no Diretório Nacional do partido. A outra pré-candidatura, que estava sendo articulada em Londrina e em Curitiba era a de Nelson Maculan, então Chefe dos Escritórios do IBC na Itália e ex-presidente da Associação Rural de Londrina. Com a morte de Souza Naves, Maculan assumiu o lugar daquele no Senado Federal. A candidatura de Maculan estava sendo articulada também pelo Vice-Presidente João Goulart. Na Convenção Regional do PTB, realizada no início de fevereiro de 1960, e que contou com a presença de João Goulart e de Leonel Brizola, o partido definiu a candidatura de Nelson Maculan ao governo do Estado (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Fev., Dia 5: 4). Maculan tinha um perfil mais cafeeiro do que trabalhista.

O PSD passava por momentos difíceis tendo em vista que Moysés Lupion estava sendo acusado de corrupção e, de certa forma, ficou marcado com esta acusação. Os conflitos de terras existentes no Norte e no Sudoeste do Estado tinham repercussões negativas ao governo Lupion. Este havia se comprometido com a candidatura de Guataçara Borba Carneiro ao governo do Estado, pré-candidato pelo PSD. No entanto, na Convenção Regional do PSD, a pré-candidatura de Plínio Franco Ferreira da Costa foi vitoriosa, obtendo 198 votos contra 165 de Guataçara (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Jan., Dia 31: 4). Sentindo-se traído, o grupo partidário que apoiou Guataçara, e que considerava a candidatura de Plínio Ferreira da Costa extra-partidária, desligou-se da campanha de seu partido (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Fev., Dia 02: 4). Apesar de o PSD manter ainda o controle de muitas prefeituras pelo interior do Estado e deter o governo do Estado e, portanto, a possibilidade de amplo uso da máquina governamental, estavam presentes estes dois aspectos apontados acima que pressionavam negativamente a candidatura do partido. Ou seja, a idéia de um governo envolvido em corrupção, o que será

amplamente utilizado na campanha pelos candidatos opositores, e a fragilização da candidatura tendo em vista a divisão do partido.

A UDN foi o partido em que a maior parte do empresariado optou para participar da cena política, embora alguns tenham optado pelo PSD pois vinham sendo favorecidos pelo governo de Lupion (como é o caso do setor madeireiro); outros novos empresários tenderam para o PTB, basicamente nas regiões oeste e sudoeste; e um núcleo pequeno se reuniu em torno de Bento Munhoz (MAGALHÃES FILHO, 1999: 127). A fração burguesa que perdera o poder em 1930 esteve unida na formação da UDN e permaneceu assim até 1945, enquanto a UDN se configurava como uma frente anti-getulista. Em seguida, alguns seguimentos refundaram o Partido Republicano (Op. Cit.: 106 e 127). Mas na UDN *“permaneceram representantes do que poderíamos chamar de frações mais modernas da burguesia local, ligadas à indústria, ao setor financeiro e ao grande comércio, com acentuada participação da pequena burguesia e de profissionais liberais, tanto em Curitiba e no Paraná tradicional, quanto em algumas áreas da região cafeeira, principalmente em Londrina”* (Op. Cit.: 122).

Sendo assim, a tendência na UDN era a de acabar apoiando a candidatura de Ney Braga, embora houvesse no partido duas correntes, uma de apoio a Ney Braga e outra de apoio a Nelson Maculan. A Direção Nacional da UDN não recomenda o apoio do partido ao candidato do PTB, Nelson Maculan. Vários líderes da UDN regional passam a declarar apoio à candidatura de Ney Braga, tais como: Adolpho de Oliveira Franco; João Vargas de Oliveira, líder da bancada da UDN na Assembléia Legislativa; Júlio Farah, membro do Diretório Regional; Rubens Requião, ex-prefeito de Curitiba; Othon Mader; e Newton Carneiro, presidente do Diretório Regional da UDN. O Diretório de Curitiba era favorável a Ney Braga. Na Convenção Regional da UDN, realizada nos dias 19 e 20 de março, foi decidido o apoio à candidatura de Ney Braga. Apesar desta decisão, os diretórios que tinham

uma outra posição foram liberados pelo partido; liberados para ficarem neutros na campanha. Esta postura foi defendida pelos representantes de Londrina, Maringá e outros diretórios do norte do Estado (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Mar., Dia 22: 4). Acontece que membros da UDN do Norte do Estado defendiam a candidatura de Maculan, que anteriormente havia sido vereador em Londrina pela própria UDN. Milton Menezes, prefeito de Londrina, defendeu que o partido, oficialmente, não apoiasse qualquer candidato. Os que defendiam esta posição eram favoráveis a Maculan (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Mar., Dia 20: 4). Mas estes eram minoria no partido e estavam mais restritos no Norte do Estado. O nome de Maculan sequer foi defendido na Convenção. Posteriormente, quando aqueles diretórios passaram a expressar seu apoio a Maculan, houve pressão do Diretório Regional. De acordo com Newton Carneiro, a liberação de alguns diretórios não significava o apoio a outros candidatos, mas apenas a possibilidade de neutralidade (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Mar., Dia 23: 4). Ao comentar sobre a postura da UDN nestas eleições, Norton Macedo afirma: *“A UDN do Norte, a cúpula udenista do Norte apoiou a candidatura do então senador Nelson Maculan e a UDN tradicional, UDN do Sul, da capital, a UDN universitária apoiou a candidatura Ney Braga com uma bandeira de renovação”* (IPARDES – SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 216).

O Partido Republicano se aproxima da candidatura de Plínio Franco Ferreira da Costa, candidato do PSD. O grupo ligado a Josino Alves da Rocha Loures defende o referido apoio. Moysés Lupion acena com uma secretaria ao PR. Houve conversações em torno do nome de Renato L. Bueno para assumir a Secretaria da Fazenda, mas acabou-se acertando o nome de Josino A. da Rocha Loures, que assumiu a Secretaria do Trabalho e Assistência Social (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Mar., Dias 17 e 18: 4). No final de março, o presidente do PR, Marins Alves de Camargo, divulgou uma nota oficial do partido, afirmando que o Diretório Regional

acatará a deliberação da Convenção Regional do partido que decidiu pelo apoio à candidatura de Plínio Franco F. da Costa, do PSD, e que haverá esforços e dedicação àquela candidatura. No entanto, afirma-se na nota que a adesão a esta candidatura não afetaria a independência do Partido Republicano e nem significaria a adesão a qualquer outro partido que tenha adotado a mesma candidatura (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Mar., Dia 31: 4). Por outro lado, a posição de Bento Munhoz e de partidários ligados a ele não é a mesma seguida pelo partido. Embora Plínio Franco tenha sido auxiliar no Governo de Bento Munhoz, ocupando o cargo de Diretor do Departamento de Água e Esgotos e, posteriormente, o de Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica, Bento Munhoz não o apóia devido à sua ligação com Moysés Lupion. Havia certa expectativa em torno da posição que Bento Munhoz assumiria nas eleições para o governo do Estado. Em meados de maio, Bento Munhoz divulga um manifesto no qual deixa explícito o rompimento que já se dera entre Ney Braga e Bento Munhoz. Neste manifesto, o então deputado federal Bento Munhoz apóia a candidatura de Nelson Maculan do PTB e expressa seu apoio a Jânio Quadros. Além disso, faz duras críticas ao candidato Ney Braga, revelando que o considera um traidor. Vejamos:

“Sou o responsável direto pelo início da carreira política do Sr. Ney Braga. Escolhi-o meu chefe de Polícia e indiquei-o, com o apoio de vários partidos, como candidato ao govêrno da Capital, quando na minha administração, mantendo eu fidelidade às opiniões expendidas na Constituinte de 1946, Curitiba elegeu o seu primeiro prefeito. Revelou-se ele um político marcado pelo egocentrismo e absorvido, no setor administrativo, pela preocupação eleitoreira, que pode colher os aplausos de um momento, mas não logra atingir a solução de problemas de base da coletividade, ou o seu encaminhamento racional e possível, as vezes à longo prazo, as vezes penoso - é preciso reconhecer - mas em cuja busca se revela o porte do verdadeiro homem de Estado. A sua absoluta falta de noção de equipe, sem cuja cooperação é impossível realizar obra perdurável, e o fato inexplicável de se voltar contra os que mais o ajudaram, numa vingança gratuita pelos benefícios recebidos, desaconselham a sua candidatura.

Ainda com a circunstância de minha formação, que me conduz sempre à plena libertação das estreitas e mesquinhas limitações partidárias, posso afirmar que ninguém, mais do que eu, descrê dêle” (CORREIO DO PARANÁ, 1960, Mai., Dia 14:1).

Ney Braga entra para a família Munhoz da Rocha ao se casar com uma irmã de Bento Munhoz, Maria José Munhoz da Rocha, como vimos. A família Munhoz da Rocha se aproxima da família Camargo, também da burguesia paranaense (ligada à economia pecuária, mas que também ingressa em outras áreas da economia), tendo em vista a passagem do pai de Bento Munhoz (Caetano Munhoz da Rocha) pela política. A aproximação das duas famílias se reforça quando Bento Munhoz se casa com uma filha de Affonso Alves de Camargo, Flora Camargo.

Estas duas famílias pertenciam às classes que eram econômica e politicamente dominantes no período pré-1930. Neste período, os grupos ligados à economia do mate eram a fração dominante e dirigente no Paraná. Além da indústria ervateira, desenvolveram-se outros ramos industriais. Tanto o comércio exportador quanto a indústria eram controlados pelos grupos ligados à economia ervateira. *“A década de 20 marcou o apogeu de riqueza e poder dessa fração burguesa”*. Por outro lado, a fração de proprietários de terras, dos Campos Gerais (de base econômica debilitada), tinha uma posição política enfraquecida. Nos anos 1930 houve o desmoronamento econômico e político desse sistema de poder, tendo em vista a decadência da economia ervateira e o contexto de crise da economia capitalista. Com a “Revolução de 30”, esta fração burguesa, ligada à economia ervateira, é afastada do poder, e substituída pela fração dos proprietários de terras e comerciantes dos Campos Gerais. A base econômica desta fração já estava mais

diversificada, particularmente no comércio e na produção de madeira (MAGALHÃES FILHO, 1999: 95-100).

No início dos anos 1950, o velho Partido Republicano, reorganizado, volta a governar o Paraná, através da liderança de Bento Munhoz, mas que tinha um perfil político mais moderno, como vimos. A fração burguesa que detinha o poder nos anos 1920, agora tinha uma base econômica diversificada e ampliada. *“Pode-se dizer que Munhoz da Rocha personificou essa fração burguesa tradicional, no período que vai da redemocratização até meados da década de 1950”* (MAGALHÃES FILHO, 1999: 128).

Em 1955, Moysés Lupion e seu partido, o PSD, retomam o governo do Estado, para entregá-lo em seguida a Ney Braga. Embora tenha havido o rompimento político entre Ney Braga e Bento Munhoz, aquele passa a representar os interesses da burguesia comercial e industrial. Apesar de que, durante o governo de Bento Munhoz, esta fração burguesa não tenha conseguido se unir e *“nem definir e atualizar seus interesses de classe”*, no final dos anos 1950 ela o faz (Op. Cit.: 109).

“Ampliadas e diversificadas suas bases econômicas, em decorrência do processo de desenvolvimento que se desenrolava no país, já com algumas ligações e, em alguns casos, associações com o grande capital nacional e estrangeiro, passara a ter objetivos claros, como transparece nas discussões geradas pelas preocupações quanto ao futuro do Paraná... Esses objetivos incluíam fazer com que a economia do Paraná participasse do processo de desenvolvimento nacional, de forma a fortalecer-se, e ampliar sua própria acumulação. Para isso, precisava dos recursos do estado, dos fundos públicos que permitiriam romper os estrangulamentos existentes na infraestrutura do Estado, e que poderiam financiar a juros subsidiados a expansão de sua base produtiva. Precisaria também da base de apoio político representada por um governo estadual para negociar na esfera nacional. Ainda que muitas das facções políticas a ela ligadas apoiassem a candidatura do PTB, inclusive Munhoz da Rocha, a maior parte de suas lideranças empresariais (...) apoiou Braga” (Op. Cit.: 110).

Durante a campanha, Ney Braga procurou mostrar empenho em reforçar o fornecimento de energia elétrica no Estado. Esteve algumas vezes com o governador de São Paulo, Carvalho Pinto, articulando a liberação de energia elétrica, por parte de São Paulo (da USELPA), para o Norte do Estado.

Nesta região em que o candidato do PTB tem uma grande força, devido à sua ligação com a economia rural, Ney Braga também passa a receber apoio de importantes cafeicultores. Este relativo apoio foi sendo conquistado após a morte de Souza Naves. A tendência dos cafeicultores e dos ruralistas em geral, do Norte do Estado, era a de apoiar a candidatura de Jânio Quadros. Neste sentido haveria uma certa dificuldade para Maculan, pois o PTB apóia a candidatura do General Teixeira Lott à presidência. Durante a campanha, Maculan manteve certa dubiedade, ora parecendo apoiar Lott, outras vezes defendendo Jânio. Cafeicultores como Jaime Canet Júnior, Evelázio Bley e Paulo Guzzo manifestam apoio a Ney Braga. Este último, embora residindo em São Paulo, teria influência junto aos cafeicultores, pois era proprietário no Norte do Paraná e era ex-presidente do IBC (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Mar., Dia 19:4). O apoio vem também da família Lunardelli, que eram os maiores cafeicultores do Paraná. Nicoláu Lunardelli, filho de Geremia Lunardelli, um dos pioneiros do Norte Paranaense e a maior expressão da cafeicultura do Estado, além de ter forte influência política na região de Londrina, apóia a candidatura de Ney Braga (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Mar., Dia 13:4). O resultado eleitoral no Norte do Estado mostra um certo equilíbrio entre Ney Braga e o candidato do PTB. Ney Braga vence na região com uma pequena margem de votos sobre Maculan, diferença de apenas 1,3%. Em Londrina, a vitória foi de Maculan, que derrotou Ney Braga com 52,8% dos votos, contra 24,0% (IPARDES, 1989: 138-139).

Ney Braga recebe ainda o apoio de empresários do comércio e da indústria. O industrial de Ponta Grossa, Ovídio Gasparetto, então presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, defendeu a candidatura de Ney Braga. Gasparetto era líder da campanha popular contra o racionamento de energia elétrica na cidade (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Fev., Dia 20: 4).

O empresário Hermes Macedo, de Curitiba, também trabalhou pela candidatura de Ney Braga (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Mar., Dia 25: 4). Este afirma, em suas memórias que: *“Em Curitiba, numa reunião na casa de Hermes Macedo, vários empresários, Oscar Scharappe Sobrinho, Nuno Leão, Pedro Prosdócimo, José Luiz Guerra Rego, decidiram me dar apoio político e passaram a ajudar na campanha”* (BRAGA, 1996: 127). Em janeiro de 1960, o jornal “O Estado do Paraná”, que fazia a campanha de Ney Braga, publica, no dia 12, um manifesto de empresários ligados à indústria e ao comércio e de profissionais liberais em favor da candidatura Ney Braga. No dia 17, o jornal volta a publicar o manifesto, agora acrescido com mais nomes. O jornal “O Dia”, ligado a Lupion, afirmou que Ney Braga era o “candidato dos tubarões”, tendo em vista o manifesto dos empresários. Dentre outras, o manifesto traz a assinatura de empresários como: Hermes Macedo; João e Jayme Prosdócimo; José e Antonio Todeschini; Luiz Malucelli; Marcos Agenor e Giacomo Baggio; Armando Zola Thá; Oscar Schrappe Sobrinho; e membros dos Lunardelli. Em uma entrevista concedida a Oliva Augusto, Rubens Requião - que fora assessor Jurídico da Associação Comercial e uma das lideranças da UDN paranaense, inclusive uma das lideranças da campanha de Ney Braga - revela que articulou o apoio das classes produtoras ao candidato Ney Braga. Afirma que *“... havia promovido a aproximação da campanha com as classes produtoras do Paraná - Associação Comercial, Federação do Comércio, Federação das Indústrias - pois Ney Braga iniciava a campanha no primeiro degrau, sem apoios políticos, num movimento de*

massa paralelo ao movimento de Jânio Quadros” (RUBENS REQUIÃO, citado por: AUGUSTO, 1978: 104).

No decorrer da campanha Ney Braga foi conquistando novos apoios, como é o caso de uma dissidência do Partido Republicano. Esta estava sendo liderada pelo deputado estadual Nilson Ribas, que era líder do PR na Assembléia Legislativa. Há também manifestações de categorias tais como dos taxistas e de cronistas policiais, que declaram apoio a Ney Braga. No dia 02 de outubro de 1960, véspera das eleições, o jornal “O Estado do Paraná” divulga um manifesto de jornalistas e escritores cariocas em apoio a Ney Braga. Para eles a candidatura de Ney Braga “... traz o mesmo sentido de renovação dos costumes políticos da Nação que caracteriza o movimento janista em todo o país. (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Out., Dia 02: 4). Dentre outros jornalistas e escritores, o manifesto é assinado por: Raquel de Queiroz (O Cruzeiro e Tribuna da Imprensa), Carlos Castelo Branco (O Cruzeiro e Diários Cariocas), Villas Boas Correa (O Estado de São Paulo), Fernando Sabino (Manchete e Jornal do Brasil), Rubem Braga (Manchete e O Globo), Aluísio Alves (Secretário Geral da UDN, candidato ao governo do Rio Grande do Norte), Manuel Bandeira, Carlos Drumond de Andrade e Lêdo Ivo (Tribuna da Imprensa), Gilberto Freire, Gilberto Amado e Joel Silveira (Mundo Ilustrado) e Carlos Lacerda (Tribuna da Imprensa) (Op. Cit.: 4).

A candidatura de Maculan também tinha muita receptividade, recebendo o apoio de políticos de diferentes partidos. Como vimos, recebeu a adesão de alguns diretórios da UDN na região Norte, assim como o apoio de Bento Munhoz. Após o apoio deste, outros políticos se vincularam à campanha de Maculan, como Aramys Athayde (PSP, dissidente do PSD) e João Xavier Vianna (PR). Outros nomes de apoio a Maculan eram: Alô Guimarães e Gaspar Velloso (Senadores pelo PSD), Guataçara Borba Carneiro (Deputado Estadual pelo PSD), Guilherme Albuquerque

Maranhão (PSP), Antonio Anibeli, Fernando Flôres, Djalma Chueri, Haroldo Leon Peres (UDN), e o General Luiz Carlos Pereira Tourinho (PSP). No entanto, alguns apoios recebidos por Maculan serviram de munição aos adversários. É o caso do apoio dos líderes do Partido Comunista no Paraná. Estes lançaram um manifesto de apoio ao Marechal Lott, a João Goulart e a Maculan. O manifesto era assinado por Agliberto Vieira de Azevedo, Dante Leonelli, Jorge Karam, Júlio Manfredini, M. Jacinto Correa e Vieira Netto. (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Ago., Dia 14: 4).

Outra declaração de apoio a Maculan alimenta as críticas dos adversários. Esta declaração, feita por Luiz Carlos Prestes, foi recusada publicamente por Maculan, que estava sendo acusado por receber o apoio dos comunistas. Espedito Rocha, líder do Partido Comunista no Paraná no período, afirma que *"Maculan, no passado, no Espírito Santo, no tempo de jovem, de estudante, teria participado do Partido Comunista. E essa coisa chegou ao Paraná, a Igreja passou a explorar muito isso, e beneficiou bastante a candidatura do Ney"* (IPARDES, SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 67). A Igreja, que estava mais próxima da candidatura de Ney Braga, se manifestou publicamente contra os comunistas e contra os candidatos que recebessem apoio dos comunistas. O Bispo de Maringá, D. Jaime Luiz Coelho, fez uma publicação no jornal local, "O Jornal", afirmando que *"o eleitor católico não pode votar não só nos candidatos comunistas, mas nem mesmo nos candidatos dos comunistas"* (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Set., Dia 11: 4). O Arcebispo Metropolitano de Curitiba, D. Manuel da Silveira D'Elboux, fez um pronunciamento também criticando os comunistas: *"(...) Num ambiente desta natureza, de agitação e de discórdias, só podem proliferar as audaciosas fôrças do mal. E elas aí estão, ameaçadoras e anti-patrióticas, nas dobras rubras da bandeira comunista"* (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Set., Dia 25: 4).

O apoio da Igreja a Ney Braga também vem de outras formas. O jornal "Voz do Paraná", vinculado à Arquidiocese de Curitiba³, faz campanha sistemática contra o comunismo e contra o candidato "comunista" (Nelson Maculan), defendendo a candidatura de Ney Braga, embora nem sempre explicitamente. O jornal também critica a postura do governo do Estado (PSD), acusando-o de usar a máquina governamental na campanha. Vejamos alguns exemplos. No dia 24 de janeiro de 1960, o jornal compara dois candidatos:

"O eleitor católico tem o dever sagrado de votar, mas tem o dever ainda mais sagrado de afastar de suas preferências os candidatos públicos ou veladamente filiados a seitas secretas e condenadas pela Igreja. É que não condizem com o espírito cristão e católico, semelhantes ligações. Face a um candidato modesto, mas cumpridor de seus deveres e sobretudo católico praticante e outro com ostentações de puritanismo, mas sem definições claras em sua vida religiosa, o eleitor católico, deve em consciência preferir aquele. Um candidato que se mostra indiferente e até rebelde, às recomendações da Igreja, não pode merecer o sufrágio do eleitorado católico. (...)".

Na edição de 31 de julho, ao fazer recomendações sobre as eleições, o jornal diz: "**NÃO VOTE no divorcista, comunista ou inimigo do ensino particular. NÃO VOTE no demagogo, falso amigo do povo, que só quer a luta de classe**". No dia 18 de setembro o jornal critica Nelson Maculan, tendo em vista a sua ida a Roma para pedir bênção ao Papa. "*O candidato Nelson Maculan, depois de sérias dificuldades pelas suas não-idéias religiosas, foi correndo pedir bênção ao Papa João XXIII. Foi e voltou correndo com o papel na mão. (...)*". Depois o jornal afirma que o Papa dá bênção até para FNMs. E continua a crítica: "*A melhor prova das convicções religiosas dum cidadão é sua vida*

³ Na primeira edição do jornal, de 27 de maio de 1956, o Arcebispo Metropolitano, Dom Manuel da Silveira D'Elboux, fala do lançamento do "Voz do Paraná". "(...) Que apóstolo admirável não é o jornal numa Diocese! Pois bem. Nasce hoje este novo apóstolo na Arquidiocese de Curitiba: 'VOZ DO PARANÁ'. (...)" (VOZ DO PARANÁ, 1956, Mai., Dia 27: 1).

passada. (E este documento o sr. Nelson Maculan ainda não publicou!). No dia 25 do mesmo mês, o jornal publica em primeira página: *“Prestes declarou em Curitiba: Nós, Os Comunistas, Apoiamos Lott, Jango e Maculan”*. No dia 02 de outubro publicou o seguinte: *“O Comunismo é o inimigo Nº 1 da Igreja Católica. Votar com os Comunistas é trair a Religião e a Pátria. Os Candidatos dos Comunistas são conhecidos de todos. Prestes os indicou recentemente. Não vote neles!”*. No mesmo dia o jornal comenta uma Carta que recebera do candidato Ney Braga, elogiando o trabalho realizado pelo jornal. O texto finaliza afirmando que: *“Agradecemos ao candidato os elogios que fez ao nosso modesto jornal e auguramos-lhe feliz sucesso no pleito de 3 de outubro”*. O único candidato que teve uma foto publicada no jornal foi Ney Braga. Após as eleições, o jornal comenta a vitória de Ney Braga:

“O SR. NEI AMINTAS DE BARROS BRAGA, vê-se alçado ao Governo do Paraná, após uma ardua e sistemática campanha, por êle sempre colocada em alto gabarito, ... A vitória de Ney Braga foi das mais expressivas, visto que seus opositores contaram com o apoio oficial (...) e com os recursos dos pseudos-trabalhistas, que dispunham de somas enormes, nem sempre bem esclarecidas em sua origem. (...) Dada a formação cristã do novo Governador, as suas qualidades de administrador, a ausência de compromissos pessoais ou partidários, é justificado o júbilo de todo o Paraná ...” (VOZ DO PARANÁ, 1960, Out., Dia 16: 1).

Ney Braga recebe o apoio também da Liga Eleitoral Católica. Inclusive o jornal, por diversas vezes, faz referência à Liga. Afirmava: *“Vote no melhor entre os que hajam assumido compromisso com a Liga Eleitoral Católica”*.

Ney Braga e Nelson Maculan também disputaram o apoio de Jânio Quadros quando este esteve no Paraná. Primeiramente a disputa se deu no Norte do Estado, em maio, quando partidários dos dois candidatos se manifestaram a favor de Jânio e disputavam o apoio do candidato a presidente. Em setembro Jânio esteve em

Curitiba e a batalha entre os dois candidatos em busca do apoio de Jânio foi intensa. Mas Jânio não declarou apoio a nenhum candidato, apenas afirmando que *“No Paraná, apóio quem me apóia”* (O ESTADO DO PARANÁ, 1960, Out., Dia 1: 4). Quando Jânio chegou a Curitiba, houve uma intensa batalha no aeroporto entre os partidários dos dois candidatos para recepcionar o candidato a presidente. Ao comentar sobre o episódio, Ney Braga afirma que:

“No aeroporto, o clima era extremamente tenso. Nossos companheiros se apossaram de todos os espaços, gritando slogans. (...)”

O aparelho foi cercado na própria pista, invadida pela multidão. Carregaram-me nos ombros até a porta do avião por onde Jânio sairia, e trocamos um grande abraço, até para que pudéssemos nos equilibrar, nos amparando um no outro, no meio de tanta gente. Foi quando Jerônimo Thomé colocou na lapela de Jânio o distintivo Ney Braga, que era facilmente identificado por toda a população. Jânio foi arrastado pela pista. Os líderes do PTB, até os mais eminentes, foram impedidos de chegar perto do candidato, cercados por companheiros nossos e até por senhoras que, com suas bolsas e sombrinhas, criaram um barreira intransponível.

Quase seqüestrado, Jânio foi colocado dentro do carro do promotor público Alcides Munhoz Neto, que entrara na pista, também com propaganda nossa. (...)” (BRAGA, 1996: 128-129).

Ney Braga vinculou sua campanha e sua imagem à de Jânio Quadros desde o início, criando a dobradinha Ney-Jânio. Nos comícios era dito que quem era Ney era Jânio, e quem era Jânio era Ney. Utilizou os mesmos elementos simbólicos, particularmente o da vassoura, significando que seu governo iria varrer a corrupção no Estado. Assim como Jânio construiu a imagem anti-Adhemar, Ney Braga se fez o anti-Lupion. Este era empresário, amigo de Adhemar de Barros e governador do Estado, acusado, na época, de corrupção. Além disso, Ney Braga fez uso do “slogan” do ‘tostão contra o milhão’ (COSTA, 1986: 27).

O resultado final da eleição foi o seguinte: Ney Braga (PDC-PL) obteve 35,3% dos votos; Nelson Maculan (PTB) ficou com 30,9%; e Plínio Costa obteve 26,8% dos votos. Em número de votos, Ney Braga ficou com 255.328, enquanto que Maculan obteve 223.696, em um total de 724.019 eleitores. O candidato do PSD ainda alcançou 194.328 votos (IPARDES, 1989: 139).

2.3 A GESTÃO NO GOVERNO DO ESTADO

Antes de discutirmos a gestão de Ney Braga no governo do Estado, convém que se faça uma breve referência histórica do Paraná, para que possamos situar a administração de Ney Braga no contexto histórico paranaense.

O Estado do Paraná obteve sua emancipação política em 1853, deixando de ser a 5ª Comarca de São Paulo. Destacam-se no Estado três regiões que tiveram colonização diferenciada, com características próprias. Estas regiões são denominadas de Paraná Tradicional, Norte do Paraná e Oeste/Sudoeste do Paraná. A região do Paraná Tradicional é a de colonização mais antiga, iniciada no século XVII, com a procura de ouro na região de Paranaguá, embora bandeirantes paulistas já houvessem penetrado pelo território paranaense no século XVI em busca da escravização indígena. No início do século XVIII fez-se a ligação entre os Campos do Rio Grande com os Campos de Curitiba, ligação que se estende até os Campos Gerais, e que foi denominada de Caminho das Tropas. Por este caminho é que os tropeiros transportavam as tropas de gado bovino e principalmente muares, com destino ao mercado de Sorocaba. A abertura deste caminho e o trânsito que aí se deu foi responsável pela formação de novas comunidades. A criação e engorda

de gado no Paraná se estendeu até os Campos de Guarapuava e de Palmas (PINHEIRO MACHADO, 1969: 65-87). Desta forma, a colonização e a ocupação do Paraná Tradicional se deve muito mais à atividade pecuária, que se expandiu até os limites dos campos naturais. Duas outras atividades econômicas se destacavam na região, quais sejam, a atividade madeireira e a produção e exportação da erva-mate. Esta última foi a principal atividade econômica do Estado desde o início do século XIX até cerca de 1930 (PADIS, 1981).

A região Norte do Estado teve sua colonização vinculada à expansão da economia cafeeira paulista. Esta região foi sendo ocupada por um grande contingente de paulistas e, em menor número, de mineiros. Também vieram migrantes de outras regiões do país, assim como imigrantes, pois nesta região foram implantadas colônias de imigrantes italianos, alemães, japoneses e outras. A partir dos anos 1940, os cafezais se estenderam por toda a região, e o Paraná se tornaria em pouco tempo o principal produtor de café do país (PADIS, 1981).

Quanto à região Oeste/Sudoeste do Estado, embora tenha tido um início de colonização nas primeiras décadas deste século, verifica-se que somente após os anos 1930 é que há um fluxo maior de colonos em direção à região. No entanto, é na década de 1950 que a migração catarinense e principalmente gaúcha para a região se intensifica. A ocupação das terras e a atividade econômica ali desenvolvida será parecida com aquela que praticavam na sua região de origem. Formaram inicialmente economias de subsistência, cultivando lavouras de milho, trigo e feijão, dentre outras, além da criação de bovinos e principalmente suínos. Por outro lado, houve a exploração da madeira, praticada por empresas madeireiras (PADIS, 1981).

Estes diferentes momentos de colonização do Estado, com suas características distintas, além da falta de integração física entre estas regiões leva a

um problema relevante, que é o da integração social, econômica e política do Estado. Vejamos os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, que mostram o crescimento populacional paranaense neste período. Em 1940 a população paranaense era de 1.236.276 habitantes; em 1950 era de 2.115.547 habitantes e, em 1960 era de 4.263.721 habitantes. Ou seja, tem-se um crescimento populacional muito grande neste período.

No decorrer dos anos 1950, período em que ainda se realizava a ocupação do Estado, dá-se alguns passos rumo à integração Estadual em seus diferentes aspectos. Elabora-se, em 1951, o Plano Rodoviário do Paraná (plano que constitui a estrutura viária básica do Estado, e que teve suas obras principais finalizadas nos anos 1960). O plano visava, dentre outras coisas, ligar o Norte do Estado com o Porto de Paranaguá e estabelecer uma ligação do Norte com a capital, procurando maior integração social e política. No início dos anos 1950 também se estabelecem certas políticas culturais, dentre outras, a construção do Teatro Guaíra e da Biblioteca Pública do Paraná, assim como investimentos estaduais na Universidade do Paraná (federalizada em 1950) e em outras instituições de ensino superior - pretendia-se fazer de Curitiba um centro universitário. Ainda neste período o governo faz o Centro Cívico, local que deveria abrigar os prédios dos três poderes públicos Estaduais. Estas políticas visavam reforçar Curitiba como capital, assim como a integração do Estado (IPARDES, 1989; KUNHAVALIK, 1995). O governo Bento Munhoz cria, no início dos anos 1950 a COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, empresa de economia mista, que passa a se ocupar do planejamento e da produção de energia no Paraná. No entanto, a COPEL fica abandonada durante a gestão seguinte, de Moisés Lupion. É nos anos 1950 que o café passa a ser o principal produto da economia paranaense, ocupando o lugar do mate. Mas a economia paranaense, basicamente primária, dependia em grande

parte da produção cafeeira, que por sua vez era direcionada para São Paulo. A exportação deste produto se dava principalmente pelo porto de Santos. Por outro lado, o Paraná comprava produtos manufaturados em São Paulo (IPARDES, 1989).

Vejamos inicialmente como Ney Braga compõe a sua equipe na administração estadual. Secretário da Fazenda: Algacyr Guimarães, Engenheiro e sem filiação partidária; Secretário do Trabalho: Aristides Simão, Engenheiro Químico e Contador, é do Partido Liberal; Secretário do Interior e Justiça: Rubens Requião, bacharel em Direito e Secretário Geral da UDN; Secretário de Viação e Obras Públicas: Coronel Alípio Ayres de Carvalho, Engenheiro, ligado ao PLADEP e sem filiação partidária; Secretário do Governo: Jucundino Furtado, Engenheiro e professor da Universidade do Paraná, sendo vinculado ao PDC; Secretário de Educação e Cultura: Mário Braga Ramos, professor na Faculdade de Odontologia de Ponta Grossa, é da UDN; Secretário da Saúde: Justinho Alves Pereira, Médico; Secretário da Agricultura: Paulo Pimentel, bacharel em Direito e fazendeiro em Porecatu; Chefe de Polícia: Italo Conti, coronel do Exército; Chefe da Casa Civil: Benedito Cardoso da Silveira; Comandante da Polícia Militar: Coronel Orlando Pombo; Diretor do Deptº de Terras: Coronel Brasília Marques; Procurador Geral: Alcino de Souza; Consultor Geral: Alceu Macedo; Diretor da COPEL: Parigot de Souza; Diretor do Deptº de Águas e Energia Elétrica: Afonso Camargo Neto; Diretor da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural: Elias Farah; Banco do Estado do Paraná: Máximo Kopp; Diretor do Deptº Estadual de Serviço Público: Pedro Ivo Lafite; Diretor Est. De Compras: Rolaino Mazzoti; Diretor do Deptº de Assistência Técnica aos Municípios: Francisco Braga Lacerda; Diretor do Deptº de Estradas de Rodagem: Saul Rais; Deptº de Turismo e Divulgação: Jomalista Laerzio Campelli; Diretor do Deptº de Águas e Esgotos: Osires Stenghal Guimarães (GAZETA DO POVO, 1961, Fev., Dia 1º: 8).

Quando Ney Braga assume o governo, a situação financeira do Estado é bastante crítica. O Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) estava em condição pré-falimentar e os serviços públicos, tais como a produção e distribuição de energia elétrica e a rede viária encontravam-se bastante precários. A COPEL estava numa situação de abandono (IPARDES, 1989: 141-142). O processo de ocupação do Estado já se encontrava avançado e a economia estadual continuava a se basear no setor agrícola, tendo grande importância a produção de café. A monocultura cafeeira predominava no Estado. As condições de armazenamento e de escoamento da produção eram precárias. O Norte do Estado ainda mantinha vínculos mais fortes com São Paulo do que com o Sul do Estado. A riqueza produzida pelo café era direcionada para São Paulo. Ney Braga encontrou o Estado em difíceis condições financeiras e sem possibilidade de investimentos. Além disso, prometera no decorrer da campanha eleitoral, que não aumentaria impostos.

O Plano de Desenvolvimento do Paraná foi elaborado pela Sigmacs (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), empresa vinculada ao padre Lebrez; pela SPL Serviços de Planejamento, que pertencia a Alex Beltrão e Zacarias de Sá Carvalho; e pelo PLADEP (Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná). O PLADEP⁴ era um órgão estadual de planejamento, que tinha o coronel Alípio Ayres de Carvalho como coordenador. Alípio Ayres serviu na 5ª Região Militar e comandou o Colégio Militar de Curitiba. Foi designado para coordenar o PLADEP ainda no governo de Adolpho de Oliveira Franco, por indicação do General Henrique Lott, então Ministro da Guerra. Permaneceu no cargo durante o governo Lupion, embora tivesse solicitado para sair devido à sua amizade com Ney Braga. Quando Ney

Braga sai candidato para o governo do Estado, o coronel Alípio Ayres avisa o governador Lupion que participaria da campanha e que apoiaria Ney Braga. Mesmo assim o governador o mantém no cargo. Assim, “... o Pladep transformou-se numa espécie de subcomitê neysta dentro do Iguacu...” (BRAGA, 1996: 133).

Conforme afirma Magalhães Filho, durante o governo de Lupion, o Pladep foi marginalizado, o que o teria transformado numa espécie de centro de estudos e pesquisas sobre a economia paranaense. Nesse período foram produzidos uma série de estudos e projetos sobre a economia paranaense. O Pladep teria se transformado

“no locus privilegiado do debate sobre a situação do Paraná e de suas perspectivas futuras. Os estudos e projetos produzidos por sua equipe técnica multidisciplinar, permanentemente reforçada por especialistas dos órgãos governamentais, do mundo acadêmico e de setores privados, bem como as discussões que realizou com membros da sociedade civil, forneceram os alicerces sobre os quais seriam elaboradas as propostas que, mas tarde, configurariam o eixo principal do que viria a ser o projeto paranaense de desenvolvimento” (MAGALHÃES FILHO, 1999: 79).

Em 1958, por exemplo, o Pladep coordenou a elaboração de um documento para a FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), que seria apresentado por esta associação de classe à Conferência Internacional de Investimentos que se realizaria em Belo Horizonte. Neste documento já aparecia a direção geral; os alicerces que dariam forma ao projeto paranaense de desenvolvimento (Op. Cit.: 79-80).

Este “projeto paranaense de desenvolvimento” que vai ser implementado pelo governo Ney Braga tinha por sustentação a mesma fração burguesa que dera

⁴ Concebido no governo de Bento Munhoz, o Pladep foi criado no governo de Adolpho de Oliveira Franco, que substituiu Bento Munhoz, por ocasião de sua renúncia (MAGALHÃES

apoio à campanha de Ney Braga. O ator principal da construção deste projeto foi “a *burguesia originária do comércio e da indústria da erva mate*” (Op. Cit.: 113). As discussões em torno do desenvolvimentismo começaram a se dar no Paraná apenas no final da década de 1950.

“...essa fração da burguesia, sob um governo estadual voltado para outros interesses, começou a preocupar-se e a discutir um projeto político, e a articular-se para agir em defesa de seus interesses...

...encontrando um ambiente político nacional e local favorável, iniciou um processo de discussão e debate, que manteve e aprofundou, até conseguir revestir seus objetivos como sendo os da sociedade paranaense. Seguindo esse caminho, enfrentou a luta na arena política, fez ou procurou fazer alianças, assumiu o discurso desenvolvimentista, deu sua chancela a um projeto de desenvolvimento que a favorecia, alcançou mais uma vez o poder e, mais consciente que antes, pôs-se a apoiar a execução de seu projeto” (Op. Cit.: 130).

De acordo com Dennison de Oliveira, os esforços do governo do Estado para promover o desenvolvimento econômico paranaense, “...eram apoiados por iniciativas da FIEP e da ACP” (OLIVEIRA, 1995: 200-201).

Ney Braga não teria dificuldade em aceitar as idéias cepalinas, tendo em vista que os partidos democratas cristãos, particularmente o PDC chileno e um pouco menos a COPEI venezuelana recebiam fortes influências das idéias e propostas cepalinas, enquanto que o PDC brasileiro mantinha contatos permanentes com estes partidos (Op. Cit.: 116). Muitos técnicos do Pladep, dos quais vários autores daqueles estudos e projetos mencionados, passaram

“a ocupar cargos ou funções executivas ou de assessoramento em diversos aparelhos de estado. O mesmo acontecera com muitos dos especialistas e empresários que haviam estado presentes nas discussões dos anos anteriores. (...)

FILHO, 1999:79).

muitos desses profissionais haviam participado, por iniciativa da PLADEP, nos cursos de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico, promovidos pela CEPAL, com apoio do BNDE, no Rio de Janeiro, havendo alguns, inclusive, frequentado os cursos da própria CEPAL, no Chile” (Op. Cit.: 115).

A gestão de Ney Braga é privilegiada na formação de técnicos, que passam a ocupar os postos que se abrem com a criação de uma série de agências de desenvolvimento. Apesar de ser um político tradicional, vinculado tanto à elite política quanto à elite militar, Ney Braga tem um importante traço tecnocrático, se utilizando de todo um corpo técnico para planejar e gerenciar a administração pública. *“... a criação de tantas agências voltadas para o desenvolvimento econômico e o comprometimento do governo do Estado com os pressupostos e a mística do planejamento, abriram oportunidades extraordinárias para a proliferação de técnicos em planejamento, os quais passariam posteriormente a ocupar posições de destaque nas administrações estadual e federal”* (OLIVEIRA, 1995: 201).

De acordo com Oliva Augusto, neste projeto havia a idéia de que o Paraná era uma região periférica e dependente em relação ao polo dominante nacional, ou seja, São Paulo. A situação do Paraná seria similar a das regiões subdesenvolvidas frente às regiões desenvolvidas a nível internacional. Esta idéia é orientadora do projeto desenvolvimentista paranaense. Considera que este projeto seria a *“... ‘atualização’, para o Paraná, da ideologia desenvolvimentista dominante em termos nacionais”* (AUGUSTO, 1978: X). Ou seja, a ideologia nacional-desenvolvimentista.

Antes de prosseguirmos falando do projeto de desenvolvimento paranaense na gestão Ney Braga, façamos uma breve discussão sobre a ideologia do desenvolvimento. Para Miriam Limoeiro Cardoso, a ideologia compreende dois níveis distintos: o nível abstrato, formado por sistemas articulados de idéias, concepções de mundo, tendo diferentes graus de coerência, unidade e teorização; e

o nível concreto, composto pelas atualizações dos sistemas de idéias na organização e na institucionalização social, ou na prática social. Ambos os níveis - abstrato e concreto - estão presentes nos diferentes campos pelos quais a ideologia se divide, como o político, o moral e o econômico, dentre outros. Aponta o campo político como dominante nas sociedades capitalistas, sendo a nível concreto através do Estado e, a nível abstrato através da ideologia que o informa.

Ao apontar a dimensão histórica dos sistemas de idéias na estrutura social, Cardoso considera que não se deve analisar tais sistemas de forma estática, mas deve-se apreendê-los como momento de um processo. Também não se deve pensá-los isoladamente, mas sim considerá-los no contexto histórico que os engendram. Desta forma, a ideologia do desenvolvimentismo deve ser considerada como parte de uma ideologia mais ampla, qual seja, a ideologia do desenvolvimento. Esta, de acordo com Cardoso, *“acompanha o processo de expansão de um sistema global específico - o sistema capitalista, num tipo particular de região - as regiões subdesenvolvidas em fase de crescimento, num momento particular desse crescimento - quando o desenvolvimento espontâneo já não mais parece possível...”* (CARDOSO, 1978: 78). Cardoso afirma que o problema que a ideologia do desenvolvimentismo se coloca é o do atraso e o desenvolvimento que deve superá-lo, eliminá-lo. Esta ideologia vê a necessidade de se dinamizar a economia do Brasil, visando ampliar a participação e os benefícios do país no sistema capitalista. A pobreza dos países subdesenvolvidos é vista como decorrente das atividades tradicionais, ou seja, a exportação de produtos primários. Para superar este atraso propõe o fortalecimento do setor industrial tornando-o o setor dinâmico da economia. Assim, todos os problemas seriam resolvidos pela industrialização.

Cardoso afirma que a ideologia do desenvolvimentismo tendo *“... sua atenção totalmente centrada no desenvolvimento, mantendo intocada a ordem vigente, mostra bem a*

sua dimensão de ideologia dominante..." (Op. Cit.: 412). Para esta autora, não se deve tomar a problemática da ideologia como se fosse a problemática da própria realidade. Assim, não se deve caracterizar o desenvolvimento como uma problemática universal ou nacional, mas *"como problemática de uma ideologia dominante, representação de uma classe ou fração dominante"*. Faz-se necessário *"situá-la no esquema de domínio a que de fato pertence"* (Op. Cit.: 413).

A ideologia do desenvolvimentismo aponta o desenvolvimento como sendo o objetivo e o interesse de toda a sociedade. Como propõe que o desenvolvimento só é possível com a preservação da ordem, esta também será apontada como sendo um interesse geral. Cardoso considera que a ideologia, ao apresentar a idéia de que a prosperidade atingirá a todos, alcança aí uma grande força mobilizadora. De acordo com Cardoso, *"O desenvolvimentismo é a ideologia do crescimento econômico a qualquer custo, excluídos unicamente os meios que contrariam ideologicamente a ordem vigente. É, assim, a ideologia mais compatível com a preservação da ordem numa perspectiva dinâmica e expansionista. Por isso sua ênfase econômica tão marcada"* (Op. Cit.: 420).

No entanto, o plano a que se dá a decisão econômica é primordialmente o do político. Cardoso destaca um aspecto relevante do desenvolvimentismo que se refere ao papel que ele dá ao Estado, qual seja, o de implantação da ideologia. Diz que *"no nível abstrato, cabe ao Estado infundir a consciência do desenvolvimento, despertar a crença na viabilidade do projeto desenvolvimentista. No nível concreto, ele assume a função de pioneirismo, através da qual visa criar as condições necessárias para a expansão da economia dos setores privados, principalmente os industriais"* (Op. Cit.: 420).

Bielschowsky examina no pensamento econômico o núcleo do sistema desenvolvimentista, de onde foi gerado inclusive o quadro analítico da Cepal. Volta sua atenção para a análise das diferentes correntes do pensamento econômico

brasileiro que representam três variantes do desenvolvimentismo (setor privado, setor público não nacionalista e setor público nacionalista). Para Bielschowsky a Cepal forneceu um instrumental analítico antiliberal que foi incorporado por grande parte dos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público. Bielschowsky conceitua o desenvolvimentismo enquanto uma ideologia de superação do subdesenvolvimento brasileiro que deve se dar através da industrialização capitalista, e que seja apoiada e planejada pelo Estado. Este projeto econômico deve conter alguns pontos básicos, tais como: a industrialização brasileira, eficiente e racional, não pode ser movida pelas forças do mercado, por isso a necessidade de planejamento por parte do Estado; o planejamento é que deve definir a expansão dos setores econômicos e quais os instrumentos que devem ser aplicados nesta expansão; finalmente, a execução da expansão deve ser ordenada pelo Estado, que deve ainda captar e direcionar os recursos financeiros, além de promover investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada for deficiente (BIELSHOWSKY, 1996). Portanto, o planejamento econômico e a intervenção do Estado na economia são aspectos relevantes do desenvolvimentismo. O Estado é visto como essencial para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Como estamos vendo, a nível regional, Ney Braga e o neyismo se vinculam ao desenvolvimentismo.

O Plano de Desenvolvimento do Paraná visava repetir a nível local o mesmo processo que se dava a nível nacional: a industrialização através da substituição de importações, tendo em vista a perda da renda estadual, via sua especialização agrícola (basicamente a monocultura cafeeira, que transferia renda para as regiões industrializadas do país, principalmente São Paulo); e via importação de produtos manufaturados daquelas regiões industrializadas, basicamente de São Paulo. Além

disso o Plano visava dar preferência a pequenos e médios empreendimentos e, particularmente, ao capital paranaense (AUGUSTO, 1978).

Fica claro que o projeto de promover o desenvolvimento do Estado, basicamente o desenvolvimento econômico, é uma função que cabe ao Estado. É este que deve planejar, promover e organizar o desenvolvimento do Estado. Assim, para realizar tal projeto, o governo Ney Braga propõe a criação de um órgão, a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR). Esta foi criada em janeiro de 1962, como uma empresa de economia mista. Como Ney Braga prometera, durante a campanha eleitoral, que não aumentaria os impostos, decidiu-se atacar os problemas de finanças do Estado através de um empréstimo compulsório, o FDE (Fundo de Desenvolvimento Econômico), que seria cobrado através de um aumento na alíquota do IVC (Imposto de Vendas e Consignações). Com a criação do FDE o governo pode criar recursos paralelos ao orçamento estadual. De 4,95%, a alíquota do IVC passou para 5,95%. Em 1964, acrescida de um novo empréstimo compulsório, a alíquota passou para 6,95%. No final de 1965 o FDE deixou de ser vinculado ao empréstimo e o aumento do IVC se tornou explícito. Na verdade o empréstimo compulsório funcionou como um disfarce e um atenuante para um aumento que foi real, visto que o empréstimo seria pago com juros de 4% ao ano, em um período em que a inflação era considerável.

O COCEP (Conselho de Coordenação das Classes Econômicas do Paraná) aprovou a criação do FDE. Esta entidade, que não chegou a se constituir juridicamente, congregava a FARP - Federação das Associações Rurais do Paraná; FCP – Federação do Comércio do Paraná; e a FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná; (AUGUSTO, 1978).

Conforme afirmação de Ney Braga, quem apresentou a idéia de se criar empresas de economia mista e a criação do FDE foram Alex Beltrão e Zacarias de

Sá Carvalho, da SPL - Serviços de Planejamento (BRAGA, 1996: 150). De acordo com Oliva Augusto, competia à CODEPAR coordenar as empresas de economia mista estaduais, no que se refere à gestão financeira. Da "Norma Básica de Organização da CODEPAR", a autora destaca os seguintes itens:

a) Administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico, *em cuja função importa-lhe conhecer as necessidades da economia paranaense, selecionar e principalmente elaborar projetos de interesse primordial (...)*; b) coordenar financeiramente as demais empresas mistas, *o que importa em estar à altura de orientar a gestão financeira de todas elas*; c) constituir-se em 'holding' de empresas e fundações de economia mista, *existentes ou a serem criadas, e nas quais venha a ter participação majoritária (...)* (AUGUSTO, 1978: 31).

Entre os objetivos da CODEPAR, Oliva Augusto destaca:

a) implantação de novas formas, mais dinâmicas e mais flexíveis de ação governamental, racionalizando o setor público; b) hierarquização de prioridades para investimentos, estudando e selecionando, para estímulo, os projetos mais necessários e úteis, ou de efeitos multiplicadores mais ponderáveis, para a economia do Estado; c) contribuição para a mudança da mentalidade social, ensinando a comunidade a mobilizar suas poupanças a fim de permitir a mais rápida expansão de serviços públicos básicos a que o Estado sozinho não pode dar atendimento satisfatório (...) (AUGUSTO, 1978: 31).

Oliva Augusto considera importante para o governo a forma como se deu a constituição da CODEPAR. Destacaremos aqui dois aspectos apontados pela autora: a) A CODEPAR não estava sujeita a fiscalização, além de ser limitada a possibilidade de intervenção pela Assembléia Legislativa; e b) Por não ser parte integrante do sistema financeiro nacional, evitava que houvesse ingerência por parte do governo federal, então presidido por João Goulart, adversário político do governador, apesar do acordo regional estabelecido com o PTB. Além disso, a Diretoria (Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Administrativo) era

escolhida pelo governador, e a orientação da Companhia dependia do governo e dos grupos que o apoiavam. O primeiro Diretor Presidente da CODEPAR foi Affonso Camargo Netto; seu Diretor Técnico Maurício Schulmann; e seu Diretor Financeiro foi Francisco Clausi, que era do Banco Comercial do Paraná (KARLOS RISCHBIETER, In: BRAGA, 1996: 157).

A maior preocupação do governo, naquele momento, era com as deficiências da infra-estrutura do Estado. Indicador disso são os recursos do FDE, que foram destinados prioritariamente para o setor de energia elétrica e para a construção de estradas. Dos recursos do FDE, 80% foram destinados a gastos com o setor público, sendo que 36% seria para energia elétrica e 30% para a construção de estradas, com prioridade à Rodovia do Café, que ligava o Norte do Paraná com Curitiba e com o Porto de Paranaguá. Dos recursos destinados a empresas privadas, mais de 65% dos financiamentos aprovados estavam vinculados à transformação da produção agropecuária (AUGUSTO, 1978).

No entanto, o projeto inicial de desenvolvimento do Paraná caminha para o fracasso, tendo em vista os erros em sua concepção. Procurou-se montar um parque industrial paranaense de pequenas e médias empresas - para atender o mercado local; superar o subdesenvolvimento do Paraná; e restringir a saída de rendas do Estado - em confronto direto, em competição com as empresas de São Paulo, basicamente, mas também do Rio Grande do Sul e de outros centros, que tinham uma capacidade competitiva muito maior. Incorreu-se no erro estratégico de não se privilegiar uma industrialização complementar, que levasse em consideração as vantagens comparativas do Estado. O fracasso do projeto também é um indicador do caráter centralizado que o desenvolvimento capitalista assumiu no Brasil. A partir de 1964 se verifica um processo de deterioração do projeto de desenvolvimento paranaense. A partir daí, vai-se efetivando uma

reformulação do projeto de desenvolvimento paranaense original. Uma destas reformulações se refere à mudança nas normas da CODEPAR (lei aprovada em fevereiro de 1965, ainda no governo de Ney Braga), que passou a permitir que a Companhia operasse com empresas controladas por capital estrangeiro, antes proibido. Há uma reorientação da CODEPAR⁵, que passa a financiar empresas estrangeiras. As pequenas empresas foram marginalizadas, enquanto as grandes passaram a receber atenção, demonstrando uma preocupação com a concentração. O foco foi sendo alterado, dando ênfase ao grande capital e a uma produção industrial complementar. Na verdade, “... *procurou-se adequar sua (CODEPAR) atuação aos padrões impostos pelo tipo de expansão capitalista em processo*” (AUGUSTO, 1978: 117). A adequação mais explícita da mudança de projeto vai se dar quando da substituição da CODEPAR pelo BADEP, momento em que se dá a institucionalização das alterações que já vinham sendo implementadas anteriormente. A criação do BADEP (Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná) se dá no governo de Paulo Pimentel (AUGUSTO, 1978).

⁵ Deve-se observar que a CODEPAR, quando tinha na presidência Karlos Rischbieter, em 1965, também fez fortes investimentos no planejamento urbano da cidade de Curitiba (IUPERJ, 1974), citado por COUTO, 1998: 25). A participação de membros do neyismo na implantação da Cidade Industrial de Curitiba no início dos anos 1970 é destacada por Jaime Lerner, também ligado ao grupo de Ney Braga. Quando prefeito de Curitiba pela segunda vez, em 1980, ao receber uma homenagem da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba - AECIC, o título de “Personalidade AECIC”, Jaime Lerner afirmou: “Para mim é duplamente significativa esta homenagem. Primeiro porque quem a recebeu antes de mim foi o ministro Karlos Rischbieter, a quem o Paraná deve muito do que hoje pode mostrar em termos de industrialização e a quem a História deste país há de fazer justiça como um dos mais lúcidos e corajosos homens públicos que tivemos. Certamente ainda poderemos contar - seja no setor privado, seja no setor público - com a contribuição de sua inteligência. (...) Esta homenagem também quero dividir com Maurício Schulmann, que quando Secretário da Fazenda teve papel preponderante nos primeiros passos da CIC, e certamente com Cássio Taniguchi, que na URBS viabilizou este empreendimento. (...) O que parecia ser um ideal de visionários, quando a CIC foi lançada, é hoje uma certeza inquestionável e irreversível. (...) Quando lançamos a Cidade Industrial de Curitiba, naturalmente apresentamos aos empresários fatos, dados e números que deram o que pensar; mas também os convidamos a sentir o que significava integrar a sua indústria à vida de uma cidade como Curitiba, que vivia então a alegria de descobrir-se a si mesma” (Citado por COUTO, 1998: 26-27).

Na gestão de Ney Braga foram criadas outras empresas de economia mista: em agosto de 1961, criou-se a CAFÉ DO PARANÁ (Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná); em julho de 1962, a FUNDEPAR (Fundação Educacional do Paraná); em janeiro de 1963, a SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná); em março de 1963, a TELEPAR (Companhia de Telecomunicações do Paraná); em outubro de 1964, a CELEPAR (Centro Eletrônico de Processamento de Dados); em maio de 1965, a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná); em fevereiro de 1965 criou-se também uma subsidiária da CODEPAR, a CODEPAR - Crédito, Financiamento e Investimentos (AUGUSTO, 1978: 29-30).

Desde sua gestão frente à Chefia de Polícia e, principalmente, frente à prefeitura de Curitiba, Ney Braga visava alcançar cargos políticos mais importantes. Saiu da prefeitura, como vimos, e articulou sua candidatura à Câmara Federal e, posteriormente, ao governo do Estado. Em 1963 foi transferido para a reserva do Exército, como General de Brigada, visto que já estava afastado do serviço ativo há mais de oito anos (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 438). Esta sua transferência era um indicador de que Ney Braga se definira por continuar na política. Foi em março de 1963 que Ney Braga fora eleito Presidente nacional do PDC, obtendo com isso maior projeção nacional. Sua gestão no governo do Paraná foi também uma preparação política para trilhar por caminhos mais altos na política nacional. Desde esse período Ney Braga tinha a intenção de chegar à Presidência da República. No início de 1963 a imprensa aponta a existência no Estado de uma articulação visando a candidatura de Ney Braga à Presidência. Francisco de Magalhães revela a intenção de Ney Braga no que se refere a uma possível candidatura presidencial:

“... Havia o movimento tramando a derrubada do Jango e a implantação do governo autoritário que era para modernizar o país. O golpe estava sendo tramado, tranqüilo. O Ney, obviamente, tinha contacto com isso, eu não sabia. Seguramente tinha, mas não estava apostando nisso. Até fim de 63 Ney ainda acreditava que o Jango concluiria o seu mandato que haveria eleições presidenciais, e o que ele estava era jogando duro e pesado, para ser, pelo menos candidato à vice-presidência. Ele estava tentando encontrar uma brecha para chegar a ser candidato à presidência. Havia duas posições que o Ney podia ocupar: candidato à presidência, mesmo para perder com a Democracia Cristã. Teria como empurrão, as vitórias democratas cristãs no Chile e na Venezuela. O Ney tinha assim, a esperança de ser um freio do Brasil com apoio americano. Ou, se isso não desse certo, a outra hipótese era a de uma composição com o Magalhães Pinto pela UDN (IPARDES, SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 130).

De acordo com Oliva Augusto, a gestão de Ney Braga é também apoio para alcançar novos cargos políticos, promovendo-se a imagem do governador a nível nacional.

“... todo o aparato modernizante componente da imagem que Ney Braga fazia de seu governo e o projeto desenvolvimentista nele inserido compunham, também, uma expectativa da ascensão política, a médio prazo, em termos nacionais. (...) Uma vez eleito, sua atuação se desenvolveu de maneira a preparar as possibilidades de vãos maiores. É bastante sabido que na fase populista anterior a 1964 havia uma tendência geral em que a ascensão política pessoal acompanhava um roteiro em que se partia do âmbito municipal, para o estadual até alcançar representatividade nacional. (...) Essa via de ascensão eleitoral também foi buscada pelo (então) governador do Estado do Paraná. Aliás, aliava a preocupação por uma imagem de ‘mais administração e menos política’, garantindo os dividendos políticos oriundos de uma atuação ‘técnica e racional’ e um esquema populista de sustentação baseado na doutrina social da Igreja (AUGUSTO, 1978: 68).

Na entrevista concedida a Oliva Augusto, Rubens Requião afirma que o programa do governo Ney Braga, “Alimentos para o Brasil”, fora idealizado para fazer propaganda política do Paraná e de seu governador, a nível nacional.

“... O governador Ney Braga estava com pruridos de candidato à presidência da República, a líder nacional etc., e o financiamento de sua campanha era feito pelas empresas de economia mista, na qual a CODEPAR entrava com cotas ponderáveis. (...) Para evitar que dinheiros que eram destinados ao desenvolvimento do Estado fossem desviados para campanhas políticas, eu promovi na Assembléia, sem muito sucesso, a submissão das sociedades de economia mista à prestação de contas, o que o governador Ney Braga combatia et pour cause, como dizem os franceses, acirradamente. (...) O que havia, muitas vezes, era desvio de dinheiro ou aplicações, para ser mais suave, de dinheiros da CODEPAR para campanhas políticas. (...) O governador Ney Braga mandou até batatas para o Nordeste, para uma campanha política, no programa ‘Alimentos para o Brasil’, quando aqui nós tínhamos miséria à porta de casa: era uma promoção política para ele conseguir simpatizantes no Nordeste para a candidatura possível que ele almejava (RUBENS REQUIÃO, citado por AUGUSTO, 1978: 69).

De acordo com Heller, Ney Braga tinha sido acusado, em novembro de 1966, de financiar o jornal “Última Hora” ainda durante sua gestão no governo do Estado, para fins políticos. Ney Braga teria usado recursos destinados a socorrer o Estado, tendo em vista as queimadas que haviam atingido cafezais paranaenses em 1963. Estes recursos teriam vindo da campanha “Paraná em Flagelo”. *“A acusação foi feita por Antônio Bruneti no seu depoimento ao IPM do Última Hora, conforme declarações do major Dalmo Bozon, encarregado daquele inquérito e de vários IPMs”* (HELLER, 1988: 64).

Como ressalta Cristiane Grümml, o periódico “O Estado do Paraná” foi um importante veículo de propaganda política do governador Ney Braga, contribuindo para construir uma imagem pública em que Ney Braga é apresentado como modernizador do Estado, como um administrador virtuoso, moralizador da administração pública, honesto ao aplicar os recursos públicos (GRÜMM, 1999).

Quando Ney Braga assume o governo do Estado, o partido mais forte na Assembléia Legislativa era o PSD, que tinha 17 deputados, seguido pelo PTB, que nas eleições de 1958 fizera 13 deputados. A Frente Democrática, formada pela

UDN e pelo PR tinha 7 deputados (UDN-2 e PR-5). O PSP tinha 4 deputados e a Frente Trabalhista Cristã (PRP-PTN-PRT) tinha 1 deputado. O PDC elegera 3 deputados (COSTA, 1995: 582-586). Desta forma, a representação do governo na Assembléia Legislativa era minoritária. Esta composição partidária da Assembléia forçou uma aproximação do governo com o PTB, para que pudesse assim superar a representação do PSD e obter a maioria na casa. Nas eleições de 1962 Ney Braga articulou uma coligação entre PDC-PTB-UDN, em que apoiou as candidaturas de Amaury de Oliveira e Silva (PTB) e de Adolpho de Oliveira Franco (UDN) para o Senado (IPARDES, 1989:144). Ao comentar o acordo com o PTB, Ney Braga afirma que *“Houve um entendimento bastante amplo, que incluiu a coligação que elegeu os senadores Adolpho de Oliveira Franco e Amauri de Oliveira e Silva, em 1962”* (BRAGA, 1996: 163). No entanto, Ney Braga não conseguiu atrair o PTB para apoiar a candidatura do PDC à prefeitura de Curitiba. O candidato do PDC-UDN-PL, Ivo Arzua, que venceu as eleições, teve no candidato do PTB, Carlos Alberto Moro, seu mais forte adversário. Nas eleições de 1962, configura-se uma nova composição da Assembléia Legislativa, em que o PDC sai fortalecido, o que mostra a força política conquistada pelo governo Ney Braga. O PDC passou de 3 para 12 deputados, sendo que vários deles já tinham sido deputados por outros partidos; o PTB se mantém estável, com uma ligeira diminuição, passando de 13 para 12 deputados; a UDN elegeu 8 deputados; enquanto que o partido que mais perdeu foi o PSD, que passou de 17 para 7 deputados, indicando um forte declínio do partido no Paraná (IPARDES, 1989: 142; COSTA, 1995: 586-588). A partir desta nova configuração da Assembléia Legislativa, cuja legislatura seria de 1963 a 1967, há uma ruptura no acordo entre o PDC e o PTB. A partir daí o PTB passa para a oposição ao governo de Ney Braga.

2.4 A FORMAÇÃO DO NEYISMO

O neyismo, grupo político ligado a Ney Braga começa a se configurar quando do ingresso deste no PDC e, mais nitidamente, em sua primeira gestão frente ao governo do Estado. Quando ingressa no PDC, Ney Braga já tinha um projeto político, sendo que para isso necessitava constituir um grupo político que ocupasse espaços estratégicos, seja na administração pública, seja em partidos políticos, contribuindo assim para a viabilização de tal projeto. Os membros deste grupo político apresentam um perfil marcadamente tecnocrático e, além disso, alguns deles tem passagens importantes na iniciativa privada, como consultores de empresas nacionais e multinacionais, como se verá, principalmente no último capítulo.

Martins aponta dois princípios básicos da filosofia política tecnocrática: o primeiro se refere à tese de que somente é justo aquele poder exercido em nome do saber. O único princípio que dá validade à legitimação da autoridade é o do saber. Desta forma, apenas o poder baseado no saber pode reivindicar a obediência política. O segundo princípio *“consiste na drástica redução do saber como tal a uma das formas particulares de manifestação do saber, qual seja a forma técnico-científica”* (MARTINS, 1974: 104). Martins considera que esta filosofia política realiza uma supressão do “eu” do tecnólogo, condição que permite a infalibilidade tecnocrática. A ideologia tecnocrática faz da ciência e da técnica entidades superiores, que estariam acima das diferenças existentes entre indivíduos, grupos ou classes sociais. Mas não deixa de estabelecer uma divisão entre elite e massa. A elite é formada pela aristocracia tecnocrática, aquela que por habilidade própria possui a capacidade de pensar, de analisar. Para Martins a tecnocracia é um fenômeno político.

“A tecnocracia, em qualquer de suas formas, toma-se um fenômeno simplesmente impensável sem a referência a um quadro de luta pelo poder entre forças sócio-políticas que competem por impor a sua vontade sobre as demais e ganhar o controle dos centros de decisão. Não assumir que o conflito constitui o cerne do fenômeno político, não levar em consideração esse aspecto elementar da existência histórico-social, equivale a admitir que o contingente técnico-científico, em contraste com todos os demais setores da estrutura social, forma-se transforma-se e atua num vácuo de poder” (MARTINS, 1974: 26).

Apesar de participarem de lutas políticas, os tecnocratas são críticos do processo político, pois vêem aí um jogo de competição irracional. Não demonstram simpatia pelo homem político. Martins entende que o autoritarismo é essencial ao tecnocratismo, pois nega a legitimidade da vida política. Sem uma vida democrática, as decisões de governo aparentam ser dotadas de objetividade e de imparcialidade.

Destacaremos a seguir alguns membros do neyismo, apontando a participação de cada um até a primeira gestão de Ney Braga frente ao governo do Estado. Posteriormente, voltaremos ao perfil de cada membro destacado aqui.

SAUL RAIZ formou-se em Engenharia Civil em 1952, pela Escola de Engenharia da Universidade do Paraná. Durante dez anos foi Engenheiro-Chefe da Divisão de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Curitiba. Especializou-se na França, em Planejamento Urbano, fazendo um curso de 12 meses. Ainda na França fez um curso de Economia e Urbanismo, sendo que um dos ministrantes foi o padre Lebret. Participou da campanha de Ney Braga à prefeitura de Curitiba; trabalhou no Departamento de Planejamento e Urbanismo na gestão de Ney Braga no governo do Estado; e foi Diretor do DER na primeira gestão de Ney Braga (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ, Curitiba) (PANORAMA, 1966, Fev., nº 165: 65).

KARLOS RISCHBIETER formou-se em Engenharia pela Universidade Federal do Paraná e também trabalhou no Departamento de Planejamento e

Urbanismo na gestão de Ney Braga na prefeitura de Curitiba; e foi Presidente da CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná) (SENHOR, 1980, Jan., n.22: 48) (GAZETA DO POVO, 1973, Ago., Dia 11: 9). O empresário JAYME CANET JÚNIOR apoiou e coordenou a campanha política de Ney Braga ao governo do Estado em 1960; foi Presidente da CAFÉ DO PARANÁ e do Banco do Estado do Paraná (CARNEIRO; VARGAS, 1994: 239-240). MAURÍCIO SCHULMAN estagiou, em 1960, na Eletricité de France e na IRFED, órgãos estatais franceses (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ, Curitiba); assumiu a chefia do Departamento de Engenharia da Copel, em março de 1961, passando a Superintendente-Técnico em outubro do mesmo ano; em dezembro de 1961 foi nomeado por Ney Braga Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado. Em abril de 1962 foi nomeado Diretor Administrativo da CODEPAR; foi eleito Diretor Técnico da COPEL para o triênio de 1962-65; e foi assessor do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Campos, entre 1964 e 1966 (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. 1984: 3118). NORTON MACEDO formou-se no Rio de Janeiro em 1956, pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Em 1959 tornou-se bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Em 1961 tornou-se advogado do Departamento Estadual do Serviço Público e da Procuradoria Geral do Estado do Paraná. Neste mesmo ano assumiu a chefia do Gabinete da Secretaria do Interior e Justiça do governo Ney Braga; no período que vai de 1961 a 1965 foi também secretário do governador (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 1976). VÉSPERO MENDES formou-se em 1957 na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, lecionando administração nesta mesma universidade. Em 1958 cursou Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico, pela CEPAL. Em 1963 cursou Planejamento Industrial em Porto Rico e

EUA, promovido pela AID. Foi Diretor Administrativo do DER entre janeiro de 1961 a março de 1962, quando assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, até abril de 1964. Neste período passou a ocupar a Secretaria da Educação e Cultura, cargo que ocupou até maio de 1965, quando passou a exercer a Superintendência da Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR) (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ, Curitiba).

2.5 NEY BRAGA E A CRISE DA RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS

Em agosto de 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, os governadores Ney Braga (Paraná), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Mauro Borges (Goiás), Carvalho Pinto (São Paulo), Chagas Rodrigues (Piauí), e Carlos Lindberg (Espírito Santo) estavam reunidos em almoço em São Paulo, quando souberam da renúncia. Os governadores de Minas Gerais, do Paraná, do Espírito Santo e de Goiás procuraram o presidente na base aérea de Cumbica, São Paulo, com o propósito de fazê-lo voltar atrás de sua decisão. Diante da recusa, chegaram a emitir um comunicado ao Congresso Nacional, para que este não aceitasse a renúncia (GAZETA DO POVO, 1961, Ago., Dia 26: 8) (O CRUZEIRO, 1961, Set., Dia 9 - Caderno Extra: XII).

Quando da renúncia de Jânio Quadros, Ney Braga não deixou claro sua posição. Ou seja, se apoiava os Ministros Militares, contrários à posse do Vice-Presidente João Goulart, ou se apoiava a corrente da legalidade, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que defendia a posse de Goulart.

Recebeu a visita do coronel José Maria Andrada Serpa, que conspirava contra a posse de Goulart. Enquanto isso, o prefeito de Curitiba, general Iberê de Mattos, do PTB, se dispusera a apoiar Goulart, colocando o aeroporto à disposição do Vice-Presidente (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 438). Ney Braga ainda cuidou da fuga de Andrada Serpa para São Paulo, a pedido do então general de brigada, Ernesto Geisel, que servia em Curitiba (SENHOR, 1980, Jan., n. 22: 49).

Em Curitiba, na noite de 27 de agosto, a sede da União Paranaense dos Estudantes foi declarada, por estudantes e trabalhadores, a “Casa da Legalidade”, em defesa da posse de Goulart. No Congresso Estadual dos Estudantes, o representante do governador Ney Braga, José Richa, leu uma mensagem do governador, a qual foi recebida com frieza, por ser considerada dúbia. Num manifesto feito em 27 de agosto, estudantes e trabalhadores exigem do governador um pronunciamento claro em defesa da constituição e da posse de João Goulart (TRIBUNA DO PARANÁ, 1961, Ago., Dia 28: 5). No dia 28, em mensagem ao povo do Paraná, Ney Braga defende o retorno de Jânio Quadros: *“Julgo que a melhor solução é a volta de Jânio para, com a união nacional dos homens de bem, livrar o Brasil das peias que o levaram à renúncia. (...) Por certo, Jânio não se negará a servir à Pátria, na sua suprema magistratura, pois isso não seria digno dele. (...) Se Jânio não pôde, ninguém poderá governar o Brasil com as mesmas amarras que ele denunciou à Nação”* (TRIBUNA DO PARANÁ, 1961, Ago., Dia 29: 7). Na mesma mensagem, afirma ser a favor da ordem e da legalidade, e que acataria as decisões do Congresso Nacional, *“órgão máximo da nação democrática”*. Além disso, pediu aos estudantes que não realizassem comícios e outras manifestações, o que poderia excitar a população. No dia 29, em nova mensagem ao povo do Paraná, Ney Braga afirma: *“Aguardo a decisão do Congresso Nacional mas reitero o apêlo que fiz sobre Jânio Quadros”*. Em outra

mensagem do mesmo dia, declara: *"Ficarei no governo, cumprindo a vontade do povo que me elegeu e defendendo a doutrina que prezo: a democracia cristã; democracia que permitirá que se realizem as reformas sociais há tanto tempo reclamadas pelo povo; democracia que Jânio Quadros efetivará se voltar à Presidência da República"* (TRIBUNA DO PARANÁ, 1961, Ago., Dia 30: 6).

O Comandante da 5ª Região Militar⁶, General Benjamim Rodrigues Galhardo, divulga, no dia 30, nota oficial declarando que as forças militares paranaenses defendem o cumprimento à constituição, e que, portanto, acompanham a decisão do Comandante do III Exército (TRIBUNA DO PARANÁ, 1961, Ago., Dia 31: 6). As tropas lideradas pelo General Benjamim Rodrigues Galhardo, passaram a cuidar da divisa com São Paulo, procurando impedir o possível acesso de tropas aliadas aos Ministros Militares, vindas de São Paulo em direção ao Rio Grande do Sul, o que acabou não ocorrendo (TRIBUNA DO PARANÁ, 1961, Ago., Dia 31: 12) (O CRUZEIRO, 1961, Set., Dia 9, Caderno Extra: XII). No dia 31 foi liberada a "Cadeia da Legalidade" no Paraná. No mesmo dia, Ney Braga declara que os Ministros Militares devem respeitar a decisão do Congresso:

"Se os Ministros Militares não acatarem a decisão do Congresso Nacional, estaremos contra eles. (...) A solução total da crise é o prestigiamento do Congresso. Reafirmo minha posição de acatar a decisão que o Congresso Nacional tomar. Os Ministros Militares não tem autoridade para discordar do Congresso (...). Reafirmo minha posição de prestigiamento às decisões do Congresso Nacional. Eu as acataria, mesmo que fossem pelo 'impeachment' do Sr. João Goulart." (TRIBUNA DO PARANÁ, 1961, Set., Dia 01: 5).

⁶ Sediada em Curitiba, a 5ª Região Militar é subordinada ao comando do III Exército, com sede em Porto Alegre. O III Exército, que compreende as guarnições federais do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, é comandado pelo General José Machado Lopes, que está ao lado do governador Leonel Brizola, em defesa da ordem constitucional e pela posse de João Goulart.

Ney Braga afirma que Iberê de Mattos organizou em Curitiba a chamada "Rede da Legalidade", em que emissoras de rádio divulgavam pronunciamentos favoráveis à posse de João Goulart. Diz que, embora fosse favorável à legalidade, não quis participar da rede, pois esta teria sido usada como instrumento político pelos seus adversários (BRAGA, 1996: 184). Iberê de Mattos sofreu censura ao tentar falar na televisão sobre a conjuntura nacional, particularmente sobre o cumprimento constitucional. No dia 28 foi intimado a interromper uma entrevista que concedia à televisão (GAZETA DO POVO, 1961, Ago., Dia 29: 8). A revista Panorama registra protesto do prefeito de Curitiba, dirigido às autoridades responsáveis pelas telecomunicações no país, pois Iberê considerava que havia um tratamento desigual, visto que ele fora impedido de falar na televisão, enquanto o governador Ney Braga "teve no ar, por 24 horas, uma emissora exclusivamente para seus comunicados oficiais" (PANORAMA, 1961, Set., nº 112, Caderno Extra).

De acordo com Ricardo Virgílio da Silva, a implantação do parlamentarismo foi a forma encontrada entre militares e políticos para solucionar a crise da renúncia. Após a renúncia de Jânio Quadros, os Ministros militares divulgaram um manifesto no qual se recusam a aceitar a posse do vice João Goulart, explicitando que no sistema presidencialista, Goulart teria muito poder. Os setores políticos conservadores, como a UDN e o PSD, também se recusam a aceitar Goulart com os poderes presidenciais. Por outro lado, outras forças políticas defendem a posse de João Goulart, como o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, assim como estudantes, operários e camponeses. O Comando do III Exército, chefiado pelo General José Machado Lopes, que compreende os três Estados do Sul do país também adere ao movimento pela legalidade. Lopes tomou essa posição após ter recebido ordens dos Ministros militares de atacar o Palácio do governo do Rio Grande do Sul, se recusando a fazê-lo. Desta forma, o parlamentarismo seria uma

solução de compromisso para a crise da legalidade, pois assim Goulart teria seus poderes reduzidos. Para Silva, a solução do parlamentarismo seria apenas uma trégua no conflito, mesmo porque este conflito não se dá entre as elites, mas é um conflito de classes⁷. Afirma que *“...o acordo forjado por parcela das elites, cristalizado na Emenda parlamentarista, justamente por não incorporar a possibilidade da realização das reformas de base, servindo como um poderoso obstáculo à sua realização, não poderia ser mais que um arrefecimento passageiro do conflito. Uma trégua, como afirmamos. Mas uma trégua conservadora”* (SILVA, 1992: 59).

Ney Braga participou da reunião entre governadores e os Ministros Militares, realizada no Rio de Janeiro, para discutir o parlamentarismo. Além dos Ministros, estavam presentes os seguintes governadores: Carvalho Pinto (São Paulo), Juracy Magalhães (Bahia), Ney Braga (Paraná), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Celso Peçanha (Rio de Janeiro), Celso Ramos (Santa Catarina), Carlos Lacerda (Guanabara), e Carlos Lindberg (Espírito Santo) (TRIBUNA DO PARANÁ, 1961, Set., Dia 1: 12). João Goulart foi empossado no dia 7 de setembro de 1961, após o acordo estabelecido para a implantação do parlamentarismo.

2.6 A POSTURA DE NEY BRAGA DIANTE DO GOVERNO JOÃO GOULART

Posteriormente, Ney Braga trabalha para o retorno do presidencialismo, motivado, segundo suas declarações, pela instabilidade causada pelas constantes

⁷ “... a crise que emergiu ao plano político com a renúncia de Quadros não poderia ser solucionada através da estratégia tradicional de conciliação (formal e inter-elites). A razão disso é que os conflitos que caracterizavam a crise não se originavam no universo das elites. (...) eram conflitos que se apresentavam, progressivamente, como conflitos de classe. Então,

mudanças no Gabinete Ministerial⁸, o que prejudicava a administração do Estado, principalmente na relação com o governo federal. Mas não há como não contemplar a hipótese de que seu interesse pela continuidade da legalidade e, posteriormente, a sua defesa em favor do retorno ao presidencialismo, no plebiscito realizado no início de 1963, é motivado também pelo seu desejo em chegar à Presidência da República.

A condição de governador do Paraná possibilita a Ney Braga ter uma presença constante no cenário político nacional. Em outubro de 1961, quando do Manifesto da Frente de Libertação Nacional⁹, intitulado “Declaração de Goiânia”, em encontro realizado nesta cidade, entre Leonel Brizola, Mauro Borges, Miguel Arraes, Francisco Julião, dentre outros, Ney Braga dá declarações no Rio de Janeiro em que sutilmente critica aquele manifesto: “A declaração de Goiânia é um movimento como

somente uma estratégia política de *conciliação de classes* poderia superar aquela crise nos marcos do regime democrático” (SILVA, 1992: 60).

⁸O primeiro Gabinete teve como Premier Tancredo Neves, que após meses de instabilidade, se dissolve em junho de 1962. Goulart indica San Tiago Dantas para substituir Tancredo Neves, mas o Congresso recusa a indicação, pois Dantas estava vinculado às propostas de reforma, embora fosse um moderado. Diante da recusa, Goulart indica o Senador pelo PSD, Auro de Moura Andrade, político conservador. Seu nome é aprovado pelo Congresso, mas não foi aceito pelos setores que defendiam as reformas de base. Moura Andrade não resiste às pressões e renuncia ao cargo. Goulart indica então Francisco Brochado da Rocha, amigo do próprio Goulart e de Leonel Brizola. Brochado da Rocha tinha um perfil reformista, mas não representava uma ameaça como San Tiago Dantas, sendo aprovado no Congresso. A indicação de Brochado da Rocha teria o sentido de mostrar a inviabilidade do sistema parlamentarista. A partir do Gabinete de Brochado da Rocha, o governo posicionou-se fortemente contra o parlamentarismo, visando a restauração do presidencialismo. O próprio Gabinete se colocava contra o parlamentarismo. Depois de uma série de pressões, o Congresso aprova a realização de um plebiscito sobre o sistema de governo. Com a queda do Gabinete Brochado e a aprovação do plebiscito, Goulart constitui um gabinete provisório, que teve Hermes Lima como Primeiro-Ministro. Em 23 de janeiro de 1963, depois de realizado o plebiscito, o Congresso revoga a Emenda Constitucional que criou o Parlamentarismo (SILVA, 1999: 60-64).

⁹ A Frente de Libertação Nacional foi constituída por políticos nacionalistas que, pouco antes desta declaração, haviam lutado pela posse de João Goulart. Nesta declaração, defendiam a nacionalização das companhias estrangeiras; a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, assim como da Reforma Agrária. Também condenavam a intromissão dos Estados Unidos e da União Soviética na política interna e externa brasileira. Considerava-se que estes objetivos poderiam ser realizados, se as forças nacionalistas vencessem as eleições de 1962. A Frente foi desarticulada após as eleições, em virtude de divergências causadas por diferentes orientações políticas (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 1390).

tantos outros que aí existem...". Nesta mesma entrevista defende reformas estruturais, como a agrária, direito de voto aos analfabetos, controle de remessas de lucros ao exterior, dentre outras, afirmando que estas deveriam ser *"feitas com o respeito à livre iniciativa e às nossas tradições cristãs, dentro dos ensinamentos da encíclica papal 'Mater et Magistra'"* (O ESTADO DO PARANÁ, 1961, Out.: 4). A referência a essa encíclica papal estará constantemente presente na fala de Ney Braga neste período. As declarações de Ney Braga em defesa de reformas estruturais aproxima o governador do presidente da República.

Alguns dias após o Manifesto da Frente de Libertação Nacional, os governadores Carvalho Pinto de São Paulo, Cid Sampaio de Pernambuco, e Juracy Magalhães da Bahia, articulam um manifesto contrário àquele. Pensam na criação de uma nova frente política. Destas negociações participam os governadores de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Espírito Santo, Alagoas, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. No entanto, Ney Braga recusou-se a assinar o manifesto preparado por Carvalho Pinto, Juracy Magalhães e Cid Sampaio. Envia uma carta-proposta ao presidente nacional do PDC, Queiroz Filho, na qual defende que o próximo Congresso Nacional seja eleito para uma Assembléia Constituinte. Nesta carta, afirma: *"Considero (...) inadiável que o PDC, reunido num encontro nacional, procure mais uma vez atualizar sua Mensagem a partir de novos ensinamentos da doutrina social cristã contidos na Encíclica Mater et Magistra, luminoso e providencial roteiro que nos poderá levar sem delongas à formação de soluções concretas para os problemas de estrutura que decorrem de nossa recente evolução política e econômica"* (O ESTADO DO PARANÁ, 1961, Nov., Dia 08: 4-5). Esta carta-proposta, tornada pública, mostra que Ney Braga está procurando se credenciar a assumir a presidência nacional do PDC. Em outra carta, de caráter pessoal, enviada a Queiroz Filho e não tornada pública, Ney Braga teria justificado sua recusa em

assinar o manifesto. De acordo com o jornal O Estado do Paraná, a recusa se devia ao motivo de que Ney Braga achava o movimento inconsistente e sem objetividade. Ney Braga estava tentando marcar posição. Foi a Minas Gerais se encontrar com Magalhães Pinto e com Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte, que também se recusaram a assinar o manifesto.

O relativo apoio de Ney Braga ao governo Federal, leva Goulart a ceder um ministério ao Paraná. Quando da formação do segundo ministério presidencialista de Goulart, em junho de 1963, Ney Braga já era Presidente Nacional do PDC. Goulart enviou a Curitiba o então Chefe da Casa Civil da Presidência, Evandro Lins e Silva, para comunicar a Ney Braga que o Paraná teria um ministério, e que poderia ser um membro do PTB. Goulart escolheu Amaury de Oliveira e Silva, do PTB paranaense, que assumiu o Ministério do Trabalho e Previdência Social. O Chefe da Casa Civil também conversou com Ney Braga sobre a nomeação de um ministro do PDC, o qual seria Paulo de Tarso. Deputado Federal pelo PDC paulista, Paulo de Tarso foi convidado para assumir o Ministério da Educação e Cultura. No Ministério, Paulo de Tarso se afasta da posição do PDC, assumindo uma postura mais de esquerda, aproximando-se da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e da Frente de Mobilização Popular (FMP)¹⁰. Esta postura de Paulo de Tarso foi criticada por setores do PDC, sendo que sua expulsão chegou a ser pedida pela seção do

¹⁰ A Frente de Mobilização Popular surgiu em 1962 e tinha por objetivo defender e pressionar o governo em favor das reformas de base. O movimento era liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Representantes de diversas organizações eram integrantes da Frente: Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto de Unidade e Ação (PUA), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES). Além disso, parlamentares da Frente Parlamentar Nacionalista e membros de entidades camponesas e femininas também integram a FMP. A Frente foi fechada pelos militares após o Golpe de Estado. A Frente Parlamentar Nacionalista era integrada por deputados de diferentes partidos, e atuou entre as legislaturas de 1956 e 1964. Defendia no Congresso Nacional políticas de caráter nacionalistas, mas a sua atuação foi assistemática e inconsistente. Os interesses dos parlamentares eram heterogêneos, havendo concordância apenas em linhas mais gerais (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 1390-1391 e 1393-1398).

Paraná, e gerou conflitos com Ney Braga (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 2515). Em outubro de 1963, pouco antes de Paulo de Tarso pedir demissão, Ney Braga faz declarações sobre a atuação de Paulo de Tarso no Ministério: "*Sua atuação política não decorre da prognose pedecista*" (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Out., Dia 16: 4).

Embora Paulo de Tarso tivesse articulado, juntamente com Plínio de Arruda Sampaio, a candidatura de Ney Braga à presidência nacional do PDC, na convenção do Partido realizada em março de 1963, havia fortes divergências entre ambos. Paulo de Tarso defendeu a candidatura de Ney Braga, pois este não era vinculado aos dirigentes católicos paulistas, que até então controlavam o PDC. O outro candidato, Franco Montoro, era visto como representante da tradição do partido. Paulo de Tarso lutava pela renovação do PDC, daí seu apoio a Ney Braga (Op. Cit.: 2515). Enquanto Paulo de Tarso se aproxima dos movimentos de esquerda e sofrerá cassação política após o golpe, Ney Braga mostra-se crítico às instituições criadas para a defesa das reformas de base. Considerava que a formação de blocos suprapartidários era uma forma de negar a democracia (BRAGA, 1996: 180).

Quando João Goulart indica Carvalho Pinto para ocupar o Ministério da Fazenda, este ficou relutante em aceitar o cargo. Antes de fazê-lo, conversa em particular com Ney Braga em Brasília e, em seguida, mantém conversações, no apartamento de Ney Braga, com Evandro Lins e Silva (Ministro do Exterior), Senador Amon de Mello, Antonio Balbino (Ministro da Indústria e Comércio), Mauro Salles (Chefe de Gabinete do Ministro da Indústria e Comércio) e o próprio Ney Braga (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Jun., Dia 20: 4). Este procura manter boas relações com o governo de João Goulart, visando garantir recursos para o seu

governo no Paraná, o que ele próprio esclarecerá mais tarde, quando do golpe de Estado, ao justificar seu apoio a João Goulart:

“(...) Por algum tempo, senhores, pensei que pudéssemos apoiar pelo Paraná e mesmo pelo Brasil o governo que se constituiu depois da renúncia do ex-presidente. Para isso, realmente, havia razões que posso invocar. E tive razões sérias que me levaram, porém, à incompreensão de muitos para adotar aquela atitude. Não só porque o Paraná precisasse da administração federal. A esperança que tínhamos - eu e tantos homens públicos do Brasil que militavam em hostes diversas daquela do que então assumira a Presidência da República - era de que ele viesse, ajudado por uma equipe de homens idealistas, a dirigir bem a nação brasileira em hora tão difícil da sua história. Assim o acompanhamos; ...” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1964, Abr., Dia 2: 2).

Ney Braga mantém um discurso recorrente em favor das reformas de base, mas o conteúdo de suas reformas não era tão próximo àqueles defendidos por Goulart. Vejamos um aspecto revelador da postura de Ney Braga frente à questão da terra: Ainda no governo de Jânio Quadros, entre os dias 12 e 15 de agosto de 1961, realizou-se em Maringá, Norte do Paraná, o II Congresso dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas do Paraná. Este Congresso contou com a participação do Deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, de um representante do Governo Federal, o Deputado Nestor Duarte, líder do governo na Câmara dos Deputados, de representantes da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), do Deputado Josué de Castro, Presidente da Associação Brasileira de Combate à fome, do Senador Nelson Maculan do PTB, do General Agostinho Pereira Alves, Presidente do PSB, enfim, líderes sindicais, prefeitos, vereadores e deputados. O número de delegados credenciados chegava próximo de 600. Mais de 1.000 pessoas haviam assinado o livro de presença. O tema central do

Congresso era a Reforma Agrária. Em um artigo no qual faz uma discussão sobre o referido Congresso, Nestor Vera afirma que:

“... foram denunciados com veemência os crimes que os fazendeiros e latifundiários de toda espécie, juntamente com seus jagunços e a polícia, cometem contra os trabalhadores e os pequenos sitiantes. O salário mínimo não é pago. Os direitos de férias, descanso semanal remunerado e outros que a lei garante, não são respeitados. ‘Os grileiros’, apoiados pelo governo e demais autoridades, despejam os camponeses de suas terras, os espancam, os assassinam e queimam suas casas. Constantemente há choques armados entre os posseiros e os jagunços e a polícia dos grileiros. Os tiroteios aumentam por toda parte. As zonas litigiosas do norte do Paraná são um barril de pólvora” (VERA, 1961: 63).

Sabendo da realização do Congresso, os bispos do Norte do Paraná (dioceses de Jacarezinho, Londrina, Maringá e Campo Mourão) procuraram se contrapor a ele. Um mês antes, criaram a Frente Agrária Paranaense. Esta instituição preparou a chamada Festa da Lavoura, que se realizou no dia seguinte ao da abertura do Congresso. As lideranças religiosas queriam deixar claro a sua influência junto ao homem do campo, ao mesmo tempo em que pretendiam condenar o Congresso, pois entendiam que ele tinha inspiração comunista. Os bispos estavam preocupados com a possibilidade da igreja perder a influência que exerciam junto ao homem do campo, pois sentiam que as Ligas Camponesas poderiam ser uma ameaça. Ney Braga não compareceu em Maringá, mas mandou uma comitiva, dirigida não ao Congresso, mas à manifestação dos bispos. Samuel Guimarães da Costa afirma que:

“A reportagem de ‘PANORAMA’ chegou a Maringá, cerca das 12 horas de Domingo, dia 13, viajando no avião do governo do Estado, juntamente com a comitiva que representaria o governador Ney Braga. Recusando o convite do II Congresso, o governo se faria representar na concentração organizada pelos bispos. No

aeroporto de Maringá, a comitiva governamental foi recebida por representantes do PDC e UDN, rumando em seguida para a Festa da Lavoura” (COSTA, 1961: 7).

O Deputado Nestor Duarte, representante de Jânio Quadros, não foi autorizado a ler a mensagem presidencial no encontro promovido pelos bispos, visto que ele faria a leitura da mesma mensagem também no Congresso, o que os bispos não aceitaram. Assim, a mensagem presidencial foi lida apenas no Congresso. Jucundino Furtado fez a leitura da mensagem do governador Ney Braga, na manifestação promovida pelos bispos. Aí esteve presente também o Secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, que era o representante pessoal do governador. O bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, condenou com veemência o II Congresso dos Trabalhadores Rurais. O padre Marconi Montesuma¹¹, secretário do bispado de Londrina e coordenador da Frente Agrária, informou que pouco mais de cem pessoas foram enviadas por ele para participar do Congresso e participar dos debates. Esta participação chegou a tumultuar os debates e algumas pessoas foram retiradas do Congresso pela presidência da mesa. No período da noite, um grupo de jovens, alguns com cartazes contra Francisco Julião e contra o Congresso, se aproximou do local onde se realizava o II Congresso dos Trabalhadores Rurais. Havia um cerco policial, mas os manifestantes começaram a atirar pedras no prédio e tentaram passar pelos policiais, provocando um choque entre policiais e manifestantes. Um padre incitava os manifestantes, o que levou um outro padre a retirá-lo do local. No dia seguinte, no período da noite, apesar de Francisco Julião ter ido a Londrina, manifestantes fizeram o enterro simbólico do líder camponês. Depois, manifestantes se dirigiram para o local do Congresso, que já estava com as

portas fechadas, pois a sessão do Congresso no período da noite tinha sido cancelada. Derrubaram as portas do prédio e depredaram alguns móveis, além de atingirem hotéis e outros locais. Houve intervenção policial, "...com novas pancadarias em pontos diversos do centro da cidade" (COSTA, 1961: 6-18).

De qualquer forma, a postura de Ney Braga não era exatamente igual àquela adotada pelos udenistas. No Paraná, por exemplo, enquanto Ney Braga defendia a reforma constitucional para que se fizesse as tais reformas de base, a UDN do Paraná fazia campanha por todo o Estado contra a reforma constitucional. Os udenistas se mostravam mais intransigentes com relação às reformas. Ney Braga dizia que as reformas de base deveriam ser feitas dentro da ordem e dentro dos princípios cristãos. Embora fizesse discursos em defesa das reformas, Ney Braga não se aproximava dos políticos que estavam defendendo de forma mais contundente tais reformas, como é o caso de Leonel Brizola e de Miguel Arraes.

No final de junho de 1963, Ney Braga foi a Recife participar do Encontro Nacional do PDC. Neste encontro Ney Braga e o PDC defenderam as reformas de base, tais como reforma agrária, bancária, eleitoral e tributária. No entanto, os pedecistas de pernambuco eram contrários a Miguel Arraes, e Ney Braga apenas se encontrou com o governador de Pernambuco em um jantar de cortesia, oferecido pelo governador, onde também estiveram Paulo de Tarso e Franco Montoro. Não houve qualquer comício em conjunto. No encerramento do Encontro do PDC, Ney Braga foi aclamado pelo público presente como candidato do PDC à presidência da República. Seu nome foi lançado pelo representante da Juventude Democrata Cristã de Pernambuco. O nome de Ney Braga era lembrado em várias reuniões pedecistas. Além disso, a popularidade de Ney Braga no Nordeste crescera após o

¹¹ Montesuma é cearense e estava em Londrina há cerca de um ano. Disse conhecer de perto o movimento das Ligas Camponesas do Nordeste.

plano ALIMENTOS PARA O BRASIL, do governo do Paraná, que atendeu alguns Estados do Nordeste (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Jul., Dias 2 e 3: 4) (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1963, Jul., Dia 2: 5).

No início de julho, Ney Braga, ao analisar a situação nacional, identificou dois grupos em luta: um que ele chamou de esquerda negativa, tendo em Leonel Brizola um de seus líderes; e, por outro, aqueles que atacam o Presidente da República. Disse que podem atacar, mas que devem levar suas provas à justiça, pois só os ataques tumultuam o país. Considera que se deve ser contra os radicalistas (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Jul., Dia 10: 4). Em seguida, ao se encontrar com o governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, em Porto Alegre, ambos divulgam uma nota em que afirmam que as reformas sociais devem ser realizadas dentro da ordem e da lei e fazem crítica ao clima de agitação no país. No dia 12 de julho, quando do aniversário da constituição do Paraná, Ney Braga faz as seguintes declarações, nas quais tece críticas aos agitadores:

“O Paraná comemora hoje o 16º aniversário de sua Constituição. Essa data coincide, neste ano de 1963, com um lamentável clima de agitação nos meios políticos brasileiros. (...) As soluções pela força chocam-se contra as nossas tradições cristãs e democráticas e escondem em seu bojo métodos inconvenientes ...

(...) Nossa Democracia tem falhas mas não é uma farsa. Só através dela e com ela, aperfeiçoando-a, poderemos resolver pacificamente nossos problemas. Pretender destruí-la com golpes de esquerda ou de direita é subverter a ordem política tradicional...

(...) Sinto que o povo brasileiro (...) começa a dar sinais inequívocos de cansaço. Começa a desesperar-se o povo brasileiro. ... justamente agora começamos a desesperar. E por que? Porque alguns, poucos mas delirantemente agressivos, preparam o caos e a confusão para deles tirar um mísero proveito pessoal” (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Jul., Dia 13: 4).

CAPÍTULO TERCEIRO

AS FLUTUAÇÕES DO PODER POLÍTICO DE NEY BRAGA NO REGIME MILITAR

3.1 O CAMINHO DO GOLPE DE ESTADO

Em julho de 1963, o governador Ney Braga fez indicação a João Goulart de seu Secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, para que este ocupasse a presidência do IBC. No entanto, o Presidente da República nomeou para o cargo, o Senador Nelson Maculan, do PTB do Paraná (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Jul., Dias 14 e 19: 4). João Goulart não queria fortalecer Ney Braga no Paraná, em detrimento do PTB paranaense. Primeiro, Goulart havia nomeado para o Ministério do Trabalho um outro petebista paranaense, Amaury Silva, que é constantemente atacado em jornais locais que apóiam Ney Braga; depois, para a presidência do IBC, escolhe outro petebista. Estas nomeações, mais a rejeição de Goulart em nomear Queiroz Filho do PDC à embaixada brasileira na Iugoslávia, além da nomeação nos IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões), que não favoreceram o PDC, vão marcando um afastamento entre Ney Braga/PDC e João Goulart. Suas declarações no início de agosto mostram claramente este afastamento. Em entrevista à TV no dia 07, afirma: *“Sou favorável a todas as reformas. Não porque o presidente da República deseja a reforma agrária, mas sim porque o meu partido (PDC) traz em seu bojo a pregação reformista, dentro das normas cristãs, ou seja, reformas sem agitações”* (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Ago., Dia 08: 4). Poucos dias após, em reunião do PDC em Brasília, a sua declaração é ainda mais clara: *“Acentua-se cada dia que passa, a independência do PDC no que se refere à sua posição política e nas relações com o governo federal”* (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Ago., Dia 10: 4).

Em editorial, O ESTADO DE SÃO PAULO analisa a possibilidade de uma terceira força para a presidência da República. Esta terceira força se situaria entre as possíveis candidaturas de Juscelino Kubitschek e de Carlos Lacerda, e poderia ser constituída em torno do governador Ney Braga, *“considerado uma peça básica do esquema e um dos seus inspiradores ...”*. Este mesmo dispositivo já teria sido armado anteriormente em torno de Magalhães Pinto, mas desagregara-se devido à redução das possibilidades políticas e populares do governador de Minas Gerais (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1963, Ago., Dia 16: 3). Ao comentar o processo sucessório em entrevista, Ney Braga diz que *“... considerarei sempre o quadro da sucessão incompleto enquanto não tivermos um candidato perfeitamente identificado com a democracia cristã.”* Na mesma entrevista aponta Carvalho Pinto como possível candidato (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Nov., Dia 17: 4).

Em novembro, concede entrevista ao programa VOZ DA AMÉRICA, de Washington, para comentar o acordo firmado entre o Governo do Paraná e a Agência Interamericana de Desenvolvimento. De acordo com Dreifuss, a embaixada dos Estados Unidos no Brasil procurou as regiões onde o cenário político fosse favorável aos interesses conservadores, para estabelecer assistência. O embaixador americano chamou estas regiões de “ilhas de sanidade”.

“A política das ‘ilhas de sanidade’ (expressão cunhada pelo Embaixador Gordon) favorecia a assistência direta, através da AID¹, aos Estados brasileiros dirigidos por governadores amigos, ao invés do governo central. (...) Dessa forma, a AID se tornou um canal para o governo americano colocar grandes somas à disposição desses escolhidos atores políticos, somas estas que poderiam ser usadas para financiar ‘projetos de impacto’ que influenciassem a opinião pública” (DREIFUSS, 1981: 325-326).

¹ AID – Agency for International Development.

Na Convenção Regional do PDC realizada no final de novembro e início de dezembro, Ney Braga volta a atacar João Goulart, considerando que as dificuldades pelas quais passam o Brasil e o Paraná se devem ao mal governo da União. Afirma: *“Eu não sabia que o Jango era tão ruim assim”* (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Dez., Dia 1: 4). Em dezembro, Carvalho Pinto deixa o Ministério da Fazenda. Ao comentar a saída deste do Ministério, Ney Braga considera que a saída de Carvalho Pinto é *“... decorrência de pressões de grupos de agitação interessados em manter o clima de intranquilidade no país e que não se conformam com a atuação de idealistas...”* Entende ainda que o governo federal *“... em apenas dois anos e meio tenha constituído cinco Ministérios, sempre claudicantes, fruto tão somente de injunções políticas e muito distantes dos supremos interesses nacionais”* (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Dez., Dia 21: 1 e 4). Em entrevista concedida ao CORREIO DE NOTÍCIAS, em 1987, Ney Braga afirma: *“(...) No dia que o Carvalho entregou a carta de demissão ele me telefonou. Disse que estava saindo do Ministério da Fazenda. E eu disse: mas saia brigado com ele, pois via que o Jango estava insuflado...”* (CORREIO DE NOTÍCIAS, Caderno Bomdomingo, 1987, Set., Dia 27: 5).

Ney Braga vai a São Paulo se encontrar com Carvalho Pinto e lhe propõe que seja candidato pelo PDC à Presidência da República em 1965. Mantém conversações com Magalhães Pinto e Carvalho Pinto sobre a sucessão presidencial. No Encontro Regional do PDC de Santa Catarina, realizado em janeiro, em que Ney Braga esteve presente, juntamente com Franco Montoro, defendeu a necessidade de se definir logo os candidatos à Presidência da República, e que a união dos democratas seria um meio de por fim ao clima de intranquilidade existente no país. Em seguida Ney Braga esteve no Encontro Regional do PDC Gaúcho, onde afirmou não acreditar que as Forças Armadas

adotariam qualquer solução extralegal, visto que os setores militares eram altamente politizados (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Jan., Dias 21 e 26: 4).

Após estes encontros regionais, realizou-se a Convenção Nacional do PDC. Nesta, houve o embate entre dois grupos de posições políticas diferenciadas: um, liderado por Paulo de Tarso, e que conta com nomes como Plínio de Arruda Sampaio e João Dória, e que defende posições mais próximas da esquerda; e outro, liderado por Ney Braga, e que contava com Franco Montoro e Juarez Távora, que se consideravam mais próximos da doutrina democrata cristã. O grupo liderado por Ney Braga consegue aprovar a maior parte de suas teses. A Convenção decidiu proibir a filiação dos membros do PDC a frentes políticas, como é o caso da Aliança Democrática Parlamentar e da Frente Parlamentar Nacionalista, ou a grupos e movimentos de ação política estranhos ao Partido (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Fev., Dias 02 e 04: 4).

Na reunião de governadores realizada em Salvador, no final de fevereiro e início de março, Ney Braga se encontra com Carlos Lacerda. A imprensa fala da possibilidade de Ney Braga vir a ser candidato a Vice-Presidência, na chapa de Carlos Lacerda (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Mar., Dia 3: 1). Quando chegou a Salvador, Ney Braga concedeu entrevista, declarando que:

“O povo deseja a preservação da ordem legal e por isso mesmo não haverá golpe. Reconheço a existência de grupos empenhados em agitar o país, uns inspirados por propósitos totalitários e outros na esperança de empolgar as massas através de uma ação agressiva. Reconheço também que se a democracia não se mostrar, logo, mais eficiente na solução dos grandes problemas populares, criará o risco de sua própria destruição. Mas creio firmemente que o regime democrático tem condições para vencer e vencerá os problemas com que se defronta presentemente” (Op. Cit.: 4).

Sobre a possível legalização do Partido Comunista, afirma: *“Em princípio acho que é matéria da alçada do Judiciário e que sem reforma da Constituição Federal é impossível dar vida legal ao PC. Como quer que seja, a volta do comunismo à legalização não constitui solução para nenhum dos grandes problemas do Brasil de hoje...”* Na entrevista, não se mostrou favorável ao decreto da SUPRA² (Op. Cit.: 4).

Carlos Lacerda chega a Curitiba no dia 07 de março para conversar com Ney Braga, e fez a seguinte afirmação à imprensa: *“O Paraná precisa unir-se em torno da decisão, da crise que ameaça o país, e à idéia de que existe atualmente uma revolução em marcha. Uma revolução pacífica, uma revolução democrática, sem sangue, sem sobressalto, destinada a dar ao trabalhador brasileiro um ambiente de paz, após a solução dos problemas com simplicidade e dentro do bem maior, a liberdade”* (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Mar., Dia 08: 4). Além de tratar do problema sucessório, certamente Carlos Lacerda veio discutir com Ney Braga sobre a “revolução” em andamento.

Carlos Lacerda, juntamente com Magalhães Pinto são dois dos mais importantes políticos brasileiros do período que estavam comprometidos com a ampla campanha social, política, ideológica e militar promovida pelo complexo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)/IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), para desestabilizar o governo de João Goulart, e abrir caminho para o golpe de Estado. Dreifuss afirma que:

“A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de

² A Superintendência da Política Agrária (SUPRA), foi criada em novembro de 1962. Tinha por finalidades, dentre outras, planejar e executar a reforma agrária no país. O órgão passou a ter uma atuação mais forte a partir da volta do presidencialismo. Diante da pressão dos trabalhadores rurais e da não aprovação pelo Congresso nacional de uma política de reforma agrária, Goulart faz um decreto prevendo a expropriação de terras ao longo de rodovias e ferrovias federais, ou beneficiadas com investimentos da União. O decreto foi assinado no dia 13 de março de 1964 (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 3284-3285).

um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. (...) Nesse processo, a elite orgânica modelaria as forças sociais burguesas em uma classe, processo este que culminaria com a transposição do poder privado dos interesses multinacionais e associados para o governo público do Brasil. Para isso, o bloco econômico dominante teria de vir a ser o Estado autoritário em que efetivamente se transformaria” (DREIFUSS, 1981: 161-162).

Nesta campanha promovida pelo complexo IPES/IBAD, envolveram-se empresários, políticos, religiosos e intelectuais conservadores, e utilizou-se de todos os meios possíveis, como televisão, jornais, rádio, editoras; participação em movimentos sindicais, rurais e urbanos, movimentos estudantis, além de apoio a políticos conservadores. *“No curso de sua oposição às estruturas populistas, ao Executivo nacional-reformista e às forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tomava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar”* (DREIFUSS, 1981: 164). Este complexo, que esteve organizado nos principais centros do país, também foi estruturado no Paraná.

“No Paraná, a estrutura IPES/IBAD/ADEP³ era baseada no quadro de membros da Associação Comercial do Paraná - ACOPA. Alguns de seus membros ativistas eram Asdrúbal Bellegard, Carlos Alberto de Oliveira, Oscar Schrappe Sobrinho e o consultor jurídico da ACOPA, Aguinaldo Bezerra. Outros militantes de destaque eram Ostoj Roguski, do Conselho Nacional para a Reforma Agrária do Paraná e da Confederação Rural Brasileira, e Manuel Linhares de Lacerda” (Op. Cit.: 183).

Dreifuss fala da participação do IBAD no meio sindical no Paraná e a organização de apoio a Ney Braga.

³ ADEP – Ação Democrática Popular, que nas eleições de 1962, preparou a lista de candidatos e se responsabilizou em financiar a propaganda eleitoral deles.

“O IBAD mostrava-se particularmente ativo no movimento sindical do Paraná, Estado-chave em termos políticos, onde levantava apoio para o governador Ney Braga e onde patrocinava diversos sindicatos e seus líderes. O Paraná era importante por sua proximidade geográfica de São Paulo, e, embora não se achasse entre os centros industriais mais importantes do país, ele tinha uma grande população das classes trabalhadoras nas áreas rurais e das indústrias de porte médio e do sistema de prestação de serviços do Estado. O IBAD também organizou o I Encontro de Trabalhadores Democráticos do Paraná, com a presença de mais de duzentos representantes de sindicatos” (Op. Cit.: 314).

Nas eleições de 1962, de acordo com Dreifuss, a rede IPES/IBAD/ADEP/ADP⁴/Promotion S.A. financiou 250 candidatos a deputado federal, 8 a governos estaduais, além de senadores, prefeitos e vereadores. No Paraná, os beneficiários dos recursos daquela rede foram: Munhoz da Rocha (PR), Ivan Luz (PRP), Othon Mader (UDN), Plínio Salgado (PRP) e Ney Braga (PDC e governador do Estado) (Op. Cit.: 334). Ao referir-se à interação entre civis e militares que interagiam nos Estados para derrubar Goulart, Dreifuss afirma:

“No Paraná, o principal organizador militar foi o General Ernesto Geisel que comandava a 5ª Divisão do III Exército. O aspecto civil do movimento era liderado por José Manoel Linhares de Lacerda, que coordenava unidades consistindo basicamente de grandes proprietários de terras, juntamente com os líderes do IPES da Associação Comercial do Paraná e Paulo da Rocha Chueri que formava um importante elo com a força policial do Estado. O Coronel Ney Braga, governador do Paraná, era discretamente a favor do plano, preferindo não dar apoio abertamente” (Op. Cit.: 389).

⁴ ADP – Ação Democrática Parlamentar, “...que operava como a frente política e o canal ideológico da elite orgânica no Parlamento e diante da opinião pública.(...) A ADP era um bloco multipartidário, de senadores e deputados federais conservadores e reacionários, na maior parte da UDN e do PSD, e organizados através de uma rede, em todo o país, de grupos de Ação Democrática Popular - ADEP e que tinha até mesmo congêneres em muitos legislativos estaduais e câmaras municipais” (Op. Cit.: 320).

João Goulart faz o comício da Central do Brasil no dia 13 de março, no qual defende as reformas de base e a necessidade de mudanças na constituição. Anuncia algumas medidas, como a encampação de refinarias de petróleo, e o decreto da SUPRA, tornando possível a desapropriação de terras, como visto anteriormente. Ney Braga reage criticamente ao comício realizado por Goulart. Após retornar de uma viagem a Guanabara e a São Paulo, declarou à imprensa:

“Não posso estar de acordo com o método de ação posto em prática pelos responsáveis pelo comício. De que se trata? De mobilizar o povo pelas reformas? Nesse caso, por que dividir o país em vez de uni-lo? A necessidade de reformas democráticas é reconhecida por todos, à exceção de uma pequena minoria. Isto significa que elas podem ser realizadas, desde que, em lugar de se lançar confusão no assunto, imprima-se orientação. O que falta é orientação.

Deixemos de simplificações exageradas. Como democrata não sou contra comícios, nem tenho medo do povo em praça pública. Mas nem sempre um comício é sinônimo de democracia, ou expressão de qualquer ordem democrática. Peron fazia comícios, Stálin fazia comícios, Hitler e Mussolini faziam comícios. Fidel Castro faz comícios. Não estou estabelecendo comparações; estou apenas querendo desfazer o equívoco de que a simples realização de um comício seja defesa da democracia. Se, em lugar de uma tática de acirramento, de paixões e de divisionismo, os líderes quiserem realizar comícios de união pelas reformas dentro do processo democrático, só merecerão aplausos” (GAZETA DO POVO, 1964, Mar., Dia 19: 3).

Sobre a possibilidade de o Congresso fazer reformas constitucionais, afirma:

“... como em todo o país, há no Congresso forças reformistas e não reformistas, estas minoritárias. O que ocorre é que as forças reformistas rejeitam a liderança de um grupo limitado e começam a ter desconfiança de que, em última análise, o que se pretende é suprimir o sistema representativo ou transformar o Poder Legislativo em um simples órgão decorativo que se deseja encurralar e amedrontar” (Op. Cit.: 3).

Em entrevista à televisão no dia 20, voltou a falar do comício da Central do Brasil:

“Aí está a inflação desenfreada, as agitações sociais, os poderes se desentendendo, principalmente tendo em vista o comício que recentemente se realizou no Rio, quando na presença do Presidente da República o Congresso foi atacado.

O que estamos vendo é a desorganização administrativa, a falta de autoridade, o acirramento da luta com os ataques os mais violentos. Homens que querem falar e não podem, homens que falam o que não devem. (...) Vimos o deputado Leonel Brizola pregar o fechamento do Congresso. Isto, que só pode agravar a situação brasileira, que bem trará ao Brasil, interna e externamente? O Presidente da República presente num comício, poderia pregar a paz, a tranquilidade e reformas dentro da democracia, solicitando ao Congresso que desse as reformas. Mas não como foi feito, pregando-se, através de vários oradores, a quebra do regime constitucional. Seria muito melhor que aqueles homens estivessem trabalhando mais e alertando o povo de outra forma, mas não em comícios de ódios.

(...) O Congresso não está fechado às reivindicações populares e, na hora presente, saberá atender aos reclamos do povo. Mas sem que se o pressione; encostando-o à parede, pois este não é modo eficiente de se viver o regime.

(...) Eu não vejo ação do presidente atual. O presidente pregou o presidencialismo e eu estava com ele, acreditando que teria, então, maior autoridade para combater os males que o Brasil está sentindo. O povo deu-lhe o presidencialismo. E o que foi feito após isso? Nada” (GAZETA DO POVO, 1964, Mar., Dia 20: 3).

Perguntado sobre a possibilidade de a CGT realizar uma greve para pressionar o Congresso pelas mudanças, Ney Braga disse: *“Uma greve política de pressionar o Congresso, é antidemocrática e antipatriótica e trará o tumulto maior”* (Op. Cit.: 4).

No dia 19, Ney Braga concede entrevista a emissoras de Televisão e de Rádio. Perguntado se o país marcha para o comunismo ou para uma ditadura de direita, responde: *“Não creio que marche para nenhuma das duas. Está marchando para o caos...”* A uma pergunta sobre o possível comportamento das Forças Armadas em caso de golpe, afirma: *“Posso assegurar, conhecimento que tenho, que as Forças Armadas não darão um golpe, nem fecharão o Congresso. Estão aí para defender o regime democrático, a legalidade ...”* Perguntado se ele acha que João Goulart quer levar o país ao comunismo, responde: *“Não creio que ele queira. Se alguém quiser levar o país*

ao comunismo será hora de lutar. Sem armas, com armas, para a defesa da democracia. (...) Não creio que haja alguém com o topete de pensar em fechar o Congresso e levar o país ao comunismo". E ainda: *"Contra o comunismo e contra qualquer golpe estaremos à frente do povo. Juramos defender o regime e o defenderemos a qualquer preço".* Após esta entrevista, em que falou sobre o perigo do comunismo, Ney Braga recebe mensagens de apoio de vários setores da sociedade: da Federação do Comércio do Paraná; da Associação Comercial do Paraná; da União Paranaense dos Estudantes⁵; do Arcebispo Metropolitano, D. Manuel da Silveira Délboux; e da Federação das Indústrias do Paraná (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Mar., Dia 21: 4).

No dia 24, milhares de pessoas se dirigiram ao Palácio Iguazu, em protesto contra a encampação de colégios particulares. Os manifestantes queriam o apoio do governador. Este estava na companhia de todo o seu secretariado, e fez um discurso aos manifestantes:

"(...) Tenho sido no governo do Paraná, graças a Deus, democrata e cristão. E serei o porta-voz do meu povo, enquanto dele merecer confiança, no cenário da República, em defesa permanente, quotidiana, do regime democrático que juramos defender e servir. (...) Não há, na realidade senão uma pequena minoria que terá vez porque nós estamos unidos: povo sem arma que somos nós, o povo armado que são as Forças Armadas do Brasil.

"... as escolas precisam realmente de liberdade para que se estude livremente, para que livremente se discuta, para que se oriente bem a juventude de hoje. E a democracia precisa firmar-se realmente eficiente na solução dos problemas dos que mais precisam de ajuda, dos pobres, dos doentes. Para isto queremos reformas sim, mas queremos, à par delas, administração honesta, honrada e capaz. Queremos reformas sim, mas dentro da democracia e nunca fora dela. Queremos reformas sim, mas em ordem, em paz. Na realidade, nós temos hoje que decidir, talvez, os destinos do mundo, talvez neste próprio país e, por isso, vemos

⁵ Uma nova diretoria da UPE tomou posse no início de novembro de 1963, tendo como presidente, Ronaldo Antônio Botelho (Direito pela Católica). A nova diretoria, ao tomar posse, anuncia seu rompimento com a UNE. Na plataforma da nova direção está incluído uma mudança de orientação do Centro Popular de Cultura e da Aliança Operário-Estudantil-Camponesa (O ESTADO DO PARANÁ, 1963, Nov., Dia 5: 7).

com muita emoção manifestações como esta. O livro⁶ que os senhores me trouxeram eu não joga fora aqui, para não sujar o chão do Paraná. (...)” (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Mar., Dia 25: 4).

Ney Braga recebe manifestação de apoio de entidades religiosas e femininas, tais como: Maria Helena Lessa Ribeiro, Presidente da Arquiconfraria das Mães Cristãs; Dalila de Castro Lacerda, Presidente da Liga das Senhoras Católicas; Jovina de Oliveira Karam, Vice-Presidente da Associação das Senhoras de Caridade; Lêda de Azevedo Pereira de Leão, Presidente do Clube da Lady de Curitiba; e Lúcia Zanier Demerteco, Presidente do Apostolado da Oração da Catedral (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Mar., Dia 25: 4 e 5). No dia 25, Ney Braga esteve reunido por 4 horas a portas fechadas com o Secretário de Segurança Pública, General Gaspar Peixoto, juntamente com o Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, Mário Mondino. No dia 30 de março, Ney Braga esteve em Belo Horizonte, em reunião com o governador Magalhães Pinto, retomando a Curitiba no mesmo dia. Ao retornar, se prepara para os acontecimentos que se darão nas próximas horas, e divulga um manifesto de solidariedade ao Almirantado, criticando a revolta dos marinheiros⁷:

⁶ Livro do Ministério da Educação.

⁷ Cerca de dois mil marinheiros e fuzileiros navais haviam se reunido na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em 25 de março, para comemorar o segundo ano da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, organização que era considerada ilegal. O encontro tinha sido proibido pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota. Dentre outros, o ato contou com a presença de representantes da UNE, da CGT, e também do deputado Leonel Brizola. Além de defender as reformas de base, reivindicavam o reconhecimento da Associação, melhor alimentação, e reformulação do regulamento disciplinar da Marinha. O encontro foi considerado como subversão da hierarquia militar, e o ministro da Marinha enviou ao local um destacamento de fuzileiros navais para prender os organizadores da reunião. No entanto, os fuzileiros, que tinham por comandante um simpatizante do movimento, aderiram aos revoltosos. Goulart proibiu que as tropas invadissem o sindicato, e o ministro Sílvio Mota pediu demissão do cargo. Goulart enviou um representante, o ministro do Trabalho Amauri Silva, para dialogar com os marinheiros. Estabelecido um acordo, os marinheiros foram presos e, em poucas horas, anistiados por Goulart (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 2932-2933).

"Conte conosco a Marinha do Brasil. O apelo que os seus responsáveis lançaram à Nação ecoou no Paraná, onde Governo e Povo, unidos pelo trabalho e pela vocação democrática, estão a postos na defesa das instituições e dos princípios que a Constituição consagra.

Aqui estamos definidos: queremos ordem, tranquilidade, liberdade, trabalho, ao lado das reformas democráticas que a consciência nacional exige.

Sabemos o que queremos, e também sabemos o que não queremos. E o Paraná não quer agitação, não quer subversão, não aceita o desrespeito às leis, à disciplina e à hierarquia militares, aos ideais democráticos e às tradições cristãs dos brasileiros.

O episódio que hoje envolve a Marinha do Brasil está a mostrar-nos, uma vez mais, que é chegada a hora de serem estancadas, dentro da lei, as fontes que, há algum tempo e cada vez com maior intensidade, despejam intranquilidade em todos os setores da vida nacional.

Os desmandos de alguns vem gerando os abusos de outros e quem deve respeitar, desrespeita.

Em nome das reformas - que precisam ser realizadas e não de sê-lo, dentro da democracia - procuram envolver o povo em processo que culminará na perda de sua liberdade. E em nome da liberdade, há quem se faça arauto do seu extermínio.

Ontem, quando o Congresso era alvo de grosseira investida, governadores e homens responsáveis do país, se uniram em sua defesa. Hoje, quando a Marinha do Brasil, se toma palco de impatriótica subversão, novamente é necessária a união dos homens responsáveis do Brasil.

Conte conosco a Marinha do Brasil.

Contem conosco as Forças Armadas que, sendo povo como nós somos, compreendem a gravidade da hora presente e também sabem o que querem e o que não querem.

A Constituição, acima de tudo, porque, dentro dela, com ela e por causa dela e do que ela representa, encontraremos as soluções para os problemas do Brasil que não de ser brasileiras, democráticas e cristãs" (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Mar., Dia 31: 4).

Na noite do dia 30, Ney Braga permaneceu em vigília no Palácio Iguazu, até de madrugada. Neste dia, Jucundino Furtado, Secretário da Educação, foi enviado por Ney Braga até Porto Alegre para transmitir informações ao governador gaúcho, lido Meneghetti, sobre a conversa que tivera com Magalhães Pinto. Ainda neste dia, esteve reunido com o General Dario Coelho, comandante em exercício da 5ª Região Militar. No dia seguinte, mantém vigília no Palácio Iguazu, e estabelece vários contatos telefônicos com os governadores Celso Ramos (Santa Catarina),

lido Meneghetti (Rio Grande do Sul), Magalhães Pinto (Minas Gerais), e Adhemar de Barros (São Paulo) (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Abr., Dia 1: 4). Na madrugada do dia 1º, às duas horas, divulga um comunicado à população:

“Brasileiros!

Tomamos conhecimento do manifesto do Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais.

Aos brasileiros de todos os recantos, aos paranaenses que governamos, nesta hora de angústia e de grandes responsabilidades, desejamos afirmar nossa solidariedade e de nosso Estado às forças que se dispõem a defender as instituições nacionais e a sabedoria do povo brasileiro, representado pelo Congresso Nacional.

Tudo se fez para evitar a crise extrema.

Deus e o povo são testemunhas dos nossos esforços em prol do regime democrático, do respeito à Constituição e aos princípios federativos; de nosso apego intransigente à soberania do povo. (...)

Não obstante os esforços dos homens que viam com clareza os perigos que rondavam a pátria e que lutavam por debelá-los, acelerou-se, nos últimos dias, o processo de desordem e perigo do domínio de uma minoria de extrema esquerda sobre o país.

Contra esse estado de coisas, neste momento difícil da vida nacional, manifestou-se o governador Magalhães Pinto. Emprestamos nosso apoio a seu pronunciamento.

É preciso que se restaure a segurança nacional; é preciso que se dê ao povo clima para o trabalho e à pátria a certeza de seu grande destino histórico.

As instituições fundamentais tem de ser mantidas e, com elas amparando-as, defendendo-as, cumprindo sua função constitucional, as Forças Armadas, organizadas nos princípios da disciplina e da hierarquia.

Confiem os brasileiros na sabedoria e patriotismo de seus dirigentes, de seus homens públicos, tantas vezes demonstrados nas crises que tem atingido a vida nacional.

Ainda desta vez, a pátria há de reencontrar-se e abrigar todos os seus filhos na união e na paz” (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Abr., Dia 1º: 4).

No dia 31 de março, os Bispos do Paraná lançam um manifesto, no qual criticam o comunismo e dão apoio às Forças Armadas e ao Congresso Nacional. Neste manifesto, os Bispos afirmam que há “... *indícios alarmantes, de penetração comunista em todos os setores da vida nacional*”. Terminam o documento afirmando que

“... queremos apelar e dar o nosso apoio, mais uma vez, às Autoridades constituídas, ao Congresso Nacional e às Forças Armadas a fim de que zelem pelos altos interesses de um Brasil que nasceu sob o signo da Cruz de Cristo. (...)”. Dentre outros, o documento é assinado por: Dom Manuel da Silveira D’Elboux, Arcebispo de Curitiba; Dom Geraldo Micheletto Pellanda, p/ Dom Antonio Mazzarotto, Bispo de Ponta Grossa; Dom Geraldo Fernandes, Bispo de Londrina; Dom Jaime Luiz Coelho, Bispo de Maringá (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Abr., Dia 1º: 4 e 2).

No dia 1º de abril, Ney Braga recebe novamente no Palácio o comandante interino da 5ª Região Militar, General Dario Coelho (o comandante titular, General Silvino Castor da Nóbrega se encontrava em Porto Alegre), acompanhado dos Generais Nelson de Mello e Cordeiro de Farias. Nesta noite, Ney Braga faz um discurso no Palácio Iguaçu, local em que estavam concentradas milhares de pessoas. A fala do governador foi transmitida por emissoras de televisão e de rádio. Em seu discurso, se considera um democrata e entende que Goulart estava ameaçando o regime; também se refere ao perigo comunista. A citação é longa, mas entendemos ser necessário transcrevê-la quase integralmente, devido à sua importância, em que Ney Braga fala em meio ao calor dos acontecimentos. vejamos:

“(...) Depois de restaurado o presidencialismo, nossas esperanças de um bom governo no Brasil foram diminuindo gradativamente, na proporção em que a administração se tomava má, e, principalmente na proporção em que percebíamos que, aos poucos, ia se comunizando o país. (...) Era um regime que estava se esfacelando, além do perigo de uma ação de extrema esquerda, que vinha se apoderando de quase todos os postos-chaves da administração federal e dos sindicatos. E, há cerca de seis ou oito meses viemos conversando permanentemente, com homens como Magalhães Pinto, como Carvalho Pinto, como Carlos Lacerda, como Ildo Meneghetti, como outros governadores brasileiros, articulando uma defesa do regime. Nenhum de nós pensou em golpe. Nenhum de nós quer ditadura.

Somos democratas convictos, que víamos então, que a crise da falta de autoridade, ia tomando tal vulto, que se não

tomássemos de imediato, uma medida estancatória, o Brasil seria tragado e iríamos para o caos. Do caos para onde, não sabíamos!

Vimos a rebelião dos marinheiros e, antes e depois, discursos do presidente em sindicatos e outras instituições, ameaçando o regime. Tudo isso mostrou-nos que era chegada a hora de dizermos: basta de encaminhar o Brasil para os braços da Rússia. Agora quero dizer ao povo do Paraná: não fizemos isso para defender privilégios de grupos; não o fizemos para defender interesses de partidos políticos.

Há três dias, quando o governador Magalhães Pinto, à meia noite, telefonou pedindo-me que fosse ao seu encontro. Fui a Minas e lá o encontrei em companhia do deputado Alkmin, de Milton Campos e de vários outros políticos e um general do Exército, o general Guedes, comandante da 4ª Região Militar. Teve ele palavras mais ou menos assim: "Eu não tenho nada. Sou pobre. Tenho meu nome. Vivo pensando no Brasil, desde que me entendo por gente. Ontem cheguei em casa, vi minha filha com meu neto ao colo. Ao ver a criança, pensei: não é possível que eu não arrisque, agora, a minha vida, para que esta criança tenha liberdade no futuro. Por isso, quero dizer aos senhores: já tomei minha decisão. Ela é irreversível. Amanhã nós em Minas Gerais, nos rebelaremos contra a indisciplina, contra os que estão ferindo a Constituição, porque estão ferindo, realmente, as bases onde se assenta a própria razão da existência das Forças Armadas. Dali viemos para o Paraná e acompanhamos a atitude de outros governadores.

Agora, é preciso que se note. Sofremos algum tempo a influência de uma propaganda demagógica. E a nossa pregação anti-comunista é esta: o comunismo esmaga a liberdade; o comunismo desrespeita e esmaga as nossas tradições que respeitamos como homens educados dentro dos sentimentos cristãos.

De fato, o comunismo tem todos os defeitos que sabemos, mas muitas vezes eu me pergunto o que pensará dessa nossa pregação o homem que está morando numa favela ou numa choupana, quase pocilga. Ele por sua vez, há de perguntar: que liberdade tenho eu? Não posso ir a lugar nenhum, quase nem comer posso; nada tenho. Qual é a minha tradição, se nasci ali adiante, trabalhei por todo este país, quase morri de fome no Nordeste, enterrei filhos meus por toda a parte e aqui estou hoje sofrendo e chorando?

Os demagogos estão sendo aliados hoje do poder nesta República, mas os que não de assumir tem o dever sagrado para com o Brasil, para com a nossa geração, para com a humanidade de levar, dentro do coração, o sofrimento dessa pobre gente. Temos de pregar esta linguagem, meus senhores, além da sinceridade que nos move para que eles acreditem em alguma coisa neste mundo, não só nos sofrimentos que tem.

As reformas que os demagogos dizem querer, mas que, realmente não queriam, nós, dentro da democracia, teremos de fazê-las, porque não há, meus senhores, nenhum cristão vivo, que não possua o sentimento de amor ao próximo. E é esse sentimento que nos move a lutar pelo Brasil, a arriscar tudo por ele.

Nós queremos a democracia aperfeiçoada, queremos o aperfeiçoamento político do povo brasileiro. Que ele não se

engane mais; que vote bem; que vote certo. É o futuro deste país grandioso que está em nossas mãos.

Nada mais me trouxe a este Palácio, do que o amor a este Estado, do que o entusiasmo pelo Brasil, do que o idealismo a que nos temos devotado, em por a nossa geração e nosso país, a serviço da redenção da própria humanidade.

Vamos juntos, Paraná, povo e Governo! Vamos juntos continuar trabalhando, principalmente agora que o Brasil está livre e que se encaminha para novos destinos. Ontem, quase a esta hora, quando escrevi isto para o Brasil, estava me arriscando a ser deposto. Felizmente vencemos, e, agora, juntos haveremos de fazer com que o Brasil democrata cristão seja exemplo para a humanidade inteira.

(...) Lembro-me de quando Churchill, durante a guerra, disse: "Eu só vos peço: sangue, suor e lágrima". Nós devemos fazer um sacrifício mais ou menos assim.

Meus senhores. O Brasil está em guerra. Pensem muito bem todos os dias nisto. Nós estamos em guerra contra o subdesenvolvimento, contra a fome, contra a ignorância, contra a doença. Estamo-nos estruturando em moldes brasileiros e heveremos de vencer essa barreira que se apresenta no arranco que se dá para o desenvolvimento. Para fazê-lo é preciso que os que mais tem, mais dêem. Não vamos criticar ninguém, mas vamos pedir medidas rigorosas, medidas que vão doer, mas que são necessárias para que os nossos filhos não sofram tanto como nós sofremos e que as crianças pobrezinhas de hoje, amanhã tenham mais.

(...) Estamos iniciando se assim o quisermos uma nova página de nossa história. Vamos escrevê-la com dignidade. (...)" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1964, Abr., Dia 2: 2 e 8).

A sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Paraná foi tomada. O lugar da então direção foi tomado pelo Comando Democrático Estudantil. Os Sindicatos filiados à Federação dos Bancários, Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário e Federação dos Trabalhadores Rurais, sofrem intervenção já no início de abril (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Abr., Dia 08: 7).

No dia 10 de abril, Ney Braga assinou decreto *"dispondo sobre a regulamentação do processo sumário para apuração de atos praticados por servidores Públicos contra o regime democrático e a probidade administrativa"*. As investigações seriam feitas por uma comissão, que teve como presidente o então Secretário do

Interior e Justiça, General Gaspar Peixoto Costa (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Abr., Dia 11: 4).

Ney Braga participou de um encontro de governadores na Guanabara, na qual deveriam escolher um nome para ser candidato à presidência da República, cuja definição se daria por eleições indiretas no Congresso Nacional. Na verdade o nome do futuro presidente seria definido pelo comando militar. Esta reunião contou com a participação de Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ney Braga, Adhemar de Barros, Correia da Costa, Mauro Borges e Ildo Meneghetti. O candidato de Ney Braga era Castelo Branco, que acabou sendo o nome definido tanto pelos governadores quanto pelo comando militar (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Abr., Dia 07: 1). Ney Braga já conhecia Castelo Branco desde o curso que fizera na Escola do Estado Maior no Rio de Janeiro, entre 1946 e 1948, como vimos no início deste trabalho. Ney Braga tinha muita admiração por Castelo Branco. A amizade entre eles também vem da participação que tiveram no Clube Militar, ambos pertencendo ao mesmo grupo, que a partir de 1952 passou a denominar-se Cruzada Democrática.

Eleito pelo Congresso Nacional no dia 11 de abril, Castelo Branco logo divulga seu Ministério. O apoio de Ney Braga a Castelo Branco permite a Ney Braga uma certa influência na indicação de um ministério para o Paraná. Fávio Suplicy de Lacerda, então Reitor da Universidade do Paraná, e grande defensor da "revolução", é indicado para assumir o Ministério da Educação e Cultura. O próprio Ney Braga avisou ao reitor de sua indicação e o chamou para ir a Brasília (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Abr., Dia 16: 1 e 4). Também por influência de Ney Braga, Leônidas Lopes Borio, então presidente da CODEPAR, é indicado para assumir a presidência do IBC (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Abr., Dia 29: 1).

3.2 A SUCESSÃO DE NEY BRAGA NO GOVERNO DO ESTADO

Afonso Alves de Camargo Neto, um dos principais articuladores políticos de Ney Braga, participa, muitas vezes nos bastidores, de acordos políticos estabelecidos pelo seu chefe, como foi o caso do acordo feito com o PTB durante a gestão Ney Braga no governo do Estado. Ney Braga diz que *“Afonso comandava a organização do nosso partido, o PDC. Vinhamos juntos desde minha passagem pela Prefeitura de Curitiba. Inicialmente, nomeei-o para o Departamento de Águas e Energia Elétrica, e, depois, para a Secretaria da Justiça, que tinha um papel de coordenação política do governo junto aos deputados estaduais”* (BRAGA, 1996: 166). Afonso Camargo Neto passou a ocupar a Presidência Regional do PDC em fevereiro de 1962, além de ser integrante da Direção Nacional do PDC, articulando no interior do Partido os interesses de Ney Braga. Acompanha este em várias viagens para conversações políticas, não só a nível regional, mas também nacional. Em 21 de fevereiro de 1964, a Assembléia Legislativa criou o cargo de vice-governador e de vice-prefeito. Poucos dias depois, Afonso Camargo Neto foi eleito, pela Assembléia, vice-governador do Estado (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Fev., Dias 22 e 27: 4).

Afonso Camargo Neto vai começar a gestar, a partir do segundo ano do governo Ney Braga, sua candidatura a candidato para o governo do Estado nas eleições de 1965. O mesmo ocorre com Paulo Pimentel, Secretário da Agricultura. Este não era integrante do PDC, mas tinha vinculações com a UDN do Norte do Estado que, por sua vez, de acordo com o próprio Ney Braga, era vinculada à UDN paulista. O nome de Pimentel já era lembrado pelo Norte cafeeiro, que tinha nesta possível candidatura uma possibilidade de fazer o governador. Estrategicamente, Pimentel evitou sua filiação pelo PDC. Como vimos, Paulo Pimentel era integrante da família Lunardelli, grandes proprietários de terras no Norte, além de proprietários

de Usina de Açúcar. Sendo Secretário da Agricultura, em um Estado de economia fortemente agrícola, Pimentel teve oportunidade de viajar muito por todo o Estado e de criar visibilidade em torno de seu nome. Ney Braga afirma que *“Paulo soube se tornar popular com os programas da Secretaria da Agricultura”*. Comparando as duas candidaturas afirma: *“Paulo se viabilizava conquistando apoio popular, principalmente no interior, enquanto Afonso se mostrava um homem de bastidores”* (BRAGA, 1996: 167).

De qualquer forma, as duas pré-candidaturas da situação tomaram corpo e se defrontaram até a Convenção Regional do PDC, como se verá. Dentro do PDC o nome mais forte era o de Afonso Camargo Neto, Presidente Regional do partido, que contava inclusive com o apoio da Juventude Democrata Cristã. Contava também com o apoio de alguns secretários de Estado. José Richa era um dos articuladores da pré-candidatura de Afonso Camargo Neto. Ney Braga afirma que chegou a conversar com Adolpho de Oliveira Franco, presidente regional da UDN, para ver se definiam um outro nome, ampliando a coligação partidária, mas que a articulação não se realizou (BRAGA, 1996: 168).

Sabendo da força de Afonso Camargo Neto no interior do PDC, Pimentel evitou sua filiação pelo PDC, articulando antes sua candidatura por um partido menor, o PTN (Partido Trabalhista Nacional), presidido por Aníbal Khouri (que se tornará posteriormente o grande chefe da Assembléia Legislativa paranaense, até o final dos anos 1990, quando falece). Oficializando sua candidatura antecipadamente pelo PTN, Paulo Pimentel pretendia forçar o apoio do situacionismo a seu nome. A candidatura foi lançada em um período bem anterior às eleições, que se realizariam apenas em outubro de 1965. Certamente a presença de Ney Braga na casa de Pimentel, quando do lançamento da candidatura deste, e o apoio dado naquele momento, não significava que Pimentel fosse realmente o candidato de Ney Braga.

Possivelmente, a intenção seria de enfraquecer, posteriormente, uma candidatura lançada muito antecipadamente.

O PTN chegou a antecipar sua convenção, para que pudesse lançar a candidatura de Pimentel. Assim, realizou-se a Convenção do PTN no início de janeiro de 1964, quando a candidatura de Paulo Pimentel foi oficializada pelo partido. Na mesma convenção, foi aprovada uma moção que recomendava ao Diretório Nacional do partido a candidatura de Ney Braga à vice-presidência da República. Após a convenção, o deputado Aníbal Khouri foi, juntamente com os convencionais do partido, até a residência de Pimentel comunicar a decisão partidária. Lá estiveram presentes o deputado Armando Queiroz, líder do PDC na Assembléia, juntamente com outros deputados do PDC; o prefeito Ivo Arzua; o deputado federal Jorge Curi que falou em nome da UDN, partido que contava também com a presença de seu presidente regional, Adolpho de Oliveira Franco; Aristides Simão, representando o PL; alguns secretários de Estado, e inclusive o governador Ney Braga. (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Jan. Dia 5: 1 e 4).

Posteriormente, ao comentar sobre a candidatura de Pimentel, e dizer que se empenhará na campanha, Ney Braga faz a seguinte afirmação: *"(...) Espero no mais curto prazo, a convenção do meu partido para ratificar a escolha que os meus companheiros já fizeram e que, antes mesmo da Convenção do PTN, trouxeram-me como um nome capaz de governar o Estado"* (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Mar., Dia 4: 4). Até setores do PSD se manifestaram favoravelmente à candidatura de Pimentel, como é o caso do deputado João de Mattos Leão, que afirmou que a candidatura de Pimentel tinha sido recebida com entusiasmo pelos pessedistas do Oeste do Estado (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Jan., Dia 08: 4). Pode-se dizer que estava ocorrendo uma aproximação entre o governo Ney Braga e setores do PSD, não vinculados a Lupion. Isso se verifica, por exemplo, quando da eleição da presidência

da Assembléia Legislativa em abril de 1964, em que o candidato do PDC, Antonio Ruppel contou com votos do PSD para ser eleito, obtendo 31 votos (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Abr., Dia 30: 4). Importante destacar que Moisés Lupion, que em 1964 exercia o mandato de Deputado Federal, teve seu mandato cassado, assim como teve seus direitos políticos cassados por 10 anos, através do Ato Institucional nº 1. Após a posse de Ney Braga no governo do Estado, expediu-se mandatos de prisão contra Lupion, acusado de corrupção, que se refugiou na Argentina, voltando ao Paraná para as eleições de 1962. Com a cassação de Lupion, Ney Braga deixa de ter preocupações com este importante adversário do PSD.

Embora as relações do governo Ney Braga com a UDN estivessem frias, setores da UDN tenderiam a apoiar a candidatura de Pimentel, tendo em vista as vinculações deste com a UDN do Norte do Estado. Adholpo de Oliveira Franco disse que a UDN poderia apoiar Pimentel, caso o situacionismo no Paraná viesse a apoiar a candidatura de Carlos Lacerda à presidência da República. A UDN de Londrina, por exemplo, logo se manifesta favoravelmente à candidatura de Pimentel (O ESTADO DO PARANÁ, 1964, Mar., Dia 07: 4).

Com o Golpe de Estado, as preocupações de Ney Braga com o PTB paranaense se reduziram, tendo em vista o enfraquecimento que o golpe causou aos petebistas e ao possível crescimento do janguismo no Paraná. O Petebista Amaury de Oliveira e Silva também teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1, refugiando-se no Uruguai. Em fevereiro de 1965, Ney Braga mostra-se confiante na não realização das eleições para o governo do Estado naquele ano, tendo em vista a coincidência com a eleição presidencial. Assim, esperava que seu mandato fosse prorrogado por mais um ano ou que as eleições fossem realizadas de forma indireta, através da Assembléia Legislativa (GAZETA

DO POVO, 1965, Fev., Dia 16: 3 e 6). Francisco de Magalhães revela que havia participado de uma reunião com o governador, no início de 1965:

“... já se tinha prorrogado o mandato de Castelo Branco, e o Ney estava, com outros governadores, tentando conseguir a prorrogação do seu mandato. Segundo o que ele disse na reunião isso lhe permitiria, em primeiro lugar, o esvaziamento do Paulo Pimentel. O Paulo estava pressionando muito para ser candidato. A estratégia era deixar o Paulo pressionar porque o mandato dos governadores ia ser postergado...: o Paulo entraria no vazio e, então, o Ney escolheria o seu sucessor” (IPARDES-SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 131).

No entanto, Castelo Branco manteve as eleições (e diretas) para o ano de 1965. Assim, o PDC realizou a sua Convenção Regional no início de maio, e Ney Braga usou todo o seu prestígio político em favor da pré-candidatura de Paulo Pimentel, mesmo não sendo este o seu candidato de preferência, visto que Paulo Pimentel estava despontando como uma liderança que eventualmente poderia incomodar. *“Fiz um trabalho pessoal intenso. Passei praticamente dois dias inteiros no Teatro Guaíra. Fui várias vezes à tribuna e articulei nos bastidores. Tinha que demonstrar que Affonso não tinha as mesmas condições de Paulo para ganhar e que a vitória de Paulo também seria a vitória de toda a nossa equipe, o que mais tarde não se confirmou, pois nos separamos politicamente”* (BRAGA, 1996: 169-170). Ney Braga entendia que o nome de Paulo Pimentel era o que tinha maior visibilidade e maior prestígio no Estado. Era a opção para tentar sustentar seu grupo político no governo do Paraná, visto que pela oposição estava sendo articulada a candidatura de seu ex-cunhado, o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto. E certamente esta seria uma candidatura muito forte. Em fevereiro de 1965, o conflito entre Ney Braga e Bento Munhoz é novamente explicitado na imprensa. Em carta endereçada a Ney Braga (em resposta a uma entrevista em que Ney Braga faz referência a Bento Munhoz), e

publicada no jornal Correio do Paraná (no dia 19/02 e novamente em 21/02), Bento Munhoz considera que Ney Braga lhe traiu politicamente. Vejamos algumas partes importantes desta carta⁸.

⁸ Nesta carta a Ney Braga, o ex-governador Bento Munhoz afirma:

"(...) Você não suporta a humilhação de dever a mim, em tão grande intensidade, as condições para os êxitos de sua vida política. E mais do que os êxitos que, contrariamente à minha formação, Você ansiosamente procura, o início imprescindível, sem o qual Você não seria nada no mundo político.

(...) Se não fôsse por mim, Você seria ainda Tenente-Coronel, ou quando muito, Coronel moderno, e não teria ingressado na vida política. Isso, Você, por seu orgulho, não me perdoa, como não tolera dever alguma ajuda ou algum benefício a quem quer que seja. A ignomínia de seu procedimento em relação a Emani Santiago de Oliveira, seu antecessor na Prefeitura, nomeado por mim, reflete êsse estado de espírito, mas clama aos céus, e se arremata agora com a incrível atribuição de autoria do asfaltamento da estrada de Santa Felicidade.

Em política, muitos devem a muitos. Eu mesmo, e não poderia ser de outro modo, devo a muitos políticos que me ajudaram e por mim se bateram duramente, como muitos políticos também me devem e, frequentemente, bastante, pelo que eu lhes fiz. Mas já eram políticos, já se haviam empenhado na grande luta que a ninguém pode deixar indiferente. (...)

Com Você, foi diferente, Você não era, não existia. Eu o inventei politicamente. (...)

Você era um moço a quem me ligavam velhos laços de amizade e parentesco, e a quem, pelas qualidades positivas de direção e conduta, valia a pena projetar na vida pública, ao recrutar, como fazia eu, os melhores elementos então disponíveis, para reforço e consolidação da equipe de govêmo que ascendera ao poder com minha vitória em 1950. Você estava agindo na chefia de Polícia, com discrição, honestidade e senso de equilíbrio. Escolhi-o para a Prefeitura.

E logo ao início de sua administração, percebi os novos rumos pelos quais Você se orientava, dominado insistentemente pela preocupação eleitoreira, uma preocupação, entretanto, elevada a tal intensidade que se tomava, na verdade, uma obsessão.

Você preferiu o caminho político mais fácil. Fêz como muitos e, eu, apenas lamentei. Você me fêz picuinhas em sua administração na Prefeitura, mas como eu não espero de ninguém mais do que se deve esperar e, como essas picuinhas revelavam apenas seu próprio tamanho, mais uma vêz lamentei e dei de ombros, com pena.

Você deve lembrar-se do que me disse quando era prefeito e pelo visto, ainda não tinha jogado fora ou desprezado minha possível ajuda em seu futuro político: 'Dr. Bento, sou seu escravo'. (...)

Mas Você talvez ainda não saiba o que aconteceu naquêle momento em que afirmou ser meu escravo. Você dissolveu-se, acabou-se, liquidou-se, virou trapo, virou esqueleto derretendo as próprias carnes. Perdeu sua substância humana. Pois nenhum homem diz a outro que é seu escravo. Ninguém diz a ninguém essa enormidade ainda que em seu íntimo, se julgue como tal.

Concluí desde então que Você não tinha remédio e, desde então, pude calcular a monstruosidade de minha criação política.

A degradação já anunciada de minha invenção não deixou de preocupar-me. Mas eu tinha a defender-me minha boa vontade e meu intento de bem escolher. Minha invenção política em nada comprometeu minha tranquilidade de consciência. A Você, entretanto, atormentou. Você não podia suportar a idéia que se lhe tomava obscuro de ter sido inventado por mim. Precisava de um fato que viesse provar que era mais do que eu (absorvente preocupação), possuindo valor e prestígio, próprios e originários.

A oportunidade seria a eleição para Deputado Federal, em 1958, o grande teste que Você desejava e que viria demonstrar sua autonomia, a independência de um nôvo astro surgindo

A disputa entre Paulo Pimentel e Afonso Camargo Neto na Convenção do PDC foi acirrada, e o resultado final foi o seguinte: Pimentel obteve 838 votos e Afonso 781 votos.

Depois da Convenção do PDC o partido não ficou coeso em torno do nome de Paulo Pimentel. Afonso Camargo Neto ficou ressentido com o apoio que Ney Braga dera a seu concorrente, que sequer tinha vínculos com o PDC, e passou a apoiar a candidatura de Bento Munhoz, seu tio, visto que Afonso pertence à família Camargo e havia deixado o velho Partido Republicano para seguir com Ney Braga. Junto com Afonso Camargo seguem outros partidários do PDC. Neste momento, José Richa, criado politicamente no seio do neyismo e do PDC, também vai se afastar de Ney Braga, devido ao apoio deste a Paulo Pimentel.

O PTB, enfraquecido com o golpe de Estado, fica ao lado de Bento Munhoz, candidato pelo Partido Republicano. Fica acertado que o candidato para a prefeitura de Curitiba nas próximas eleições seria do PTB, assim como este partido teria um

na política estadual, resoluta, irresistível e magnífica, sem nada dever a nenhuma circunstância nem a quem quer que fôsse. Você desejou o teste, manobrou bem, obteve êxito. Mereceu receber parabéns. (...)

Na eleição de Deputado, Você, como desejava, conseguiu separar-se de minha sombra. Na eleição de Governador, também não a teria, o que possivelmente foi um benefício e uma libertação para Você.

Não obstante, houve insistente trabalho de seus partidários mais próximos que, com receio dos riscos e incertezas de uma campanha, bateram à minha porta a pedir que eu me manifestasse a seu favor, ou se tal atitude fôsse impossível, que ao menos me omitisse. (...)

Não poderia abraçar sua candidatura. E só por êsse fato, Você me furtou a satisfação que teria sido talvez a maior de tôda a minha vida pública: assistir à ascensão política de um escolhido meu. Seria a prova de que minha opção inicial não havia sido arbitrária. Mas não foi possível. Não era possível. Você realiza a pior versão do político. Falta-lhe um mínimo de autenticidade, dominado como Você sempre andou, por um exclusivismo e por um egocentrismo essenciais e por uma acabrunhante preocupação de êxito a pautar todos os seus atos. Falta-lhe, sobretudo, grandeza. Ora oscila para a esquerda, ora para a direita, ora se situa no centro, conforme os ventos dominantes. Dizendo-se frequentemente esquerdista, (antes de 31 de março) logo se encolhia, desconfiado com o problemático proveito eleitoral de seu comportamento. Chamá-lo de esquerdista, entretanto, seria injuriar os esquerdistas que tiveram a coragem de optar, pois Você sendo apenas oportunista e, pretendendo apenas acertar na confusão dos momentos de crise que, para infelicidade nossa, são hoje tão comuns, consegue sómente afundar-se na indefinição. Você só tem uma referência de comportamento político: a rentabilidade imediata, eleitoral, partidária ou de grupo dominante. (...)" (CORREIO DO PARANÁ, 1965, Fev., Dia 21: 3 e 2).

candidato para o Senado. A UDN, oficialmente, e em sua maioria, apóia Pimentel. Inclusive a UDN do Norte do Estado, que em 1960 apoiou a candidatura de Maculan pelo PTB, agora está junto com Pimentel. O PSD, também enfraquecido com o Golpe, entra dividido na disputa. Setores do partido seguem em apoio a Bento Munhoz, sendo que outros setores ficam com Pimentel. O PSD vai ter dois de seus membros como candidatos à vice-governador. Um na chapa de Pimentel, e outro na chapa de Bento Munhoz. O vice de Pimentel foi Plínio Franco Ferreira da Costa, que nas eleições para o governo estadual de 1960, fora o candidato pelo PSD. Se Pimentel era do Norte do Estado, Plínio pertencia a uma família tradicional do Sul do Estado. Ney Braga comenta o apoio do PSD:

“Tínhamos uma pesquisa segundo a qual o PSD poderia decidir a eleição. Fizemos um trabalho de aproximação, principalmente em torno do desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa e de Cândido Martins de Oliveira. Moysés Lupion estava fora da política. Nosso objetivo era trazer o deputado federal Plínio Franco Ferreira da Costa para o nosso lado.

Plínio era bem visto no governo Castello Branco. Enviei a Brasília Ítalo Conti, secretário de Segurança Pública, para apresentar ao presidente a nossa idéia. Castello aceitou e falou pessoalmente com o deputado, que veio direto para o Paraná, concordando com a indicação” (BRAGA, 1996: 171).

Por outro lado, o vice de Bento Munhoz foi Rafael Resende, do PSD. Desta forma, tem-se que Pimentel, candidato do PTN, teve o apoio do PDC (quase na sua totalidade), do PL, da UDN (maioria), e setores do PSD. Teve apoio ainda do governador e do prefeito de Curitiba. Bento Munhoz, candidato do PR, recebeu o apoio de setores do PSD, de uma dissidência do PDC, do PSP, do PRP (Partido de Representação Popular), de uma dissidência da UDN e do PST (Partido Social Trabalhista).

Durante a campanha, Ney Braga revela que a pesquisa eleitoral foi usada como propaganda política. Afirma que *“Ela foi usada para determinar a tendência da opinião pública, para corrigi-la e finalmente para consolidar a intenção de voto de nossos eleitores e influir sobre os indecisos, principalmente sobre aquele grupo dos que não gostam de perder o voto”* (BRAGA, 1996: 172). Diz ainda que 90% das rádios estavam a favor deles, ou seja, Pimentel e Ney Braga. Ainda no período da disputa das pré-candidaturas pelo PDC entre Pimentel e Afonso, aquele passou a investir firmemente em comunicação. De acordo com o próprio Ney Braga, Pimentel

“Trouxe para junto de si profissionais de propaganda, como Hiran Hollanda e Wilson Andrade Silva. Foi o primeiro político do Paraná a profissionalizar a campanha. Começou a empenhar-se no planejamento de sua candidatura com o slogan ‘Prestígio quem trabalha’, de autoria de Nassib Jabur. Investiu em mídia: comprou o jornal O Estado do Paraná, depois a TV-Iguaçu - aliás com o meu apoio e pedido junto ao presidente Castello Branco, sem que eu visse nisso apoio para que ele fosse governador” (BRAGA, 1996: 168-169).

As eleições se aproximavam e a diferença entre Paulo Pimentel e Bento Munhoz ficava menor. Este último também era um homem confiável ao regime, sendo que Castello Branco não chegou a tomar uma posição muito clara entre Bento Munhoz e Paulo Pimentel. A vitória de Pimentel foi apertada. Enquanto este obteve 518.935 votos, ou 51,1%, Bento Munhoz ficou com 458.119 votos, ou 45,1% (IPARDES, 1989: 147). Com a vitória de Pimentel, Ney Braga consegue impor uma derrota àquele que no momento era o seu maior adversário na cena política paranaense, Bento Munhoz.

Diferentemente de Carlos Lacerda na Guanabara e de Magalhães Pinto em Minas Gerais, que não conseguiram eleger seus candidatos ao governo estadual, Ney Braga mostra ao Comando Militar, com a vitória de seu candidato, a influência

política que detinha no Paraná. Depois do período eleitoral, o Presidente Castelo Branco chama o governador Ney Braga para assumir um ministério. Ney Braga foi ao encontro de Castelo Branco e recebeu o convite. Em seu livro de memórias afirma que após almoçar com Castelo Branco, esteve na sala de Ernesto Geisel, que era o Chefe da Casa Militar. Geisel havia lhe perguntado: *“Aceitou o Ministério? Confirmei e ouvi nova pergunta: E qual Ministério vai ser? Repeti a pergunta para o presidente Castello. Ele me convidou para sentar e disse: Qualquer um que não seja Planejamento nem Fazenda. Depois, citou três ministérios, Agricultura, Trabalho e Educação. Escolhi a pasta da Agricultura”* (BRAGA, 1996: 212). No entanto, precisava antes resolver a questão do seu sucessor, que seria Afonso Camargo Neto, vice-governador, com quem estava rompido. A posse de Afonso Camargo poderia representar uma ameaça à sua influência política no governo do Estado, além de fortalecer um adversário. Assim, tratou de articular a renúncia de Afonso, para que alguém de sua confiança pudesse substituí-lo no governo até a posse de Pimentel, em 31 de janeiro de 1966. Desta forma, Ney Braga poderia usar sua influência para que a decisão pela Assembléia Legislativa se desse em favor de um nome de sua confiança. Mas Afonso Camargo Neto não estava muito disposto a renunciar. Afirmou à imprensa que: *“Colocaram o carro na frente dos bois. Sou o substituto constitucional do governador e nenhum fato novo alterou esta situação. Somente estudarei a possibilidade de minha renúncia depois do governador Ney Braga afirmar que só assumirá o Ministério desde que eu renuncie o meu cargo. Antes disso não há nada para discutir”*. Anibal Khoury garantiu à imprensa que a maioria dos deputados votariam no líder indicado pelo governador (DIÁRIO DO PARANÁ, 1965, Nov., Dia 14: 1). Em seguida Ney Braga, falando à imprensa, pede a compreensão de Afonso Camargo Neto:

“(…) Analisando bem as circunstâncias atuais, eu me sinto, pelo apelo que me fez o presidente Castelo Branco, praticamente

na obrigação de aceitar o Ministério da Agricultura, sem perder, entretanto, a confiança e a compreensão daqueles que me acompanharam na eleição passada, pondo em risco a continuidade administrativa do Estado. Por isso, voltarei à presença do senhor presidente da República, na próxima Quarta-feira, levando a minha resposta, que só será positiva se, pelas razões que expus e que hão de ser compreendidas pelo senhor Afonso Camargo Neto, ele ajustar comigo um afastamento conjunto. (...)” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1965, Nov., Dia 16: 3).

Afonso Camargo Neto, considerando que as declarações do governador esclarece a opinião pública, concorda em renunciar ao cargo. Afirma que: *“em nenhum momento foi-me apresentada a opção de assumir o Governo Estadual, pois se assim acontecesse, eu o assumiria. Minha decisão ficou limitada entre, deixar de ser vice-governador ou poder ser responsável pelo Paraná perder o Ministério da Agricultura”* (DIÁRIO DO PARANÁ, 1965, Nov., Dia 17: 3). O neyista Saul Raiz é quem estabelece as conversações com o opositor de Ney Braga, Afonso Camargo Neto (GAZETA DO POVO, 1965, Nov., Dia 20: 3). Mas não se pode deixar de cogitar a hipótese de que Afonso Camargo Neto teria sido vetado pelo comando militar, por estar assumindo posições mais à “esquerda”, o que não seria bem visto aos olhos dos militares.

No dia 17, Ney Braga e Afonso Camargo Neto entregam suas cartas-renúncia à Assembléia Legislativa. Ao deixar o governo, Ney Braga faz um pronunciamento em que cita o nome de Algacyr Guimarães, - seu secretário da Fazenda - como possível governador que poderá substituí-lo, caso a Assembléia Legislativa assim definir (DIÁRIO DO PARANÁ, 1965, Nov., Dia 18: 3). Algacyr Guimarães, da UDN, foi eleito pela Assembléia no dia 19 para substituir Ney Braga (como era interesse deste), recebendo 34 votos dos 36 deputados presentes, sendo que dois votaram em branco. O vice-governador eleito foi Alípio Ayres de Carvalho, Secretário de Viação e Obras Públicas, que recebeu 29 votos. Tiveram 7 votos em

branco, pois alguns deputados queriam que o vice fosse alguém da Casa. O deputado Anibal Khouri, em nome de Ney Braga, foi quem articulou a eleição de Algacyr Guimarães na Assembléia para o governo (GAZETA DO POVO, 1965, Nov., Dia 20: 1 e 3). Esta eleição de Algacyr Guimarães, homem de confiança de Ney Braga, mostra a fragilidade da oposição na Assembléia neste momento, sendo mesmo quase inexistente. Lembremo-nos de que o Ato Institucional Nº 2 já estava em vigor e, dentre outras medidas, havia extinto os partidos políticos e tratava de cassações políticas.

3.3 A ORGANIZAÇÃO DA ARENA NO PARANÁ

Ney Braga assume o Ministério da Agricultura⁹ em 18 de novembro de 1965. Neste período, já estava trabalhando para organizar o partido da “Revolução” no Paraná. Mesmo assumindo o Ministério da Agricultura, não delegará esta tarefa a ninguém, pois manterá o comando da organização da futura ARENA a partir daquele Ministério. Norton Macedo Correia, que foi secretário do governador entre 1961 e 1965 afirma em entrevista que: *“(...) A ARENA do Paraná foi organizada no gabinete do ministro da Agricultura, procurando somar todas as correntes que haviam no Paraná, inclusive as que não participavam dos esquemas governamentais vigentes nem do anterior. Tanto que vieram para ARENA alguns homens do PTB, alguns do PSD, praticamente todos da UDN e a maioria, ... dos homens do PDC”* (IPARDES – SOBRE

⁹ Quando Ney Braga era Ministro da Agricultura, Castelo Branco irá criar, em 1966, a Fundação MUDES (Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social). Castelo Branco chama Ney Braga para presidir tal entidade (de direito privado e sem fins lucrativos). Ney Braga permanece na presidência da Fundação até os anos 1990 (BRAGA, 1996: 267-269).

POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 243-244). O deputado José Richa, do PDC, e Afonso Camargo Neto também do PDC ingressarão no MDB (IPARDES, 1989: 149-150).

Paulo Pimentel se mostrou favorável ao nome de Jayme Canet Júnior para assumir a presidência da ARENA paranaense, que estava em vias de formação. Canet não tinha até então vínculos partidários e tinha ocupado a presidência da CAFÉ DO PARANÁ no governo de Ney Braga. Além disso, tinha sido um dos líderes da campanha de Paulo Pimentel ao governo estadual. Tendo ligações com Ney Braga, Canet seria um nome para manter os vínculos entre o governador e o ministro. No entanto, como Ney Braga mantinha certas expectativas quanto à sucessão de Castelo Branco, - este havia incluído Ney Braga numa lista de alguns nomes para a sua sucessão no governo federal - tinha que manter bom relacionamento com os parlamentares paranaenses no Congresso Nacional. Assim, procurou articular um nome para presidir a ARENA que expressasse certas afinidades com os parlamentares. Os senadores paranaenses, assim como a maioria dos deputados federais tinham se manifestado contra a candidatura de Paulo Pimentel (PANORAMA, 1965, Dez., nº 163: 93).

Ney Braga escolheu o nome daquele que o substituiria no governo do Paraná, Algacyr Guimarães. O encontro para a formação da ARENA paranaense se deu no dia 18 de fevereiro de 1966, e foi presidida pelo ministro Ney Braga. Nesta reunião foi definida a Comissão Diretora e o Gabinete Executivo (DIÁRIO DO PARANÁ, 1966, Fev., Dia 19: 1). No início dos trabalhos o ministro afirmou que *“há muito tempo estamos procurando fixar critérios e depois proceder à escolha dos nomes para a Comissão Diretora e Gabinete Executivo”* (DIÁRIO DO PARANÁ, 1966, Fev., Dia 19: 3). Ney Braga ainda fez declarações convidando o ex-governador Bento Munhoz a se integrar na ARENA. O único nome indicado pelo governador recém eleito foi para

a Secretaria Geral, na qual Pimentel se definiu pelo seu Chefe de Gabinete, Ubiratã Pompeo de Sá. Além de indicar o presidente da ARENA, a Ney Braga coube a indicação de outros nomes para a Comissão Diretora: os generais Murat Guimarães e Castor Menezes e o Coronel Alípio Ayres de Carvalho; além disso, indicou mais sete nomes como representantes classistas. O senador Oliveira Franco, líder na ARENA dos setores oposicionistas ao governador (que defendera a candidatura de Bento Munhoz), indicou dois vice-presidentes (deputados Rafael Rezende e Ivan Luz). Além disso, este grupo contou com mais dois nomes na Executiva, quais sejam, o senador Rubens de Mello Braga e o deputado estadual Horácio Vargas. Ao comentar a reunião da ARENA, o referido senador se considerou satisfeito com a participação dos setores que representa:

“Os componentes da bancada federal que nas eleições de 1965 apoiaram o professor Bento Munhoz da Rocha e que constituíam um grupo parlamentar com direito a integrar a ARENA, porque eram figuras identificadas com o processo revolucionário, estão satisfeitos com a composição do Paraná. Viram eles reconhecido o seu direito e sua importância na representação do Partido, por sua indicação elegendo dois vice-presidentes, deputados Rafael Rezende e Ivan Luz; um vogal, deputado Horácio Vargas e ainda lhes foi dado escolher, em votação secreta, o senador Rubens de Mello Braga para a Tesouraria. Acreditamos assim que há clima, para integração na ARENA das correntes políticas do Paraná para que ela possa se fortalecer e realizar os ideais da Revolução de março” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1966, Fev., Dia 20: 3).

O presidente Algacyr Guimarães e o secretário geral Ubiratã Pompeo de Sá não tinham ligações partidárias anteriores. O vice-presidente Zacarias Seleme e os vogais Horácio Vargas e Paulo Polli tinham sido da UDN; o vice-presidente Rafael Rezende e o vogal Mattos Leão foram do PSD; o tesoureiro Rubens de Mello Braga e o vogal Miran Pirih foram do PTB; o vogal Armando Queiroz era do PDC; e o vice-presidente Ivan Luz fora do PRP. O governo Paulo Pimentel conta com sete nomes

certos na Executiva, contra quatro nomes que tinham optado pela candidatura de Bento Munhoz (DIÁRIO DO PARANÁ, 1966, Fev., Dia 20: 3).

3.4 O EMBATE POLÍTICO COM PAULO PIMENTEL E A FRAGILIDADE POLÍTICA DURANTE O GOVERNO COSTA E SILVA E PARTE DO GOVERNO MÉDICI.

No início do governo de Paulo Pimentel a influência do ex-governador Ney Braga foi muito grande, inclusive com várias indicações no secretariado. O bloco neyista chegou a formar a grande parte do governo Pimentel, contando com oficiais de gabinete, assessores e secretários de Estado (PANORAMA, 1966, Jun., nº 169: 56). Esta disputa para ocupar os espaços da administração estadual foi criando um clima de tensão entre os neyistas e o setores mais próximos ao governador (PANORAMA, 1966, Jul., nº 170: 34-35). Poucos meses após o início do governo, Paulo Pimentel começou a se rebelar contra a ingerência de Ney Braga em seu governo e foi aos poucos estabelecendo uma independência em relação ao seu patrono político. Um outro fator que contribui para o afastamento dos dois, é que eles vão estabelecer relações mais próximas com grupos militares diferentes que estavam comandando o país. Paulo Pimentel se identifica muito mais com Costa e Silva e o grupo denominado de "linha dura"; enquanto que Ney Braga está mais próximo de Castelo Branco e de Ernesto Geisel, ou seja, do grupo chamado de "Sorbonne". Paulo Pimentel entende que *"O motivo fundamental de nosso afastamento era Ney ser francamente castelista e eu estar com Costa e Silva"* (BRAGA, 1996: 173). Estes diferentes vínculos com os militares também tem repercussões a nível de

governo. Anibal Khoury afirma em depoimento que: *“Alguns militares do grupo que se intitulava linha-dura - entre eles os coronéis Dalmo Bozon e Haroldo Carvalhido - eram sugeridos para posições no governo do Paulo. Pediram que eu fosse o intermediário. Paulo os recebeu, prometeu as duas secretarias. Carvalhido foi para a Educação e a Justiça foi entregue ao desembargador Lauro Fabrício de Mello Pinto”* (BRAGA, 1996: 172).

No primeiro semestre de 1966 o presidente Castelo Branco elabora uma lista de candidatos para a sucessão presidencial. Entendia ser possível três tipos de candidaturas: de militares da ativa, de civis e uma outra de “anfíbios”, ou seja, de oficiais reformados mas que tinham atuação política. Ao comentar alguns possíveis nomes, em outubro de 1965, citou Costa e Silva, Jurandir Bizarria Mamede, Olavo Bilac Pinto, e Daniel Krieger, além de Juraci Magalhães, Osvaldo Cordeiro de Farias e Ney Braga como “anfíbios”. A partir de abril de 1966, definiu os nomes que deveriam ser consultados por militares e políticos da ARENA (governadores, membros do diretório nacional, presidentes dos diretórios regionais, deputados federais e senadores). Os nomes definidos por Castelo foram: Adhemar de Queiroz, Costa e Silva, Bilac Pinto, Cordeiro de Farias, Etelvino Lins e Ney Braga (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 439) (O ESTADO DO PARANÁ, 1997, Mai., Dia 2: 5). Francisco Magalhães afirma que *“O Ney Braga quase ficou louco nestas semanas que antecedem esta consulta. (...) Ele foi ter uma entrevista com o Roberto Marinho. (...) o que é interessante é que nessa consulta às bases, o Ney foi o 2º mais votado ... Mas o Ney aceitou bem a idéia...”* (IPARDES-SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 134).

Os delegados da ARENA paranaense para participar da Convenção Nacional que definiria os candidatos à presidência e à vice-presidência da República, foram o ministro Ney Braga, o governador Paulo Pimentel e o presidente da ARENA regional, Algacyr Guimarães (DIÁRIO DO PARANÁ, 1966, Mai., Dia 4:

3). Mas o governador do Paraná não apóia o nome de Ney Braga, mas sim o do general Costa e Silva. Em entrevista em maio de 1967, Paulo Pimentel afirma: *"Fomos o primeiro governador a deixar o seu Estado, a seguir para Brasília e lá manifestar-se, publicamente, pró-candidatura Costa e Silva. Data exata do apoio do governador do Paraná à candidatura Costa e Silva: 14 de abril de 1966"* (PANORAMA, 1967, Mai., nº 177: 42). Em depoimento ao jornal O ESTADO DO PARANÁ, Paulo Pimentel revela que fora portador de um convite de Costa e Silva a Ney Braga. Diz que em 1966 recebera um telefonema do então Ministro da Guerra, general Costa e Silva, convidando-o para se encontrarem em Brasília. Antes de viajar a Brasília, recebeu a visita do Comandante da 5ª Região Militar, que estava acompanhado de outros oficiais superiores. A visita ao governador foi para comunicar que o Comandante e os demais oficiais estavam apoiando o general Costa e Silva para a presidência da República. Quando chegou ao aeroporto em Brasília, Paulo Pimentel era aguardado tanto por assessores do presidente Castelo Branco, quanto por oficiais do gabinete do ministro. Se encontrou com Castelo Branco e, posteriormente, foi ao encontro de Costa e Silva. Este comunicou ao governador os seus projetos de governo e que considerava a possibilidade do então Ministro da Agricultura vir a ser o seu vice, mesmo porque Ney Braga, sendo general da reserva e também político, representava um ponto de equilíbrio na chapa de Costa e Silva. Solicitou então ao governador que este comunicasse a Ney Braga aquela proposta. Poucos dias após esta conversa com o Ministro da Guerra, Paulo Pimentel se encontrou com Ney Braga na residência deste no Rio de Janeiro, informando-lhe da proposta feita por Costa e Silva. De acordo com Paulo Pimentel, aquela proposta deixara Ney Braga furioso. Ele teria dito ao governador que, se fosse para disputar, ele concorreria à presidência (O ESTADO DO PARANÁ, 1988, Out., Dia 29)¹⁰. Esta postura de Paulo

¹⁰ (Biblioteca Pública do Paraná – (Arquivo), Curitiba)

Pimentel com relação à sucessão, marca mais um aspecto de separação entre aqueles que eram os líderes da política paranaense de então.

Ney Braga não permanece muito tempo no Ministério da Agricultura. Em agosto de 1966 ele deixa a Pasta para se candidatar ao Senado. No entanto, a sua indicação para concorrer ao cargo não foi muito pacífica no interior da ARENA paranaense, tendo em vista que políticos ligados ao governador Paulo Pimentel pretendiam que o candidato tivesse vínculos com o governador. Neste conflito da ARENA paranaense para definir o candidato ao Senado, Ney Braga contou com o apoio de Castelo Branco:

“Formou-se um grupo de certa expressão que queria uma pessoa mais ligada a Paulo Pimentel. Decidi disputar a indicação com esse grupo, mas depois grande parte dele veio me apoiar. O próprio presidente Castelo Branco fez questão de mostrar a sua inclinação, como também o apoio da Arena nacional à minha candidatura. Tanto que me telefonou avisando que viajaria a Curitiba para inaugurar um conjunto habitacional e, em seguida, viria aqui em casa me visitar. E veio, para declarar que estava muito contente com a minha candidatura. Essa visita demonstrou que a área federal estava realmente me apoiando. Estiveram aqui na minha casa com ele o governador Paulo Pimentel, o general Ernesto Geisel, que era chefe da Casa Militar, e vários outros companheiros. Conversamos muito e a partir daí cresceu ainda mais a minha candidatura” (BRAGA, 1996: 224).

Coube ao governador indicar o nome do candidato da ARENA para o Senado. Paulo Pimentel acabou por indicar o nome de seu ex-líder político, o Ministro Ney Braga (PANORAMA, 1966, Jul., nº 170: 34-35). Como Paulo Pimentel fora eleito governador com o apoio de Ney Braga, sentia-se na obrigação de pagar a dívida contraída. Definida a sua candidatura ao Senado pela ARENA, Ney Braga se deparou com dois concorrentes pelo MDB. Por um lado, seu ex-colaborador, Afonso Camargo Neto, e, por outro, Nelson Maculan, ex-petebista e que era até

então Senador pelo Paraná. O governador Paulo Pimentel acabou por apoiar a candidatura de Ney Braga, pois não bastava a indicação de Ney Braga ao Senado. Mas o apoio não foi dado de imediato, visto que Paulo Pimentel foi se integrando aos poucos na campanha (PANORAMA, 1966, Out., nº 172: 74). O próprio Ney Braga comenta a participação do governador em sua campanha: *“No início ele permaneceu isento; mais tarde, no decorrer da campanha, acabou me apoiando. Chegou a fazer comícios comigo.”* Entende que aqueles que mais o ajudaram nesta campanha foram os ex-integrantes da UDN e do PDC, reunidos na ARENA (BRAGA, 1996: 225). A votação de Ney Braga foi superior àquela recebida em conjunto por seus concorrentes, Afonso Camargo Neto e Nelson Maculan. Depois da eleição de Ney Braga, Paulo Pimentel considerou que a dívida estava paga e que os dois estavam livres para seguir cada qual o seu caminho.

Ney Braga assumiu as funções de Senador no dia 1º de fevereiro de 1967. No Senado, participou das comissões de Segurança Nacional, da Agricultura, da Economia, das Relações Exteriores e do Distrito Federal. Em seu primeiro ano de Senado, assumiu a presidência da Comissão de Indústria e Comércio. Em 1968, foi presidente da Comissão de Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 438-439) (BRAGA, 1996: 226). O senador Ney Braga foi também secretário da Comissão de Estatuto e Programa da ARENA, que elaborou a Carta de Princípios do partido (GAZETA DO POVO, 1967, Mai., Dia 7: 3).

Embora Costa e Silva não fosse o candidato preferido de Castelo Branco para substituí-lo na presidência da República, essa candidatura, muito forte nos setores militares, acabou se impondo. Castelo Branco acabou aceitando a candidatura de Costa e Silva, entendendo que ela seria a alternativa que impediria

uma divisão no interior das forças armadas¹¹. Castelo Branco se volta para a institucionalização do regime militar. Martins Filho afirma que *“O revés da sucessão consolidou no campo castelista a visão da urgência de controlar o sentido e o tempo da ‘Revolução’, antes da passagem do poder. (...) o presidente avançou passos seguros na ‘institucionalização’ do regime”* (MARTINS FILHO, 1995: 77).

Em dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva edita o Ato Institucional nº 5¹², endurecendo o regime. As relações entre o presidente Costa e Silva e o senador Ney Braga não eram muito boas, e ficaram mais complicadas quando Ney Braga assinou um telegrama protestando contra o A.I. nº 5. *“Fui contra o endurecimento. Particpei da redação de um telegrama de protesto contra o AI-5. Carvalho Pinto e eu conversamos com Gilberto Marinho, presidente do Senado, e também com o então senador Daniel Krieger sobre a necessidade de se elaborar um pronunciamento contra o ato”* (BRAGA, 1996: 228). O telegrama foi enviado ao presidente Costa e Silva, e foi assinado por: Gilberto Marinho, Daniel Krieger, Milton Campos, Carvalho Pinto, Aloísio de Carvalho Filho, Antonio Carlos Konder Reis, Ney Braga, Men de

¹¹ “... os primeiros três meses de 1966, até a aceitação por Castelo da candidatura Costa e Silva como fato consumado, parecem mostrar, de um lado, um candidato à presidência pisando em solo firme e, de outro, um militar na presidência paralisado diante da falta de uma alternativa castrense, cada vez mais acuado para a única solução capaz de manter a unidade das Forças Armadas. Apesar das preocupações externadas por seus aliados, parecia inquestionável a solidez militar da candidatura Costa e Silva, já no início de 1966. Enquanto o ministro avançava com cautela num terreno seguro, o presidente se defrontava com sucessivas evidências de que na área militar a situação estava definida. Os indícios finais nesse sentido foram oferecidos pela gradual passagem de parte do próprio dispositivo civil do castelismo para a alternativa Costa e Silva, vista como única forma de manter a coesão militar” (MARTINS FILHO, 1995: 75-76).

¹² O AI 5 foi baixado em 13 de dezembro de 1968 e não se estipulou prazo para a sua vigência. Com o AI 5 o governo federal estabelece uma série de controles sobre a sociedade e suspende as garantias constitucionais. Dentre os poderes atribuídos ao executivo estavam: poder de fechar o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais e Municipais; direito de cassar mandatos eleitorais; direito de suspender por 10 anos os direitos políticos dos cidadãos; direito de demitir, remover, aposentar ou por em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; direito de demitir ou remover juízes; poder de decretar estado de sítio, sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; suspensão da garantia de habeas corpus em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional (MOREIRA ALVES, 1987: 131).

Sá, Rui Palmeira, Teotônio Vilela, Clodomir Millet, e José Guimard. O texto do referido telegrama é o seguinte:

“Na impossibilidade de usar a tribuna parlamentar, os senadores que participam de encontro neste instante realizado no Palácio Monroe, hoje, dia 14 de dezembro, vimos manifestar a V. Exa. a nossa discordância da solução adotada pelo Poder Executivo, através do Ato Institucional nº 5. Assim procedemos porque, permanecendo fiéis aos princípios democráticos, temos a convicção de que os postulados do Movimento de 31 de março de 1964 acham-se satisfatoriamente incorporados à Consituição de 24 de janeiro de 1967, não nos parecendo justificável, portanto, um retrocesso político de consequências imprevisíveis.

Cumprindo o impostergável dever, a nós imposto pela representação popular de que estamos investidos, de assinalar as dimensões da responsabilidade assumida com a edição desse Ato. Temos a certeza de que somente a prevalência dos valores jurídicos e sociais do Estado de Direito assegura a estabilidade e o desenvolvimento do Brasil, hipótese em que V. Exa. poderá contar com a nossa decidida atuação. Apresentamos a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração” (BRAGA, 1996: 228).

Em seguida, um segundo telegrama fora redigido, em apoio ao ato do presidente da República. Ney Braga diz que não foi procurado por ninguém do governo federal para assinar o segundo telegrama. *“Não, porque eles sabiam que eu não mudaria minha posição, assim como Krieger, Carvalho Pinto, Milton Campos, Men de Sá, entre outros. Mantivemos nossa posição e não voltamos atrás”* (BRAGA, 1996: 229).

Enquanto Ney Braga se posicionava contra o AI 5, o governador Paulo Pimentel se mostrava favorável àquele Ato Institucional. Enviou uma mensagem ao Presidente Costa e Silva, se solidarizando com as medidas tomadas pelo governo federal. Na mensagem, diz: *“Imbuídos do espírito da Revolução de 1964, o Paraná e seu governo renovam a vossa excelência a expressão de sua confiança e de sua fé nos destinos da Nação. Ao lado de seus dirigentes, como estiveram desde a primeira hora”* (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1968, Dez., Dia 18: 5).

Após a implantação do AI 5, os empresários paranaenses fazem uma manifestação de apoio às medidas tomadas, segundo eles, em defesa da Revolução. Realizaram um ato de apoio a Costa e Silva, no Quartel-General da 5ª Região Militar, entregando uma moção ao comandante, General José Campos de Aragão. Estiveram presentes os seguintes representantes empresariais: Paulo Patriani, presidente da Federação da Agricultura; Osmário Zilli, presidente da Federação do Comércio; Mário de Mari, presidente da Federação das Indústrias; João Krocik Neto, presidente da Federação do Comércio Varejista; Noel Lobo Guimarães, presidente da Associação Comercial do Paraná e da Federação das Associações Comerciais (GAZETA DO POVO, 1968, Dez., Dias 17 e 19: 1 e 3) (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1968, Dez., Dia 18: 5). Comentando o AI 5, o Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal, Coronel Waldemar Bianco, disse que este ato deveria ter vindo a quatro anos atrás. Além disso, afirmou que não havia qualquer necessidade de censurar os órgãos de imprensa no Paraná, visto que todos eles estavam afinados com o movimento revolucionário (GAZETA DO POVO, 1968, Dez., Dia 17: 3).

No período em que o Congresso Nacional ficou fechado, de dezembro de 1968 a outubro de 1969, quando foi reaberto, Ney Braga ficou sem exercer qualquer cargo público. Neste período, afirma que esteve em Curitiba e que foi vice-presidente de uma Companhia de Seguros, a Atlântica Boa Vista de Seguros (BRAGA, 1996: 229). Após a reabertura do Congresso Nacional, Ney Braga voltou a exercer seu mandato no Senado Federal. Foi membro titular da Comissão de Educação e Cultura e suplente da Comissão de Projetos do Executivo.

Durante o governo de Costa e Silva e parte do governo de Emílio G. Médici, Ney Braga experimenta uma fragilização de sua influência política, momento em que o governador Paulo Pimentel procura se fortalecer politicamente a nível

regional. Em 1967 o governador acentua o afastamento de partidários do neyismo que eram integrantes de seu governo, e luta para controlar a ARENA paranaense. Falando sobre o seu governo em entrevista, afirma que *"quando o terminar, quero que o povo julgue o meu governo ... Governo que farei com todos os companheiros que souberam entender este meu desejo. Não admitirei forças divergentes. (...) E quero ser julgado pelos meus acertos e desacertos. Não me vou apresentar, ao final, como um meio-governante"* (PANORAMA, 1967, Jun., nº 178: 76). Um acontecimento marcante deste conflito entre Ney Braga e Paulo Pimentel se dá quando da demissão do Secretário de Viação e Obras Públicas, Saul Raiz, do governo. Este havia deixado um cargo no Banco Mundial, onde recebia 2.500 dólares mensais (equivalente na época a 5 milhões e meio de cruzeiros), para ocupar a Secretaria de Viação e Obras Públicas, onde passou a receber 980 mil cruzeiros (REALIDADE, 1966, Ago., nº 5: 84). Saul Raiz solicitou a exoneração da Secretaria em maio de 1967, para legalizar sua aposentadoria nas funções que exercia como Ministro do Tribunal de Contas, de cujo cargo estava licenciado. Mas o fez apenas formalmente, não deixando efetivamente o cargo, tanto que continuou a exercer suas funções. Naquele momento, o JORNAL DE CURITIBA, que apoiava o governador, afirmava em editorial: *"O governador Paulo Pimentel recebe agora (...) a grande oportunidade que não se repetirá tão fácil, tão dócil e tão tranqüila de conservar à margem do governo (...) essa figura destacada do neismo-jacobino, para quem a liderança de Paulo Pimentel é apenas a sua gestão de governador"* (JORNAL DE CURITIBA, 1967, Mai., Dia 06: 3). E assim se deu. No final de maio, Paulo Pimentel nomeou o engenheiro civil José Teodoro Miró Guimarães para substituir Saul Raiz, afastando este definitivamente de seu governo. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1967, Mai., Dia 25: 3).

Paulo Pimentel, tendo boas relações com o presidente Costa e Silva, teve a oportunidade de garantir um ministério para o Paraná. Ivo Arzua, que era prefeito de

Curitiba, voltou a ocupar a prefeitura desta cidade poucos dias após o término de seu mandato, tendo em vista que as eleições diretas para os prefeitos das capitais tinham sido suprimidas, e o governador Paulo Pimentel o indicou para aquela função. Em seguida, em março de 1967, Ivo Arzua deixou a prefeitura para assumir o Ministério da Agricultura (PANORAMA, 1967, Fev./Mar., nº 175: 80-81). Para substituir Ivo Arzua na prefeitura, Paulo Pimentel indicou o engenheiro Omar Sabbag (PANORAMA, 1967, Abr., nº 176: 68). Com a morte de Costa e Silva, Ivo Arzua pediu afastamento do Ministério da Agricultura (CORREIO DE NOTÍCIAS, Caderno Bomdomingo, 1987, Ago., Dia 30: 3).

A disputa entre Ney Braga e Paulo Pimentel pelo controle político no Paraná certamente também se verificou no embate pelo comando da ARENA paranaense. Na formação da ARENA, como vimos, e no início de suas atividades o controle político era de Ney Braga, mesmo porque os dois políticos ainda não haviam entrado em choque. No entanto, com o desentendimento político entre Ney Braga e Paulo Pimentel e a disputa entre neyistas e partidários de Paulo Pimentel para ocupar espaço no governo deste, se verificou também uma disputa pelo controle da ARENA. Aos poucos Paulo Pimentel vai estabelecendo um controle sobre a ARENA paranaense, visto que a grande parte dos deputados estaduais apoiavam o governador. Paulo Pimentel lutava por uma renovação da Executiva do Partido. Em maio de 1967, a maioria dos deputados estaduais lançam um manifesto contra alguns membros da Executiva que se mantinham afastados das atividades do partido, impedindo a realização de reuniões. Em junho, o Secretário Geral da ARENA Ubiratan Pompeo de Sá, ligado a Pimentel, renunciou ao cargo. O governador lança a candidatura de Anibal Khoury para substituir Ubiratan na secretaria geral. Os partidários de Ney Braga estudam a possibilidade de lançar outro nome, mas não o fazem. Dos 102 membros da Comissão Regional da

ARENA, 99 poderiam votar, sendo 37 deputados estaduais, 20 deputados federais, 3 senadores e 39 membros sem mandato eletivo. Na Convenção do partido realizada no início de julho, compareceram 64 membros, sendo que 63 votaram no candidato do governador, Anibal Khoury (GAZETA DO POVO, 1967, Jul., Dia 04: 3) (DIÁRIO DO PARANÁ, 1967, Jul., Dia 05: 3). Ao comentar sua eleição para a Secretaria Geral da Executiva, o Deputado Estadual Anibal Khoury afirmou: *“Não que a eleição em si tivesse tanta relevância. Na verdade, o que estava em jogo na disputa de terça-feira era, nada mais, nada menos que a hegemonia política no Paraná. Nesse dia, ficou positivada a plena liderança política do governador Paulo Pimentel, sem qualquer sombra de dúvida”* (GAZETA DO POVO, 1967, Jul., Dia 05: 3).

Em setembro de 1969, realizou-se a Convenção Regional da ARENA, para definir os novos membros do Diretório Regional. Duas chapas se enfrentaram nesta Convenção. Uma liderada pelo Senador Ney Braga, denominada de “Brasil Grande, pela Revolução com Costa e Silva”; e a outra liderada pelo Governador Paulo Pimentel, com o nome de “Costa e Silva, de Integração Revolucionária”. Os convencionais arenistas são formados por delegados municipais, representantes eletivos estaduais e federais do partido e membros do atual Diretório Regional. Alguns dos principais nomes integrantes da chapa do governador eram o próprio Paulo Pimentel, o Ministro da Agricultura Ivo Arzua, o Secretário do Interior e Justiça Mattos Leão, o Secretário de Segurança Pública Arnaldo Busato, o Secretário de Educação e Cultura Cândido de Oliveira, o Presidente Regional da Arena Algacyr Guimarães; deputados federais como Alípio Carvalho, Zacarias Seleme, Acioly Filho e o deputado estadual Armando Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa. Na chapa de Ney Braga figuram nomes como o do próprio Senador, de deputados federais como Haroldo Leon Peres, Braga Ramos, Emílio Gomes, de Afonso Camargo Neto que tinha sido vice-governador, e de Hosken de Novaes, ex-prefeito

de Londrina. Na Convenção, Ney Braga faz um discurso aos convencionais, criticando seu maior rival de então na política paranaense e fazendo referência aos "inimigos da revolução". Vejamos:

"(...) A nossa presença é a marca também, de que não concordamos e não desejamos um diálogo de surdos, impeditivo e contrário, na verdade, às posições revolucionárias que todos pretendemos implantar na vida política brasileira, renovando-a em seus métodos e meios.

Mas, como se tem feito jogo de palavras ao se falar em 'Renovação' nos quadros partidários paranaenses!

E como tem aplicado mal o conceito de 'Renovação', empregando-o até mesmo como sinônimo de 'Destruição' ao invés de rejuvenescimento, de revigoramento, ao invés de entendê-lo como necessidade de dar novas forças à vida política nacional e paranaense!

A renovação que se deseja não implica necessariamente na mudança de pessoas, na substituição de homens, mas, sim, na mudança de mentalidade e de atitudes.

Não adianta ser jovem em anos, mas velho nos métodos superados de ação política.

Não adianta entrar hoje na militância político-partidária e agir como se fora no tempo dos velhos 'mangueirões'.

Não adianta pregar, apenas pregar, os ideais e princípios renovadores da revolução; é essencial entendê-los, praticá-los em toda a sua plenitude saneadora.

(...) E não se apele para o vosso civismo, companheiros, nem se pretenda iludir os convencionais de nosso Partido com falsas alegações, a pretexto de que a derrota de uma determinada Chapa na ARENA Estadual implicaria em desfavor do Paraná, no cenário nacional, pela aparente perda de prestígio do governante.

Não se diga, porque não seria verdade, que o Governo Federal não mais auxiliará o Governo do Estado em sua ação administrativa, recusando-lhe, sobretudo, recursos financeiros. Isto seria duvidar do patriotismo dos responsáveis pelos destinos na Nação ...

Chamam-me de personalista e, no entanto, os mesmos que o fazem colocam o resultado desta Convenção em termos de prestígio pessoal, em termos de imposição de liderança, como se liderança se conquistasse à força de imposições.

(...) Vitoriosa, nossa Chapa formará uma só voz ao lado das reivindicações do Governo do Estado em favor do povo paranaense.

(...) Se assim não fosse, não estaríamos aqui. Se para que pudessem governar melhor não fosse possível a opção que vos oferecemos com nossa Chapa, não disputaríamos esta Convenção porque, acima de tudo, desejamos, como sempre o fizemos, ajudar o Paraná.

Por que então, se todos temos os mesmos objetivos, evitar-se a disputa democrática? Se a disputa fosse desaconselhável, se o mandonismo prevalecesse, não seriam

necessárias as leis que regulam a vida partidária e que instituíram as Convenções, onde devem espriar-se, porque para isso elas existem, as legítimas aspirações do eleitorado. Em caso contrário, bastaria uma só lei, com apenas um artigo que dissesse: 'Aos governos compete indicar os Diretórios'...

Podeis bem compreender, companheiros, a importância desta Convenção que escolherá o Diretório Regional da ARENA do Paraná. Será o Diretório que presidirá as eleições estaduais do próximo ano.

Esta Convenção é decisiva, pois para a futura indicação do candidato do nosso partido.

Ou será ele de exclusiva nomeação pessoal, ou será o legítimo candidato do povo paranaense, que representais neste momento.

(...) Fala-se muito, hoje, em lealdade, e tudo se exige até mesmo a consciência em nome da lealdade.

Esta é porém, uma virtude recíproca, que não se compra, nem se vende. Leal é o companheiro, o amigo. E ao companheiro, ao amigo, não se impõe. Amigo é o que dá e não o que pede. Sobretudo, o que nada exige. E eu posso afirmar que nunca exige nada de meus companheiros, dos que estão comigo, dos que ficaram comigo, ou dos que de mim se afastaram.

Mas que é lealdade? Antes de tudo, a fidelidade para consigo mesmo, para com as convicções e ideais que se defende, com ardor, sem vassalagem, à frente de companheiros que tem os mesmos ideais e convicções.

(...) Companheiros: Vivemos uma época de ansiedades, de insatisfação, de perplexidade. E, parecendo um paradoxo, também a época da conquista da lua, dos transplantes, dos computadores. Época de grandes conquistas, mas também a dos grandes morticínios. E aqui, em nossa terra, ao mesmo tempo que sentimos o progresso, do outro lado surge, pelos desvãos da ignomínia, o terrorismo, vanguarda de uma massa de apátridas, inimigos comuns de todos nós. Temos que lembrar.

Lembremo-nos a todo instante, que as divergências dentro dos partidos e mesmo entre os partidos são democráticas, mas não podem ser levadas a termos de separação irreparável pois, defensores do respeito à dignidade da pessoa humana, constituiremos, divididos, dispositivo melhor para ser batido pelo inimigo que procura, na subversão, na desordem, no terror, na mentira, o fim que para ele justifica os meios: a comunização brasileira. Temos segurança de que tal não acontecerá porque sabemos que, hoje, a Nação, unânime, conhece os remédios para evitá-lo. A eficácia do sistema democrático é demonstrada a cada dia e ainda deve ser aperfeiçoada ao máximo para colocar-se sempre na defesa de nosso sistema de vida.

Não podemos frustrar o povo.

(...) A obra da construção do Brasil Grande, já iniciada pela Revolução, não há de ser levantada sobre escombros, mas alicerçada no passado, no que ele tem de vivo, na procura do melhor, do novo, e também na continuidade das conquistas já alcançadas.

A grande responsabilidade de nosso partido é a de orientar os passos da Nação em direção a seu destino de grandeza, de felicidade.

Nossa missão é inovar sempre em busca do desenvolvimento com liberdade, que será alcançado na prática por homens práticos, que não se envaideçam nunca nem se esqueçam de aprender cada dia mais a grande lição de que 'UNIDOS SOMOS UMA FORÇA' " (DIÁRIO DO PARANÁ, 1969, Set., Dia 14: 5).

A chapa do governador Paulo Pimentel saiu vitoriosa da Convenção, conseguindo eleger a maioria dos novos membros do Diretório Regional da ARENA. De um total de 548 convencionais, compareceram à Convenção 534. A chapa do governador recebeu 368 votos, contra 165 dados à chapa de Ney Braga, sendo que um dos convencionais votou em branco. Desta forma, a chapa de Paulo Pimentel fez 21 dos 30 lugares do Diretório Regional e 32 das 46 vagas de delegados para a Convenção Nacional da ARENA (DIÁRIO DO PARANÁ, 1969, Set., Dia 16: 3). Esta eleição da ARENA regional mostra o predomínio político do governador neste momento na política paranaense. No entanto, esta força política não seria suficiente para que Paulo Pimentel fizesse seu sucessor, como veremos.

Neste mesmo período da Convenção regional, estava se dando um problema na cena política nacional, tendo em vista a doença de Costa e Silva. O Presidente teve um grave problema de saúde em agosto de 1969, o que o impediu de permanecer na presidência. O Alto Comando das Forças Armadas não permitiu que o Vice-Presidente, Pedro Aleixo, ocupasse o lugar de Costa e Silva, pois ele tinha sido contra o AI 5. Formou-se então uma junta, integrada pelos Ministros Militares (O General Aurélio Lira Tavares do Exército; o Brigadeiro Márcio de Sousa Melo da Aeronáutica; e o Almirante Augusto Rademaker Grunewald da Marinha), os quais passaram a exercer interinamente a presidência. O nome escolhido pelos militares para suceder a Costa e Silva foi o do General Emílio Garrastazu Médici, tendo como vice o Almirante Rademaker. Em outubro, o Congresso Nacional,

reaberto, formalizou o nome de Médici na Presidência da República (MOREIRA ALVES, 1987: 144) (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 248).

Como as eleições diretas para os governos estaduais tinham sido suprimidas, o sucessor de Paulo Pimentel seria eleito pela Assembléia Legislativa. Mas o Presidente Emílio Garrastazu Médici tomou para si a definição dos candidatos da ARENA para os governos estaduais. Delegou ao Presidente Nacional da ARENA, Deputado Rondon Pacheco, a tarefa de percorrer os Estados e colher informações da política de cada Estado brasileiro, dando subsídios para que o Presidente pudesse definir os nomes que deveriam ser os candidatos da ARENA. Rondon Pacheco chegou a Curitiba em 17 de março de 1970 para examinar a questão da sucessão de Paulo Pimentel. Encontrou-se com os políticos da ARENA paranaense para colher informações a serem entregues ao Presidente Médici. Neste momento, 29 dos 33 deputados estaduais da ARENA fazem um manifesto no qual delegam ao governador Paulo Pimentel a tarefa de promover entendimentos junto ao Presidente Nacional da ARENA e junto ao Presidente Médici para a definição do candidato da ARENA e, portanto, do futuro governador do Estado. A maioria dos membros do Diretório Regional da ARENA também se manifestam neste sentido (JORNAL DE CURITIBA, 1970, Mar., Dia 18: 1). Por sua vez, o governador Paulo Pimentel entregou a Rondon Pacheco uma moção, aprovada pela ARENA paranaense, e a ser entregue a Médici, de confiança e apoio ao Presidente, dando-lhe *“...liberdade de indicar à sucessão estadual o nome que melhor responda às altas conveniências políticas de coordenação e harmonia entre a União e o Estado, na defesa dos superiores interesses da Revolução”* (JORNAL DE CURITIBA, 1970, Mar., Dia 19: 1). Em entrevista à imprensa, Rondon Pacheco fala de sua missão:

“O presidente da República, que é o magistrado supremo da Nação, irá decidir o problema sucessório no Estado. Vim ao Paraná sentir os anseios e as tendências da ARENA. Após auscultar as bancadas federal e estadual, os senadores, os dirigentes da ARENA e os políticos representantes das regiões mais significativas do Estado, farei circunstanciado relatório ao presidente Emílio Médici, que irá decidir qual o nome que melhor se enquadre dentro do esquema político para suceder o atual governo” (JORNAL DE CURITIBA, 1970, Mar., Dia 20: 3).

Quanto ao cargo de vice-governador e das duas vagas para o Senado, Pacheco afirmou que seriam definidos pela ARENA local, sem interferência do Presidente da República. O candidato da ARENA ao governo do Paraná foi oficializado em abril pelo Presidente Médici. No dia 24, Ney Braga, Paulo Pimentel e o Presidente Regional da ARENA, João de Mattos Leão, estiveram em reunião com Médici, que oficialmente lhes transmitiu o nome do futuro governador do Paraná. Haroldo Leon Peres já sabia de sua indicação para substituir Paulo Pimentel. Dias antes o Presidente Médici já lhe havia comunicado a sua decisão (O ESTADO DO PARANÁ, 1970, Abr., Dia 24: 1 e 4).

As ligações de Haroldo Leon Peres com os dois líderes da política paranaense de então, Paulo Pimentel e Ney Braga eram as seguintes: quando Ney Braga foi candidato ao governo do Estado, Leon Peres apoiara seu adversário, Néelson Maculan do PTB. Como vimos anteriormente, setores da UDN do Norte do Estado apoiaram Maculan. Eleito, Ney Braga procura obter o maior apoio possível para seu governo. É nesse contexto que Ney Braga solicitou a Leon Peres para que este fosse o líder do governo na Assembléia Legislativa. Ao comentar sobre o posterior rompimento entre Ney Braga e Leon Peres, Magalhães afirma: *“Ele deixa de ser líder do governo na hora em que o Ney faz o acordo com o PTB; não aceita os Mattos Leão de Guarapuava e rompe com Ney Braga”* (IPARDES - SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 156). Leon Peres apoiou a candidatura de

Paulo Pimentel, participando desta campanha. Leon Peres afirma que ele e integrantes da UDN eram contrários à candidatura de Afonso Camargo, porque quando este exerceu a Secretaria de Justiça, não prestigiou os membros da UDN. Ao comentar a postura de Ney Braga e de Paulo Pimentel à sua candidatura, Leon Peres afirma: *"... nenhum dos dois aceitou de bom grado a minha indicação ao governo do Estado; nem o Sr. Ney Braga que aspirava o cargo - como era notório e público - e era razoável que ele aspirasse, não há nada de mal nisso; nem o dr. Paulo Pimentel, que deveria ter - era natural - um outro candidato que fosse mais da sua preferência"* (QUEM, 1979, Nov., 1ª Quinzena, nº 10: 11).

Quando da disputa para definir o futuro Diretório Regional da ARENA em 1969, Leon Peres estava na chapa de Ney Braga, mas isso não significa uma proximidade entre ambos. Acontece que Leon Peres tinha um distanciamento maior com o governador Paulo Pimentel. Por que então o Presidente Médici escolhe Leon Peres? Primeiro vejamos alguns traços políticos de Leon Peres. Em 1958 se elegeu Deputado Estadual pela UDN, em uma coligação com o PSP e o PR, formando a Frente Democrática do Paraná. Tomou-se líder da UDN na Assembléia e combateu o governo de Lupion. Em 1962 se reelegeu pela UDN; em 1964 apoiou o golpe militar; e em 1966 elegeu-se Deputado Federal pela ARENA. Nesse mesmo ano passou a ocupar a função de vice-líder do governo Costa e Silva na Câmara dos Deputados. Em 1967 chegou a participar de uma reunião convocada por Carlos Lacerda para discutir o retorno de alguns princípios democráticos. Mas em seguida se posicionou contra a Frente Ampla¹³. Em 1968, defendeu a posição do governo no conflito com os estudantes. Votou a favor do pedido de licença feita pelo governo para cassar o mandato do deputado federal Márcio Moreira Alves e suspender seus direitos políticos (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984:

2693-2694) (VEJA, 1970, Abr., nº 86: 23). Além disso, Leon Peres estabelece relações em Brasília que facilitam a sua indicação. Ney Braga publica em suas memórias o depoimento do empresário Jerônimo Thomé, que tinha sido Chefe de Gabinete de Leon Peres, no qual ele comenta a escolha de Leon Peres pelo Presidente Médici:

“Quando Leon Peres se elegeu deputado federal, foi morar em Brasília. Poucos são os deputados federais que moram em Brasília. Brasília é uma espécie de um clube fechado. Então Leon Peres se filiou a um determinado grupo em Brasília, grupo esse a que também pertencia o coronel Manso Neto, do gabinete militar do presidente Médici e ligado ao Serviço Nacional de Informações. A escolha do Haroldo, que ia assumir o governo em 71, foi feita em 70. O coronel Manso Neto indicou o nome dele ao presidente Médici” (THOMÉ, 1996: 231)¹⁴.

Este perfil político garante a Leon Peres a confiança do Presidente Médici. Por outro lado, por que Médici não permite ao governador Paulo Pimentel a indicação do nome do futuro governador, se Paulo Pimentel demonstrara ter uma grande força política na ARENA local? No dia 18 de abril, próximo da data da divulgação do futuro governador do Paraná, o governador Paulo Pimentel recebeu a Comenda do Pacificador das mãos do General Antonio Carlos Murici, Chefe do Estado Maior do Exército, que estava representando o Ministro do Exército, General Orlando Geisel. Na portaria que assinou justificando a entrega da Comenda ao governador, o Ministro se refere ao apoio que Paulo Pimentel dera à realização da Olimpíada-70 do Exército nacional em Curitiba e também “...aos serviços prestados no incremento dos laços de amizade entre civis e militares, viga mestra que tem norteado sua conduta à frente do Governo do Estado” (O ESTADO DO PARANÁ, 1970, Abr., Dia 19:

¹³ Esta Frente Ampla contava com nomes como os de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, que pretendiam o restabelecimento do regime democrático.

1) (PANORAMA, 1970, Abr., nº 209: 55). Apesar disso, Paulo Pimentel não se apresentava aos olhos do Presidente de maneira inteiramente confiável. Francisco Magalhães Filho afirma que Paulo Pimentel procura manter uma posição de autonomia em relação ao governo federal. *"Diz o que bem entende, não apenas no campo político mas nas negociações, na barganha por recursos federais"*, o que o tornaria uma ameaça ao regime (IPARDES-SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 136). Pouco antes do Presidente Costa e Silva editar o Ato Institucional nº 5, Paulo Pimentel esteve em São Paulo e fez declarações defendendo eleições diretas. No dia 30 de novembro de 1968, Paulo Pimentel esteve na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde declarou o seguinte:

"Em nenhum instante condenamos o sistema de escolha. Apenas defendemos, como mais correto, acertado e conveniente à Nação Brasileira o sistema que a nosso ver faz com que o País caminhe no sentido da perfeição democrática. (...) Grandes homens e notáveis governantes foram escolhidos pelos dois sistemas. Por ambos se apresentaram homens dos melhores realizando no poder uma obra grandiosa. Mas nós políticos de hoje homens que postulamos o voto não podemos em hipótese alguma tentar sequer a marginalização do povo do processo democrático. Sendo um governante jovem que sempre postulou no palanque as suas posições de liderança devo mais do que nunca apontar ao Brasil que o eleitorado é consciente e deve ser ouvido na escolha dos seus dirigentes especialmente o dirigente máximo da Nação ..." (JORNAL DE CURITIBA, 1968, Dez., Dia 1º: 1).

No início de dezembro esteve no interior de São Paulo. Em Ourinhos, dentre outras localidades, recebeu o título de Cidadão Honorário da cidade. Fez pronunciamentos defendendo eleições diretas para governadores, prefeitos das capitais e para a presidência da República (JORNAL DE CURITIBA, 1968, Dez., Dia 11: 1) (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1968, Dez., Dia 10: 5). Como o Presidente Médici teria como subsídios para a escolha dos candidatos da ARENA aos governos

¹⁴ Citado por BRAGA, 1996: 231.

Estaduais não apenas os relatórios de Rondon Pacheco, mas também outras fontes, como afirmou o próprio Pacheco, certamente Médici estava informado pelo SNI da movimentação de Paulo Pimentel. Portanto, estas declarações de Paulo Pimentel corroboram a afirmação de Francisco Magalhães Filho.

Como o Senador Ney Braga tinha se posicionado contra o A15 e, embora demonstrasse muito interesse em substituir Paulo Pimentel no governo do Estado, as suas chances eram mínimas. Conforme afirma Samuel Guimarães da Costa, jornalista político e ex-assessor de Ney Braga, este esteve próximo de ser cassado, por ter sido contra o A15 (COSTA, 1986: 28). *“Chegou inclusive a ser alvo de gestões para incluir seu nome numa das listas de cassações publicadas a partir da edição do Ato Institucional nº 5 (13/12/68) (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 440). Sobre uma possível cassação de Ney Braga, Paulo Pimentel afirmará mais tarde que “Quando o presidente Costa e Silva instalou seu governo em Curitiba, o general Portella, chefe da Casa Militar, com o apoio do Médici, no SNI, queria cassar o Ney. Eu ponderei com eles e não cassaram. Isso, o Ney me deve” (VEJA, 1977, Jul., nº 463, Dia 20: 26). Mas certamente a posição de Paulo Pimentel não teria relevância para uma decisão dos militares sobre uma possível cassação de Ney Braga. Com a escolha de Leon Peres, Médici pretendeu também “pacificar” a ARENA local, dividida entre as lideranças de Ney Braga e de Paulo Pimentel, que não demonstravam nenhuma possibilidade de entendimento. E este desentendimento não se verificava apenas na ARENA paranaense. Em reportagem de abril de 1970 sobre a sucessão em alguns Estados, a revista VEJA afirmava que:*

“Se um habilidoso conciliador procurasse buscar uma fórmula capaz de satisfazer todos os grupos que compõem os quebra-cabeças das ARENAS de São Paulo, Bahia, Santa Catarina e Paraná, certamente acabaria seus dias sem ter chegado a qualquer conclusão. O Presidente Médici, talvez certo dessa dificuldade, preferiu assumir o controle direto das escolhas e ao formalizá-las indicou à ARENA dividida a vontade da Revolução

e o caminho da unidade e do poder” (VEJA, 1970, Abr., nº 86 Dia 29: 20).

Na mesma reportagem, ao comentar sobre a candidatura de Leon Peres, afirma-se que *“No Paraná, sua candidatura significa uma saída para o impasse entre as lideranças de Ney Braga e Paulo Pimentel”* (Op. Cit.: 23). Em reportagem de abril de 1970, o jornalista político Divonei M. de Campos, ao comentar sobre a escolha de Haroldo Leon Peres, afirma que Ney Braga e Paulo Pimentel não conseguiam chegar a um acerto político. Vejamos:

“Difícil, portanto, a solução em termos das duas áreas políticas, uma vez que tanto uma, como a outra, não abriam mão de suas preferências no processo sucessório e identificando apenas um candidato, no caso o senador Ney Braga que foi irreversível no trabalho que fez para voltar ao Palácio Iguazu. Idêntica posição assumiu o governador Paulo Pimentel quando entregou ao chefe da Nação a solução do problema, através de moção e manifestando solidariedade em quem recaísse a preferência. Não houve manifestação, entre os dois líderes, de preferência sobre um mesmo nome. O panorama ficou definido por dois polos, imutável a exigir, portanto, que o fiel da balança se colocasse no ponto de equilíbrio” (PANORAMA, 1970, Abr., nº 209: 34-35).

De qualquer forma, a definição seria feita pelo Presidente Médici, que já não demonstrava muita confiança nos dois líderes da política paranaense, e não pretendia fortalecer politicamente nenhum dos dois. Ao contrário, a escolha de Leon Peres tinha o propósito de enfraquecer as lideranças políticas de Ney Braga e de Paulo Pimentel. Embora estes líderes políticos não tenham gostado do nome escolhido por Médici, foram convocados a Brasília para ouvir do Presidente a sua definição e também o pedido para que ambos se empenhassem nas candidaturas da ARENA nas eleições que se dariam em novembro de 1970 para a Assembléia

Legislativa, para a Câmara Federal e para o Senado. Ney Braga chegou a fazer campanha juntamente com Leon Peres e os candidatos da ARENA ao Senado, Mattos Leão e Acioly Filho (PANORAMA, 1970, Set., nº 212: 68). Leon Peres, em discurso pronunciado na Assembléia Legislativa, no dia 31 de março de 1971, afirmou que afinal a Revolução havia chegado em toda a sua plenitude ao Paraná (PANORAMA, 1971, Mar., nº 217: 48), considerando, com esta declaração, que nem Paulo Pimentel e nem Ney Braga eram portadores da "Revolução" no Paraná.

Acontece que Haroldo Leon Peres não permaneceu muito tempo no governo do Paraná. Assumiu em 15 de março de 1971 e entregou a sua renúncia em 23 de novembro do mesmo ano. Durante sua gestão, Leon Peres entrou em conflito com a Assembléia Legislativa e com o Tribunal de Justiça. Recorreu duas vezes ao Supremo Tribunal Federal, primeiro para anular um decreto do Tribunal de Justiça que concedia aumento à magistratura e, na segunda vez, contra a anulação, pelo Tribunal de Justiça, de reformas na Constituição do Estado. Deu ordens para que a polícia invadisse redações de jornais e estúdios de televisão, sendo que alguns órgãos de imprensa eram do ex-governador Paulo Pimentel. No dia 4 de novembro Leon Peres foi convocado pelo Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, para uma conversa. No encontro em São Paulo, o Ministro disse a Leon Peres que ele havia sido indicado para o governo do Estado porque tinha a confiança do Presidente Médici, mas que esta confiança já não existia e que Leon Peres devia renunciar ao cargo. O motivo seria um processo que era movido contra ele por corrupção. O Serviço Nacional de Informações gravou, filmou e fotografou uma conversa que Leon Peres tivera com o empreiteiro Cecílio Rêgo de Almeida, no qual o governador teria pedido o depósito de um milhão de dólares no exterior para liberar uma dívida com a empreiteira pela construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. Além disso havia outras acusações de corrupção, praticadas pelo governador. Durante

vários dias Leon Peres tentou reverter a exigência de renúncia, mas o Presidente, que não quis recebê-lo, foi irredutível (VEJA, 1971, Dez., nº 169, Dia 1º: 19-23) (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 2693-2694). O ex-governador Haroldo Leon Peres, em entrevista de 1979, nega as afirmações contidas na revista VEJA. Considera que o referido texto “*É um amontoado de absurdos e de mentiras... (...) quem sabe analisar o que é dito nesse texto vai notar que isso é uma montagem, uma armadilha, uma cilada que fizeram contra mim ...*” (QUEM, 1979, Dez., nº 11: 11). No dia 23 de novembro de 1971, o vice-governador, Pedro Viriato Parigot de Souza assumiu o governo do Paraná. “*Na manhã de terça-feira, cercado de amigos e diante da atônita bancada da Arena, Parigot foi empossado debaixo de palmas e dos sorrisos discretos de Paulo Pimentel e Ney Braga, os dois ex-governadores com quem Peres rompera*” (VEJA, 1971, Dez., nº 169, Dia 1º: 22).

3.5 O FORTALECIMENTO POLÍTICO DE NEY BRAGA COM GEISEL NA PRESIDÊNCIA.

Na gestão de Ney Braga na prefeitura de Curitiba, o então professor da Universidade Federal do Paraná e engenheiro Parigot de Souza, trabalhou no Departamento de Urbanismo. Esteve ligado à COPEL desde a sua formação, no governo de Bento Munhoz. Com a posse de Ney Braga no governo do Estado em 31 de janeiro de 1961, Parigot de Souza é nomeado Diretor Presidente da COPEL, permanecendo no cargo até junho de 1970. (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ, Curitiba) (GAZETA DO POVO, 1961, Jan., Dia 1º: 1). Quando da renúncia de

Haroldo Leon Peres, o vice-governador Parigot de Souza já se encontrava doente.

Sobre a posse de Parigot, Ney Braga afirma que:

“Um dia cheguei ao Palácio do Planalto e, conversando com o dr. Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil do presidente Médici, ele disse que estava com dúvidas quanto à posse do vice-governador, por causa da doença. Nesse momento alguns políticos paranaenses, Accioly, Mattos Leão e eu, se não me esqueço de ninguém, articulamos intensamente para que Parigot assumisse. Cheguei a conversar com o general Orlando Geisel, ministro do Exército, e com o próprio Leitão de Abreu” (BRAGA, 1996: 232).

Mas a influência de Ney Braga no governo de Parigot de Souza é relativamente discreta, tendo em vista a sua precária relação com o governo de Médici, da linha dura. No entanto, em sua gestão, Parigot de Souza levou em consideração as diferentes forças políticas do Estado, representadas por Paulo Pimentel e Ney Braga. Exemplo disso é a Secretaria da Fazenda que é ocupada por um importante nome do neyísmo, Maurício Schulman. Pode-se falar de outros nomes, como os de Ivo Simas Moreira, que foi para a Secretaria do Estado dos Negócios do Governo, e Karlos Rischbieter para a presidência do Badep (Banco de Desenvolvimento do Paraná), antiga CODEPAR. Mas Parigot de Souza não consegue completar o mandato que iria até março de 1975, vindo a falecer por problemas de saúde em julho de 1973.

Neste período Geisel já estava articulando sua candidatura para a presidência da República. Ney Braga, que entre 1971 e 1972 tinha sido o primeiro-secretário do Senado, quando presidiu a Comissão criadora do Prodasen (Processamento de Dados do Senado), tornou-se, em 1973, o vice-líder da ARENA no Senado. No exercício desta função, se empenhou em favor da candidatura de seu amigo, o general Ernesto Geisel. Ney Braga fez amizade com Geisel quando

este serviu na 5ª Região Militar, com sede em Curitiba. No dia 19 de fevereiro de 1962, Geisel assumiu o comando da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão do Exército, e permaneceu no posto até 23 de setembro de 1963. Portanto, em um período em que Ney Braga era governador do Paraná. Nesse período, Geisel assumiu duas vezes, interinamente, o comando da 5ª Região Militar. De maio de 1962 a setembro de 1962 e, de fins de outubro de 1962 a fevereiro de 1963 (PARANÁ EM PÁGINAS, 1974, Mar., nº 109: 10). Outro aspecto que os aproxima diz respeito ao Clube Militar. Ambos militavam no mesmo grupo no Clube Militar, qual seja, a Cruzada Democrática. Castelo Branco também pertencia a este grupo.

O Clube Militar foi fundado em 1887, com sede no Rio de Janeiro, tendo como integrantes, oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Durante o período em que o país foi governado por Getúlio Vargas, a disputa no Clube Militar se dava entre partidários de Getúlio e aqueles que eram considerados antigetulistas. A questão do nacionalismo perpassou por muito tempo as disputas entre os militares. Por um lado formou-se um grupo com posições mais nacionalistas e, por outro, um grupo de posições mais abertas ao capital internacional. Estes grupos disputavam o controle do Clube. Em 1947, quando dos debates sobre a nacionalização da exploração do petróleo, a direção do Clube Militar defendia uma posição nacionalista, enquanto o general Juarez Távora, ligado ao Presidente Dutra, defendia a participação do capital estrangeiro. Nas eleições de 1950 no Clube Militar, concorriam o general Newton Estillac Leal pela situação, que era nacionalista, enquanto que o outro candidato era o general Osvaldo Cordeiro de Farias. Ao lado deste, estavam nomes como o general Emílio Rodrigues Ribas Júnior, os coronéis Castelo Branco e Ademar de Queiróz, e o tenente-coronel Jurandir Bizarria Mamede. Militares com os quais Ney Braga mantinha relações. A vitória foi do grupo nacionalista, e o acirramento entre os dois grupos tomou-se

ainda maior. Foi em 1952 que os militares contrários aos nacionalistas organizaram um movimento chamado de Cruzada Democrática, visando a conquista da direção do Clube Militar. Este grupo lançou a chapa formada pelos generais Alcides Etchegoyen e Néelson de Melo. Contavam com o apoio, dentre outros, dos generais Juarez Távora, Góis Monteiro, e do brigadeiro Eduardo Gomes. Deste feita, venceram as eleições. Em fevereiro de 1954, a Cruzada Democrática elaborou o denominado Manifesto dos Coronéis, dirigido ao Ministro da Guerra, na qual pediam o respeito à hierarquia e à disciplina nas Forças Armadas, assim como denunciavam o perigo da infiltração comunista no interior das Forças Armadas. Nas eleições de 1954, o grupo nacionalista não conseguiu lançar candidato, pois estava fragilizado em virtude de prisões de seus membros. Por outro lado, a Cruzada Democrática, dividida, lançou duas candidaturas. A dos generais Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora, antivarguistas; e a outra, do general Lamartine Peixoto Pais Leme, que recebeu o apoio do Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa. Canrobert e Juarez venceram e assim o Clube Militar passou a reforçar a oposição a Getúlio Vargas. Com a morte de Canrobert, assume a presidência o general Pedro Leonardo Campos. A direção do Clube Militar posicionou-se contra a candidatura de Juscelino Kubitschek e, posteriormente, contra a posse de Juscelino e de Goulart (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 805-809).

Ney Braga, que apoiou a candidatura do general Juarez Távora para a presidência da República, diz que seu grupo não questionou a legitimidade da vitória de Juscelino, como fizera Carlos Lacerda. *“No nosso meio nunca se discutiu isso. Discutia-se que a eleição era por maioria simples e que o Juscelino foi eleito”* (BRAGA, 1996: 57). Em 1958, o general Castelo Branco, da Cruzada Democrática, foi derrotado nas eleições para a presidência do Clube, pelo general Justino Alves Bastos. Em 1962 a presidência do Clube foi ocupada pelo marechal Augusto da

Cunha Magessi Pereira, que esteve ligado aos setores civis e militares que conspiraram contra o governo João Goulart (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 809). Ao falar de sua participação no Clube Militar, Ney Braga afirma que:

“Quando já estava na Prefeitura nunca deixei de participar das atividades do Clube Militar. Tinha muito bom relacionamento com meus companheiros militares que serviam no Rio de Janeiro. Muitos foram meus professores e outros, colegas. Integrei a chamada Cruzada Democrática - Chapa Azul. Era composta por aqueles que queriam o Clube voltado para suas atividades estatutárias. Individualmente, como cidadãos, tínhamos nosso pensamento político, que era profundamente democrático.

Eu tinha boas ligações e facilidade de locomoção. Mantinha relacionamento com os representantes em Santa Catarina, coronel Pinto da Luz, e, no Rio Grande do Sul, coronel Emílio Médici. Por isso fui designado representante da Cruzada Democrática no Paraná.

Quase todos os militares do Paraná pertenciam à Cruzada Democrática, em função das lideranças nacionais que possuía - homens como Castelo Branco, Ernesto Geisel, Ademar de Queiróz, Mamede, Menezes Côrtes, Newton Reis, Barros Nunes, Golbery, Cordeiro de Farias e Fiúza de Castro, entre outros.

Sempre que ia ao Rio visitava Newton Reis, grande amigo. Na época ele era coronel. Depois, já general, faleceu inesperadamente, num desastre de automóvel. Na casa de Newton Reis nos reuníamos: Ademar de Queiróz, Newton, Mamede, Golbery, Joaquim Antonio da Fontoura Rodrigues e eu, e conversávamos por telefone com vários outros companheiros.

A nossa preocupação maior era sempre fazer uma boa escolha para a presidência do Clube Militar. Numa eleição em que a disputa foi muito acirrada, a Cruzada lançou Castello Branco para a presidência. Perdemos para Justino Alves Bastos, que pertencia a uma linha diferente da nossa” (BRAGA, 1996: 56).

Com a perspectiva de Geisel se tornar o novo Presidente da República, Ney Braga vai aumentando a sua influência política no Estado. O Senador Ney Braga exerce influência na escolha do substituto de Parigot de Souza, o deputado federal Emílio Hoffmann Gomes, tendo como vice-governador o empresário Jayme Canet Júnior. Francisco Magalhães afirma que “... o Parigot de Souza que tinha sido eleito junto com Haroldo e que já tinha uma ligação maior com o grupo do Ney, tinha sido

presidente da COPEL no tempo do Ney, morre. Aí não dá! Chamaram o Ney para escolher e ele foi se fortalecendo com o grupo Geisel, que é uma fase posterior a essa” (IPARDES-SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 135).

Quando da definição do substituto de Parigot de Souza, o Presidente Nacional da Arena era o Senador Petrônio Portela, que ocupava o cargo interinamente. O Presidente Regional da Arena era o Senador Accioly Filho. Petrônio Portela estabelece conversações com Accioly Filho e com outros políticos da Arena Paranaense, particularmente senadores e deputados federais. O Ministro Leitão de Abreu também participa das conversações com Portela e com Accioly. Sobre a definição do futuro governador, Ney Braga faz a seguinte afirmação: *“Fui chamado, assim como todo o pessoal da Arena do Paraná, para montar uma chapa a ser apresentada ao presidente Médici. O consenso foi em torno dos nomes de Jayme Canet para governador e Emílio Gomes para vice. Depois das conversações entre Arena do Paraná e Arena Nacional, ficou acertada a chapa Emílio/Canet” (BRAGA, 1996: 232).* Ney Braga é que indicou os nomes de Emílio Gomes e de Jayme Canet Júnior para que entrassem na lista que foi entregue ao presidente da República. A bancada federal votou maciçamente em Emílio Gomes (VEJA, 1973, Jul., nº 255, Dia 25: 23). Sobre a sucessão de Parigot de Souza, Magalhães Filho afirma que o *Sistema* se retraiu, e que a escolha foi feita através de negociações políticas: *“Havia dois nomes na disputa, ambos ligados a Braga: Jayme Canet e Emílio Gomes. Dado o peso político do primeiro, empresário ligado à fração burguesa ainda dominante na cena política local, e considerando o curto período que ainda restava desse quadriênio, coube ao segundo completá-lo, acertando-se a indicação de Canet para o período completo seguinte” (MAGALHÃES FILHO, 1999: 146-147).*

Emílio Gomes era deputado federal; era engenheiro e tinha sido aluno de Parigot de Souza na Universidade Federal do Paraná. Filiou-se ao PDC em 1961.

Em 1962 foi eleito para o seu primeiro mandato como deputado federal, pelo PDC, reeleito posteriormente em 1966 e 1970. O vice-governador Jayme Canet Júnior era industrial, pecuarista e cafeicultor. (O ESTADO DO PARANÁ, 1973, Jul., Dia 19: 1 e 9) (CARNEIRO; VARGAS, 1994: 235). Canet participou da campanha de Ney Braga ao governo do Estado, ocupando no governo Ney Braga a CAFÉ DO PARANÁ; Participou da campanha de Paulo Pimentel ao governo do Estado e em seu governo ocupou o Banco do Estado do Paraná, saindo posteriormente após entrar em conflito com o governador. Canet afirma em entrevista que *“Por indicação e influência do ex-governador Ney Braga, que nessa época era senador, eu fui indicado, juntamente com Emílio Hoffman Gomes, para assumir a vice-governadoria. O Emílio Gomes foi nomeado governador, e eu vice-governador”* (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CADERNO ESPECIAL, 1996, Nov.: 3). Ney Braga afirma em entrevista que não teve muita participação quando do governo Costa e Silva e em parte do período do governo Médici. Vejamos: *“Não, não tive no governo de Costa e Silva e até meio governo do Médici. Depois que o Haroldo saiu e assumiu o Emílio Gomes, eu comecei a ter participação”* (CORREIO DE NOTÍCIAS, Caderno Bomdomingo, 1987, Set., Dia 27: 5).

A participação de Ney Braga no governo de Emílio Gomes foi mais acentuada. A partir deste momento, Ney Braga volta a deter a hegemonia da política paranaense, tomando-se o político de maior influência no Estado. O governador Emílio Gomes, assim como Parigot de Souza levou em consideração as forças políticas para compor seu secretariado. Emílio Gomes entendia também que seu governo deveria ser formado basicamente por técnicos e políticos. Acontece que Ney Braga já despontava como o político de maior influência na política paranaense, o que teve reflexos na composição do Secretariado. O próprio governador e o vice tinham um alinhamento político com o Senador Ney Braga. No secretariado,

podemos destacar outros nomes: Véspero Mendes como Secretário do Governo, cargo que já ocupara no governo de Ney Braga, além da Secretaria da Educação e Cultura; Maurício Schulman como Secretário da Fazenda, cargo que já vinha ocupando no governo de Parigot de Souza; Ivo Simas Moreira, que foi Secretário do Governo na gestão Ney Braga, e era o então Secretário do Governo, como Secretário Extraordinário para Assuntos do Planejamento; Coronel Ralph Sabino dos Santos, como Chefe da Casa Militar, cargo que ocupou no governo de Ney Braga e de Parigot de Souza; Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, irmão de Ney Braga, como Chefe da Casa Civil; e o Presidente do BADEP, Karlos Rischbieter, que já vinha ocupando o cargo no governo de Parigot de Souza. Deve-se observar que a maioria dos integrantes deste governo são engenheiros: Guilherme Lacerda Braga (Chefe da Casa Civil); Karlos Rischbieter (Diretor Presidente do BADEP); Ivo Simas Moreira (Secr. Extraordinário para Assuntos de Planejamento do Governo); Afonso Alves de Camargo Neto (Diretor Presidente do BANESTADO); Jaime Lerner, Engenheiro Civil e Arquiteto (Prefeito de Curitiba); Maurício Schulman (Secr. Da Fazenda); Véspero Mendes (Secr. Do Governo); Leo Lintzmeyer (Diretor Presidente da COHAPAR); Mário Brandalise (Diretor Presidente dá SANEPAR); Euro Brandão (Secr. dos Transportes); Osiris Stenghel Guimarães (Secr. de Obras Públicas); Além disso o governador Emílio Gomes também era engenheiro civil. (GAZETA DO POVO, 1973, Ago., Dia 11: 8 e 9) (O ESTADO DO PARANÁ, 1973, Ago., Dia 2: 1 e 3).

Com a morte do Presidente Nacional da Arena, Filinto Muller, assumiu o cargo interinamente o Senador Petrônio Portela, até a realização das eleições que definiriam o novo Presidente. Na Convenção do Diretório Nacional da Arena que se realizou no início de agosto de 1973, Petrônio Portela foi confirmado na presidência da Arena. Isso apesar do descontentamento de alguns setores da Arena (foi o caso

de deputado federal Herbert Levy) que o acusavam de ter aderido à “Revolução” tardiamente e de ter apoiado João Goulart até o último momento. Petrônio Portela, que se manifestou a favor da legalidade no momento do golpe, contou com o aval do Presidente Médici e também do General Ernesto Geisel que no mês seguinte teria seu nome confirmado pela Arena para ser o novo Presidente da República. Nesta Convenção da Arena, Petrônio Portela obteve 47 votos, sendo que ainda foram dados 2 votos para o Senador Ney Braga e 1 voto para o Deputado Federal Pereira Lopes (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1973, Ago., Dias 2 e 3: 5 e 3-4) (GAZETA DO POVO, 1973, Ago., Dia 2: 3).

Tendo em vista a chegada do general Ernesto Geisel à Presidência da República, Ney Braga rapidamente é chamado para compor o Ministério. Quando Geisel o convocou, Ney Braga afirma que recebera uma pasta do Secretário de Geisel, contendo informações sobre o Ministério das Minas e Energia. Mas no dia seguinte Geisel o chamou e disse que queria que ele assumisse o Ministério da Educação. Ney Braga diz que *“Fui o primeiro ministro que ele escolheu. Logo depois, comecei a participar de suas reuniões. Recordo-me de um dia em que estávamos conversando sobre o Ministério do Interior e sugeri o nome do Maurício Rangel Reis. Ele aceitou sem restrições, pois já conhecia o Maurício, que tinha sido meu secretário-geral no Ministério da Agricultura na época em que Geisel era Chefe da Casa Militar do governo Castello”* (BRAGA, 1996: 252). Em reportagem da revista ISTOÉ de 1977, afirma-se que:

“Quando o governo Geisel ensaiava seus passos no largo da Misericórdia, Ney Braga, que vinha de um período de vacas magras durante o governo Médici, chegou a ser cogitado para o Ministério do Interior, onde poderia exercer um papel político mais destacado. Este lhe foi negado, mas, curiosamente, ele participou de forma ativa dos entendimentos que acabariam colocando no posto o atual ministro Rangel Reis” (ISTOÉ, 1977, Mai., nº 19, Dia 4: 5).

O General Ernesto Geisel tomou posse em 15 de março de 1974, quando também Ney Braga foi empossado no Ministério da Educação e Cultura. Ao comentar a escolha de Ney Braga para o Ministério, Geisel diz:

“Nei Braga, que foi para a Educação, eu conhecia desde quando servi no Paraná. Era governador do estado e depois foi ministro do Castelo. E era um homem ligado a mim. Eu achava que pelo seu feitio, pela sua ponderação, pelo seu diálogo, poderia se dar bem com a classe estudantil. Queria alguém que tivesse predicados essenciais, tivesse habilidade, soubesse lidar, não fosse radical. E realmente, no meu governo, não houve muita perturbação, exceto na Universidade de Brasília, que mais se agitou. No conjunto da área, no país, houve relativa tranquilidade” (D'ARAUJO; CASTRO, 1997: 267).

Na posse de Ney Braga, que substituiu Jarbas Passarinho, compareceram cerca de 1500 pessoas. Em reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, considera-se que os termos solenidade e cerimônia não definiam bem a transmissão de cargo no Ministério e que o correto seria falar em “*Espetáculo de Transmissão*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1974, Mar., Dia 16: 8). Pouco tempo depois começaram as articulações para a definição dos novos candidatos da ARENA aos governos estaduais, tendo em vista as eleições indiretas que se dariam em novembro. Geisel envia o Presidente Nacional da ARENA, Senador Petrônio Portela, aos Estados para ouvir as diversas tendências regionais. Ney Braga logo toma posição em favor da candidatura do vice-governador paranaense, o empresário Jayme Canet Júnior. A defesa deste nome por parte de Ney Braga gera fortes reações de Paulo Pimentel e de seus aliados políticos. Antes mesmo da vinda de Petrônio Portela a Curitiba, Paulo Pimentel explicita publicamente a sua recusa em aceitar o nome de Jayme Canet Júnior. Em reportagem do jornal “O Estado do Paraná”, de propriedade de Pimentel, afirma-se que este, “*Em um encontro com*

Petrônio Portela trocou opiniões sobre a situação política em face da sucessão estadual e afirmou a sua restrição à política de nome único imposto pelo ministro Ney Braga". Paulo Pimentel se esforçou para que houvesse a alternativa de outros nomes. Declarou à imprensa: "Não se trata apenas da minha posição. A realidade é que não vejo como a classe política, o partido e o próprio povo possam receber a imposição de um único nome. Se não nos cabe mais ao menos escolher entre um primeiro e um segundo, então é porque a política já não mais existe" (O ESTADO DO PARANÁ, 1974, Mai., Dia 12: 12). O conflito entre a posição do Ministro defendendo claramente o nome de Jayme Canet e a posição de Paulo Pimentel tem repercussão nacional. Fala-se que se o nome a ser escolhido pelo Presidente Geisel não for o de Canet, o Ministro ficará enfraquecido. Em editorial do jornal "O Estado do Paraná" a postura do Ministro é criticada:

"... trata-se de equacionar efetivamente o problema sucessório, através do diálogo e do consenso, ou simplesmente de materializar uma imposição?

Há quem equacione o problema na base de uma questão fechada, como o Ministro Ney Braga. Mas, em termos de diálogo entre lideranças políticas, não podem existir questões fechadas. O diálogo pressupõe que a questão esteja aberta, que se discutam nomes, que se chegue à média, que se defina uma solução aceitável para todos os setores que constituem expressões políticas no Paraná..." (O ESTADO DO PARANÁ, 1974, Mai., Dia 14: 4).

Ney Braga vai a Curitiba um dia antes da chegada de Petrônio Portela à cidade, para tratar da sucessão com os políticos paranaenses e defender sua posição. Assim que chegou a Curitiba, Ney Braga distribuiu um manifesto político sobre a sucessão e passou a receber os políticos em sua residência. No manifesto afirma:

“(...) Trata-se da escolha do candidato de meu Partido a Governador do Paraná. Tenho sido, desde muitos anos, mandatário do povo paranaense, e se, como tal, tenho o direito de participar das conversações que se realizam, julgo-me, pelas responsabilidades que tenho, no dever indeclinável de manifestar a minha posição ... (...) De minha parte, porém, repito - menos do que um direito, venho exercer um dever. E opinarei pelo nome de Jayme Canet Junior. (...) O que se espera dos líderes é união, é desprendimento, é compreensão, é capacidade de transigência, é disposição de servir. (...) (GAZETA DO POVO, 1974, Mai., Dia 14: 3).

Petrônio Portela esteve em Curitiba no dia 14, permanecendo poucas horas na cidade, momento em que se reuniu com os políticos para ouvir os nomes mais indicados. Os políticos mais ligados a Paulo Pimentel se concentraram principalmente no nome do então Presidente Regional da ARENA, o Senador Accioly Filho. Ainda no mês de maio, Petrônio Portela telefonou para o governador Emílio Gomes, informando-lhe que o nome do candidato da ARENA ao governo do Estado era o de Jayme Canet Júnior. O vice de Jayme Canet foi o Senador Octávio Cesário Pereira Júnior, que tinha sido Secretário do Trabalho e Assistência Social no governo de Ney Braga, além de ter sido Chefe de Gabinete de Ney Braga no Ministério da Agricultura. Quando da Convenção do Diretório Regional da ARENA, realizada em 08 de julho, Paulo Pimentel votou nos nomes indicados para governador e vice. *“Demonstrando seu enquadramento partidário, votou nos nomes indicados ...”* (O ESTADO DO PARANÁ, 1974, Jul., Dia 9: 1). A aprovação de Jayme Canet e Octávio Cesário foi unânime (GAZETA DO POVO, 1974, Jul., Dia 09: 3).

Ney Braga que vinha se fortalecendo novamente na política paranaense a partir do governo de Parigot de Souza, mas principalmente com o governo de Emílio Gomes, consolida a sua liderança no Paraná com a eleição de Jayme Canet Júnior para o governo do Estado. O novo prefeito de Curitiba também foi indicação de Ney Braga. O governador que tinha formalmente a prerrogativa de definir o nome do prefeito, segue orientação do Ministro e coloca o neyista Saul Raiz na prefeitura da

capital. Ney Braga foi buscar Saul Raiz em São Paulo, onde era um executivo das empresas Klabin. Saul Raiz afirma, em entrevista, que *"Meu ordenado na Klabin era um dos bons ordenados de executivos do País. Um dos melhores..."*. Disse que veio para ser prefeito de Curitiba atendendo a um pedido de Ney Braga e do governador Jayme Canet (QUEM PARANÁ, 1981, Ago., 2ª Quinzena, nº 49: 6). É certo que o fortalecimento regional de Ney Braga está diretamente vinculado a seu fortalecimento político a nível nacional, tendo em vista suas ligações com o grupo militar Castalista, particularmente suas ligações com o Presidente Geisel. Em reportagem da revista Panorama sobre a sucessão Estadual, afirma-se que:

"Os escolhidos são sabidamente homens da equipe do ministro Ney Braga. Embora sem longa tradição de militância política, Canet ocupou cargos de relevo na administração pública, mais pela sua condição de jovem empresário bem sucedido num diversificado campo de atividades.

O fato de hoje compartilhar do poder com Emílio Gomes, que é também um homem da linha política do atual ministro da Educação, assegura, por antecipação, um sentido de continuidade político-administrativa no próximo quadriênio, perfeitamente identificada com a estrutura de liderança que Ney Braga, afinal, consolidou, na medida em que aparece como uma das personalidades de maior relevo do governo do Presidente Ernesto Geisel" (PANORAMA, 1974, Ago., nº 219: s.p.).

Neste período do governo Geisel, Ney Braga vai indicar vários nomes de seu grupo político para ocupar cargos na esfera federal. Maurício Schulman deixou a Secretaria da Fazenda para ocupar a presidência do BNH (Banco Nacional da Habitação); Ivo Simas Moreira saiu da Secretaria do Planejamento para ocupar a Secretaria para Articulação com Estados e Municípios do Ministério do Planejamento; Karlos Rischbieter deixou o BADEP para ocupar a presidência da Caixa Econômica Federal, ocupando posteriormente a presidência do Banco do Brasil; e Euro Brandão foi para a Secretaria Geral do Ministério da Educação e

Cultura. Reinhold Stephanes tornou-se presidente do INPS; Antonio Alves de Oliveira Neto ocupou a direção do Orçamento da União; Rui Ribas, sobrinho de Ney Braga ocupou a presidência da Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenagem); Gilberto Pires ocupou um posto na Assessoria de Imprensa do Presidente da República (DIÁRIO DO PARANÁ, 1974, Mar., Dia 15: 9) (ISTOÉ, 1977, Mai., nº 19, Dia 4: 5 e 6). Em reportagem da revista ISTOÉ, afirma-se que:

“Sempre afastado das manchetes, Ney Braga aproveitou seu trânsito fácil junto ao presidente da República para colocar homens de sua confiança em postos-chave, a ponto de se falar hoje na existência de uma espécie de ‘clã do Ney Braga’. Um clã que pode ser considerado como o grupo civil politicamente mais forte do país e que, se não faz presidentes, tem, sem dúvida, condições de influir no processo sucessório (ISTOÉ, 1977, Mai., nº 19, Dia 4: 5).

Este é o momento alto da trajetória política de Ney Braga. Além da influência que exercia no governo de Geisel, a nível regional iniciou um processo de desmantelamento de seu maior adversário, o ex-governador Paulo Pimentel. Este havia se tomado o maior empresário na área de comunicações do Sul do Brasil, detendo no Estado o controle de três emissoras de televisão (TV Iguaçu de Curitiba, TV Tibagi de Apucarana e TV Coroados de Londrina), dois jornais (O Estado do Paraná e A Tribuna do Paraná) e uma estação de rádio (Rádio Iguaçu). Paulo Pimentel fundou também o jornal O Panorama de Londrina. O governo do Estado cortou todas as verbas destinadas a publicidade nos órgãos de imprensa de propriedade de Paulo Pimentel. O contrato de retransmissão da programação da TV Globo para a emissora de Pimentel foi suspenso. Além disso houve uma pressão para que Pimentel vendesse suas empresas de comunicação. A TV Coroados de Londrina foi vendida ao grupo paulista de Oscar Martinez. Vinte e quatro horas após

ser vendida, a TV Coroados voltou a transmitir a programação da TV Globo. Posteriormente este grupo paulista se recusou judicialmente a pagar a dívida definida em contrato. Em 1977 Paulo Pimentel foi aconselhado pelo Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Hugo de Abreu, e pelo Ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, a vender as demais empresas ao grupo Bandeirantes, de propriedade de João Saad. Este se comprometeu a comprar as emissoras de TV e a emissora de rádio, mas Paulo Pimentel não foi ao encontro marcado com Saad para concretizar o negócio (VEJA, 1977, Jun., nº 458, Dia 15: 84) (VEJA, 1977, Jul., nº 463, Dia 20: 26) (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 2728-2729). Ao comentar quem foi responsável por Paulo Pimentel ter perdido o direito de transmissão da programação da TV Globo, Ney Braga afirma:

“Não fui eu (o responsável), ele se equivocou. Foi o Canet que quis, ele precisa assumir isso. Eu sou Canet até hoje. Conversamos com o Governo, com o Roberto (Marinho) e o Paulo perdeu. O canal do Paulo fomos nós que demos. Me lembro que o presidente Castelo me ligou perguntando se eu mantinha a proposta de um canal de tevê para o Paulo. Eu disse 'continua'. E o Castelo deu o canal para o Paulo Pimentel. Ele ganhou o canal 4, que se associou à Rede Globo. Eu pedi (em 76) para não tirar uma rádio do Paulo. Mas acabaram tirando por motivos técnicos. (...) Ele (Canet) divergia muito do Paulo. E eu sempre acompanhei o Canet, sempre andamos juntos. Nós queríamos que a televisão mais forte ficasse na mão de um pessoal neutro ou amigo ... A Globo (TV Paranaense) é hoje uma tevê neutra, não faz política de B ou C (...) (FOLHA DE LONDRINA, 1991, Jun., Dia 30: 5).

3.6 NEY BRAGA NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ney Braga permanece mais de quatro anos à frente do Ministério da Educação e Cultura. Desde março de 1974, até maio de 1978. De acordo com Ney

Braga, o MEC não teve problemas com a censura. *“Ao contrário, atuava como uma espécie de poder moderador do governo. Os órgãos de censura de espetáculos e diversões públicas estavam em outros setores”* (BRAGA, 1996: 257). O MEC teria uma função política, de estabelecer uma aproximação com os artistas: *“O MEC servia de canal para o governo se aproximar da classe artística, que era porta-voz de vastos setores da sociedade”* (Op. Cit.: 257). No período em que esteve no Ministério, foram criadas as seguintes instituições: FUNARTE (Fundação Nacional da Arte); CONCINE (Conselho Nacional de Cinema); e o Conselho Nacional de Direito Autoral. A profissão de artista foi regulamentada. Fez-se também a reformulação da Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes), fundindo dois órgãos que atuavam paralelamente na mesma área. Estes órgãos eram o Instituto Nacional de Cinema e a própria Embrafilme. Criou-se ainda a Política Nacional de Pós-Graduação e o Crédito Educativo.

No Ministério da Educação e Cultura, Ney Braga se deparou com uma série de manifestações estudantis. No final de março de 1977, os estudantes realizaram uma manifestação em São Paulo, chegando a reunir cerca de 3 mil pessoas. Esta manifestação ainda se referia a questões específicas dos estudantes. No dia 1º de maio, oito pessoas foram presas em São Bernardo (SP) por agentes dos órgãos de segurança. Estas pessoas estavam distribuindo panfletos (considerados subversivos) entre operários. A partir daí, os estudantes passaram a ampliar as suas reivindicações. *“As prisões de 1º de maio deram outro conteúdo às manifestações”*. Já no dia 05 de maio, cerca de 7 mil estudantes voltam a se manifestar publicamente, protestando contra o regime e solicitando liberdades democráticas e a libertação dos presos¹⁵. No dia 19 os estudantes realizaram outra manifestação, o

¹⁵ Barrados no Viaduto do Chá, os estudantes sentaram no chão e leram em conjunto uma 'Carta Aberta à População'. Dentre outras coisas, afirmavam: "É por isso que conclamamos todos, neste momento, a aderirem a esta manifestação pública sob as mesmas e únicas

"Dia Nacional de Luta pela Anistia". No pátio de Medicina da USP, reuniram-se cerca de 10 mil estudantes, enquanto outra manifestação se realizou no centro da cidade, com cerca de mil estudantes e 2 mil populares. A polícia cercou o pátio da USP, enquanto que a manifestação do centro foi reprimida com violência. (DE EUGENIO, 1994: 80-90). Os estudantes também estavam tentando reorganizar a UNE. Marcaram a realização do III Encontro Nacional de Estudantes para o dia 4 de junho em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais. No entanto, o encontro não se concretizou devido à repressão policial. No final de maio, Ney Braga divulgou uma nota em que considerava que o Encontro Nacional dos Estudantes, marcado para o início de junho era ilegal: "... a lei deve ser cumprida e o referido encontro não pode ser permitido, porque é ilegal. Os estudantes sabem disso. Por certo, todos agirão com bom senso e serenidade, evitando qualquer ato contrário à lei" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1977, Mai., Dia 31: 1).

Durante todo este período também houve manifestações de estudantes em outros pontos do país, como no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outros Estados. No final de maio foi deflagrada uma greve na Universidade de Brasília, que durou cerca de dois meses. Neste período o campus ficou marcado pela ocupação da polícia, que foi violenta e efetuou inúmeras prisões. (VEJA, 1977, Jun., Dia 15 nº 458: 22-26) (VEJA, 1977, Ago., Dia 3, nº 465: 16-22). O mês de maio em Curitiba também foi marcado por protestos dos estudantes, que distribuíram panfletos e carta aberta à população. Vários estudantes foram presos (DIÁRIO DO PARANÁ, 1977, Mai., Dia 11: 3). Em junho a revista VEJA informava: "*Em Curitiba, 13 entidades estudantis da Universidade Federal do Paraná divulgaram um manifesto pedindo 'o fim das prisões arbitrárias' e uma 'anistia ampla, geral e irrestrita', além de uma carta ao governador*

bandeiras: fim às torturas, prisões e perseguições políticas; libertação imediata de companheiros presos; anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados políticos; pelas liberdades democráticas" (DE EUGENIO 1994: 82).

Jayme Canet Júnior em que protestavam contra recentes 'arbitrariedades policiais', sobretudo intimações dirigidas a universitários envolvidos nas manifestações" (VEJA, 1977, Jun., Dia 15, nº 458: 25).

Em maio, durante as manifestações estudantis, Ney Braga falou em cadeia de rádio e televisão, afirmando que:

"... nós que entendemos a importância da universidade, não aceitamos que agitadores procurem tumultuar a vida tão calma, tão orientada, das instituições de ensino desta nação. A universidade repele a agitação. A universidade não aceita a radicalização. Tivemos demonstração disso nos dias da semana passada, quando uma parcela extraordinária de brasileiros ficou realmente nas salas de aula, estudando, se dedicando e sabendo que juntos estamos construindo o futuro desta nação. (...) O bom estudante aí está, participando nos estudos e participando no trabalho. (...) Esses merecem o nosso respeito (GAZETA DO POVO, 1977, Mai., Dia 18: 9).

Em junho os estudantes realizaram o "II Dia Nacional de Luta". Depois, marcaram para 23 de agosto a realização do "III Dia Nacional de Luta". Neste dia foram feitas manifestações em vários pontos do país. Em São Paulo a manifestação dos estudantes foi marcada por muita violência. Vinte mil policiais estavam nas ruas para tentar impedir que cerca de 2 mil estudantes se manifestassem. *"Em agosto, no III Dia Nacional de Luta, o slogan 'Abaixo a Ditadura' era definitivamente assumido, ao mesmo tempo que se exigia um novo pacto político, simbolizado pelo tema da 'Constituinte'".* Mas o momento mais violento daquelas manifestações estudantis se deu quando da realização do III Encontro Nacional dos Estudantes, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O Encontro, clandestino, era proibido pelo governo, que não aceitava a reorganização estudantil. O Encontro foi realizado na PUC/SP, *"...na tarde do dia 22, numa pequena e discreta sala de aula".* De noite os estudantes fizeram

uma "assembléia-comemoração pós-Encontro". A polícia invadiu o campus da PUC e reprimiu violentamente os manifestantes¹⁶ (DE EUGENIO, 1994: 90-104).

3.7 O CONTROLE DA ARENA PARANAENSE E A INDICAÇÃO PARA O GOVERNO ESTADUAL.

No segundo semestre de 1975, o grupo de Ney Braga vai passar a controlar a Arena paranaense. A Convenção para definir o novo Diretório Regional estava marcada para agosto e o embate entre as forças políticas já vinha se verificando. O governador Jayme Canet articulava os interesses do grupo de Ney Braga. Defendia o nome do então presidente do Banestado, Afonso Alves de Camargo Neto (o avô deste fora o fundador do Banestado), para a presidência do Partido. Os Senadores Accioly Filho e Mattos Leão eram os mais fortes oponentes ao nome de Afonso Camargo. Em julho, o Senador João de Mattos Leão, que era compadre de Paulo Pimentel, criticou a liderança exercida por Ney Braga: *"Desde as eleições de 15 de novembro, as lideranças do ex-governador Paulo Pimentel, do senador Accioly Filho e a minha, foram totalmente desconsideradas no panorama paranaense. Apenas um setor da Aliança Renovadora Nacional participa efetivamente do governo"*. A própria reportagem se encarrega de explicitar que setor é este: o do ministro Ney Braga (PANORAMA, 1975, Jul., nº 228: 14). O governador Jayme Canet foi criticado por Mattos Leão, que considerou que Canet estava pressionando as bases do partido para aprovar o nome de Afonso Camargo. Na véspera da Convenção, o governador, que estava

¹⁶ "Nos anos seguintes o movimento estudantil passou a dar prioridade à reorganização de suas entidades representativas, como as UEEs e a UNE (que viria a ser re-fundada em

conduzindo o processo, esteve reunido em Brasília com os ministros Goubery do Couto e Silva, Armando Falcão e Ney Braga. Em editorial do jornal "O Estado de São Paulo", afirma-se que:

"... quando Canet Júnior foi a Brasília, não esteve em contato com o senador Petrônio Portella ou com o deputado federal Francelino Pereira, mantendo-se, porém, em constante diálogo com o Ministro Ney Braga, que agiu, assim, como parte, deixando de funcionar como árbitro. O governador não procurou, do mesmo modo, os dois senadores, nem estes foram sondados por Ney Braga, na busca de um diálogo" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1975, Ago., Dia 28: 3).

Na verdade, ficou acertado com aqueles que divergiam da liderança de Ney Braga, que haveria uma chapa única a ser apresentada na Convenção (GAZETA DO POVO, 1975, Ago., Dia 12: 3). Na Convenção, que teve início no dia 24 de agosto, foi apresentada uma moção por 402 membros ao governador Canet, na qual se defendia o nome de Afonso Camargo para a presidência do Partido. Os Convencionais que compareceram ao encontro totalizavam 418, sendo que 559 estavam habilitados a participar. Ou seja, faltaram 141 convencionais. Dos 44 novos membros do Diretório Regional, 30 firmaram uma moção também defendendo o nome de Afonso Camargo para a presidência. Realizada as eleições, tiveram 414 votos a favor da chapa única, 2 votos em branco e 2 nulos (GAZETA DO POVO, 1975, Ago., Dia 25: 1 e 10). Afonso Camargo foi eleito o novo presidente Regional da Arena e em seguida se desligou do Banestado (GAZETA DO POVO, 1975, Ago., Dia 27: 1). O ex-governador Emílio Gomes substituiu Afonso Camargo na presidência do Banestado. Em discurso realizado na Convenção, Paulo Pimentel defendeu que caberia ao governador a escolha do presidente da Arena (O ESTADO

1979). Além disso outros atores coletivos passaram a ocupar a cena do protesto de rua contra o regime, reconfigurada pelos estudantes (DE EUGENIO, 1994: 104).

DO PARANÁ, 1975, Ago., Dia26: 3). No mesmo editorial referido acima do jornal "O Estado de São Paulo", fala-se da força política de Ney Braga no Paraná. "A eleição de Affonso Alves de Camargo Neto para a presidência da Arena paranaense, com o aval do governador Canet Júnior, ratifica, mais uma vez, o óbvio da política no Estado, ou seja, o predomínio da influência do ministro Ney Braga e de seu grupo" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1975, Ago., Dia 28: 3). Em seguida à eleição de Afonso Camargo, os Senadores Accioly Filho e Mattos Leão fizeram um manifesto (26/agosto/1975) criticando a escolha daquele nome. O mesmo manifesto é assinado pelos Deputados Estaduais Accioly Neto e Aragão de Mattos Leão:

"Falto de grandeza, de palavra, e de espírito de conciliação, o grupo político que hoje domina o Paraná tem a sobra de ambição, personalismo e prepotência. (...) O Paraná parece ter sido infelicitado com a mais exclusivista, mesquinha e estreita política de facção, que procura esmagar os que a ela pertencem e só considera Paraná aquilo e aqueles que a ela se subjugam.

Quem em nosso Estado, a partir de meados de 1973, não seguiu e obedeceu à orientação do grupo ressurecto de 1965, passou a ser considerado inexistente na Geografia Política do Paraná, marginalizado da condução e responsabilidade dos fatos de nossa vida política, transferido o eixo dessa condução e responsabilidade da sede partidária da Arena, para os locais onde se encontrassem os chefes do grupo ou seus acólitos.

Assim aconteceu na formação do novo Governo e na orientação política deste.

E é também o que acaba de ser feito com a Direção do Partido, para a qual se impôs um nome de facção.

Há de resumir, desse modo, a vida política paranaense à expressão pessoal de um político, a cuja vontade, acenos e caprichos, devem todos curvar-se sob pena de se tornarem réprobos no círculo dos que governam.

Enquanto as indicações e as nomeações não dependiam de nenhum gesto ou preferência nossa, e nossa não era a responsabilidade, sequer partilhada, delas não manifestamos discordância. Agora, no entanto, é o Partido que passa a ser também ocupado pelo mesmo grupo, e contra isso devemos tornar público nosso protesto, nosso inconformismo e nossa rebelião" (O ESTADO DO PARANÁ, 1975, Ago., Dia 27: 3).

Em 1976, o nome de Ney Braga voltou a ser lembrado para a presidência da República, agora na sucessão de Ernesto Geisel. Isso se dá no contexto das eleições municipais de 1976, vencidas no Paraná pela Arena. No cenário nacional, esta é uma das vitórias mais expressivas. A Arena conquistou 233 prefeituras, contra 45 do MDB (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1976, Nov., Dia 20: 6). Este partido, que já governava o município de Londrina, voltou a ganhar as eleições na cidade (a mais importante do interior do Estado), com o candidato Antonio Belinati. O MDB também venceu as eleições na prefeitura de Ponta Grossa. Desde 1974, o MDB começava a vencer as eleições nos grandes centros urbanos do país. Naquelas eleições, o candidato do MDB paranaense ao Senado, Leite Chaves, havia derrotado o candidato da Arena, João Mansur. O primeiro teve 51,3% dos votos, enquanto que o segundo ficou com 33%. O mesmo se deu na votação para a Câmara Federal, em que o MDB paranaense fez 40,6% dos votos, enquanto que a Arena fez 38,7%. Mas para a Assembléia Legislativa, a Arena teve 42,8% dos votos, e o MDB fez 37,3%. Comparando então com as eleições de 1974, a Arena melhorou sua votação no Estado, embora se a comparação fosse feita com as eleições de 1972, verificaríamos uma pequena melhora dos resultados do MDB, pois em 1972 este partido havia feito apenas 33 prefeituras (IPARDES-RESULTADOS ELEITORAIS, 1989).

O jornalista Carlos Castello Branco escreveu: "*O nome do Ministro da Educação, ao qual já se aludia nos bastidores, surge ostensivamente em seguida ao do Presidente do Senado, Sr. Magalhães Pinto. (...) Entre os fatores invocados para justificar a candidatura do Sr. Ney Braga está, insistimos, a força da sua liderança eleitoral no seu Estado*" (GAZETA DO POVO, 1976, Nov., Dia 21: 3). Após as eleições, o Presidente Regional da Arena, Afonso Camargo Neto, que declarou que se considerava um neyista desde 1960 (DIÁRIO DO PARANÁ, 1976, Nov., Dia 20: 3) lança o nome de

Ney Braga para a presidência da República. Em entrevista à imprensa, diz: “... se a sucessão presidencial se conduzir para a escolha dos chamados ‘híbridos’, isto é, militares com experiência política civil, o nome do ministro Ney Braga é altamente cogitável” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1976, Nov., Dia 20: 4) (GAZETA DO POVO, 1976, Nov., Dia 22: 3).

Em reportagem da revista ISTOÉ, de maio de 1977, afirma-se que “Desde há 5 ou 6 meses que ocasionalmente se fala de Ney Braga como um candidato em potencial”, assim como já se falava no nome de Figueiredo (ISTOÉ, 1977, Mai., nº 19, Dia 4: 5). Ney Braga e João Baptista Figueiredo eram da mesma turma (1937) na Escola do Realengo, e ambos pertenciam ao círculo militar ligado ao presidente Geisel. Embora Ney Braga desejasse a presidência da República, Geisel demonstrava preferência pelo general Figueiredo. O presidente usou toda sua influência para evitar que se viabilizasse qualquer candidatura da linha dura. O nome que estava sendo articulado pela linha dura era o do Ministro do Exército, General Sílvio Frota, que era contrário ao processo de abertura política defendida por Geisel. Pressionado para aceitar o nome de Frota como candidato à presidência, Geisel optou pela demissão do Ministro do Exército. Pouco tempo depois, comunicou ao chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações), general Figueiredo, que o indicaria para a presidência da República. Nesse período também havia um outro pretendente que lutava junto aos convencionais da Arena para ver seu nome aprovado pela Convenção do partido. Este pretendente era Magalhães Pinto. O general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar entregou ao presidente Geisel um documento no qual se faziam críticas àqueles que apoiavam Figueiredo para a sucessão presidencial, pois esta era uma candidatura que não unia o Exército. Neste documento tinha uma lista de oito nomes: dos generais Samuel Alves Correia, Belfort Bethlem (Ministro do Exército que substituiu Sílvio Frota, mas que

também era considerado da linha dura) Dilermando Monteiro, Reinaldo Melo de Almeida, Euler Bentes Monteiro, Ney Braga e o civil Aureliano Chaves, então governador de Minas Gerais. O nome de Figueiredo aparecia em último lugar na lista. Ao falar do conteúdo desta carta do General Hugo Abreu dirigida ao presidente Geisel, Ney Braga diz: *“Além disso, acrescentou que se o candidato pudesse ser um político de origem militar, gostaria então de sugerir o nome de Ney Braga, e se apenas político, o de Aureliano Chaves”* (BRAGA, 1996: 274). Geisel manteve seu apoio ao general Figueiredo. Hugo Abreu pediu demissão da Casa Militar e, no dia 5 de janeiro de 1978, Geisel formalizou a indicação de Figueiredo para presidente e de Aureliano Chaves para vice-presidente. Para consolidar o nome de seu candidato, Geisel trabalhou junto ao Alto Comando do Exército, para que este incluísse o nome de Figueiredo em primeiro lugar em uma lista de generais-de-divisão que poderiam receber a quarta estrela, visto que o nome de Figueiredo era o quinto da lista. Geisel conseguiu e, assim, promoveu seu candidato a general-de-exército. Ao comentar a sucessão de Geisel, Ney Braga afirma:

“Figueiredo nunca foi meu candidato à Presidência da República. Pensei muito sobre esse assunto e na realidade admitia apenas seguir a decisão do presidente Geisel pelo respeito que tinha à sua liderança. (...) Alguns políticos disseram que a minha posição se devia a uma pretensão pessoal de ser candidato à Presidência, o que não me passava pela cabeça. Muitos meses antes da sucessão já sabia que a candidatura de Figueiredo ia prevalecer sobre todas as outras. A confusão foi causada por uma entrevista do Affonso Camargo, publicada em Brasília, na qual ele falava em meu nome para a sucessão. No mesmo dia em que saiu a publicação procurei o presidente Geisel e disse a ele que não tinha qualquer pretensão pessoal, nem mesmo a continuar no Ministério. Acrescentei que acima de tudo era seu amigo, uma amizade de muitas décadas que se devia, antes de tudo, à admiração que sempre lhe dediquei. O presidente me explicou as razões pelas quais achava importante que o futuro presidente fosse um general de quatro estrelas, mas não me disse qual o nome desse general. Algum tempo depois, em outra conversa, comentou: ‘Ney, preciso fazer o Figueiredo quatro estrelas’. Foi então que percebi que Figueiredo seria o candidato” (BRAGA, 1996: 273).

Mais uma vez Ney Braga vê frustrada a possibilidade de chegar ao Palácio do Planalto. A alternativa escolhida por Ney Braga era a de retornar ao Palácio Iguaçu e ocupar a cadeira de governador. E assim se deu, pois Geisel anunciou que Ney Braga seria o candidato da Arena ao governo do Paraná, para substituir Canet Júnior. Ney Braga ficou no Ministério da Educação e Cultura até 30 de maio de 1978, quando assumiu em seu lugar o Secretário Geral do Ministério, Euro Brandão. No dia 3 de junho teve início a Convenção Regional da Arena, quando se deu a homologação do nome de Ney Braga para candidato ao governo do Estado e do advogado e ex-prefeito de Londrina, José Hosken de Novaes, como vice. Dos 481 delegados presentes à Convenção, Ney Braga recebeu 473 votos, sendo que 8 delegados votaram em branco. Nesta Convenção ficou acertado que o Presidente Regional da Arena, Affonso Camargo Neto seria indicado para Senador pelo voto indireto (biônico), e que Túlio Vargas seria o candidato ao Senado por via direta, com o apoio do governador e do Ministro da Educação (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1978, Jun., Dia 4: 4). Túlio Vargas era deputado federal e tinha sido Secretário de Justiça do governo Jayme Canet (PANORAMA, 1978, Out., nº 261: 27). A candidatura de Cândido Martins de Oliveira ao Senado foi lançada por uma dissidência e não contava nem com o apoio de Ney Braga e nem do governador. Esta candidatura acabou naufragando (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1978, Jun., Dia 6: 6). O Colégio Eleitoral se reuniu no dia 1º de setembro para oficializar o nome do futuro governador e do vice, além de escolher um novo Senador pelo Paraná. Ney Braga e Hosken de Novaes obtiveram 587 votos, e Afonso Camargo Neto teve 585 votos. Accioly Filho votou em Ney Braga, mas foi contra a definição do nome de Afonso Camargo para o Senado. Na sua totalidade, o Colégio Eleitoral seria formado por 637 membros. No entanto, o MDB havia decidido em sua Convenção realizada em julho, que não participaria do Colégio Eleitoral. Ao Colégio Eleitoral

compareceu apenas o líder da bancada do MDB na Assembléia Legislativa, Nilso Sguarezzi, que foi fazer um discurso de protesto contra o processo de escolha dos governantes e de um terço do Senado. Em seu discurso, Sguarezzi afirmou que: *“... por ironia, neste 1º de setembro, quando começa a Semana da Pátria, não se elegem governadores, mas sim homologam-se nomes (...) perpetuam-se todas as oligarquias desta terra, com aparente legalidade na manutenção indefinida e permanente do poder”* (O ESTADO DO PARANÁ, 1978, Set., Dia 2: 1 e 3).

Sem candidato na sub-legenda, o único candidato da Arena ao Senado, Túlio Vargas, apoiado pelo governador e pelo Ministro da Educação e Cultura, perdeu as eleições para o MDB. Este partido lançou dois candidatos ao Senado: José Richa, ex-colaborador de Ney Braga e Enéas Faria, pela sub-legenda, sendo que o primeiro obteve 895.013 votos. Somados os votos, o MDB alcançou mais de 43%, enquanto que o candidato da Arena chegou a 41% dos votos (1.083.573). No entanto, nas eleições para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Federal, a Arena derrotou o MDB paranaense. No primeiro caso, 47,7% dos votos para a Arena, e 34,7% para o MDB. No segundo caso, a Arena teve 46,1% dos votos, enquanto que o MDB teve 35,1% (IPARDES-RESULTADOS ELEITORAIS, 1989).

Ney Braga assume o governo do Paraná em 15 de março de 1979, tendo como vice, José Hosken de Novaes. Este seu segundo governo terá um caráter essencialmente tecnocrático. *“Em 79, retorna como Chefe Executivo, investido de fortes marcas tecnocráticas, ao mesmo tempo que busca ajustá-las a posturas populares. Dispensa o apoio político-partidário, prestando conta de seus atos somente a seus reais ‘eleitores’: a cúpula do regime”* (IPARDES, 1989: 150). Francisco Magalhães considera que tanto o governo de Jayme Canet, quanto o segundo governo de Ney Braga, adotaram *“... a visão tecnocrática da administração estatal, que se fortalecera, no governo federal, com os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (os PNDs), e que era, de certa*

maneira, imposta aos governos estaduais por meio das chamadas estruturas sistêmicas, montadas a partir de órgãos federais que comandavam determinadas políticas públicas” (MAGALHÃES FILHO, 1999: 161-162).

Compõe o seu secretariado da seguinte forma: VÉSPERO MENDES, engenheiro civil formado na Universidade Federal do Paraná, assume a Secretaria do Planejamento. O bacharel em Direito pela Universidade do Paraná, OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR, que era o vice-governador, foi nomeado Secretário da Justiça. REINHOLD STEPHANES, formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná, ex-presidente do INPS, assume a Secretaria da Agricultura. FRANCISCO FERNANDO FONTANA, ex-Secretário da Administração no governo de Canet Júnior, assume a Secretaria da Indústria e Comércio; é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná e Mestre em Administração de Empresas pela Michigan State University; Frequentou o curso Intensivo de Administradores da Fundação Getúlio Vargas e o Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento da ADESG. Foi vice-presidente executivo da Moinhos Unidos do Brasil-Mate, e das Fábricas Fontana S.A., gerente do Departamento de Vendas da Aços Villares S.A.; foi gerente de Novos Produtos, ligada à vice-presidência de Marketing da Anderson Clayton & Co.; é presidente dos Conselhos de Administração da CELEPAR, EMOPAR e do Departamento de Imprensa Oficial. SEGISMUNDO MORGENSTERN, Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Paraná e professor de Administração na mesma Universidade, assume a Secretaria de Recursos Humanos; ministrou cursos de Administração e Gerência na antiga Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, na Universidade Católica, na Sociedade Paranaense de Estudos de Administração, assim como ministrou o curso de Sistema e Métodos na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, e o curso

de Tributação Municipal no Instituto Brasileiro de Administração Municipal e Serviço Nacional de Municípios; membro dos Conselhos de Administração da Sanepar e da Telepar. VILSON DECONTO, formado em Economia pela Universidade do Paraná, Pós-Graduado em Administração Financeira pela USP, e Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Navarra (Espanha), assume a Secretaria da Administração; realizou especializações e aperfeiçoamentos nos Estados Unidos, na Universidade Federal do Paraná e na CEPAL/ONU; foi Diretor das Faculdades de Economia, Administração e Diretor do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná; Consultor e Assessor de Empresas; membro do Conselho Diretor e Coordenador Geral do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos, e Diretor Geral da Secretaria de Estado do Planejamento. RENATO ANTÔNIO JOHNSON, bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná; foi Diretor Técnico da Telepar e, posteriormente, Presidente da Telepar; deixa este cargo para ocupar a Secretaria do Interior. EDSON NEVES GUIMARÃES, formado em Ciências Econômicas pela Universidade do Paraná e em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, assume a Secretaria de Finanças. Fez outros cursos, como Problemas de Desenvolvimento Econômico, patrocinado pela CEPAL; Treinamento em Administração Financeira nos Estados Unidos e Canadá, constituído de cursos de extensão, seminários e estágios em várias entidades americanas. Fez estágios em empresas de gás e eletricidade dos Estados Unidos. Na COPEL, foi Superintendente Financeiro e Diretor Econômico-Financeiro, além de membro do Conselho de Administração. EDSON MACHADO DE SOUZA, que assume a Secretaria de Educação, é formado em Matemática na Universidade do Paraná e tem Pós-Graduação em Economia pela Universidade de Brasília; fez o curso de Análise Econômica para Graduados, promovido pelo Centro de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico do Ministério do

Planejamento e Coordenação Geral; no Ministério da Educação e Cultura foi Secretário Executivo do Conselho Nacional de Pós-Graduação, Presidente da Comissão Nacional de Residência Médica e, desde 1974, é Diretor Geral do Departamento de Assuntos Universitários. OSCAR ALVES, formado em Medicina pela Universidade Católica do Paraná e com Doutorado na Universidade de São Paulo, assume a Secretaria da Saúde. Lecionou na Universidade Estadual de Londrina. CLETO DE ASSIS, que passa a ocupar a Secretaria de Comunicação Social, é bacharel em Artes Plásticas pela Escola Superior de Música e Belas Artes do Paraná; é diretor-geral do Departamento de Assuntos Estudantis do Ministério da Educação e Cultura, onde ainda é membro efetivo do Conselho Consultivo do Programa de Crédito Educativo, junto à Caixa Econômica Federal e membro suplente da Comissão Técnica Permanente do Programa de Crédito Educativo. LUÍS ROBERTO SOARES, que assume a Secretaria de Esportes e Cultura, é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná; foi líder da Arena na Assembléia Legislativa entre 1973 e 1974; Presidente do Diretório Municipal da Arena de Curitiba em 1975; líder do governo e da Arena na Assembléia Legislativa entre 1977 e 1978; e é membro da Comissão Executiva da Arena. NIVALDO ALMEIDA NETO, que passa a ocupar a Secretaria dos Transportes, é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, e exerce sua profissão na COPEL. HAROLDO FERREIRA DIAS, que passa a ocupar a Secretaria de Segurança Pública, fez a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, e a Escola Militar de Resende no Rio de Janeiro. Foi instrutor do CPOR de Curitiba, da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército; Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 5ª Região Militar, Comandante do 27º Grupo de Artilharia de Campanha em Ijuí no Rio Grande do Sul, e Assistente Secretário do Chefe do Estado-Maior do Exército (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1979,

Mar., Dia 15: 5). Para a prefeitura de Curitiba, Ney Braga indica o engenheiro e arquiteto JAIME LERNER, que já ocupara o mesmo cargo no início dos anos 70. Antes da indicação de Jaime Lerner, Ney Braga solicitou a Saul Raiz para que este permanecesse como prefeito de Curitiba. Mas Saul Raiz afirma que não poderia aceitar, tendo em vista que um dos proprietários da empresa Klabin, Israel Pinheiro, fora indicado para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro, e que só aceitaria se Saul Raiz voltasse para a empresa. Então, a escolha do governador foi pelo nome do arquiteto Jaime Lerner. Desta equipe, os nomes de Octávio Cesário Pereira Júnior, Véspero Mendes e Reinhold Stephanes tem suas biografias destacadas em outro momento, quando da referência ao neyismo.

CAPÍTULO QUARTO

O DECLÍNIO POLÍTICO DE NEY BRAGA E O DESTINO DO NEYISMO

4.1 A FORMAÇÃO DO PDS E A DERROTA NAS ELEIÇÕES DE 1982.

Nas comemorações do 1º de maio de 1979, Ney Braga faz uma mensagem, em que revela um pouco da sua visão do trabalho; que é a clássica visão da burguesia, da harmonia entre trabalho e capital, e a não existência de interesses contraditórios. Vejamos:

“Quero dizer, uma vez mais, que trabalhadores todos nós somos, no cumprimento de tarefas diferenciadas. Assim, o trabalho não deve ser, para que possamos alcançar a justiça social, medida de separação de classes, e sim fator de ajustamento de interesses sociais, sempre a partir do claro princípio de que devemos buscar o ideal através do possível, sem o que o sonho invariavelmente cede lugar à frustração” (GAZETA DO POVO, 1979, Mai., Dia 1º: 4).

Ainda em maio, Ney Braga participa de reuniões da Arena no interior do Estado, juntamente com Affonso Camargo. Em Londrina, ao fazer um pronunciamento na reunião da Arena, Ney Braga afirmou que “... *hoje a abertura política já é uma realidade e que o período de exceção, necessário em determinados momentos, já se esgotou*” (GAZETA DO POVO, 1979, Mai., Dia 1º: 6).

Em 1979 o governo Figueiredo implementa uma reformulação partidária, o que leva à extinção da ARENA e do MDB, e à formação de novos partidos. No Paraná, Ney Braga vai liderar o processo de formação do partido do governo, embora as suas relações com Figueiredo não sejam tão próximas. Mas Ney Braga continua sendo um homem fiel ao regime. Faz declarações à imprensa de apoio a Figueiredo:

“Sou um homem ligado aos companheiros que estão no Governo Federal. Acho importante e necessário que apoiemos o Presidente Figueiredo. Acredito nele como acreditei em Castelo, Geisel e Juarez Távora. Vejo possibilidade de um partido com doutrina democrata cristã, mas não com o nome. Se houver uma composição nacional para este fim, eu estudarei a possibilidade de integrá-lo, mas dentro do princípio da lealdade” (GAZETA DO POVO, 1979, Mai., Dia 19: 6).

Ney Braga vai procurar usar sua influência política para reunir em torno de um único partido o apoio ao governo, tanto estadual, quanto federal.

A participação paranaense no governo de Figueiredo será bem menor do que aquela verificada no governo Geisel, tendo em vista mesmo a pouca simpatia que Figueiredo e Ney Braga tinham entre si. Embora Ney Braga era tratado por Figueiredo como a grande liderança da Arena paranaense. O neyista Karlos Rischbieter, que já tinha ocupado a presidência da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, no governo Geisel, agora, no governo Figueiredo, passa a ocupar o Ministério da Fazenda. Embora o principal centro das decisões econômicas do governo Figueiredo esteja no Ministério do Planejamento, ocupado pelo Ministro Mário Henrique Simonsem, colega de Rischbieter na condução econômica do país. O outro neyista de destaque a ocupar um importante cargo no governo Figueiredo, é Maurício Schulmann, que tinha sido presidente do BNH, e que, neste governo, passa para a presidência da ELETROBRÁS. O empresário Luiz Antônio Fayet é chamado para ser o Secretário Adjunto do Ministério da Fazenda. Fayet que já tinha atuado na CODEPAR e depois no BADEP, onde foi presidente entre 1974 e 1979. Nos anos 1990 viria a assumir a Diretoria de Crédito Rural do Banco do Brasil (COUTO, 1998: 55). Outro colaborador de Rischbieter é Antônio de Oliveira Neto, ocupando o cargo de Inspetor Geral de Finanças, no Ministério da Fazenda. Finalmente, César da Costa Saboia é chamado para ocupar o cargo de Diretor da

Carteira de Crédito Rural, do Banco do Brasil; e Aléssio Vaz Di Primo passa a ocupar uma Diretoria Setorial também no Banco do Brasil, a Diretoria Rural (PANORAMA, 1979, Mar., nº 266: 29).

Ney Braga é o líder da formação do PDS (Partido Democrático Social) paranaense, procurando unir todas as forças da Arena no novo partido. Apesar de todos os esforços, essa tarefa se torna impossível, na medida em que as principais lideranças da Arena, quais sejam, o próprio Ney Braga, e os ex-governadores Paulo Pimentel e Jayme Canet Júnior, não tem uma relação muito amistosa. Quando Ney Braga assume o governo do Paraná na sua segunda gestão, seus colaboradores, pouco tempo depois, passam a tecer críticas públicas ao governo de Jayme Canet, acusando-o de deixar o governo com problemas financeiros. Este fato vai afastar Jayme Canet da liderança de Ney Braga. É mais um neysta que mantém um distanciamento do líder. Além disso, Jayme Canet e Affonso Camargo Neto não aceitam de forma alguma se integrar no mesmo partido em que esteja o ex-governador Paulo Pimentel. Jayme Canet, depois de se encontrar com Ney Braga, declarou que: *“Respeito muito o Governador Ney Braga e nada tenho contra ele, mas não pertencerei ao mesmo partido em que estiver Paulo Pimentel”* (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1979, Out., Dia 4: 3). Os órgãos de imprensa de Paulo Pimentel fizeram críticas ao governo de Jayme Canet.

O ex-governador Jayme Canet e o presidente da Arena Paranaense e Senador biônico, Affonso Camargo Neto, ligados empresarialmente, participam a nível nacional da formação de um outro partido, juntamente com Tancredo Neves, Magalhães Pinto, Olavo Setúbal, dentre outros. Um outro partido, mas ainda assim de apoio ao governo. Em declaração á imprensa, Jayme Canet afirmou que se filiará a um *“partido de centro, independente que não será de oposição, mas de apoio ao Governo”* (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1979, Out., Dia 4: 3). No Paraná, os dois são os

formadores daquele que viria a se chamar Partido Popular. O deputado federal Norton Macedo, vinculado a Ney Braga, faz severas críticas a Jayme Canet e a Affonso Camargo, pelas articulações que estes fazem em torno do Partido Popular. Afinal, esta decisão enfraquece um pouco o PDS paranaense que está em formação, pois Canet leva consigo mais alguns políticos. Estas articulações feitas por Canet e Affonso para a formação do PP, se devem às divergências deles com Ney Braga e Paulo Pimentel. Este, embora tivesse criticado em seus jornais os primeiros meses do governo Ney Braga, afirmou que ficaria no mesmo partido dele. Mas as divergências entre Jayme Canet e Ney Braga se referem também e, possivelmente, com mais força, ao fato de que o primeiro é um empresário vinculado à burguesia local, a mesma *“...que participara na concepção do projeto paranaense de desenvolvimento e o apoiara”* (MAGALHÃES FILHO, 1999: 171), e que vinha já há algum tempo, perdendo espaço para o grande capital, seja nacional, seja estrangeiro. Ney Braga já estaria mais vinculado ao grande capital. Em entrevista, Magalhães comenta a ligação de Ney Braga com o grande capital: *“...o Ney cada vez mais está se ligando ao grande empresariado, ao grande capital nacional e internacional, à grande política econômica federal e tudo mais. O Ney é cada vez mais o capitalismo moderno e o outro lado é cada vez mais o capitalismo antigo do Paraná. Isso leva a uma cisão e faz com que o Canet saia do PDS, vá para o PP e por essa via acabe no PMDB...”* (IPARDES – SOBRE POLÍTICA PARANAENSE: ENTREVISTAS. Curitiba, 1989a: 165).

A burguesia local visaria *“manter uma parcela de autonomia e poder diante de um padrão de acumulação capitalista onde seu papel vinha cada vez mais perdendo espaço para o grande capital - estrangeiro ou não - ou para as frações a ele associadas ou subordinadas”* (MAGALHÃES FILHO, 1999: 171). Como já referido na citação da

entrevista acima, Magalhães explica a ida de Jayme Canet para o Partido Popular, tendo em vista esses diferentes interesses.

“A facção liderada por Canet reunia grande parte dos capitais locais, principalmente em setores onde o grande capital ainda não havia entrado ou apenas começava a fazê-lo, e que incluía empresários de setores como o industrial, o grande e médio comércio, a construção civil e a engenharia de obras. Ainda que seja difícil comprová-la, a hipótese mais provável é que essa tenha sido a razão principal da criação do Partido Popular no Paraná, com a saída dessa facção do PDS, e sua posterior incorporação ao PMDB. Com efeito, o grande capital era tido como ameaça por ambos” (Op. Cit.: 172).

Façamos agora uma breve pausa na discussão destas articulações políticas, para a consideração de um discurso de Ney Braga, realizado em novembro de 1979, quando de sua participação na solenidade em homenagem aos mortos na Intentona Comunista de 1935. Em sua fala, Ney Braga reitera suas críticas ao comunismo, aos extremistas, e declara seu apoio a Figueiredo:

“Com a intensa vibração de jovem, que me levou à Escola Militar do Realengo, vivi o momento doloroso desse 27 de novembro, quando, em uma madrugada triste, a história nacional registrou o ato covarde de homens que, a pretexto de lutar por ideais, mataram, de maneira fria e traiçoeira, amigos e companheiros: era a Intentona Comunista. Sobre a doutrina comunista, com justa razão, Rui Barbosa deixou seu testemunho: ‘O comunismo não é fraternidade; é a invasão do ódio entre as classes. Não é a reconciliação dos homens; é a extremidade mútua. Não arvora a bandeira do Evangelho; bane Deus da alma e das reivindicações do povo. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanizaria a humanidade. E verteria, subverteria, inverteria a obra do criador.’

A tentativa de nova inversão de valores da sociedade brasileira iria acontecer anos mais tarde, quando uma outra ameaça de subversão desejava apagar os sentimentos de quatro séculos de formação cristã do povo brasileiro. A conspiração, que se teceria com os fios da demagogia delirante e das pregações desagregadoras, foi desmantelada em março de 1964, e a nação, para sua felicidade, reencontrou-se com os valores que estão no berço de sua história.

Reafirmamos aqui que o sangue derramado em 1935 vale, sim, como um constante brado de alerta. Vale, também, para reafirmarmos e fortalecemos a sociedade brasileira que sejamos sob o primado dos ideais de justiça e de liberdade. Os extremistas de todos os matizes, que se alimentam no ódio e na violência, mudam de tática e até de nome, mas nem por isso deixam de ser menos insidiosos e temíveis. Trazem na boca mensagens de democracia, mas as suas mãos estão sempre prontas para o estrangulamento da liberdade.

(...) Estamos e estaremos com o nosso chefe da nação, Presidente João Figueiredo, que estende suas mãos aos que querem construir uma sociedade mais justa, mais humana.

(...) cremos em uma sociedade livre, cremos na pessoa humana, cremos nos valores espirituais e na transcendência do homem. É por estas crenças que não acreditamos nas soluções materialistas e radicais, estas são o esconderijo dos negativistas. O exemplo de trinta e cinco está hoje e sempre presente. Por isso não ouvimos os que pregam a desagregação da família brasileira.

É chegado o tempo da maturidade na qual as idéias prevaleçam pelo seu valor e não pela força e para isso que trabalhamos com amor e dedicação. (...) (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, Nov., Dia 28: 8).

Após verificarmos o discurso de Ney Braga em favor da liberdade e da justiça, mesmo diante de todo o período autoritário imposto à sociedade brasileira, voltemos às nossas tramas político partidárias. Jayme Canet e Affonso Camargo resistem às pressões e acabam criando o Partido Popular no Paraná, enquanto que Ney Braga e Paulo Pimentel ficam juntos no PDS.

Na campanha eleitoral de 1982 (governado do Estado, parte do Senado, deputados estaduais e federais; e vereadores), tem-se a disputa entre algumas lideranças da extinta Arena paranaense. Jayme Canet seria candidato ao governo do Estado pelo PP, enquanto que Paulo Pimentel chegou a sair do PDS, no final de 1981, e a ingressar no PTB¹, buscando uma legenda para sair candidato também ao governo do Estado, tendo em vista que a tese da sub-legendá fora derrotada no Congresso Nacional, e no PDS ele não teria espaço para sair candidato. As

¹ Interessante notar que Anibal Khoury, que era na época o Secretário Geral do PP, é um dos articuladores da saída de Paulo Pimentel do PDS e de seu ingresso no PTB.

pesquisas eleitorais colocavam Paulo Pimentel numa posição muito boa, mesmo com a indefinição de sua candidatura. Saul Raiz, ex-prefeito de Curitiba, já era o candidato da preferência de Ney Braga. Este comenta a saída de Paulo Pimentel do PDS:

“Ele participou da fundação do próprio partido, sendo, inclusive, membro da executiva nacional. Dentro do Estado temos respeitado a sua proclamação como postulante da candidatura ao governo estadual. O que não podemos fazer, de maneira alguma, é antecipar o resultado da convenção, na qual participarão centenas de pessoas. Isto seria absolutamente antidemocrático e inaceitável” (QUEM PARANÁ, 1981, Nov., 1ª Quinzena, nº 54: 13).

Ney Braga deixa o governo do Estado no dia 14 de maio para fazer sua campanha ao Senado, assumindo em seu lugar o vice-governador, José Hosken de Novaes.

O deputado federal Paulo Pimentel encontra dificuldades junto à justiça eleitoral para efetivar a sua candidatura ao governo do Estado pelo PTB, tendo em vista a sua transferência do PDS para o PTB. Só no final de junho é que o Tribunal Superior Eleitoral dá parecer favorável à filiação de Paulo Pimentel no PTB. O certo é que Paulo Pimentel estava tentando se tornar o candidato do governo para disputar as eleições para o Executivo Estadual. Ele também foi chamado a Brasília, em maio, onde se encontrou com os ministros Mário Andreazza do Interior e Leitão de Abreu, Chefe da Casa Civil. O governo federal procura convencer Paulo Pimentel a voltar ao PDS e apoiar os candidatos do partido nas eleições no Paraná. Na ocasião afirmou: “... se a Justiça Eleitoral entender que sou inelegível pelo PTB, não me restará outro caminho, além de pleitear a minha reeleição para a Câmara Federal pelo PDS”. Mas se assim o for, diz que também defenderia junto aos eleitores que eles não votassem nem em Saul Raiz e nem em Ney Braga (O ESTADO DO PARANÁ,

1982, Mai., Dia 27: 1). Os meios de comunicação de propriedade de Paulo Pimentel tecem críticas a Ney Braga e, principalmente, a Saul Raiz. Quando de sua reunião com o ministro Leitão de Abreu, Paulo Pimentel teria deixado um programa onde fazia algumas exigências, tais como: o adiamento da Convenção do PDS, segundo ele já marcado por Ney Braga e Norton Macedo; que o governador Hosken de Novaes presidisse a Convenção com isenção; e que fosse permitido à corrente liderada por Pimentel, de lançar um candidato ao Senado em sub-legenda (Op.Cit.: 2). Ainda em maio, Ney Braga afirma que Paulo Pimentel tem todo o direito de disputar a Convenção do PDS: *“Mas não abro mão do meu apoio à candidatura de Saul Raiz. Como apoiei Paulo Pimentel em 66 e Canet Junior posteriormente, quando assumi compromissos com eles. Agora assumo e cumpro o compromisso com Raiz”* (O ESTADO DO PARANÁ, 1982, Mai., Dia 28: 2).

As convenções do PDS e do PTB estavam marcadas para o mesmo dia, 06 de junho, sendo que a Convenção do PTB lançaria a candidatura de Paulo Pimentel ao governo do Estado. No entanto, poucos dias antes, Pimentel solicita ao presidente do PTB para que o partido adiasse a sua convenção. Além disso, pede o cancelamento da autorização que dera ao PTB para lançar seu nome como candidato ao governo do Paraná. O PTB então resolve adiar a sua convenção para julho. Antes da Convenção do PDS, Paulo Pimentel esteve novamente em Brasília, onde voltou a se reunir com os ministros Leitão de Abreu e Mário Andreazza. Além disso esteve com os ministros Delfim Neto do Planejamento, e Abi-Ackel da Justiça. Todos trabalharam no sentido de Paulo Pimentel se reconciliar com o PDS paranaense (O ESTADO DO PARANÁ, 1982, Jun., Dia 04: 3).

Saul Raiz, candidato de Ney Braga, não tinha experiência eleitoral e não era muito popular. Durante o período em que foi prefeito de Curitiba, entre 1975 e 1979 (indicado por Ney Braga), teve uma série de problemas na periferia da cidade, com

movimentos populares, principalmente sobre questões habitacionais. Embora tivesse bom trânsito no PDS, tinha sérios atritos com Paulo Pimentel. O governador Ney Braga novamente foi buscar Saul Raiz em São Paulo, trabalhando na Klabin. Pretendendo fazer dele seu candidato ao governo do Estado, cria para Saul Raiz, ainda em 1981, a Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios. Saul Raiz assume a secretaria no dia 23 de fevereiro de 1981. O ato de posse é marcado por uma grande cerimônia, deixando claro na época, quem seria o candidato de Ney Braga ao governo do Paraná. Na posse estavam presentes o Ministro do Interior, Mário Andreazza, o Secretário dos Transportes Eliseu Rezende, o presidente do Banco Nacional da Habitação, João Lopes de Oliveira, o presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Jorge Franciscone, o Secretário-Geral da Sarem, Pedro Paulo Ulysses, além do presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Macieira. Também estavam presentes Karlós Rischbieter, Diretor da Volvo do Brasil, o prefeito de Curitiba Jaime Lerner, deputados federais, deputados estaduais e prefeitos, dentre outros. Compareceram cerca de 500 pessoas à posse de Saul Raiz. No ato também foram assinados diversos convênios entre o Governo Federal e o Governo Estadual, para a execução de diversas obras, tanto na Região Metropolitana de Curitiba, quanto nos municípios do interior. Recursos federais também foram repassados ao governo do Estado durante a cerimônia. Ou seja, Ney Braga fez da posse de Saul Raiz um acontecimento, dando visibilidade e importância à nova secretaria e a seu titular (O ESTADO DO PARANÁ, 1981, Fev., Dia 24: 3 e 11). Nesta Secretaria, Saul Raiz teve a oportunidade de trabalhar a sua candidatura ao governo do Estado. Ney Braga diz que esta Secretaria *"Foi uma verdadeira agência de desenvolvimento, através da qual repassamos volumosos recursos que propiciaram a execução de mais de 3 mil obras de grande interesse para as comunidades do interior"* (BRAGA, 1996: 283). Em

entrevista, Ney Braga concorda que esta secretaria teria dado condições para que Saul Raiz fosse candidato. Ney afirma que *“Deu condições em razão do nome que ele já tinha, mas somou com essa condição de Secretário do Desenvolvimento dos Municípios”* (FARIA; SEBASTIANI, 1997: 40).

A Convenção do PDS se realiza mesmo no dia 06 de junho. O ex-prefeito de Londrina, Antônio Belinati, que vinha criticando Ney Braga e seu candidato, e desejava disputar na convenção a possibilidade de ser o candidato ao governo do Estado, acabou por desistir de disputar a convenção. Preferiu se candidatar à Assembléia Legislativa. Na Convenção do PDS, que foi um espetáculo que reuniu algumas milhares de pessoas, teriam direito ao voto 403 convencionais. Compareceram 383 convencionais, sendo que a chapa de Saul Raiz e João Paulino, candidato a vice (ex-prefeito de Maringá) recebeu 377 votos favoráveis. Foram 5 votos nulos e 1 voto em branco. Ney Braga que pleiteava sua candidatura ao Senado, recebeu o voto de todos os convencionais presentes (O ESTADO DO PARANÁ, 1982, Jun., Dia 08: 1 e 2). No mesmo dia houve um encontro entre as lideranças do PTB, momento em que foi decidido adiar a convenção do partido para 11 de julho. Paulo Pimentel esteve presente ao encontro e fez a seguinte afirmação: *“Mais uma vez estão querendo barrar os meus passos, como fizeram em 1974, quando eu quis ser candidato a senador e fui vetado”*. E continua: *“... em 1978, fizeram o possível e o impossível para impedir a minha reeleição à Câmara Federal; não conseguiram e fui o deputado mais votado”* (Op. Cit.: 1).

No dia 09 de junho, Paulo Pimentel dá uma entrevista à televisão, tecendo críticas a Ney Braga e afirmando que, ou seria candidato ao governo do Estado pelo PTB, ou não seria candidato a nada. Durante a entrevista, falando sobre Ney Braga, afirmou:

“Acho que no íntimo ele lembra um pouco o ex-ditador da Nicarágua, Anastasiô Somoza, que certa vez ao visitar a Flórida (EUA), encontrou-se com um venezuelano, que lhe perguntou se ele era da Nicarágua. A sua resposta foi breve e desconcertante: ‘No, Nicarágua és mia’. É por essas e outras que eu vou enfrentar esta eleição, que sem dúvida vai determinar a aposentadoria de políticos apegados a métodos autoritários, que sempre quiseram impor os seus interesses à revelia do povo” (O ESTADO DO PARANÁ, 1982, Jun., Dia 10: 2).

Declarou ainda que considera inviável a pretensão de Ney Braga em eleger-se senador e em seguida pleitear a sua candidatura à presidência da República.

“Esta é uma tentativa de suggestionar o povo, mas o povo não acreditará, nem votará nele, porque sabe que Ney não tem nenhuma chance. O próximo presidente ainda será eleito pelo voto indireto e a escolha será restrita entre os ministros Mário Andreazza, que está cotadíssimo, Délio Jardim de Mattos, Otávio Augusto de Medeiros e o presidente da Eletrobrás e da Itaipu Binacional, Costa Cavalcanti. Ele promete muito, mas o povo já sabe que ele não fará nada. Nós não prometemos nada, mas o povo sabe que pode confiar em Paulo Pimentel ...” (Op. Cit.: 2).

Mas Paulo Pimentel passou a considerar difícil manter a sua candidatura ao governo do Estado pelo PTB, tendo em vista a fragilidade da estrutura do partido para sustentar uma candidatura majoritária, e o critério da vinculação dos votos. Na segunda quinzena de julho, Paulo Pimentel anuncia a sua desistência de sair candidato pelo PTB, declarando: “... não seria coerente continuar participando de um processo político tão vital para a democracia, sabendo, de antemão, que o desejo do povo não poderá ser respeitado, pois o resultado das urnas de novembro jamais representará a legítima preferência do eleitorado, em face das regras impostas pelo governo, entre elas, principalmente, a surpreendentemente e absurda vinculação total de votos” (O ESTADO DO PARANÁ, 1982, Jul., Dia 21: 1).

Ney Braga precisava do apoio de Paulo Pimentel aos candidatos da Arena, principalmente com a fragilidade da candidatura Saul Raiz. Samuel Guimarães da Costa afirma que *“Ney Braga promoveu a volta de Pimentel e sua integração, absolutamente inautêntica, à campanha do PDS sob a forma de apoio à chapa Saul-Ney, nessa altura já condenada”* (COSTA, 1984: 36). Paulo Pimentel foi novamente convocado à Brasília e, no dia 16 de agosto, esteve em reunião com o presidente Figueiredo, na qual também participaram Saul Raiz e Ney Braga. Figueiredo procurava convencer Paulo Pimentel a apoiar os candidatos do PDS no Paraná. Ao sair da reunião, Pimentel disse que não poderia ficar indiferente ao apelo do presidente (O ESTADO DO PARANÁ, 1982, Ago., Dia 17: 1). No dia seguinte, a Comissão Executiva do PTB se reuniu e decidiu pela expulsão de Paulo Pimentel do Partido. No dia 18, Paulo Pimentel disse que deixava o PTB e que passaria a apoiar os candidatos do PDS.

A candidatura de Jayme Canet, como a de Paulo Pimentel também não se mantém, visto que as lideranças do Partido Popular e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, tanto a nível nacional, quanto regional, articulam a incorporação do PP ao PMDB. Com esta incorporação, realizada em 1982, ano da eleição, Jayme Canet e Affonso Camargo passariam a apoiar o candidato do PMDB. Desta forma, antigas lideranças da Arena, como Jayme Canet e Affonso Camargo, estão juntas, no mesmo partido de José Richa e de Álvaro Dias. E participam das eleições, contra o candidato do PDS, apoiado por Ney Braga e Paulo Pimentel. Depois da frustrada tentativa de viabilizar a sua candidatura, Paulo Pimentel passa a participar ativamente da campanha do PDS no Estado. Participa de comícios com Ney Braga, com Saul Raiz e com o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner. Este também participa ativamente da campanha de Ney Braga e de Saul

Raiz. Lerner² cria a prefeitura itinerante e passa a atender nos bairros da cidade; inaugura obras com Saul Raiz³ e faz propaganda na mídia apoiando aquelas candidaturas.

Os candidatos do PMDB eram o senador José Richa para o governo do Estado e Álvaro Dias para o Senado. José Richa foi Secretário e Presidente da União Paranaense dos Estudantes. Formou-se pela Faculdade de Odontologia da UFPR e frequentou a Faculdade de Direito de Curitiba e a Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná. Foi membro da Juventude Democrática Cristã do Brasil, tendo sido presidente e vice-presidente do Comitê Mundial dessa entidade. Ingressou no Partido Democrata Cristão e ocupou o cargo de subchefe da Casa Civil entre 1961 e 1962, no governo de Ney Braga, e ainda o cargo de chefe do gabinete da Secretaria do Interior e Justiça, em 1962. Em outubro de 1962 foi eleito deputado federal pelo PDC, com o apoio de Ney Braga. Quando este apoia a candidatura de Paulo Pimentel em 1965, contra o pedecista Afonso Camargo, José Richa vai se distanciar de Ney Braga. Com a implantação do bipartidarismo, ingressou no MDB. Em 1966 foi reeleito, agora pelo MDB. Em 1972 foi eleito prefeito de Londrina e, em 1978, foi eleito senador pelo Paraná. Com a reformulação partidária realizada após o fim do bipartidarismo em 1979, manteve seu vínculo com o MDB, que passou a ser PMDB (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 2983). Álvaro Dias também foi líder estudantil, na Universidade Estadual de Londrina, no final dos anos 1960. Formou-se em 1967 na UEL, e candidatou-se à Câmara Municipal de Londrina em 1968, pelo MDB,

² Jaime Lerner, em comício realizado em Curitiba pelo PDS, afirma: "Esta qualidade de vida que Curitiba já alcançou, Curitiba não pode perder, porque Curitiba vai ganhar com Saul Raiz para o governo do Estado e Ney Braga para o Senado". Neste comício ainda estavam presentes o Presidente Figueiredo, Ney Braga, Saul Raiz e Paulo Pimentel (O ESTADO DO PARANÁ, 1982, Nov., Dia 9: 1)

³ Saul Raiz fala em discurso de campanha que, se eleito, manteria Jaime Lerner na prefeitura de Curitiba (O ESTADO DO PARANÁ, 1982, Nov., Dia 9: 9).

sendo eleito. Em 1970 elegeu-se deputado estadual; em 1974 foi eleito deputado federal, obtendo a maior votação no Estado; em 1978 foi reeleito para a Câmara Federal (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1986, Nov., Dia 18: 20).

Os candidatos do PMDB tinham ao seu lado a conjuntura nacional, pois nesse período o país passava por forte crise econômica e social. Esta crise desgastava tanto o governo Figueiredo quanto o governo local de Ney Braga e, conseqüentemente, o partido do governo. Além disso, o nome que Ney Braga escolheu para ser seu candidato ao governo do Estado, era um tecnoburocrata, que tinha sido prefeito indicado de Curitiba, mas que não manteve boas relações com os setores populares. Chegou a ter a sua aposentadoria questionada durante a campanha. Ou seja, Saul Raiz não tinha o perfil de um político popular, que pudesse superar as dificuldades apontadas acima. Diferentemente do que aconteceu em Santa Catarina, em que o candidato do governo, Espiridião Amin, foi sendo preparado pela oligarquia catarinense⁴ para enfrentar as urnas de 1982. Entre março de 1975 e março de 1979, Amin foi prefeito de Florianópolis e implementou, de certa maneira, alguns programas de atendimento às necessidades das camadas populares, não construindo, porém, qualquer alternativa popular de gestão do município - o que não era de seu interesse -, e sem que isso comprometesse seu vínculo com a ordem. Posteriormente, elegeu-se para a Câmara Federal e manteve um programa semanal na televisão. No governo de Jorge Konder Bornhausen (1979-1982), Amin ocupa a Secretaria de Transportes e Obras, a que mais verbas recebeu. A sua campanha para o governo do Estado se deu em torno de sua "opção pelos pequenos". A idéia de que os pobres precisam de um protetor (AURAS, 1991). Ou seja, Amin tinha um perfil político de caráter mais popular, enquanto Saul Raiz

era um tecnoburocrata. Um outro aspecto que pode ter contribuído para a derrota do PDS nestas eleições, foi o caráter essencialmente técnico do governo Ney Braga. Norton Macedo, uma das expressões do neyismo comenta: *"Foi o governo técnico e, por ter sido um governo técnico, talvez tenha sido prejudicado politicamente, pois tecnicismo do governo foi esse exagero técnico do governo. (...) Se tivesse sido um governo mais político, menos técnico, talvez o resultado das eleições de 82 fosse outro"* (IPARDES – SOBRE POLÍTICA PARANAENSE; ENTREVISTAS, 1989a: 242).

Ney Braga, candidato ao Senado, pretendia ainda, se eleito, tentar viabilizar a sua candidatura para a presidência da República, um velho sonho que ainda não tinha sepultado. As eleições seriam um teste para aquela pretensão. Quando esteve em Porto Alegre em agosto de 1982, para receber o título⁵ de "Doutor Honoris Causa" da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (pela sua atuação no Ministério da Educação), Ney Braga afirmou que a sua candidatura ao Senado seria um teste fundamental para ele chegar à presidência da República em 1986 (GAZETA DO POVO, 1982, Ago., Dia 25: 6). No entanto, esta eleição de 1982 - realizada em um período em que Figueiredo dá prosseguimento ao processo de redemocratização do país - , marca o declínio político de Ney Braga, pois o PDS

⁴ Formada pelas duas facções: família Ramos e família Konder-Bornhausen. Os dois últimos governadores de Santa Catarina pertenciam à facção Konder-Bornhausen (os primos Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen) (AURAS, 1991: 10).

⁵ Durante sua trajetória política, Ney Braga recebe uma série de títulos e condecorações. Vejamos: Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico; Grande Oficial da Ordem Rio Branco; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; Medalha de Guerra; Medalha Militar; Medalha "Marechal Hermes"; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Tamandaré, da Marinha do Brasil; Sócio Benemérito de vários clubes, inclusive do Clube Militar (um dos poucos com este título); Cavaleiro da Ordem de Isabel, A Católica (Espanha); Comendador da Ordem Militar de Cristo (Portugal); Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito (Paraguai); Grã-Cruz do Grão Ducado de Luxemburgo; Grã-Cruz da Ordem de Oranje Nassau (Holanda); Grande Oficial da Ordem de Bernardo O'higgins (Chile); Doutor Honoris Causa de algumas universidades: Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Católica de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Advisor of Honor da "International Association of University Presidents – IAUP"; Cidadão

perde as eleições para o PMDB. A ditadura militar vai chegando ao fim, e Ney Braga acompanha o seu declínio.

Esta eleição teve os seguintes resultados para o governo do Estado: José Richa (PMDB) obteve 53,5% dos votos; Saul Raiz (PDS) teve 35,2%; Hamilton Magalhães (PTB) teve 0,9%; Edésio Passos (PT) teve 0,4%; Edson Sá (PDT) teve 0,2%; sendo que 7,5% foram votos em branco e 2,3% foram nulos. Para o Senado da República o resultado foi o seguinte: Álvaro dias (PMDB) teve 51,5% dos votos, enquanto que Ney Braga (PDS) obteve 35,4% (RESULTADOS ELEITORAIS: PARANÁ – 1945-1982 – IPARDES).

De acordo com Francisco M. Paz, o fato destas eleições serem marcadas pelo voto vinculado (definido politicamente pelo governo Figueiredo), ou seja, o voto que deve ser dado sempre ao mesmo partido nos vários níveis eleitorais, acabou por contribuir para a candidatura de Álvaro Dias, pois as pesquisas apontavam um bom desempenho de Ney Braga. Álvaro Dias, que já era um candidato forte, (pois tinha tido um desempenho muito bom em eleições anteriores), se fortalece com o voto vinculado, pois José Richa tornou-se o favorito na eleição para o governo, enquanto que Saul Raiz tinha um desempenho apenas razoável, prejudicando a candidatura de Ney Braga (PAZ, 1990: 53).

Após as eleições, Ney Braga comenta a sua derrota em entrevista: *“O Paraná disse não ao sonho da presidência da República, e eu acabei com esse sonho”*. E sobre o governador eleito, diz: *“Richa, quando saiu, o fez pela porta da frente porque discordou de meu apoio a Paulo Pimentel para o governo do Estado, em 1965. Ele também divergiu de Jayme Canet Júnior, um dos responsáveis pela candidatura de Pimentel naquela época. Só não entendo, hoje, a junção desses dois blocos”,* ou seja, entre Richa e Canet e Afonso.

Honorário de quase duas centenas de municípios do Paraná e de outros Estados (BRAGA, 1996).

Dos que considera desleais, afirma: "*Alguns comem, comem no governo, ficam gordos e viram o cocho*" (O ESTADO DO PARANÁ, 1982, Nov., Dia 17: 2).

Em editorial do jornal O ESTADO DO PARANÁ comenta-se a derrota de Ney Braga.

"... no caso do braguismo, os cacoetes, como o comando, eram personalíssimos, impedindo a manutenção de qualquer traço próprio de estilo ou até de personalidade aos componentes do grupo. (...) ...parece justo esperar que Ney Braga seja devidamente substituído, mesmo que por uma equipe toda e um estilo novo de governo. ... foi duro imaginar um Paraná sem Ney, e doloroso para aquele que foi um dos últimos caciques políticos deste País ficar sem o Paraná. O Paraná sem Ney fica com um imenso vácuo, que não deve ser preenchido novamente por um só homem" (O ESTADO DO PARANÁ, 1982, Nov., Dia 18: 4).

O ESTADO DO PARANÁ destaca neste seu editorial, como que o poder exercido por Ney Braga no Paraná, e as suas relações com o seu grupo político, eram marcados pelo personalismo político. Ney Braga era o chefe político. Ele próprio afirmava: "*No meu exército, o único general sou eu*" (VEJA, 1978, Abr., Dia 5, nº 500: 32). Ou seja, no decorrer de sua influência política no Estado, sempre trabalhou para evitar o surgimento de lideranças que pudessem ameaçar o seu comando político.

4.2 A FORMAÇÃO DA FRENTE LIBERAL

Durante a campanha das Diretas-já, em 1984, Ney Braga manteve-se à parte do processo, em silêncio. Em um comício realizado em Curitiba, no dia 12 de janeiro, estavam presentes os governadores Tancredo Neves, Franco Montoro e José Richa; e ainda Ulysses Guimarães, Jayme Canet e Affonso Camargo. Este

passou a ser o Secretário-Geral do PMDB. As eleições para a presidência da República seriam indiretas e, mesmo com a forte campanha realizada pelas oposições em favor de eleições diretas, estas não foram aprovadas pelo Congresso Nacional.

Dentro do PDS, vários nomes estavam dispostos a disputar as prévias do partido para a definição do candidato à presidência da República, dentre eles Paulo Maluf, Aureliano Chaves e Mário Andreazza. Ney Braga se tomou um dos principais coordenadores da campanha de Aureliano Chaves, enquanto que Paulo Pimentel, então presidente Regional do PDS, era o coordenador da campanha do Ministro do Interior Mário Andreazza. Posteriormente Aureliano Chaves irá desistir de sua candidatura e, juntamente com Marco Maciel, articular a criação da Frente Liberal, uma dissidência do PDS. A criação da Frente visava apoiar a possível candidatura de Tancredo Neves (candidato das oposições) no Colégio Eleitoral; e ainda, a formação de um novo partido político.

Com a desistência de Aureliano Chaves em disputar as prévias do PDS, e com a articulação da Frente Liberal, Ney Braga passa a permanecer mais tempo em Curitiba, também para articular a criação da Frente Liberal no Estado. Esta sua participação na dissidência do PDS e na formação da Frente Liberal se deve fundamentalmente à ligação de Ney Braga com o vice-presidente Aureliano Chaves. Assim como Ney Braga, Aureliano Chaves (um civil) também era vinculado a Geisel. E este apoiava a candidatura de Aureliano Chaves nas prévias do PDS. Em julho de 1984, ao tecer comentários sobre um encontro entre Figueiredo e Geisel, Ney Braga reafirma a sua lealdade a Geisel: *"Sou amigo e permanecerei fiel ao ex-presidente Geisel..."* (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1984, Jul., Dia 12: 2). Neste processo de dissidência do PDS e de formação da Frente Liberal, novamente se observa a importância do vínculo de Ney Braga com os Castelistas, (tendo em Geisel a

principal referência), visto que a sua tomada de posição está referenciada por este vínculo.

A bancada estadual do PDS mostra-se contrária a qualquer entendimento com a oposição para a sucessão presidencial, tendo em vista o forte conflito entre o governo do PMDB no Paraná e o PDS que agora era oposição. Os 24 deputados estaduais do PDS fizeram um manifesto, mostrando-se contrários ao acordo. Parte dos deputados federais também eram contrários. Eles queriam que a sucessão presidencial fosse feita dentro do PDS. Mas Norton Macedo, ligado a Ney Braga e também um dos articuladores da Frente Liberal e do possível acordo com o PMDB nacional, afirmou ser pouco importante a posição dos deputados estaduais, mesmo porque eles não participariam do Colégio Eleitoral. Ao comentar sobre uma possível aliança com o governador José Richa, Ney Braga afirmou: *“Não desminto nem confirmo”* (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1984, Jul., Dia 5: 3). O possível acordo dos dissidentes do PDS, que criaram a Frente, com o PMDB gerou muitas polêmicas e discussões. Em declaração à imprensa no dia 11 de julho, Ney Braga afirmou: *“O PDS fechou as portas para nós e não respeitou nem mesmo o anseio da grande maioria da Nação que apoiava Aureliano Chaves”*. Disse que para a Frente Liberal, o melhor caminho seria apoiar a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1984, Jul., Dia 12: 2). Dando declarações em Porto Alegre no dia 12, Ney Braga volta a falar da sucessão e do PDS: *“Eu não espero mais nada do PDS, nem união ou novos nomes. Isso não existe, lamento que o partido tenha se auto-exterminado no episódio da sucessão. Aliás, me entristece que tenham acabado com uma sigla maravilhosa, PDS, de democrático e social”* (GAZETA DO POVO, 1984, Jul., Dia 13: 7).

Em encontro do PDS paranaense, em que estiveram presentes prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, o deputado federal José Carlos

Martinez (que era malufista), criticou a postura de Ney Braga e dos dissidentes do PDS: *“Não admito que se venda o partido por meia dúzia de traidores”*. Perguntado quem seriam estes traidores, afirma: *“... tenho que admitir e afirmar: o ex-governador Ney Braga está nos traindo com o PMDB. Traindo os que estão trabalhando pelo PDS. Eu não aceito ser entregue ao adversário”* (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1984, Jul., Dia 13: 2). No acordo feito entre a Frente Liberal e o PMDB regional, ficou acertado que não se incluíam cargos a nível do Estado. A discussão se daria sobre uma participação no governo de Tancredo Neves. O governador José Richa afirma em entrevista que o acordo não deve passar por qualquer acerto a nível regional. Sobre a posição de Ney Braga, o governador disse: *“Quem mudou foi ele, não eu”* (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1984, Jul., Dia 15: 2).

No dia 23 de julho, Ney Braga participou da reunião em Brasília entre lideranças do PMDB e os dissidentes do PDS (Frente Liberal), que selou o acordo entre ambos, momento em que se cria a Aliança Democrática, que lançará a candidatura de Tancredo Neves para a presidência. Ney Braga também participa da reunião dos membros da Frente em Brasília, para a definição de José Sarney para ser candidato à vice-presidente na chapa de Tancredo Neves, e de discussões para a formação do novo partido político. Norton Macedo é designado presidente da Comissão Coordenadora do novo partido que abrigaria os dissidentes do PDS. Ney Braga foi um dos integrantes da Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido da Frente Liberal. Em agosto é criada oficialmente a Aliança Democrática e é lançada a chapa Tancredo-Sarney. No mesmo mês, Paulo Maluf derrota o Ministro Mário Andreazza na Convenção Nacional do PDS, tornando-se o candidato oficial do PDS à presidência da República.

Com a eleição de Tancredo Neves, Ney Braga fora indicado para assumir a Direção-Geral da Itaipu Binacional. José Sarney que tomou posse após a morte de

Tancredo, confirma Ney Braga no cargo. Ney Braga foi Diretor-Geral da Itaipu entre 14 de maio de 1985 e 31 de maio de 1990, quando o novo presidente da República, Collor de Melo, indica outro nome para aquela função. Mas no período que vai entre 07 de maio de 1993 e 24 de maio de 1996, Ney Braga foi membro do Conselho de Administração da Itaipu (O Conselho de Administração da Itaipu não tem presidente; a cada reunião é nomeado um presidente para presidir a reunião)⁶.

Nas eleições para o governo do Estado de 1986, Ney Braga apoiou as candidaturas de Alencar Furtado e Jaime Lerner (como vice), contra a candidatura vitoriosa do PMDB, encabeçada por Álvaro Dias. Nas eleições municipais de 1988, Ney Braga e seu grupo apóiam a candidatura do deputado federal Airton Cordeiro, do PFL, para a prefeitura de Curitiba. Mas há poucos dias das eleições, três candidatos desistem da candidatura, em favor de Jaime Lerner, do PDT. Algaci Túlio do PDT, que abre o espaço para Lerner, Airton Cordeiro do PFL, e o ex-Senador Enéas Faria do PTB, que concorria pela coligação entre PTB, PDC e PDS. Ney Braga e seu grupo apóiam Jaime Lerner, contra a candidatura de Maurício Fruet, do PMDB. Mas Ney Braga deixa claro que seu voto é apenas para Lerner e não para o PDT. *“Voto em Lerner porque ele é o melhor candidato, o melhor administrador, mas não voto no PDT. Meu candidato a presidente é Aureliano Chaves”*. E completa: *“Se alguém duvida, está na hora de deixar claro; Jaime, sim, Brizola, não”* (O ESTADO DO PARANÁ, 1988, Nov., Dia 16).

⁶ Informações obtidas junto à Assessoria de Comunicação Social da Itaipu.

4.3 PERFIL DE MEMBROS DO NEYISMO

Como vimos no capítulo dois, os membros do neyismo tem um perfil marcadamente tecnocrático. Outro aspecto importante a ser destacado como característica deste grupo é a passagem que vários deles fazem entre a iniciativa privada e o poder público, circulando sem problemas entre estas duas esferas (do público e do privado). Isso se verifica principalmente com três dos mais importantes membros do neyismo, quais sejam, Saul Raiz, Karlos Rischbieter e Maurício Schulman. Atuando no BADEP, Rischbieter foi um personagem de destaque na implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Participou ativamente no trabalho desenvolvido para atrair empresas nacionais e multinacionais para a Cidade Industrial de Curitiba. O próprio Rischbieter afirma: *"...eu me empenhei muito, pessoalmente, no caso da Philip Morris e no caso da Volvo"*⁷. Empresas nas quais Rischbieter participa como membro do Conselho de Administração. Por outro lado, destacam-se alguns membros do neyismo que mantêm uma relação mais próxima com a Igreja Católica, tais como Véspero Mendes, Euro Brandão e Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, irmão de Ney Braga. Em entrevista, Véspero Mendes revela que mantêm um bom relacionamento com a hierarquia da Igreja de todo o Paraná⁸. Os que estavam mais próximos da Igreja eram denominados de

⁷ Depoimento de Rischbieter para a Memória da Curitiba Urbana. Especial Cidade Industrial de Curitiba 18 anos. Pág. 14. (Citado por Couto, 1998: 61). Rischbieter foi acusado pelo deputado Gomes do Amaral do PMDB-PR, em 1978, quando presidente da Caixa Econômica Federal, de receber remuneração pela participação no Conselho de Administração da Phillip Morris Cia. Brasileira de Cigarros, embora tenha desmentido tal acusação. Outra acusação feita pelo deputado é a de que Rischbieter teria *"...adquirido, para o Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP, no tempo em que o presidiu, ações preferenciais da Phillip Morris sem direito a voto e de valor quase idêntico ao capital registrado e integralizado da empresa (60 milhões). Embora negasse na mesma época, empréstimos a grupos paranaenses..."* (Movimento, nº 176, 11 a 20 de novembro de 1978, p. 10 – Citado por Ary Minella) In: Couto, 1998: 61.

⁸ Falando de seu relacionamento com a hierarquia da Igreja, afirma que tal relação se dá *"Não só em Curitiba, mas no Paraná todo. E essa é uma das satisfações que eu tenho: me*

cursilhistas, e alguns tinham um vínculo maior com a educação, como é o caso dos três neyistas citados acima. A relação de Ney Braga com a igreja⁹ que sempre foi muito próxima, é reforçada pelos cursilhistas.

Vejamos agora o complemento do perfil de alguns membros do neyismo já referido no capítulo dois, juntamente com outros nomes.

SAUL RAIZ: Em junho de 1965 deixou o DER e assumiu o cargo de Juiz do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; em setembro tornou-se Coordenador do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT), para o planejamento rodoviário da região Sul, convocação feita pelos ministros dos Transportes e do Planejamento, em convênio com o Banco Mundial; em janeiro de 1966 assumiu o cargo de Secretário de Estado e Negócios de Viação e Obras Públicas, no governo de Paulo Pimentel, cargo que ocupou até maio de 1967; no período entre 1975 e início de 1979, foi prefeito de Curitiba, eleito pela Assembléia Legislativa, tendo sido indicado por Ney Braga; nesse período ainda foi membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, órgão do Ministério do Interior; em fevereiro de 1981 foi nomeado pelo governador Ney Braga para Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios; até 1975 foi presidente da Companhia Brasileira de Sintéticos e Superintendente das Indústrias Klabin – Divisão de Cerâmica. A partir de março de 1979, quando deixou a prefeitura de Curitiba, tornou-se Diretor Geral da Klabin Campo Mourão Agroflorestal S.A.; Diretor Geral da Madeireira Klabin do Paraná S.A.; Diretor Geral da Klabin Boa Vista Rural; Diretor da Klabin Cerâmica S.A. e presidente da

dar bem com a hierarquia, e não só com ela, mas com os leigos também" (QUEM PARANÁ, 1981, Nov., 1ª Quinzena, nº 54).

⁹ Em entrevista de 1981, Ney Braga confirma que sua relação com a Igreja é muito estreita. A reportagem pergunta: "Como é que o senhor vê hoje o papel da Igreja com a qual teve uma relação muito estreita?" Ney Braga responde: "E tenho, e tenho. (...) Acredito que a Igreja pensa no pobre e eu também penso; o importante é que estamos juntos porque temos os mesmos ideais" (QUEM PARANÁ, 1981, Dez., 2ª Quinzena, nº 57).

Companhia Brasileira de Sintéticos (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ, Curitiba) (PANORAMA, 1966, Fev., nº 165: 65). Atuou também nas empresas Refripar e Clímax. Passou ainda a ocupar o cargo de Vice-Presidente Corporativo do Conselho Administrativo da Umuarama Administração de Bens e Participação S/A, empresa na qual também era acionista (COUTO, 1998: 52 e 62).

KARLOS HEINZ RISCHBIETER: Na CODEPAR exerceu as funções de Chefe de Setor de Projetos, Diretor Administrativo, Diretor Presidente em exercício e Diretor Financeiro; foi Diretor da CODEPAR-Créditos Financiamentos e Investimentos; assessor econômico do governador. Foi membro do Conselho Consultivo de Planejamento do Rio de Janeiro (Cosplan); assessor da presidência do Instituto Brasileiro do Café também no Rio de Janeiro. Posteriormente, foi chefe do Escritório do IBC em Hamburgo, Alemanha. Foi presidente do BADEP (Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná), nos governos de Parigot de Souza e Emílio Gomes; foi membro do Conselho Administrativo do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e do Conselho Rodoviário do Paraná; presidente da Caixa Econômica Federal e presidente do Banco do Brasil durante o governo Geisel; foi Ministro da Fazenda no governo Figueiredo, entre 1979 e 1980 (DIÁRIO DO PARANÁ, 1974, Mar., Dia 15: 9) (SENHOR, 1980, Jan., nº 22: 48). Foi Diretor Gerente da Paraná Comércio e Administração; Presidente da ALIDE (Associação Latino-Americana das Instituições Financeiras de Desenvolvimento), além de governar o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Presidiu o Conselho de Administração da Volvo do Brasil; foi membro do Conselho de Administração da Artex S.A., da Refrigeração Paraná, da Apepar, e foi membro do Conselho Consultivo da ALIDE (LÍDERES, 1982: s.p.). Foi ainda Presidente do Conselho de Administração da MPM Propaganda S.A., da Racimec Informática Brasileira S.A.; membro do Conselho de Administração da Clímax S.A., do Banco do

Brasil e da Lacta S.A., além de ter sido membro do Conselho Consultivo do Banco Bamerindus (JORNAL DO ESTADO, 1988, Jun., dia 21: 9). Tornou-se ainda membro e acionista da Umuarama Administração de Bens e Participação S/A (COUTO, 1998: 52).

MAURÍCIO SCHULMAN: Foi reeleito Diretor-Técnico da COPEL para o triênio de 1966 a 1969. Entre 1967 e 1971 foi Diretor de Gestão Empresarial da Eletrobrás. Foi Secretário da Fazenda do Paraná de 1971 até 1974, quando assumiu a presidência do BNH (Banco Nacional da Habitação) no governo Geisel. Em 1979 deixou o BNH e assumiu a presidência da ELETROBRÁS, no governo Figueiredo. Ao deixar a presidência da ELETROBRÁS em setembro de 1980, assumiu o cargo de Diretor-Coordenador de quatro empresas de crédito imobiliário do grupo Bamerindus, passando inclusive a integrar o Conselho Diretor do Banco Bamerindus (DIÁRIO DO PARANÁ, 1974, Mar., Dia 15: 9) (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 3118). Em dezembro de 1994, Maurício Schulman, ocupando a Presidência do Conselho de Administração do Bamerindus, assume a presidência da FEBRABAN – Federação Nacional dos Bancos (GAZETA DO POVO, 1994, Dez., Dia 09: 17). Também em 1994 assumiu a presidência do Conselho Administrativo da Companhia Siderúrgica Nacional após a sua privatização (O Bamerindus havia assumido uma participação nesta empresa). Tornou-se acionista e Conselheiro Administrativo da Umuarama Administração de Bens e Participações Ltda, juntamente com Karlos Rischbieter e Saul Raiz. Em 1996 foi escolhido pelo jornal Gazeta Mercantil como o líder setorial de maior destaque da área financeira de todo o Brasil. No ano seguinte integrou o Conselho de Desenvolvimento Estratégico da Inepar (um dos maiores grupos privados do país, que integra um grande número de empresas que atuam no ramo energético) ao lado do ex-Vice-Presidente Aureliano Chaves (COUTO, 1998: 52-53 e 62).

REINHOLD STEPHANES: Fez o curso de Política e Programação Econômica pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina em 1963; fez especialização em Administração Pública na Alemanha Ocidental em 1965 e um estágio em Finanças Públicas nos Estados Unidos da América, em 1968 (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ, Curitiba). Foi assessor no Ministério da Agricultura e Diretor Geral interino neste Ministério, também tendo sido Diretor do INCRA. No Ministério da Educação e Cultura foi Secretário e Conselheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Foi Presidente do INPS entre 1974 e 1978. Foi professor na Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda da Aeronáutica em Curitiba; na Universidade Católica do Paraná, e no Centro Universitário de Brasília. Nas eleições de novembro de 1978, foi eleito Deputado Federal pela Arena paranaense. Foi Secretário da Agricultura no segundo governo de Ney Braga (PANORAMA, 1979, Mar., nº 266: 22-23). Foi Ministro do Trabalho e da Previdência Social entre 20 de janeiro de 1992 a 02 de outubro de 1992. No governo Fernando Henrique assumiu o Ministério da Previdência e Assistência Social em 01º de janeiro de 1995, permanecendo no cargo até 02 de abril de 1998. Em seguida candidatou-se a deputado federal pelo PFL, não se reelegendo. Foi nomeado presidente do Banestado pelo governador Jaime Lerner.

NORTON MACEDO: De origem udenista, foi secretário do governador Ney Braga entre 1961 e 1965. Continuou exercendo a mesma função, junto a Ney Braga, no Ministério da Agricultura. Foi assessor dos governadores Haroldo Leon Peres e Pedro Parigot de Souza. Em 1974 foi eleito deputado federal pela Arena do Paraná. Foi reeleito nas eleições de 1978 e 1982. Em meados dos anos 1970, foi membro do Conselho Deliberativo da Fundação Milton Campos para Pesquisa e Estudos Políticos, vinculada à ARENA (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 1976).

VÉSPERO MENDES: Ocupou a Superintendência da Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR) de maio de 1965 a fevereiro de 1966. Foi membro do Conselho de Educação do Paraná, de 1965 a 1971, e Presidente do Conselho de Educação do Paraná entre 1965 e janeiro de 1968. Foi Diretor-Técnico da CODEPAR entre fevereiro de 1966 e junho de 1967. Em 1966 foi integrante do Conselho Consultivo de Planejamento do Governo Federal e Assessor Técnico do Ministério da Agricultura entre dezembro de 1965 e janeiro de 1966. Foi consultor da Comissão de elaboração da primeira parte do Código de Edificações do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Foi Diretor Financeiro da Metalúrgica Merhy S/A, de outubro de 1967 a maio de 1969; Conselheiro Fiscal do Banco do Estado do Paraná S/A, de maio de 1965 a setembro de 1967; Membro do Conselho de Administração da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFÉ DO PARANÁ), de fevereiro de 1966 a junho de 1967; Presidente eleito do Instituto de Engenharia do Paraná, entre fevereiro de 1967 a fevereiro de 1969; participou do Conselho Diretor da Sociedade Paranaense de Estudos de Administração (SPEA), de setembro de 1964 a dezembro de 1970; Membro da Comissão de Planejamento do Conselho Estadual de Educação, de fevereiro de 1969 a janeiro de 1971; Conselheiro Fiscal do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Estado do Paraná (INOCOOP), de abril de 1970 a outubro de 1971; Secretário de Estado dos Negócios do Governo do Paraná, de agosto de 1973 a março de 1975; Membro do Grupo de Trabalho para elaborar o Projeto de Modernização Administrativa do Estado (1974). Foi Diretor Administrativo da COPEL entre março de 1975 a março de 1979. Entre março de 1977 a novembro do mesmo ano, foi Diretor de Suprimentos da ELETROSUL. Na Segunda gestão de Ney Braga no governo do Estado, ocupou a Secretaria do Planejamento do Paraná. Posteriormente, ainda no governo de Ney Braga, passou a ocupar a Secretaria da

Administração. Participou do Grupo de Trabalho Especial que elaborou As Diretrizes Globais do Governo Ney Braga (1979-1983). Recebeu o título honorífero Cidadão Honorário da Cidade de Elk Grove City (EUA), tendo em vista seu trabalho em favor do entrelaçamento das idéias democráticas entre Brasil e EUA, assim como pela expansão do intercâmbio cultural entre os dois países. (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ, Curitiba) (O ESTADO DO PARANÁ, 1981, Jan., Dia 07: 7). Juntamente com Guilherme, irmão de Ney Braga, Véspero Mendes fazia parte do Conselho Arquidiocesano de Leigos, em Curitiba (SENHOR, 1980, Jan., nº 22: 50).

EURO BRANDÃO: ligado à PUC-Pr., foi Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura e, posteriormente, foi Ministro da Educação e Cultura, entre 1978 e 1979. Ocupou a Presidência do Conselho de Administração do Instituto de Assistência às Cooperativas Habitacionais do Paraná, e a Presidência da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Paraná (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ, Curitiba). Foi ainda Secretário de Estado dos Transportes do Paraná (1973-1974), e Diretor-Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná, entre 1979 e 1983 (PANORAMA, 1983, Fev., nº 325: 13).

OTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR: Bacharelou-se em Direito pela Universidade do Paraná, formando-se também em Ciências Contábeis. Entre 1951 e 1952 foi Promotor Público em Londrina. Em outubro de 1962 foi eleito suplente de deputado federal pela UDN, assumindo o mandato em maio de 1964 e exercendo-o até abril de 1965. Foi presidente do Diretório Municipal da UDN de Cambé, Norte do Estado. Foi Secretário interino de Saúde Pública no governo de Ney Braga em 1965, permanecendo no posto até os governos provisórios, em 1966. Com a instalação do bipartidarismo, filiou-se à ARENA, exercendo a presidência do Diretório Municipal do partido, em Cambé. Foi chefe de gabinete do Ministro da Agricultura Ney Braga, mantendo-se no cargo mesmo com a posse do novo

Ministro, Severo Gomes, até o fim do governo Castelo Branco. Em novembro de 1967 elegeu-se suplente do Senador Ney Braga. Em 1970 foi eleito suplente de deputado federal, passando a exercer o mandato a partir de março de 1973. Em agosto deste ano foi nomeado Secretário do Trabalho e Assistência Social pelo governador Emílio Gomes. Em março de 1974, quando Ney Braga foi para o Ministério da Educação, Otávio Cesário assumiu a cadeira no Senado, exercendo o mandato até janeiro de 1975. Sendo eleito indiretamente para vice-governador na chapa de Jayme Canet, ocupou a nova função de março de 1975 a março de 1979. Em 1979 foi nomeado Secretário da Justiça no governo de Ney Braga. Com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PDS e elegeu-se deputado federal em 1982. Otávio Cesário foi Conselheiro da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Londrina, e da Sociedade Rural do Norte do Paraná. Proprietário de terras, presidiu a Associação Rural e o Sindicato Rural de Cambé (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984: 775-776) (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1979, Mar., Dia 15: 5).

FABIANO BRAGA CORTES: primo de Ney Braga, Fabiano formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Entre 1960 e 1962 foi vereador em Curitiba. Exerceu os mandatos de deputado estadual nos períodos de: 1963-1967, 1967-1971, 1971-1975, 1975-1979, e 1979-1983. Quando tem início o segundo governo de Ney Braga, Fabiano é eleito o presidente da Assembléia Legislativa (Arena). Posteriormente, deixa aquele posto, para assumir a Chefia da Casa Civil do governo Ney Braga. Fabiano havia ingressado no quadro de Advogados do Estado. Mais tarde tornou-se Procurador do Estado (PANORAMA, 1979, Mar., nº 266: 27) (O ESTADO DO PARANÁ, 1981, Jan., Dia 08: 3).

GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO: irmão de Ney Braga, formou-se em Engenharia pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná.

Cursou Administração Pública e Relações Humanas na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas; e cursou Bases para uma Doutrinação de Segurança Nacional, na ADESG. Foi professor universitário na Universidade Federal do Paraná e na Universidade Católica do Paraná. Foi Chefe do Departamento de Estatística, Economia e Administração da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná; Conselheiro do CREA; Conselheiro da CODEPAR; Conselheiro do Instituto de Engenharia do Paraná e da Associação dos Professores Universitários do Paraná. Foi Superintendente da FUNDEPAR entre 1966 e 1967 e Assessor Técnico da Assessoria de Planejamento da Universidade Federal do Paraná. Foi Chefe da Casa Civil no Governo de Emílio Gomes (GAZETA DO POVO, 1973, Ago., Dia 11: 9). Guilherme fazia parte do Conselho Arquidiocesano de Leigos, em Curitiba (SENHOR, 1980, Jan., nº 22: 50).

Importantes membros do neyismo mantêm um certo vínculo e uma influência no período de domínio político de Jaime Lerner na política paranaense. Conforme afirma Couto, Jaime Lerner, apesar de sua passagem pelo PDT, *“...sempre esteve ligado ideologicamente ao setor mais conservador da política paranaense representado pela antiga Arena/PDS e atualmente condensada em vários partidos como PFL, PTB, PPB entre outros”* (COUTO, 1998: 59). Jaime Lerner formou-se politicamente na escola do neyismo e no período da ditadura militar, tendo sua projeção política feita pelas mãos de Ney Braga. A sua passagem pelo PDT de Leonel Brizola foi apenas uma estratégia política, visto que não há nenhuma proximidade ideológica entre ambos. Mas Lerner retorna formalmente ao antigo leito, ingressando no PFL (Partido da Frente Liberal) de Antonio Carlos Magalhães e de Ney Braga.

Karlos Rischbieter participou da campanha de Jaime Lerner ao governo do Estado em 1994, inclusive com colaboração financeira. Couto afirma que Rischbieter, *“Desde a chegada de Jaime Lerner ao governo estadual participou direta e*

indiretamente no governo. Indiretamente no sentido de estar sempre exercendo a função de consultor do governador, e diretamente, quando assumiu o cargo de presidente do IPD – Instituto Paraná Desenvolvimento, órgão que tem por objetivo desenvolver projetos que impulsionem e proporcionem o desenvolvimento estadual” (COUTO, 1998: 62). Além de apontar Rischbieter como um importante consultor de Lerner, Couto afirma que nas gestões de Lerner sempre houve uma forte interação entre o poder público e a iniciativa privada, sendo esta uma característica do governo Lerner, e que Rischbieter teria um importante papel nestas relações, pois que circula por funções no poder público ao mesmo tempo em que atua como conselheiro de empresas nacionais e multinacionais.

Outros importantes neyistas que se tornaram homens de confiança de Lerner são Saul Raiz e Maurício Schulmann. Ainda na primeira gestão de Lerner no governo do Estado, Maurício Schulmann tornou-se conselheiro, ou colaborador informal do Banestado que passava por uma séria crise (COUTO, 1998: 63). Importante aspecto a ser destacado, é que Karlos Rischbieter, Maurício Schulman, Saul Raiz e também Luiz Antônio Fayet faziam parte de um grupo de empresários ou seus representantes, que nos anos 1990 passaram a fazer certas reivindicações ao governo federal, tais como: o fim do Estado empresário; incentivo à políticas de privatizações; ajustes fiscais para o benefício dos empresários. Couto chama este grupo, que tinha um caráter informal, de GEC (Grupo de Empresários de Curitiba). Estes empresários ou representantes de empresários teriam atuação em associações representativas de classe, como ACP (Associação Comercial do Paraná); FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná); FACIAP (Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Paraná); e FAEP (Federação das Associações Empresariais do Paraná). Nas eleições para o governo estadual de 1994, grande parte dos empresários ligados a este grupo,

aparecem como financiadores da campanha de Jaime Lerner. Nomes como os de Karlos Rischbieter, Saul Raiz e Luiz Antônio Fayet, aparecem como membros do Conselho Superior da Associação Comercial do Paraná. Na gestão de 1990-1992, Karlos Rischbieter aparece como membro da Diretoria da ACP (COUTO, 1998: 1-4).

Ney Braga assumiu a presidência do Conselho de Administração da COPEL em março de 1991 (GAZETA DO POVO, 1991, Mar., Dia 26: 5), ainda no governo de Roberto Requião, do PMDB, e permanece à frente deste Conselho até os dias atuais. Ou seja, durante o governo de Requião e todo o período em que Lerner passa à frente do governo estadual. Fabiano Braga Cortes também passou a integrar o Conselho, na atual gestão que teve início em 1999. Fabiano que era Chefe de Gabinete da Prefeitura de Curitiba e Secretário da Comunicação (FOLHA DO PARANÁ, 1998, Dez., Dia 23: 3). O ex-Ministro da Previdência do governo Fernando Henrique e Deputado Federal Reinhold Stephanes, do PFL, é indicado pelo governador Lerner para assumir a presidência do Banestado, conforme vimos acima. Toma posse em 25 de janeiro de 1999, com a missão de preparar o banco para a privatização (FOLHA DO PARANÁ, 1999, Jan., Dia 26, Caderno de Economia: 3). Saul Raiz, Maurício Schulman e Karlos Rischbieter tiveram influência na indicação de Stephanes para a presidência do Banestado, embora o Secretário da Fazenda Giovani Gionédís não tinha muita simpatia pela nomeação de Stephanes (FOLHA DO PARANÁ, 1999, Jan., Dia 09: 3).

Na sucessão do PFL regional, Jaime Lerner tinha em Saul Raiz um de seus nomes de preferência para assumir a presidência do partido. Lerner não aceitava a candidatura do deputado federal Abelardo Lupion, líder de um grupo oposto ao do governador. Neste impasse, o nome do novo presidente do PFL acabou sendo o do ex-governador João Elízio Ferraz de Campos, empresário do setor financeiro. Lupion ficou com a vice-presidência, o que o desagradou, por ter tido seu nome

vetado pelo governador. Ao discursar na Convenção do PFL, Ney Braga fez duras críticas às invasões de terras que tem ocorrido no Estado (FOLHA DO PARANÁ, 1999, Abr., Dia 11: 3 e 4).

Em maio de 1999, quando da saída de Miguel Salomão da Secretaria de Planejamento, Lerner pretendia indicar o seu principal coordenador da campanha eleitoral, Saul Raiz, para assumir a secretaria. *“Eu adoraria contar com o Saul na equipe, mas ele não tem pretensão de deixar a iniciativa privada”* disse Lerner (FOLHA DO PARANÁ, 1999, Mai., Dia 09: 3). Saul Raiz se contenta com a assessoria informal que dá a Lerner. Ainda em maio deste ano, Lerner convoca Ney Braga para presidir o Conselho de Desestatização da Copel, cuja tarefa é a de preparar e conduzir o processo de privatização da empresa. Ney Braga aceita o convite, mas poucos dias depois sua família avisa ao governador que Ney Braga não poderia aceitar a tarefa devido a problemas de saúde. Em seu lugar o governador indica Karlos Rischbieter, que aceita o convite para substituir Ney Braga. Reinhold Stephanes, presidente do Banestado, também é membro deste Conselho (FOLHA DO PARANÁ, 1999, Mai., Dia 14: 5). A partir de setembro, Stephanes passa a acumular uma outra função no governo de Lerner, qual seja, a da presidência do Conselho Administrativo da ParanáPrevidência, instituição que passa a cuidar das pensões e das aposentadorias dos servidores públicos (FOLHA DO PARANÁ, 1999, Set., Dia 14: 4).

Como se vê, embora Ney Braga esteja praticamente afastado da vida pública, alguns dos principais membros do neyismo continuam em atividade e exercendo influência no atual governo do Estado, ou seja, nas gestões de Jaime Lerner.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, procuramos reconstituir a trajetória política de Ney Braga, um dos personagens de maior capacidade de influência no cenário político paranaense contemporâneo. Sem o entendimento da participação política de Ney Braga a partir de meados dos anos 1950, fica inviável entender a política paranaense. Sendo assim, ao reconstituirmos esta trajetória, pensamos ter dado uma contribuição para a compreensão da política paranaense contemporânea. Além disso, procuramos demonstrar como se constrói um poder local, articulado com a política e a estrutura de poder a nível nacional, pois Ney Braga certamente foi um dos políticos regionais de maior capacidade de influência a nível local, principalmente no auge de seu poder, durante o governo de Ernesto Geisel.

Um problema central que norteou este estudo diz respeito aos fatores determinantes na construção das bases de poder de Ney Braga, que lhe permitiram uma prolongada permanência na política paranaense e até nacional, sobrevivendo a diferentes regimes políticos, desde a democracia populista até o regime autoritário, momento em que Ney Braga consolida o seu poder político. Entendíamos que este problema seria explicado pela característica híbrida do discurso e da ação política de Ney Braga, ou seja, o seu vínculo com o cristianismo, a sua visão tecnocrática e inteligência tática manifesta em sua capacidade de articulação política, tanto ao nível dos partidos quanto com atores relevantes da sociedade civil, como os militares, o clero e os empresários.

O ingresso de Ney Braga na política se dá pelas mãos de Bento Munhoz da Rocha Neto, cunhado de Ney na época, e filho da burguesia paranaense, vinculada à economia ervateira, que dominou a política estadual no período pré-1930. Então, é através de um vínculo com uma família tradicional, pertencente à classe

dominante paranaense, que Ney Braga ingressa na vida política. Esteve pouco mais de um ano exercendo as funções de Chefe de Polícia, momento em que teve um aprendizado político, em que procurou criar condições para a sua candidatura, assumindo uma postura de conciliador político. Em seguida o major Ney Braga será lançado candidato para a prefeitura de Curitiba, candidatura articulada e viabilizada por Bento Munhoz. Este também terá importância fundamental na campanha, colocando na prefeitura de Curitiba Ernani Santiago de Oliveira que, nesta função, contribuiu para a campanha de Ney Braga. Além disso, Ney contava com o apoio do governo do Estado, e da própria figura de Bento Munhoz que, sendo membro de uma tradicional família católica, sendo um intelectual católico, que mantinha estreitíssimos laços com o clero, viabilizou o apoio da igreja em favor da candidatura de Ney Braga.

O “sucesso” de Ney Braga na prefeitura de Curitiba também é, de certa forma, devedora do governo Bento Munhoz. Certamente não se quer aqui tirar os “méritos” de Ney Braga durante este período, desde quando assume a Chefia de Polícia e procura ter uma postura marcada pela conciliação e pelo diálogo, passando pela campanha para a prefeitura e depois pela sua “competência administrativa” no decorrer de sua gestão. Mas é necessário destacar que, não só o ingresso de Ney Braga na cena política, mas também todo este primeiro momento de sua carreira política, se deve fundamentalmente ao poder e apoio do governador Bento Munhoz.

A partir daí Ney Braga vai articular a sua candidatura para Deputado Federal e procurar estabelecer a sua autonomização política frente ao seu patrono político. Embora o prefeito de Curitiba tenha recebido propostas de ingresso em diferentes partidos, incluindo a possibilidade de sair candidato a Deputado Federal, Ney Braga vai optar pelo PDC, que foi reestruturado, no Paraná, no segundo semestre de

1957. A sua entrada no PDC é articulada com Franco Montoro, do PDC paulista, e com o professor Joaquim de Mattos Barreto, um anti-Lupionista, que passou a substituir na presidência do PDC paranaense, o Lupionista Clotário Portugal. No contexto político-partidário paranaense, o PDC seria então o partido mais apropriado para que Ney Braga pudesse por em prática suas ambições políticas. Era um partido pequeno, sem grandes lideranças que pudessem incomodar Ney Braga. Este levou vários nomes para o PDC, e começou a montar ali uma estrutura de poder político partidário. Quando Ney Braga ingressa no PDC, em novembro de 1957, já tinha o propósito de lançar a sua candidatura não só para deputado federal, mas também para o governo do Estado, nas eleições de 1960. Assim, Ney Braga se afasta de Bento Munhoz, ingressa no PDC e se emancipa politicamente, seguindo um caminho próprio. Mais tarde, durante seu primeiro governo, em março de 1963, Ney Braga se tornará o Presidente Nacional do PDC. Esta é uma característica importante de Ney Braga, qual seja, a sua habilidade político-partidária, e não só intra-partidária, mas também inter-partidária. Primeiro, joga seu peso político-partidário no PDC, fortalece este partido a nível regional, principalmente a partir de sua vitória no governo do Estado; durante sua campanha para o governo, articula o apoio da UDN; posteriormente estabelece um acordo com o PTB, o que viabiliza a implementação do projeto paranaense de desenvolvimento; comanda a formação da Arena, mais tarde do PDS e, por último, também do Partido da Frente Liberal no Paraná.

Eleito para Deputado Federal, Ney Braga passa a cuidar de sua campanha ao governo do Estado. Iniciou sua campanha no segundo semestre de 1959. Neste período o PTB já estava crescendo no Estado. Em 1958, venceu as eleições para a prefeitura de Curitiba com Iberê de Mattos. Nas eleições municipais realizadas no interior do Estado em 1959, o PTB foi o maior vitorioso. Também venceu a eleição

para o Senado, com uma de suas principais lideranças no Estado, Abilon de Souza Naves, que era Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Embora o PSD tivesse na época um controle sobre muitas prefeituras, além de controlar o governo do Estado e, portanto, ter acesso a um amplo uso da máquina governamental em favor de seu candidato, a candidatura do partido se encontrava enfraquecida, devido aos conflitos de terras que marcaram o período nas regiões Norte e Sudoeste do Estado e que repercutiam negativamente ao governo. Ademais, o governador Lupion estava envolvido em acusações de corrupção e houve uma divisão do partido em relação à candidatura escolhida para concorrer às eleições.

A candidatura de Ney Braga vai tomando corpo, principalmente após a morte de Souza Naves, que era um candidato muito forte. Ney Braga recebe o apoio de várias lideranças da UDN, e o partido passa a apoiá-lo oficialmente, embora alguns diretórios do Norte do Estado optassem pela candidatura de Maculan, pelo PTB. Ney também recebe o apoio de importantes cafeicultores do Norte do Estado, e também de empresários. Nesse período, as burguesias industrial, comercial e financeira que se faziam representar em partidos como UDN e PR e que já vinham discutindo o projeto paranaense de desenvolvimento, unem-se em torno da candidatura Ney Braga, que em seu governo dará passos importantes na implementação daquele projeto. Ney Braga vinculou sua campanha e sua imagem à de Jânio Quadros e usou os mesmos elementos simbólicos, como a vassoura, simbolizando a necessidade de varrer a corrupção. Ney Braga produziu a imagem do anti-Lupion, que era acusado de corrupção, da mesma forma que Jânio construíra a imagem anti-Adhemar. Este é um aspecto importante no perfil de Ney Braga, qual seja, a sua competência político-eleitoral. É uma série de vitórias

eleitorais que Ney Braga vai conquistando durante sua trajetória política, conforme estamos evidenciando.

Por fim, Ney Braga contou, na sua campanha para o governo do Estado, com o apoio da Igreja, que criticou duramente o candidato do PTB durante toda a campanha, acusando-o de comunista. As suas ligações com o clero são uma importante contribuição para suas vitórias eleitorais. Inclusive deve ser destacada a importante relação de alguns membros do neyismo com a Igreja Católica, reforçando a relação entre Ney Braga e a Igreja.

Durante o governo de Ney Braga será implementado o projeto paranaense de desenvolvimento, com o apoio de setores da burguesia industrial, comercial e financeira. Ou seja, os vínculos de Ney Braga com estas frações burguesas é significativo. Ney Braga se vincula ao desenvolvimentismo, adotado a nível nacional no governo de Juscelino Kubitschek. Ney Braga procura criar no Estado toda uma infra-estrutura para viabilizar o desenvolvimento econômico local que, de certa forma, iria beneficiar aquelas frações burguesas que o apoiaram. A campanha política para o governo do Estado e a implantação do projeto paranaense de desenvolvimento são dois momentos privilegiados que denotam as boas relações de Ney Braga com o empresariado. Outro aspecto que denota esta relação é o perfil de alguns membros do neyismo, que tem vínculos relevantes com o meio empresarial. Embora Ney Braga fosse essencialmente um político tradicional, percebe-se em seu perfil uma veia tecnocrática, vizualizada quando da criação de agências, políticas governamentais e pelo perfil de seus assessores. É um político que se cerca habilmente de uma série de assessores técnicos, responsáveis pela administração.

É no decorrer desta gestão que Ney Braga dará maior conformação a seu grupo político, que será um importante fator que contribui para a sua longa

permanência na cena política. Os membros deste grupo tem um perfil marcadamente tecnocrático e com importantes passagens pela iniciativa privada. A emergência no cenário político destas elites se dá a partir do apadrinhamento político de Ney Braga. No decorrer da trajetória de Ney Braga, passam a ocupar postos chaves no aparelho de Estado, seja a nível Regional, seja a nível Federal, além de ocuparem posições importantes em partidos políticos.

Com a renúncia de Jânio Quadros, Ney Braga mantém uma postura dúbia com relação à posse do Vice-Presidente, participando em seguida da defesa da legalidade e da posse de Goulart. Durante parte do governo de Goulart, Ney Braga manteve uma postura favorável ao governo, visando garantir o apoio do governo Federal à sua administração no governo do Estado. Ney Braga já demonstrava um desejo de chegar à presidência da República. Inclusive, como presidente do PDC, chegou a defender reformas de base no país, embora as reformas que defendia não tivessem exatamente o mesmo caráter daquelas reformas defendidas por Goulart e por políticos da esquerda, como Leonel Brizola. Com a crise política se acentuando, Ney Braga vai se tornando um crítico de Goulart e de suas posições. Posteriormente, defende o golpe de Estado de março de 1964. Vinculado à linha castelista dos Militares, além de ser amigo pessoal de Castelo Branco e de Ernesto Geisel, e de ter participado do mesmo grupo nas disputas internas do Clube Militar, Ney Braga transita sem maiores problemas entre o período democrático e o período de ditadura militar que se inicia. A sua força política a partir deste período estará fortemente marcada pelo fato de Ney Braga ser um membro da corporação militar. Esta condição é fundamental para a sua permanência destacada no cenário político durante o regime militar, embora a sua força política regional também seja relevante. Faz-se necessário destacar o seu pertencimento ao grupo da ala moderada dos militares, ou seja, aos castelistas, que tem forte influência no

exercício de seu poder político. Ney Braga se mantém fiel a este grupo e, particularmente, a Geisel, mesmo com a abertura política.

Ao contrário de Carlos Lacerda na Guanabara e de Magalhães Pinto em Minas, Ney Braga consegue fazer o seu sucessor, Paulo Pimentel, que se tornará depois um forte adversário de Ney Braga a nível regional, devido a disputas por espaços no aparelho de Estado e porque Pimentel se vincula aos militares da linha dura.

Ney Braga ocupa o Ministério da Agricultura no governo de Castelo Branco e, de lá, comanda a organização da Arena paranaense. Mas experimenta uma fragilização de sua influência política durante o governo de Costa e Silva e parte do governo de Médici. Além de serem governos da linha dura, Ney Braga se posiciona contra o A.I. nº 5. Paulo Pimentel se fortalece a nível regional, inclusive no que se refere ao controle da Arena, mas não terá condições de participar da indicação do seu sucessor, pois defendera eleições diretas pouco antes de ser decretado o AI5. Com a renúncia de Leon Peres, Parigot de Souza assume o governo do Estado e, discretamente, Ney Braga vai recuperando a sua capacidade de influência, tendo em vista que Parigot estava mais próximo do grupo de Ney Braga. O fato de alguns nomes do neyismo passarem a ocupar espaços neste governo demonstra esta influência de Ney Braga. Com a morte de Parigot de Souza, Ney Braga tem influência decisiva na escolha do novo governador, Emílio Gomes, e do vice, Jayme Canet. Ambos eram ligados a Ney Braga. A partir deste governo, Ney Braga volta a ter hegemonia na política paranaense. Quando Geisel chega à Presidência da República, Ney Braga vai deter a maior capacidade de influência política de sua carreira, indicando vários nomes de seu grupo político para ocupar espaços no aparelho de Estado na esfera Federal, assim como indicará o novo governador do Paraná, Jayme Canet e também o novo prefeito de Curitiba, Saul Raiz. A sua força

política regional está, neste momento, diretamente vinculada a seu fortalecimento político a nível Federal, com a retomada da presidência da República pelo grupo castelista, particularmente por seu amigo pessoal, Ernesto Geisel. O então maior adversário político de Ney Braga, Paulo Pimentel, tem durante o governo Geisel o momento de maior fragilização política, tendo em vista o fortalecimento político de Ney Braga e o embate existente entre ambos. Ney Braga e Jayme Canet trabalham para enfraquecer a posição de Paulo Pimentel. Em 1975, o grupo de Ney Braga volta a controlar a Arena paranaense.

Em fins do governo Geisel, o nome de Figueiredo vai se firmando na preferência de Geisel para substituí-lo na presidência da República. Assim, Ney Braga vê frustrado mais uma vez o seu desejo de chegar à presidência. Resta-lhe a oportunidade de voltar a governar o Paraná, a partir de março de 1979. A partir deste ano, com o processo de reformulação partidária, Ney Braga vai liderar a formação do partido do governo no Paraná. Ney Braga controla a formação do PDS paranaense, embora não consiga reunir dois importantes nomes da Arena, quais sejam, Jayme Canet e Afonso Camargo, que participam da formação do PP. Ney Braga governa o Paraná até maio de 1982, quando deixa o governo para se candidatar ao Senado. A sua força política, como o grande chefe da política paranaense chega ao fim, tendo em vista a derrota que o PMDB impõe aos candidatos do PDS paranaense, inclusive com a derrota do próprio chefe político, Ney Braga. O declínio político de Ney Braga acompanha o processo de redemocratização do país. Durante o regime militar, Ney Braga passou a responder prioritariamente às necessidades do regime, inclusive fazendo um segundo governo marcadamente tecnocrático. A sua força política não resiste à abertura política, mas seu legado ainda hoje se faz presente nas práticas das elites políticas paranaenses.

Esperamos ter argumentado que as bases de poder de atores destacados no universo das elites políticas estão fortemente vinculadas ao desenvolvimento das trajetórias políticas destes atores. No caso de Ney Braga, uma combinação de elementos de *virtú* e *fortuna* resultou em sua transformação no mais influente chefe político paranaense na segunda metade deste século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira, (1984) Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes.
- ALMEIDA, Pedro Washington de, (1989) Paraná Político. Curitiba: Folha Econômica, p. 33-37.
- ALMEIDA, Pedro Washington de, (1999) Paraná Político: De Cabo a Rabo. Curitiba, Noé.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva, (1978) Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista: Estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). São Paulo, Símbolo.
- AURAS, Marli, (1991) Poder Oligárquico Catarinense: da Guerra aos "Fanáticos" do Contestado à Opção Pelos Pequenos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Tese de Doutorado.
- BARROZO FILHO, Roberto, (1998) Jornalismo Sem Censura. Curitiba: Ed. do autor.
- BENEVIDES, Maria Vitória de M., (1976) O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política, 1956-1961. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- , (1981) A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- , (1989) O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo: 1945-1964. São Paulo, Brasiliense/Cedec.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo, (1996) Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro, (1978) Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio (1994) História Biográfica da República no Paraná. Curitiba: Banestado.
- COSTA, Samuel Guimarães da, (1994) Introdução. In: CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. História Biográfica da República no Paraná. Curitiba: Banestado.
- , (1994) História Política da Assembléia Legislativa do Paraná. Curitiba: Assembléia Legislativa, 2 v..
- COUTO, Isabel Cristina, (1998) Ação Política Empresarial: O Caso do GEC (Grupo de Empresários de Curitiba) – 1990/1998. Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, (org.), (1997) Ernesto Geisel. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO: 1930-1983, (1984). Rio de Janeiro: Fôrense-Universitária/Fundação Getúlio Vargas-Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FINEP.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ, (1991). Curitiba: Chain/Banestado.

DREIFUSS, René A. (1987) Brevíssimas Anotações Conceituais sobre "Elites Orgânicas". In: A Internacional Capitalista: Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.

_____, (1981) 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Vozes.

DE EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano, (1994) Nós, Que Amávamos Tanto a Democracia: Protestos de Rua Contra o Regime Militar na Grande São Paulo - 1977/1984. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História Social, USP.

GOMES, Iria Zanoni, (1986) 1957 - A Revolta dos Possesiros. Curitiba, Criar.

GRÜMM, Cristiane A. Fontana, (1999) O Processo de Construção da Liderança Política do Governador Ney Braga (1961-1965). Curitiba. Monografia de Graduação em História, UFPR.

HELLER, Milton Ivan, (1988) Resistência Democrática: A Repressão no Paraná. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

HIPPOLITO, Lucia, (1985) De Raposas e Reformistas: O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-64). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

IPARDES-Fundação Édison Vieira, (1989) O Paraná Reinventado: Política e Governo. Curitiba.

KUNHAVALIK, José Pedro, (1985) Bento Munhoz da Rocha Neto: Trajetória Social e Política, e sua Gestão no Governo do Paraná. Monografia de Graduação em Ciências Sociais, UFPR.

LEÃO, Igor Zanoni C. Carneiro, (1989) O Paraná nos anos setenta. Curitiba: IPARDES.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja B. de, (1999) Da Construção ao Desmanche: Análise do Projeto de Desenvolvimento Paranaense. São Paulo, Tese de Doutorado, USP.

MARTINS, Carlos Estevam, (1974) Tecnocracia e Capitalismo. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP.

MARTINS FILHO, João Roberto, (1995) O Palácio e a Caserna: A Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969). São Carlos, EDUFSCar.

- MILLS, C. Wright, (1965) A Imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar.
- OLIVEIRA, Dennison de, (1995) A Política do Planejamento Urbano: O Caso de Curitiba. Campinas, Tese de Doutorado, UNICAMP.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de, (1994) Cultura e Política na Experiência Regionalista Paranaense. Curitiba, (xerox).
- PADIS, Pedro Calil, (1981) Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. Curitiba, Hucitec/Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná.
- PAZ, Francisco M. (org.) (1991) Cenários de Economia e Política: Paraná. Curitiba: Prephacio.
- , (1990) As Artimanhas da Política no Jogo Eleitoral. Curitiba, Prephacio.
- PINHEIRO MACHADO, Brasil et alii, (1969) História do Paraná. Curitiba, Grafipar, vol. 1.
- SAES, Décio, (1994) "Uma Contribuição à Crítica da Teoria das Elites" In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, UFPR, nº 3, pp. 7-19.
- SILVA, Ricardo Virgilino da, (1992) Política e Política Econômica na Crise dos Anos 60: O Plano Trienal. Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP.
- SKIDMORE, Thomas, (1992) Brasil: De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SKIDMORE, Thomas, (1991) Brasil: De Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- VERA, Nestor, (1961) "O II Congresso Camponês em Maringá". In: Revista Brasiliense. São Paulo, Brasiliense, Set./Out. nº 37, p. 62-65.
- VIANA FILHO, Luís, (1975) O Governo Castelo Branco. Rio de Janeiro, José Olympio.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam, (1977) História do Paraná. Curitiba, Gráfica Vicentina.
- WEFFORT, Francisco, (1980) O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FONTES DOCUMENTAIS

AGUIAR, Ricardo Werneck de, (s.d.) Paraná: 1961-1965. Curitiba: (s/ed.)

BRAGA, Ney Amyntas de Barros, (s.d.) Mensagem ao Povo Brasileiro. In: AGUIAR, Ricardo W. de. Paraná: 1961-1965. Curitiba: (s/ed.)

_____, (1974) Pronunciamentos: Coletânea de Discursos, Conferências, Aulas Inaugurais e Outras Exposições proferidas pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.

_____, (1975) Pronunciamentos: Coletânea de Discursos, Conferências, Aulas Inaugurais e Outras Exposições proferidas pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.

_____, (1976) Pronunciamentos: Coletânea de Discursos, Conferências, Aulas Inaugurais e Outras Exposições proferidas pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.

_____, (1977) Pronunciamentos: Coletânea de Discursos, Conferências, Aulas Inaugurais e Outras Exposições proferidas pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.

_____, (1975) Entrevista. Panorama, Abril, Ano 24, nº 225, p. 27-29.

_____, (1981) Entrevista. Quem Paraná, Dezembro, 2ª Quinzena, nº 57, p. 6-10.

_____, (1982) Entrevista. Senhor, Outubro 06, nº 81, p. 3-7.

_____, (1987) Entrevista. Correio de Notícias, Caderno Bomdomingo, Setembro 27, p. 3-7.

_____, (1990) Depoimento. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba-IPPUC, Série Memória de Curitiba Urbana, nº 5, Dezembro, Curitiba, p. 1-11.

_____, (1991) Entrevista. Folha de Londrina, Junho 30, p. 5.

_____, (1992) Entrevista. Gazeta do Povo, Julho 5, p. 14.

_____, (1996) Ney Braga: Tradição e Mudança na Vida Política; entrevista a Adherbal Fortes de Sá Jr. Curitiba: Ed. do Autor.

COSTA, Samuel Guimarães da, (1984) "Ney e Pimentel de novo em lados opostos". In Panorama. Curitiba: SEGRAP, Ano 33, nº 335, Fevereiro, p. 34-36.

- , (1986) "A Hora e a Vez do Paraná". In Panorama. Curitiba, Ano 35, Abril, nº 357, p. 23-30.
- , (1961) "Frente Agrária Versus Ligas Camponesas - Norte do Paraná: Divisor de Águas na Luta pela Reforma Agrária". In Panorama. Curitiba, Setembro, nº 112, p. 6-18.
- FARIA, Enéas; SEBASTIANI, Sylvio, (Org.) (1997) Governadores do Paraná: A história por quem construiu a história. Curitiba, Sistani.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (1960) Censo Demográfico de 1960-Paraná. Rio de Janeiro, v.I, Tomo XIV.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (1950) IV Recenseamento Geral do Brasil-1950: Estado do Paraná – Censo Demográfico. Rio de Janeiro, Separata do volume XXVI.
- IPARDES-Fundação Edison Vieira, (1989a) Sobre Política Paranaense: entrevistas. Projeto História Política do Paraná (Terceiro documento), Curitiba.
- IPARDES-Fundação Edison Vieira, (1989b) Resultados Eleitorais: Paraná (1945-1982). Projeto História Política do Paraná (Segundo documento), Curitiba.
- LÍDERES, (1982) Curitiba, Instituto Internacional de Pesquisas Sociais e Liderança/A.H. de Lara Comunicações, n.1.
- LÍDERES, (1985) Curitiba: Word Press Serviços de Imprensa, n. 2.
- MERCADANTE, Luiz Fernando, (1966) "E Agora Governador?" In: Realidade, Agosto, p. 82-87.
- PANORAMA, (1956) Frutos de uma boa administração. Curitiba: SEGRAP, Ano VI, Outubro, nº 53, p. 22-25.
- , (1959) Amigos não se compram. Curitiba: SEGRAP, Ano IX, Junho, nº 85, p. 18-24.
- , (1966) Paulo e Ney, dois líderes. Curitiba: SEGRAP, Ano XVI, Nov./Dez., nº 173, p. 4-10.
- , (1968) Ney: O Guerreiro não repousa. Curitiba: SEGRAP, Ano XVIII, Abril, nº 188, p. 8-13.
- , (1974) Nosso Homem em Brasília. Ney Braga, Ministro da Educação. Curitiba: Sociedade Coml., Ano XXIV, Agosto, nº 219, p. 10-15.
- , (1976) Ney, A Arte de Fazer Amigos. Curitiba: Pan, Agosto, nº 239, p. 33-36.
- , (1977) Franqueza de Canet, prestígio de Ney e empenho de Raiz decidiram a vitória da ARENA no Paraná. Curitiba, Pan, Ano 26, Janeiro, nº 242, p. 4-5.

————, (1980) Um Testemunho da Ascensão de Ney Braga. Curitiba, Pan, Ano 30, Novembro, nº 296, s.p..

————, (1980) Especulações em Torno de Ney Braga. Curitiba, Pan, Ano 30, Agosto, nº 291, p. 28-29.

————, (1980) O Paraná e seu Prestígio Federal. Curitiba, Pan, Ano 30, Setembro, nº 293.

————, (1987) Ney Braga: 35 anos de vida política. Curitiba: Pan, Ano 37, Dezembro, nº 373, p. 16.

PARANÁ, Governo do Estado do, (1961) Mensagem: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado. Curitiba, Deptº de Imprensa Oficial do Estado.

PARANÁ, Governo do Estado do, (1962) Mensagem: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado. Curitiba, Deptº de Imprensa Oficial do Estado.

PARANÁ, Governo do Estado do, (1963) Mensagem: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado. Curitiba, Deptº de Imprensa Oficial do Estado.

PARANÁ, Governo do Estado do, (1964) Mensagem: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 2ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado. Curitiba, Deptº de Imprensa Oficial do Estado.

PARANÁ, Governo do Estado do, (1965) Mensagem: apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 5ª Legislatura pelo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado. Curitiba, Deptº de Imprensa Oficial do Estado.

PARANÁ EM PÁGINAS, (1982) Neste Maio... a última! Ney é useiro e vezeiro em renunciar. Em 30 anos de carreirismo político só fez isso. Curitiba, Ano XVIII, nº 207, Maio, p. 15-26.

PORTUGAL, João Cid de Macedo, (1995) Memórias e Reflexões. Curitiba, LUD.

QUEM/PARANÁ, (1983) Os homens mais poderosos do Paraná. Curitiba, Ano 4, nº 86, Abril/1ª quinzena, p. 16-18.

SENHOR, (1980) O Inabalável Ney Braga: Um político que sabe guardar suas posições promete surpresas. Janeiro, nº 22, p. 46-51.

VEJA, (1978) O Dono do Paraná: Como se formou o império político de Ney Braga, o mais poderoso cacique regional do país. Abril 05, nº 500, p. 32-33.

REVISTAS

ISTOÉ
MANCHETE
O CRUZEIRO
PANORAMA
PARANÁ EM PÁGINAS
QUEM
QUEM PARANÁ
SENHOR
VEJA

JORNAIS DIÁRIOS

Folha do Paraná
Folha de Londrina
O Estado de São Paulo
Tribuna do Paraná
O Estado do Paraná
Jornal de Curitiba
Indústria e Comércio
Correio de Notícias
Gazeta do Povo
O Dia
Correio do Paraná
Diário do Paraná

JORNAL SEMANAL

Voz do Paraná

ARQUIVOS VISITADOS DURANTE A PESQUISA

Arquivo Público do Paraná
Biblioteca Pública do Paraná
Biblioteca do Ipardes
Círculo de Estudos Bandeirantes
Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná
Biblioteca da Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba